

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
TESE DE DOUTORADO

O corpo e as sensibilidades modernas:
Bragança (1900-1920)

Autora: Maria de Fátima Guimarães Bueno
Orientador: Profa. Dra. Maria Carolina Bovério Galzerani

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida por
Maria de Fátima Guimarães Bueno e aprovada pela Comissão
Julgadora

Data: 23/02/2007

Assinatura:.....

COMISSÃO JULGADORA:

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

B862c Bueno, Maria de Fátima Guimarães.
O corpo e as sensibilidades modernas: Bragança (1900-1920)/
Maria de Fátima Guimarães Bueno. - Campinas, SP: [s.n.], 2007.

Orientador : Maria Carolina Bovério Galzerani.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Corpo. 2. Sensibilidade. 3. Prática de leitura. 4. Fotografias. 5.
Bragança Paulista (SP) - História. I. Galzerani, Maria Carolina
Bovério. 11. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Educação. m. Título.

07-015/BFE

Título em inglês: The modern sensibility and the body: Bragança (1900-1920).

Keywords : Body, Sensibility, Reading practices, Bragança Paulista history, Photos.

Área de concentração: Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte

Titulação : Doutor em Educação

Banca examinadora: Profa. Dra. Maria Carolina Bovério Galzerani (orientador)

Profa. Dra. Lilian Lopes M. da Silva

Profa. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato

Profa. Dra. Myriam Bahia Lopes

Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira

Data da defesa: 23/02/2007

Programa de Pós-Graduação: Educação

e-mail: mfgbueno@uol.com.br; fatimaguimaraes@saofrancisco.edu.br

Aos meus pais

*Dirce e Oswaldo Guimarães Jr.,
com toda a gratidão de quem sempre recebeu
apoio incondicional em todos os momentos.*

Vampiro

Jorge Mautner

Eu uso óculos escuros pras minhas lágrimas
esconder
E quando você vem para o meu lado, ai, as
lágrimas começam a correr
E eu sinto aquela coisa no meu peito
Eu sinto aquela grande confusão
Eu sei que eu sou um vampiro que nunca vai ter
paz no coração
Às vezes eu fico pensando por que é que eu faço
as coisas assim
E a noite de verão ela vai passando, com aquele
seu cheiro louco de jasmim
E eu fico embriagado de você
Eu fico embriagado de paixão
No meu corpo o sangue não corre, não, corre fogo
e lava de vulcão
Eu fiz uma canção cantando todo o amor que eu
sinto por você
Você ficava escutando impassível e eu cantando
do teu lado a morrer
E ainda teve a cara de pau
De dizer naquele tom tão educado
"Oh! pero que letra más hermosa, que habla de
um corazón apasionado"
Por isso é que eu sou um vampiro e com meu
cavalo negro eu apronto
E vou sugando o sangue dos meninos e das
meninas que eu encontro
Por isso é bom não se aproximar
Muito perto dos meus olhos
Senão eu te dou uma mordida que deixa na sua
carne aquela ferida
Na minha boca eu sinto a saliva que já secou
De tanto esperar aquele beijo, ai, aquele beijo que
nunca chegou
Você é uma loucura em minha vida
Você é uma navalha para os meus olhos
Você é o estandarte da agonia, que tem a lua
E o sol no meio-dia.

RESUMO

Este trabalho focaliza sensibilidades relativas ao corpo que perpassam o cotidiano urbano de uma cidade do interior do estado de São Paulo, então conhecida por Bragança, em fins do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX. Na busca de tais sensibilidades atentou-se para visões de civilização, de privacidade e de individualismo, porque estas tendem a balizar o imaginário de uma época, identificada por modernidade. Considerou-se que tais visões estão ancoradas em idéias liberais, positivistas e românticas e que estas, por sua vez, são perpassadas pela emergência de novas práticas de leitura. Periódicos e fotografias foram tomados como fontes privilegiadas da pesquisa. As contribuições teóricas de Peter Gay, Michel Foucault e Walter Benjamin foram fundamentais para este trabalho.

Palavras-chave: Corpo. Sensibilidade. Práticas de Leitura. História de Bragança Paulista. Fotografia. Impressos Periódicos.

ABSTRACT

This research looks for relative body sensibilities that pass by every day urban life of one countryside city in the State of São Paulo, then known as Bragança, in the ends of 19th century and the two first decades of 20th century. Searching such sensibilities we attempted to delimit those views of civilization, privacy and individualism, because those tend to mark out with the imaginary of that time, identified as modernity. It was considered that such views are anchored at liberal ideas, positivists and romantics and those, in turn, are pass by the emergency of new practical of reading. Periodics and photographs had been taken as privileged sources for this research. The theoretical contributions of Peter Gay, Michel Foucault and Walter Benjamin were so important for this research.

Keywords: Body. Sensibilities. Reading Practices. History of Bragança Paulista. Photograph. Periodics Printed Matters.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Professora Maria Carolina Bovério Galzerani, que me estimulou a tecer este trabalho por entre a busca do rigor acadêmico e a urdidura de minhas lembranças mais caras. Agradeço pelo carinho e atenção irrestritos: eles foram e são como o fio de Ariadne.

Agradeço aos professores Lilian, Myriam, Maria Helena e Luiz, que participaram da banca e que, com suas observações, contribuíram de forma inestimável para a conclusão deste trabalho.

Agradeço às professoras Ernesta, Maria do Carmo, Heloísa e Vera pela acolhida e pelo convívio estimulante no Grupo Memória.

Agradeço à professora Ediógenes Aragão. Em certa medida, nos almoços depois das aulas, o Pompeu, o Elison e eu acompanhamos como você enfrentou a dor da perda de um filho querido construindo laços de solidariedade com mães que passavam pelo mesmo drama. Tenho orgulho de ter sido sua aluna.

Agradeço ao Pompeu e ao Elison pela amizade irrestrita; vocês foram muito generosos e atenciosos comigo. Agradeço à Aída pela amizade sincera e à Ilka pela alegria contagiante. Agradeço aos amigos Arnaldo, Maria Sílvia, Fátima, Cláudia, Fernando e Thaís pelas trocas gratificantes no Grupo Memória.

Agradeço aos *DRAS* Valter Bertini, advogado e memorialista, que me franqueou o acesso ao seu acervo de imagens, e à Ana Cristina, historiadora e companheira de CDAPH, pela fé inabalável em nossos projetos com história local.

Agradeço ao Nicolino e ao Izidoro, também incansáveis companheiros de CDAPH: sem eles esta trajetória seria muito mais árdua.

Agradeço ao senhor José Roberto Vasconcellos, advogado e memorialista, pelas informações e imagens cedidas ao trabalho. Agradeço ao Valter Biscaia, à Isabel e à Cíntia pelo cuidado com o texto.

Agradeço ao Frei Orlando e ao Marcos pelos bons anos de IFAN, e ao Alberto, agradeço por sempre ter-me estimulado a trabalhar com história local.

Agradeço ao Mendes, à Tânia, ao Oto e ao Luiz Fernando: vocês foram o ombro amigo e forte que me amparou, em um momento extremamente difícil.

Agradeço ao Orlando, à Salete, à Fabiana e ao Felipe a acolhida ao tio João, ao longo do segundo semestre de 2002. Na verdade, muito além da acolhida, o absoluto apoio ao Pedro, ao Lucas e a mim. Foi uma lição de vida.

Agradeço ao Hélio, à Adriana e à Myrian. A amizade de vocês foi e é fundamental. Guardo com muita gratidão a lembrança dos telefonemas da Dri me confortando e me ouvindo, ouvindo, ouvindo... Guardo com uma alegria infantil a lembrança do Hélio colocando o Pedro para dormir e a Myrian me amparando madrugada adentro. Obrigada!

Agradeço à Janete e à Cleonice, amigas que não me faltaram quando olhei ao redor e não vi mais ninguém.

Agradeço ao Renato pelo estímulo e pela atenção: tudo indica que finalizaremos nossas teses!

Agradeço à minha irmã Lúcia, ao Ricardo, aos meus sobrinhos Ricardo e João Pedro, à Denise, ao João, à Jaqueline e ao meu afilhado Henrique pela compreensão, ao longo destes anos, de meus esquecimentos imperdoáveis e da inexpressiva presença ao lado de vocês, em decorrência das longas horas de trabalho.

Agradeço ao João por ter-me provado que a vida pode sempre surpreender. Você é o amor da minha vida.

Agradeço ao Lucas e ao Pedro pelo amor que vocês me dão.

Agradeço aos meus pais: sem vocês eu não teria conseguido!

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	xvii
INTRODUÇÃO	1
À GUISA DE UM <i>INTERMEZZO</i>	27
CAPÍTULO I O CENÁRIO	51
1.1 O Brasil como contexto	54
1.2 Tradições socioeducacionais: um breve diálogo	61
1.2.1 A escola e a formação do professor	78
CAPÍTULO II BRAGANÇA: POR ENTRE O RUMOR DAS HISTÓRIAS E DAS MEMÓRIAS	93
2.1 A transformação e a efervescência urbanas	94
2.1.1 No encaicho do progresso econômico e cultural	97
2.1.2 As invenções modernas e o lazer	105
2.1.3 Os moradores da cidade: em busca de outras vozes e práticas socioculturais	118
2.1.4 Tentativas de controle do espaço e dos corpos	136
2.1.5 A presença da escola	152
2.2 No rastro das dissonâncias regionais	164
CAPÍTULO III O CORPO: ENTRE A MATERIALIDADE DAS FONTES E AS REMINISCÊNCIAS AMBÍGUAS	189

3.1 O corpo e a fotografia: leituras possíveis	196
3.1.1 Situando os periódicos locais	202
3.1.2 Fragmentos do espaço e do tempo, nem tão silenciosos assim...	206
3.2 O corpo biografado	240
ALGUMAS PALAVRAS FINAIS	271
ENTIDADES CONSULTADAS	275
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	275
FONTES PRIMÁRIAS	275
FONTES SECUNDÁRIAS	276
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	284
ANEXO 1 Artigo A Greve do Jornal Cidade de Bragança	290
ANEXO 2 Boletim da Liga Operária de Bragança.....	291
ANEXO 3 Capa dos Estatutos da Liga Operária.....	292

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Imagem da capa do processo	32
Figura 2 – Imagem frontal do retratado	40
Figura 3 – Imagem da parte inferior do tronco	43
Figura 4 – Imagem do objeto	44
Figura 5 – Estação Bragança	101
Figura 6 – Banda 15 de Outubro	106
Figura 7 – Verso da fotografia da Banda 15 de Outubro	107
Figura 8 – Teatro Carlos Gomes	109
Figura 9 – Fachada do Clube Literário	111
Figura 10 – Clube Literário	112
Figura 11 – Orquestra do Clube Literário	114
Figura 12 – Grêmio Comercial de Bragança	115
Figura 13 – Bragantino Futebol Club	119
Figura 14 – Sociedade Democrática Italiana de Socorros Mútuos	130
Figura 15 – Boletim da Liga Operária	134
Figura 16 – Hospital de Isolamento	138
Figura 17 – Praça do Mercado Municipal	143
Figura 18 – Jardim Público	144
Figura 19 – Teatro e Cadeia.....	148
Figura 20 – Santa Casa de Misericórdia	149
Figura 21 – Colocação da pedra fundamental do Grupo Jorge Tibiriçá	155
Figura 22 – Alunas do Grupo Escolar Jorge Tibiriçá	156
Figura 23 – Alunos do Grupo Escolar Jorge Tibiriçá	157
Figura 24 – Alunos do Grupo Escolar Jorge Tibiriçá	158

Figura 25 – Fotomontagem dos formandos do Grupo Escolar Jorge Tibiriçá	159
Figura 26 – Alunos do Grupo Escolar Jorge Tibiriçá uniformizados.....	160
Figura 27 – Largo da Matriz	208
Figura 28 – Largo da Matriz	209
Figura 29 – Largo da Matriz	210
Figura 30 – Vista panorâmica.	211
Figura 31 – Rua do Comércio.	212
Figura 32 – Transporte de material para instalação da luz elétrica	213
Figura 33 – Construção dos alicerces da nova caixa d’água da Bocaina	214
Figura 34 – Construção dos alicerces da nova caixa d’água da Bocaina	215
Figura 35 – Corporação Musical do Prof. Hermógenes de Paiva	218
Figura 36 – Comemoração de 13 de Maio em Caetetuba – Atibaia	219
Figura 37 – Piquenique em comemoração a 13 de Maio em Caetetuba – Atibaia	220
Figura 38 – Uma fotografia de vinte anos atrás	222
Figura 39 – Biblioteca do Clube Literário	223
Figura 40 – Primeira página do jornal A Notícia	225
Figura 41 – Fotografia da mesa administrativa da Santa Casa	227
Figura 42 – Cônego Francisco Claro de Assis	229
Figura 43 – Padre Simplício Bueno de Siqueira	229
Figura 44 – Dr. Manoel José Villaça	231
Figura 45 – Coronel Jacintho Osório de Lócio e Silva	232
Figura 46 – Coronel Francisco Emilio da Silva Leme	233
Figura 47 – Coronel Luiz Manoel da Silva Leme	233
Figura 48 – Dr. Américo de Campos	233
Figura 49 – José Gomes da Rocha Leal	233

Figura 50 – Coronel Theophilo Francisco da Silva Leme	234
Figura 51 – Nicolino Nacaratti	234
Figura 52 – Capitão Nicolau Asprino	234
Figura 53 – Dr. Joviano Telles	234
Figura 54 – Anuario de Bragança para 1904.	237
Figura 55 – Amália Cintra Ferreira	237
Figura 56 – Página da Revista Renascença com reprodução da imagem de Maria Leontino	238
Figura 57 – Senhorita Miquelina Osório	239

INTRODUÇÃO

... corpo é o primeiro lugar onde a mão do adulto marca a criança, [...] primeiro espaço onde se impõem os limites sociais e psicológicos que foram dados à sua conduta, [...] emblema onde a cultura vem inscrever seus signos como também seus brasões.

VIGARELLO, 1996

Este trabalho focaliza sensibilidades relativas ao corpo humano que perpassam o cotidiano urbano de uma cidade do interior do estado de São Paulo, então conhecida por Bragança¹, em fins do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX.

Ele tem sua origem em minha trajetória de vida, experiências e lembranças. Traz marcas inegáveis de minha subjetividade na escolha do tema, do lugar e do período privilegiados, bem como nos critérios que orientaram a definição e o diálogo com as diferentes fontes. Muitas dessas marcas estavam ancoradas em perguntas inscritas em minha memória e em desejos latentes da minha vontade que, por sua vez, trazem as marcas do meu tempo. Por outra perspectiva, este trabalho situa a minha formação acadêmica e os referenciais teóricos com os quais comungo. Nesse sentido, considereei pertinente dividir esta introdução em dois momentos. No primeiro, coloco-me como sujeito – senhora de uma história e de uma memória, capaz de produzir conhecimento e de ressignificar experiências. No segundo, introduzo o leitor aos temas e às discussões contempladas pelo trabalho.

O sujeito: compartilhando laços de cumplicidade e sentimento de pertença

Nasci em uma família do interior paulista, na cidade de Bragança Paulista, no início da década de 1960. Meu pai é o único homem dos cinco filhos de meus avós. O casal teve seis filhos, mas minha avó paterna perdeu uma das filhas, ainda bebê. Minha mãe é a mais nova dos quatro irmãos. A vida de meus avós paternos e maternos, assim como a dos meus pais, foi marcada por muito trabalho. Cresci ouvindo e aprendendo a respeitar o sofrimento dos menos afortunados. Cresci ouvindo “causos” e fatos ocorridos com os mais velhos.

¹ A denominação atual de Bragança Paulista foi adotada apenas em 1940.

Cresci aprendendo a lidar com a diversidade de valores e práticas socioculturais. Deu no que deu – deixei no meio o curso de administração hospitalar e graduei-me em história, em 1984.

Meu avô paterno e seu pai tinham um depósito de fumo. Um dia, quando levavam uma carga de fumo em seu pequeno caminhão, pelos idos de 1940, ao cruzarem uma estrada de ferro, foram atropelados por um trem – o acidente custou-lhes a saúde e impôs-lhes muitas dificuldades. Por causa desse acidente, meus avós paternos mudaram-se para um sítio e se dedicaram a uma pequena criação de porcos e a uma fábrica de farinha de milho. Minha avó sabia ler e gostava de escrever pequenos acrósticos – como ela dizia. Por entre a lida com crianças, a terra e os animais arranjou um tempo para ser professora e, por vezes, parteira naquele lugar. Ganhei dela uma pequena valise na qual ela guardava seus apetrechos – valise presenteada por um médico local, nos idos daqueles tempos. Sei que ela gostava de ler. Das lembranças que trago dela, as mais caras são aquelas em que ela reunia seus netos na cama de seu quarto e contava histórias para a criançada – costume herdado por meu pai. Mulher valente, forte, sempre tinha um tempo para um dedo de prosa e uma boa piada. Gostava de comer. Ela era uma avó à moda antiga, tinha a cabeça branca, era baixa e gorda. De meu avô paterno guardo o cheiro do fumo picado embalado na palha de seu cigarro. Ele era quieto e sério. Na velhice, já então morando na cidade, meu avô balançava-se em sua cadeira de vime, nos fins de tarde, quando todos os filhos, genros, noras e netos reuniam-se em sua casa.

Minha avó materna tinha um nome que me encanta até hoje: Orvalina, orvalho... De manhã, quando era criança e acordava no sítio de meus avós maternos, durante as férias e fins de semana, saía para o pasto e sentia as barras das minhas calças umedecerem. Não era chuva, não era alguma poça d'água em que eu havia pisado, era o orvalho que havia caído de madrugada e deixado todo o mato úmido. Quando olhava para o pasto, podia avistar a fina camada de orvalho que recobria o capim – era um outro mundo, era um outro tempo.

Minha avó era filha de italiano, casado com brasileira. Mulher trabalhadora e determinada. Havia brigado com o pai, rico fazendeiro, assim como seu sogro. Ela tocou a família ao lado do meu avô, com o suor do seu trabalho, em um sítio que eles formaram no transcorrer de suas existências. Em fins dos anos 20 do século passado, construíram a casa que abrigou a família. Era uma casa grande. As janelas e portas eram muito altas. No batente da porta do quarto, que ficava próximo à entrada da frente, que dava para o terreiro de café, havia um prego. Lá meus avós penduravam as chaves da casa, da tulha e do paiol, assim

como o almanaque do Biotônico Fontoura, que nas farmácias de Bragança era distribuído gratuitamente, juntamente com o calendário do ano. Meu avô tinha o cuidado de passar um barbante por um furo que ele fazia na extremidade superior, do lado esquerdo do almanaque, para pendurá-lo no batente da porta. No almanaque ele confirmava as estações do ano e o ciclo lunar – aprendi que a lua minguante é a época certa para cortar a taquara, porque assim ela não “caruncha”. A taquara servia, entre outras coisas, para fazer a cerca da horta, proteger arbustos novos do ciscar das galinhas pelo pomar, e para meu avô montar pequenas arapucas para caçar passarinhos, debaixo de um grande abacateiro no pomar. E eu, de vez em quando, folheava as páginas do almanaque em busca de piadas, adivinhas e curiosidades.

A energia elétrica chegou ao sítio de meus avós maternos somente em meados da década de 1970. Passei meus fins de semana e férias escolares por entre o cheiro da fumaça e estalidos da madeira no fogão à lenha do sítio deles. Acordava de manhã e ficava ouvindo o barulho das pombas que dormiam em pequenos cestos colocados nos beirais dos telhados da tulha, do paiol e do galinheiro, que ficavam muitos próximos da casa. Ficava ouvindo o mugido dos bezerros e vacas no mangueiro. Tudo isso começava muito cedo.

Eu só podia sair da cama quando o dia clareava. Sabia que podia levantar quando escutava o barulho do meu avô quebrando as taquaras secas na cozinha para acender o fogo do café. Eu devia levantar silenciosamente para não acordar minha única irmã, mais nova que eu, a Lúcia. Impossível, algo extremamente difícil para uma criança! Mas essa empreitada ganhava ares de aventura quando eu pegava minha caneca de alumínio e ia para o mangueiro tomar leite tirado da vaca na hora! Tenho na memória o barulho do leite caindo na caneca, o movimento sincronizado das mãos do leiteiro, puxando e soltando as tetas da vaca – os leiteiros: o Miguel casado com a Servina, o Orestes com a Isabel, o Abel com a Dinha... – e o cheiro daquele lugar povoado por vacas, cavalos, cachorros e galinhas. Estas últimas ficavam circulando desde cedo pelo mangueiro. Até hoje, quando ouço um galo cantar, sou tomada por aquela alegria infantil. Teias de aranha, muitas teias, tomavam o teto desse lugar.

Lá no mangueiro, meu pai olhava para mim o tempo todo. Sério, ele me mandava ficar quieta. Eu não podia fazer barulho nem falar para que as vacas não escondessem o leite. Essa era uma relação que eu não conseguia entender: silêncio e as vacas dariam leite, barulho e as vacas esconderiam o leite! Nos dias frios de julho eu me divertia com o vapor que saía da minha boca, das narinas dos animais e do leite que caía na caneca. O cheiro dos arreios,

mantas e freios sobre a carroça, também guardada no mangueiro, misturava-se no ar com o cheiro do óleo diesel queimado – usado para proteger as toras de madeira de que era feito o local –, assim como com os odores do esterco e dos próprios animais.

Eu não gostava de brincar com bonecas e panelinhas, preferia brincar com barro, andar a cavalo ou ficar pelo mangueiro. O homem já havia chegado à Lua, os transplantes de coração já haviam acontecido. As séries do Nacional Kid, Bonanza, Bat Masterson e Vigilante Rodoviário faziam parte da minha vida, tanto quanto os festivais da TV Record, que minha mãe me colocava para assistir, assim que chegávamos do sítio. E a ditadura militar estava em plena vigência! E eu? Acompanhando a colheita, secagem e lavagem do café. Os colonos chegavam no final da tarde, as mãos sujas e calejadas, os chapéus grandes e as mulheres com saias por sobre as calças. Eles despejavam em “carguinhas” o café colhido no dia, tantos alqueires de café, tantas fichas – no final do mês, essas fichas eram trocadas por dinheiro. O café era ensacado em sacos de estopa. Lembro de meu avô costurando esses sacos. Meu avô me trazia maria-mole e suspiros da venda da vila do Arraial, que fica na estrada que vai de Bragança para Amparo. Os suspiros eram verdes ou brancos ou amarelos... eram mimos do avô para a neta mais velha.

Para chegar até o sítio era uma outra aventura. A estrada foi asfaltada já em fins dos anos 70. Meus pais tinham um jipe vermelho 59, com tração nas quatro rodas. Quantas vezes minha mãe pegava minha irmã no colo, descia do jipe com medo, porque a estrada estava intransitável. Então, meu pai e eu atravessávamos algum pedaço da estrada cheio de lama. Para aquela menina era o máximo! Às vezes, o jipe atolava.

Durante a semana, enquanto eu ainda era criança, minha mãe era professora e meu pai contador de uma firma. Nos fins de semana, eles mexiam com terra e animais. Eles conseguiam dar liga ao mundo dos que envelheciam e dos que começavam a descobrir o que era a vida. Assim, eu cresci com uma mãe que sempre me mostrou, no terreiro do sítio, que o céu de julho à noite era o mais bonito, porque dava para enxergar muito bem as Três Marias e o Cruzeiro do Sul; com um pai que sempre me levou para a internada ver o gado, e com minha irmã caçula em meu encaço, sempre cúmplice e solidária, ainda bem! Minha mãe ensinou-me a não abaixar os olhos, a perscrutar o entorno e as pessoas. O meu pai, a olhar para a frente porque, segundo ele, “Na vida a gente só não dá jeito na morte!”

Esta minha trajetória sempre foi compartilhada com tios, alguns poucos primos e, muitos, muitos velhos... Por conta do que, como já disse, cresci ouvindo “causos” e convivendo com as doenças e o tempo que fragilizam, tomam a vida das pessoas até a morte – já se foram os meus avós, o tio Alípio, o Dindo, a Dinda, a tia Dada, o tio Artur, o tio Jeremias e a Tita, minha tia-madrinha. Ah, não posso deixar de lembrar de uma senhora já bastante idosa, mulata, que havia trabalhado no sítio de meus avós maternos, chamada Dita. Ela me causava estranhamento, quando aparecia de surpresa em minha casa na cidade e, no meio de sua conversa com minha mãe, acabava sempre dizendo: – Dirce, “sodade” dói!

Quando era pequena, aos quatro anos, tive difteria. O médico disse que eu iria morrer. Meu pai fez uma promessa a Nossa Senhora da Aparecida – eu sobrevivi! Ele foi a pé, por entre estradas de terra e mata fechada, dormiu pelo caminho, até chegar em Aparecida do Norte. Ele ainda conta que ouvia “as pardinhas”, noite adentro. Quando voltou, os pés dele estavam inchados e cheios de bolhas. Um amigo e o leiteiro do sítio, daquela época, fizeram essa caminhada com ele. Desde pequena aprendi que a vida é um mistério e que os homens não têm qualquer controle sobre o antes e o depois. Penso que, talvez, a eternidade tão almejada, em momentos de perda e luto, esteja apenas na nossa memória.

Como convivi com a diversidade muito grande de experiências e valores propiciados pelo ir e vir da cidade para o sítio, hoje percebo que essas experiências enigmáticas e ambíguas possibilitaram-me vivenciar sensações intensas em relação à vida, aos outros e ao meio.

Aprendi a viver dessa forma. Estudei em uma escola pública. Algumas de minhas amigas eram “alunas da caixa”: – o que significava isso? Elas recebiam da escola o material escolar e o uniforme. Aprendi com a dor delas o quanto eu era privilegiada. A maior parte dessas minhas amigas não chegou a completar os estudos; nos perdemos de vista. Mas não me esqueci da Sara, da Nádia, da Maria Cândida, da Maria Aparecida. Onde estarão elas? Onde estará a Pituca? Uma menina de cabelos pretos e lisos, sempre com um rabo de cavalo. Ela tinha um rosto bonito, os olhos eram pretos. Ela falava e escrevia com muita dificuldade, tanto quanto caminhava. Tinha o tronco disforme e uma das pernas mais curta que a outra. Fomos colegas nos dois últimos anos do chamado curso primário. Ela era uma boa aluna, sua mãe a levava e buscava na escola todos os dias. Não a vi mais.

Quando ingressei no curso de história, em 1980, na UNICAMP, não me afastei de minhas experiências. No transcorrer de minha graduação fui estimulada a refletir sobre a produção e a marginalização das diferenças – com o prof. Manoel Berlinck tive um curso de introdução à psicanálise, no qual fui estimulada a refletir sobre a diferença entre instinto e pulsão (*trieb*) e a encarar o corpo como um enigma. Com o prof. Alcir Lenharo li e reli a Psicologia de massas no fascismo e a Revolução molecular; com a profa. Stella Bresciani aprendi a me perder pelas cidades imaginárias e só então pude perceber porque Orlando despertou, na sensibilidade de Virgínia Woolf, mulher na *urbis* tomada pelo ritmo alucinante da modernidade; com os professores Michael Lahud e Jonas tive lições de vida no Instituto de Estudos da Linguagem. Em um determinado momento do meu quarto semestre, o Michael convidou o Jonas para participar de uma aula. Ambos narraram o que significou maio de 68 para eles, a partir de suas próprias experiências.

Foi assim, no transcorrer da graduação em história, do curso de artes plásticas que não pude finalizar, do mestrado e do doutorado que ocorreram concomitantemente ao trabalho em escolas públicas e particulares, à atuação em um centro de documentação e à docência nos cursos de medicina, pedagogia, turismo, história e direito. Foi assim, ou melhor é assim... Casei, tenho dois filhos. Tenho alegrias e algumas decepções, como qualquer pessoa. E a firme convicção que algumas coisas precisam mudar.

O trabalho

Como já foi dito, trato de sensibilidades relativas ao corpo humano que perpassam o cotidiano da cidade de Bragança, em fins do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX. Busquei tais sensibilidades atentando para visões de civilização, de privacidade e de individualismo, porque estas tendem a balizar o imaginário de uma época, identificada por modernidade. Considerei que tais visões estão ancoradas em idéias liberais, positivistas e românticas e que estas, por sua vez, foram perpassadas pela emergência de novas práticas de leitura. Ressalto que essa época é também marcada pela “... rejeição da expressão franca da satisfação pública das necessidades corporais [...] por meio de invenções culturais” (GAY, 1988, p. 51). Rejeição que teve continuidade e ganhou fôlego no período, já que:

Na imagem do corpo individual visto pelos tempos modernos, a vida sexual, o comer, o beber, as necessidades naturais mudaram completamente de sentido: emigraram para o plano da vida corrente privada, da psicologia individual, onde tomaram um sentido estreito, específico, sem relação alguma com a vida da sociedade ou o todo cósmico. Na sua nova acepção, eles não podem mais servir para exprimir uma concepção do mundo como faziam antes. (BAKHTIN, 1993, p. 280).

Ou, dito em outros termos, um corpo no qual a vida não “... se revela no seu processo ambivalente, interiormente contraditório” (BAKHTIN, 1993, p. 23)². Uma das premissas que orientou a reflexão e os procedimentos encetados foi que o corpo é um dos *loci* por excelência no qual visões modernas se inscrevem. Visões que perpassam práticas socioculturais plurais. Essas práticas³, em grande parte, dissonantes, ambivalentes e contraditórias, são geradas no rastro e no interior de tensões e de conflitos sociais. Por sua vez, a dinâmica dessas tensões e conflitos é marcada pelo estranhamento do homem frente aos simulacros e às fantasmagorias modernas. Estranhamento que talvez se situe no vórtice compulsivo de consumo desenfreado de parcela significativa da sociedade, na busca alucinante e agressiva pelo “sempre novo” (BENJAMIN, 1989)⁴. E, na perspectiva desta busca, o desejo insaciável de apagar as cicatrizes – do tempo, das experiências do sujeito na relação com o outro e consigo próprio, da singularidade, da fragilidade do corpo e da finitude da vida – causa-me desconforto e justifica este trabalho.

Além do que, na modernidade, sob alguns aspectos, o corpo⁵ torna-se prisioneiro de diferentes instituições sociais, produtoras de discursos e práticas especializadas, que se revestem da pressuposta competência daqueles que os enunciam⁶. Discursos e práticas endossadas e disseminadas por médicos, filantropos, autoridades públicas, religiosos e educadores, dentre outros. Fato que acaba por propiciar, em algumas situações, ações e comportamentos que tendem a legitimar a violência, a discriminação, a segregação e a

² Para Bakhtin “Em oposição aos cânones modernos, o corpo grotesco não está separado do resto do mundo, não está isolado, acabado e nem perfeito, mas ultrapassa-se a si mesmo, franqueia seus próprios limites. Coloca-se ênfase nas partes do corpo em que ele se abre ao mundo exterior, isto é, onde o mundo penetra nele ou dele sai ou ele mesmo sai para o mundo através de orifícios, protuberâncias, ramificações e excrescências, tais como a boca aberta, os órgãos genitais, seios, falo, barriga e nariz. É em atos tais como o coito, a gravidez, o parto, a agonia, o comer, o beber e a satisfação de necessidades naturais, que o corpo revela sua essência como princípio em crescimento que ultrapassa seus próprios limites. É um corpo eternamente incompleto, eternamente criado e criador, um elo na cadeia da evolução da espécie ou, mais exatamente, dois elos observados no ponto onde se unem, onde entram um no outro.” (BAKHTIN, 1993, p. 23).

³ Para Veyne “... cada prática, ela própria, com seus contornos inimitáveis, de onde vem? Das mudanças históricas, muito simplesmente, das transformações da realidade histórica, isto é, do resto da história como todas as coisas” (1998, p. 251).

⁴ Para Rosenfield “... Benjamin vê o suposto progresso da civilização humana como inseparável da barbárie. Benjamin é fiel às teorias de Nietzsche e de Freud, que pensaram, seriamente as representações míticas da violência – originária, necessária e paradoxal – que simultaneamente impulsiona os progressos da cultura e corrói a civilização instaurada”. (2006, p. 199).

⁵ PORTER (1992) e SENNETT (1988).

⁶ CHAUI (2006), FOUCAULT (1977).

exclusão de amplos segmentos sociais⁷. Em consonância a teóricos que discutem as experiências de tais segmentos, tomei como uma das hipóteses de pesquisa que este mesmo corpo, em diferentes situações, ao mesmo tempo transgrediu a condição de vítima e de objeto do conhecimento científico, reagindo, resistindo e negando a possibilidade de total desvelamento, controle e aprisionamento dos desejos e das pulsões que deram significado às experiências vividas por diferentes sujeitos, em uma determinada época, para além das “simplificações tentadoras”⁸ (GAY, 1988), que tendem a minar a força das utopias.

Considerarei também que a modernidade contempla aspectos relativos à modernização das forças produtivas e aos valores estéticos do modernismo, retomando, dessa forma, as contribuições de Bermann, quando propôs que:

Nossa visão da vida moderna tende a se bifurcar em dois níveis, o material e o espiritual: algumas pessoas se dedicam ao “modernismo”, encarado como uma espécie de puro espírito, que se desenvolve em função de imperativos artísticos e intelectuais autônomos; outras se situam na órbita da “modernização”, um complexo de estruturas e processos materiais – políticos, econômicos e sociais – que, em princípio, uma vez encetados, se desenvolvem por conta própria, com pouca ou nenhuma interferência dos espíritos da alma humana. Esse dualismo, generalizado na cultura contemporânea, dificulta nossa apreensão de um dos fatos mais marcantes da vida moderna: a fusão de suas forças materiais e espirituais, a interdependência entre o indivíduo e o ambiente moderno (1986, p. 129).

Sob esta perspectiva, Naxara (2001) propõe que novas sensibilidades surgiram com o homem moderno relativas às demais formas de vida e à natureza. Para a autora, a leitura de Keith Thomas permite uma aproximação com tal questão. Segundo Naxara, aquele autor:

... considera que essa nova inclinação dos homens para a natureza – desde o jardim paisagístico à floresta selvagem –, no entanto, não constituiu vitória da espontaneidade e da intuição. A sua apreciação requeria uma educação clássica e algum conhecimento de história e literatura. [...] Para sua apreciação e fruição estética era necessário, portanto, um olhar racionalmente instrumentado. (2001, p. 435)

⁷ Por exemplo de negros, de membros das classes trabalhadoras, de homossexuais, de idosos, de portadores de necessidades especiais, dentre outros.

⁸ Neste contexto, reporto-me a Gay quando afirma que “A necessidade de viver segundo classificações nitidamente delineadas está profundamente arraigada na mente humana e constitui uma de suas primeiras exigências; a simplicidade alivia ansiedades por meio da eliminação das discriminações. Situações reais raramente são nitidamente definidas, e sentimentos reais frequentemente são verdadeiros vespereiros de ambivalência. Isto é algo que o adulto aprende a reconhecer e a tolerar, se tiver sorte; trata-se no entanto de uma percepção penosa da qual regredirá na primeira oportunidade que se lhe ofereça” (1988, p. 33). Ainda, para Gay “... os impulsos instintivos do homem são conservadores. Mudanças, por mais positivas que sejam, exigem o dispêndio de energias mentais, ações adaptativas. A menos que sejam cercadas de precauções e acompanhadas de um encorajamento afetuoso, a menos que sejam assimiladas passo a passo, contêm todos os riscos de uma aventura frente ao desconhecido, um terreno onde as respostas automáticas e procedimentos habituais perdem toda a sua eficácia”. (1988, p. 50).

Logo,

Para os homens formados a partir desse período, não somente a razão e o conhecimento eram representados como atributos especiais do homem civilizado, mas também a sensibilidade. Uma sensibilidade construída e cultivada diante do conjunto de valores denominados civilizados [...] A construção de uma nova relação dos homens com a natureza, que, por um lado, procura a descoberta e o conhecimento dos seus segredos pela ciência, objetiva e classificadora, e, por outro, vivencia-a através de uma sensibilidade aguçada pela emoção, do corpo e da alma. Sensibilidade romântica, que realiza a aproximação entre ciência e estética na apreensão e representação da natureza numa visão totalizante e orgânica ...” (NAXARA, 2001, p. 436).

No rastro das contribuições de Bermann e Naxara, procurei flagrar como a temática da “modernização” da cidade de Bragança, alicerçada no paradigma científico e na racionalidade instrumental de forma coetânea, sob auspícios, ainda, de um olhar romântico⁹, disseminada por periódicos locais, resignificada pelos leitores, suscitou e estimulou iniciativas para governar, organizar e disciplinar as pessoas, pelo controle de seus corpos. Para tanto busquei subsídios nas contribuições de Foucault e Vigarello. Ainda na direção das contribuições de Bermann e desses teóricos, busquei dialogar com Gay. Nesse sentido, como ele, endosse o conceito de cultura nos moldes dos antropólogos, por julgá-lo mais amplo. Assim, considere que:

Toda realização humana que de alguma forma contribui para a experiência pode ser englobada nesta vasta rubrica: as instituições sociais, o desenvolvimento econômico, a vida em família, as doutrinas religiosas e morais, os receios dos médicos, as mudanças de gosto, a estrutura das emoções, até mesmo a política [...] cultura é algo mais complexo, mais descontínuo e mais surpreendente do que julgam os estudiosos da moderna civilização ocidental. Os altos e baixos do encadeamento de causas e efeitos, [...] se incluirmos também suas dimensões inconscientes, a tornam refratária a qualquer tentativa de mapeamento empreendida pelo historiador. (GAY, 1988, p. 13).

⁹ Segundo Saliba tem-se “... duas atitudes gerais, entre as quais oscilou a sensibilidade romântica – uma retrospectiva, outra prospectiva [...] Todas as tentativas de definir o romantismo, identificando-o esquematicamente com a revolução ou com a reação, redundaram em fracasso, por ignorar a rota caprichosa deste imaginário. A ambigüidade do pensamento romântico caracterizou-se exatamente por combinar ora uma atitude, ora outra, numa busca desenfreada, talvez sem paralelo em outras épocas, para encontrar uma explicação global da realidade, uma explicação *cósmica*, combinando unidade e diversidade, continuidade e transformação [...] este traço romântico, que via todas as coisas despidas de qualquer estabilidade e potencialmente colocadas, sem exceção no limiar de uma nova época”. (2003, p. 16-17).

Ao adotar tal definição, assumi as críticas de Gay relativas a qualquer tentativa historiográfica que pretenda circunscrever a cultura a um mapeamento preciso e restrito das diferentes instituições e práticas socioculturais. Por essa razão, procurei trazer à tona práticas socioculturais eivadas de temporalidades plurais, movimentos descontínuos, acasos, ambigüidades e contradições. Essas práticas têm por contexto a trama urdida por entre tensões e conflitos, latentes ou manifestos, passíveis de serem rastreados através da emergência de novas sensibilidades relativas ao corpo, sensibilidades estas que vieram a compor a experiência humana a partir de elementos básicos como o amor, a agressão e o conflito. Ressalto que para Gay pode-se “... incluir no âmbito da agressão a necessidade que o homem tem de controlar seu ambiente por meio de invenções tecnológicas, políticas, sociais e estéticas” (1988, p. 16). Também lancei mão do conceito de experiência proposto por ele, de acordo com o qual:

... experiência é o encontro da mente com o mundo, no qual nem este nem aquela são jamais simples ou totalmente transparentes. Frequentemente banal à primeira vista, a experiência acaba por mostrar-se, sobretudo quando seguimos suas raízes até os remotos domínios do inconsciente, recalcitrante, fugidia, taciturna; criação de impulsos ambíguos de conflitos não-resolvidos, ela não raro semeia confusões e impõe drásticas interpretações falsas. Muito mais do que proporcionar uma oportunidade para o exercício estereotipado do raciocínio e da ação, a experiência participa na criação dos objetos do interesse e da paixão; dá forma aos anseios ainda incipientes e levanta barreiras contra ansiedades ameaçadoras. O apetite irrefreável do homem por novas experiências tem suas origens nas primeiras investigações da criança em busca do conhecimento sexual e no prazer que esse conhecimento lhe proporciona, prazer amplamente reprimido na infância e posteriormente sublimado em atividades culturais menos primitivas. [...] Além de ser um encontro da mente com o mundo, a experiência é também um encontro do passado com o presente. (GAY, 1988, p. 19).

Já os limites temporais da pesquisa foram instituídos levando-se em conta que o período convive com o aumento populacional e a rápida urbanização do país, na relação direta com o avanço da modernidade. Em particular, considerei a abolição recente da escravidão e a maciça imigração européia na jovem república brasileira. Esses fatos propiciaram o surgimento das grandes cidades, a industrialização crescente e a formação do mercado de trabalho assalariado. Os avanços técnico-científicos seduziram parcelas significativas da população, assim como a abundância da oferta de mercadorias, quer em quantidade, quer em variedade. O período foi marcado pela imagem da multidão nas grandes

idades e pelas epidemias que legitimavam a implementação de políticas sanitárias destinadas a garantir o controle das doenças e dos corpos¹⁰. Políticas que emergiram junto às manifestações operárias e às guerras que tomaram de assalto o dia-a-dia do homem comum, sugerindo o desconforto moral e o medo político que a pobreza sucitava nos contemporâneos da época, por conta de “... assinalar o poder destrutivo das multidões pobres movidas pelo instinto da sobrevivência” (BRESCIANI, 2006, p. 92). No seio de tal contexto inscreve-se a história de Bragança, cujas singularidades tiveram lugar nesta pesquisa, na qual procurei compreender algumas sensibilidades relativas ao corpo no imaginário local, explorando vestígios em diversificada base documental.

Tal procedimento acabou por indicar a pertinência do cotejo entre fontes de natureza diversas, promovendo um diálogo polifônico entre elas. Isso garantiu maior compreensão do dialogismo (BAKHTIN, 1993) por entre as diferentes classes sociais, de visões modernas e, em particular, como estas reverberaram em novas sensibilidades relativas ao corpo; além disso, esse procedimento abriu brechas para o entrecruzamento de temáticas que balizaram diversas iniciativas sociais, calcadas, fundamentalmente, nos ideais de saúde, de educação e de formação para o trabalho. Procurei flagrar tanto as visões modernas quanto as distintas sensibilidades relativas ao corpo em periódicos locais, processos do Judiciário, fotografias e contribuições teóricas de contemporâneos da época¹¹.

O diálogo com as diferentes fontes privilegiadas estimulou-me a elaborar a hipótese de que a produção e a legitimação de uma dada imagem de corpo, entre fins do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, em detrimento de outras, constituiu-se no processo de emergência e de consolidação de práticas socioculturais modernas e que também estão imbricadas em um dado olhar sobre a cidade e o seu cotidiano.

Registro ainda que, em um fluxo por vezes lento e contínuo, por vezes trágico, o período estudado vivenciou dramaticamente a trama social esgarçando-se em alguns pontos de referência tradicionalmente privilegiados da memória coletiva, e rapidamente sua tessitura sendo urdida e ressignificada por outras referências que atendiam às exigências impostas pelo

¹⁰ Ressalto que de acordo com Porter, Catherine Gallagher declarou que Malthus foi mal interpretado, se o valorizarmos tão somente como pai da demografia moderna, pois “Na verdade, ele propôs um enigma, dramaticamente novo com respeito ao bem-estar moral dos organismos políticos. Tradicionalmente o corpo saudável, devido a seus altos poderes reprodutivos, podia realmente se comprovar inimigo do estado. Assim, o corpo privado e o corpo público podiam estar em desacordo.” (PORTER, 1992, p. 313).

¹¹ José Veríssimo, Vicente Licínio Cardoso, A. Carneiro Leão, Ronald de Carvalho, Miguel Couto, Afrânio Peixoto e Pedro Basile.

novo “sempre igual” (BENJAMIN, 1989) – tão efêmero e descartável quanto assustador para alguns contemporâneos da época. Nesse sentido, considere que o tempo da memória não é cronológico, sincronizado – é outro, é o tempo da longa duração, das permanências, das emoções, das rupturas, dos sentidos; o tempo da memória é instável. A memória é espontânea, é seletiva (LE GOFF, 1990), mas capaz de resistir ao esquecimento deliberado ou não, por vezes, de maneira inesperada – nossos atos falhos e sintomas nos traem (FREUD, 1978). A memória não tem método, não é matizada por leis e princípios científicos. Essa premissa perpassou também este trabalho. Na trajetória da pesquisa, meu interesse pela história local cresceu e exigiu de mim sensibilidade para observar que:

A história [que] é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, é uma representação do passado. Porque é efetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Hallwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existirem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 91).

Nesta pesquisa não tive a pretensão de “resgatar a verdadeira” história e memória de Bragança, no rastro de sensibilidades relativas ao corpo humano no cotidiano local. Considerei, apenas, que estas se inscreviam no contexto da modernidade, por conta de que elas não estariam despidas dos registros de seu tempo, pelo simples fato de o trabalho estar ancorado na história local – isto é, de uma pequena cidade. Contudo, este pressuposto não excluiu do trabalho as particularidades locais, relativas às tais sensibilidades.

As fontes textuais não foram tomadas como reflexos inquestionáveis do cotidiano local e do contexto sócio-cultural mais amplo do país, no qual tiveram origem. Nesses diálogos com as fontes, parti da premissa que a linguagem não esconde, mas, sobretudo, revela positivamente (FOUCAULT, 1987). Assim, não abordei tais fontes na tentativa de

desmascarar ou desvelar intenções ocultas nas entrelinhas dos textos. Além disso, de maneira simultânea, na pesquisa das fontes textuais retornei a Gagnebin¹², quando propôs que:

... a escrita não é mais um rastro privilegiado, mais duradouro que outras marcas da existência humana. Ela é rastro, sim, mas no sentido preciso de um signo, ou talvez, melhor, de um sinal aleatório que foi deixado sem intenção prévia, que não se inscreve em nenhum sistema codificado de significações, que não possui, portanto referência lingüística clara (ASSMAN, 1999, p. 209). Pelo contrário, o rastro é fruto do acaso, da violência, ele foi deixado por um animal que corre ou por um ladrão que fugiu, ele denuncia uma presença ausente¹³ sem, no entanto, prejudicar de sua legibilidade: já que quem deixou rastros não o fez com uma intenção de transmissão ou de significação, o decifrar dos rastros também é marcado por essa não-intencionalidade. O detetive, o arqueólogo e o psicanalista, esses primos menos distantes do que pode parecer à primeira vista, devem decifrar não só o rastro na sua singularidade concreta, mas também tentar adivinhar o processo, muitas vezes violento, de sua produção involuntária. Rigorosamente falando, rastros não são criados – como o são outros signos culturais e lingüísticos –, mas sim deixados ou esquecidos. (GAGNEBIN, 2002, p. 129).

Em relação aos periódicos locais, mapeei também imagens relativas aos impressos na modernidade e senti-me estimulada a refletir se tais imagens entrecruzaram-se, instituindo novas práticas socioculturais relativas ao corpo. Para tanto, não considerei:

... como totalmente eficazes e radicalmente aculturantes os textos, as falas ou os exemplos que visam moldar os pensamentos e as condutas da maioria. [posto que], essas práticas são criadoras de usos ou de representações que não são absolutamente redutíveis às vontades dos produtores de discursos e de normas. Portanto, o ato de leitura não pode de maneira nenhuma ser anulado no próprio texto, nem os comportamentos vividos nas interdições e nos preceitos que pretendem regulamentá-los. A aceitação dos modelos e das mensagens propostas opera-se por meio dos arranjos, dos desvios, às vezes das resistências, que manifestam a singularidade de cada apropriação. (CHARTIER, 2004, p. 13-14).

De forma correlata a este procedimento, algumas questões foram esboçadas no transcorrer da pesquisa. Elas foram ferramentas importantes de trabalho e estimularam-me a refletir sobre a complexidade de procedimentos envolvidos na análise de periódicos

¹² Gagnebin reafirma a distinção que Aleida Assman tece entre os conceitos de escrita e rastro que, muitas vezes, são usados como sinônimos, o que não acontece necessariamente “Essa confiança na escrita como rastro duradouro e fiel começa a ser abalada ... no século XVIII. Já no século XIX, com o historiador Thomas Carlyle, por exemplo, as fontes escritas não são mais consideradas como sendo documentos integrais e confiáveis, mas sim julgadas aleatórias, são fragmentos de um passado desconhecido, farrapos de um tecido que se rasgou. Acentua-se a consciência da fragilidade e da caducidade das criações humanas, ... mas sim em oposição à soberana indiferença dos ciclos naturais... O que nos importa é que essa consciência da fragilidade e do efêmero altera profundamente a significação da metáfora mnemônica da escrita, especificamente do traço escrito como rastro” (GAGNEBIN, 2002, p. 129).

¹³ Grifo meu, esta presença ausente é aquilo no texto que é silenciado – ou seja, o processo que gerou sua produção.

impressos, mesmo na contemporaneidade. Afinal, a leitura de tais periódicos parece um fato natural e corriqueiro em nossos dias. Quantos de nós, logo ao acordar, não procuram rapidamente pelo jornal ou jornais para ler, colocando-se a par das notícias sobre o que acontece pelo mundo afora? Quantos de nós não almejam ter seus feitos divulgados por terem valor e mérito para ser registrados nesses impressos? Que dizer do receio que nos causa, só de pensar, que algum deslize de nossa parte merecesse destaque social para ser divulgado nesses periódicos? Quantas vezes nos sentimos incomodados e/ou alheios ao nosso mundo por termos deixado de ler os jornais do dia anterior ou as revistas semanais? Quantas vezes sentimo-nos relapsos pelo pouco tempo que dispomos para ler as notícias atualizadas do que ocorre pelo mundo afora? Quantos de nós, em nossos horários de descanso e feriados, não se colocam de pronto a ler as notícias e as propagandas veiculadas em jornais e em revistas impressas, com o fito de tirar o atraso das leituras não realizadas e de informar-se sobre o que ocorre no universo? Considerando que não podemos nos perceber desatualizados e desinformados sobre o que ocorre em nosso entorno, porque isso parece nos fragilizar enquanto pessoas civilizadas, não seria cabível perguntarmo-nos se essa não seria uma marca de nossa época, talvez urdida na emergência da modernidade?

Essa não seria uma “nova sensibilidade” relativa às práticas de leitura? Parece-me que essa é uma “nova” sensação inscrita em nossos corpos e que, fica na maior parte de nós, que somos leitores de periódicos, quando da impossibilidade dessa prática¹⁴.

Será que temos a pretensão de controle e de visibilidade do que acontece em qualquer lugar do mundo? Porém, uma lembrança que me é muito cara, faz-me parar diante de tais perguntas: o meu avô, um velho sitiante magro, com olhos azuis, as costas já arqueadas pela idade, percorrendo o jornal com a ponta do dedo para auxiliá-lo na leitura cotidiana de suas páginas... o que será que ele buscava nessas suas investidas no mundo das letras, do alto dos seus noventa e dois anos de idade, pouco antes de morrer? Essa curiosidade – infantil e cheia de saudade – embalou muitas das minhas inquietações no transcorrer desta pesquisa.

Retomando o raciocínio anterior, se nos sentimos desatualizados e desinformados, é como se tivéssemos sido segregados do convívio social e excluídos do mundo.

¹⁴ Abro um parêntese, para lembrar que de acordo com os muitos dos artigos veiculados nos impressos periódicos atuais, o que se espera de um profissional competente, inserido no mercado de trabalho, é que ele busque especializar-se continuamente, estar atualizado e informado, em seu campo de atuação – seja o campo que for no nível em que estiver. Dito de outra forma, espera-se que tenha uma boa bagagem de conhecimentos gerais, oriundos, em boa parte, da leitura de impressos periódicos, sejam estes culturais, científicos ou especializados.

Estrategicamente, saliento a expressão “é como se”, porque tal expressão acaba por remeter-me à impressão de que sabemos que tal sensação pode ser ressignificada. A expressão remete a uma dada sensação que é fruto de práticas sociais historicamente situadas, que não podem ser banalizadas nem tomadas como instintivas ou naturais da condição humana.

Sob tal perspectiva, ressalto que nos periódicos da virada do século XIX para o XX, chamou-me a atenção, no transcorrer das leituras, a pretensão do discurso que se queria “científico e moderno”, ao reafirmar a possibilidade de desvendar e conhecer o corpo em sua totalidade. Pareceu-me que tal pretensão ia ao encontro do desejo de negar as experiências que sulcam os rostos, que flagelam o corpo, desejo registrado nas propagandas impressas. Estas, dentre outras coisas, alardeavam perfumes que minimizavam os odores desagradáveis, cremes que amenizavam as rugas e manchas da pele, tintas que escondiam os cabelos brancos, elixires que prometiam virilidade, rejuvenescimento e longevidade. No transcorrer da pesquisa encontrei vários indícios desse desejo por entre as páginas dos impressos.

Penso que a banalização e a naturalização da leitura de periódicos impressos em nosso cotidiano merece um olhar mais atento, em busca de sua historicidade. A par de tal idéia, esbocei algumas questões: quando e como esses suportes de informação e de propagandas – enquanto mercadorias valorizadas na modernidade – ganharam este significado em nossas vidas, instaurando diferentes sensações relativas aos acontecimentos, ao espaço e ao tempo? Quais foram as temáticas e as imagens de corpo valorizadas e disseminadas nos periódicos pesquisados? Que padrões de comportamento, gestos e posturas corporais disseminaram? Como estas reportavam-se às sensibilidades relativas ao corpo?

Nesta perspectiva, as fontes impressas privilegiadas instigaram-me, em decorrência de suas potencialidades como documentos que permitem recortes historiográficos múltiplos na construção da história local e, em uma perspectiva mais ampla, da história do país no contexto sócio-cultural da época. Tomei os periódicos enquanto vestígios de subjetividades, de intencionalidades, de práticas e de valores coletivos e individuais, passíveis de prospecção e análise. Considerei na pesquisa que eles subsidiariam o delineamento de uma possível cartografia das estratégias de veiculação de ideais intrínsecos à modernidade. Também abordei esses periódicos considerando que eles suscitaram a emergência de novas práticas de

leitura. Estas, segundo Olson (1997)¹⁵ provieram do período de transição da Idade Média à Renascença, e tais mudanças permitem-nos identificar o “aprendizado de uma nova forma de leitura” que se altera da leitura das entrelinhas para a leitura da “... informação representada explicitamente no texto” (OLSON, 1997, p. 159). O autor toma como hipótese que as “Novas maneiras de ler levaram a novas formas de escrita, e todas essas inovações provocaram o surgimento de novas maneiras de pensar sobre o mundo e a mente” (OLSON, 1997, p. 159). Para ele a expressão “leitura” possibilita várias interpretações e práticas, sendo necessário dar-lhe historicidade. Olson procura rastrear se as novas maneiras de ler propiciaram o surgimento de novas formas de escrita, e se tais novidades teriam gerado novas maneiras de pensar sobre o mundo e a mente. E, nesta perspectiva, perguntei-me se tais novidades não teriam propiciado novas sensibilidades relativas à própria percepção de corpo ?

Olson aproxima-se de Chartier na busca de historicidade da escrita e das práticas de leitura; ambos salientam que a maneira de ler do leitor ocidental exige determinadas técnicas, posturas, gestos e movimentos que, por sua vez, pressupõem também uma dada relação intelectual e corporal do sujeito com a materialidade do suporte, com o texto lido e/ou produzido. Deparei-me com as mesmas estruturas fundamentais do códex (CHARTIER, 1998) nas fontes documentais pesquisadas. O leitor ocidental do impresso, ainda hoje, adota em sua leitura referências como a paginação, o índice e a diagramação do texto. O olhar desse leitor percorre o texto da esquerda para a direita, no sentido vertical, de cima para baixo. Pontuo que estes são procedimentos similares aos exigidos para a leitura de manuscritos. Chartier (1998) julga que a diversificação dos procedimentos e profissões no século XIX, após a revolução industrial da imprensa, suscitou um abalo na cultura escrita, posto que propiciou a delimitação, a separação e a especialização das atribuições dos profissionais (autor, editor, tipógrafo, distribuidor e livreiro) ligados à produção do livro. Em tal contexto, o custo do livro diminuiu, com o aumento da produção e da tiragem das publicações, bem como diminuiu o tempo necessário para a reprodução do texto em decorrência dos recursos técnicos utilizados. Na mesma época, observou-se o aumento vertiginoso do número de livros e periódicos circulando entre um público voraz por

¹⁵ David R. Olson é professor de Ciência Cognitiva Aplicada no Instituto para Estudos em Educação de Ontário. Suas pesquisas na área de cognição, desenvolvimento cognitivo e cultura escrita resultaram em várias obras. No transcorrer da década de 60, classicistas, historiadores, lingüistas, antropólogos e psicólogos uniram esforços com estudiosos de pedagogia para explorar o tema da escrita: o que é, o que ela faz, o que as pessoas fazem com ela e como essas funções se desenvolveram ao longo da história, procurando entender como as tentativas de representar o mundo no papel alteraram a própria estrutura do conhecimento e do pensamento, a par das contribuições de McLuhan, Havelock, Goody e Watt.

novidades, tanto no Brasil quanto nos demais países, muito embora os periódicos, em sua grande maioria, não tenham tido uma vida longa.

Galzerani propõe que, no período estudado, “No interior [de] ‘novos’ contextos urbanos de leitura, isto é, nas bibliotecas, gabinetes de leitura, associações, escolas, aprofunda-se o projeto moderno – republicano ou não – de uma prática sócio-cultural ancorada na escrita.” (GALZERANI, 1998, p. 238). Acredito que tal prática impregnou uma dada sensibilidade relativa à percepção que se tem do corpo do letrado naquele momento: desde estudos sobre a postura corporal adequada à leitura (individual ou coletiva, silenciosa ou em voz alta) e escrita (exercícios de caligrafia e cópias, por exemplo), até questionamentos sobre os padrões comportamentais e valores sociais que se inscreveriam “no corpo e na alma” do sujeito afeito à leitura. Essa prática e uma dada percepção do corpo do letrado foram registradas em diferentes situações e documentos – pinturas, gravuras, caricaturas, fotografias e textos de naturezas diversas.

Os impressos periódicos¹⁶ também contribuíram para fomentar a sensação de que o tempo passava cada vez mais rápido, por conta da fugacidade das notícias, sensação esta inscrita nos corpos de contemporâneos da época, na ansiedade e urgência com que sentiam a premência por fazer, trabalhar e produzir cada vez mais e melhor (GAY, 1988)¹⁷, em uma tentativa de romper com os limites temporais e físicos do próprio corpo.

Tais mudanças não ocorreram do dia para a noite; a sensação de aceleração e sincronização do tempo, pouco a pouco, ganhou materialidade na lógica que orientou a escolha da diagramação e dos conteúdos temáticos dos periódicos. Nestes, instaurou-se a busca insana pela novidade efêmera. Notícias curtas, como *flashs* que espoucam ora aqui ora acolá, dando a sensação de uma cobertura universal e sempre atualizada de fatos distintos, ocorridos em diferentes lugares do planeta, caricaturas, piadas, informações sobre horários de atendimento e de funcionamento do comércio e dos serviços urbanos, nomes das principais autoridades e propagandas compõem os periódicos – publicações destinadas ao consumo rápido – mas sempre ressignificadas pelo leitor. Talvez os olhos desse leitor percorressem os

¹⁶ Em tal contexto, não é apenas o impresso que é tomado enquanto mercadoria, mas seus potenciais leitores. Porque se o editor vende notícias e anúncios para os seus leitores, ele também vende aos anunciantes os espaços destinados à divulgação de propagandas, que têm seu valor econômico assentado no número potencial de leitores de sua publicação. Assim, estes potenciais leitores equivalem a um dado valor monetário, possuem um preço no mercado.

¹⁷ Sensação que talvez ainda permaneça em nossos horizontes, afinal, quem sabe? Talvez, seja ela que nos tome de surpresa quando ouvimos nos versos da canção de Cazuza a expressão “o tempo não pará”. Quem sabe não seja ela que também oriente a busca insana por romper os recordes dos limites de nossa humanidade preconizados tanto por diferentes competições esportivas quanto pela variedade de dietas alimentares que nos prometem garantir corpos belos e ágeis.

periódicos com avidéz e velocidade, as mãos folheassem as páginas com facilidade. Quem sabe o ritmo de suas mãos, ao mudar as páginas, indicasse o seu interesse ou não pelas notícias e propagandas? Ainda, o que significaria ler um periódico sentado em um gabinete de leitura? Sentado em uma botica? Sentado no interior da própria casa? Sentado em um banco de jardim? Que posturas, que gestos, que olhares demarcariam tal condição? Que percepções de corpo tais leitores sugeririam para algum atento observador? Quem sabe, os leitores desses impressos auferissem das benesses de serem considerados cidadãos ilustrados e civilizados, porque eram letrados e bem-informados? A par destas breves reflexões, espero ter explicitado porque os periódicos locais estimularam-me como fontes documentais, nesta pesquisa.

Na pesquisa, analisei periódicos bragantinos, dentre os quais: *O Guaripocaba*¹⁸, *Almanack de Bragança para 1900*, *Anuario para 1902*, *Anuario para 1904*, *A Notícia*¹⁹, *Almanach*²⁰ *Bragantino 1914*, *Renascença*²¹, periódicos estes publicados entre fins do oitocentos e nas duas primeiras décadas do século XX. Cotejei tais periódicos, em particular os almanaques e os anuários, com impressos de natureza diversa, no encaixe de contribuições teóricas de alguns contemporâneos da época²². O objetivo desse procedimento foi problematizar e ampliar a abrangência do recorte historiográfico deste trabalho. Analisei os periódicos locais comparativamente com alguns impressos locais publicados no transcorrer do século XX, que tratavam da história de Bragança. O cotejo dos periódicos locais da época com tais publicações pressupôs a identificação das mesmas. Identifiquei e analisei os seguintes impressos: a *Parochia de Bragança* (1919), *As nossas riquezas* (1929), *Bragança 1763-1942* (1943), *Bragança-Revista* (1952), *Bragança Paulista Bi-centenária* (1964), *Composições da Câmara Municipal 1798 a 1992* (1992); *Bragança 2000 – um caminho* (1993), *Estrada de Ferro Bragantina – uma trajetória nos trilhos do tempo (1872-1967)* (1998), *240 anos de Bragança Paulista – lideranças desenvolvimento* (2003)²³.

Destaco que a concepção, a composição e a diagramação dos periódicos locais, em particular dos almanaques e dos anuários bragantinos pesquisados, destoavam das

¹⁸ Jornal publicado em Bragança no período de 1877 a 1879.

¹⁹ Jornal publicado em Bragança no período de 1905 a 19 ____. Não conseguimos identificar a data com precisão.

²⁰ Já possível perceber alteração na grafia da palavra – de almanack passou para almanach.

²¹ Revista publicada por sócios do Clube Literário de Bragança em 1914.

²² José Veríssimo, Vicente Licínio Cardoso, Antonio Carneiro Leão, Ronald de Carvalho, Miguel Couto, Afrânio Peixoto e Pedro Basile.

²³ As referências bibliográficas completas encontram-se na indicação das fontes primárias, ao final desta tese.

possibilidades técnicas que a imprensa gráfica dispunha – característica que chama a atenção quando se comparam esses periódicos com algumas outras publicações da mesma época²⁴. Almanques e anuários bragantinos traziam uma formatação e diagramação em que se constata a pouca utilização da iconografia. Característica que diferencia esses periódicos de outros de mesma natureza, tais como os periódicos da época *Careta*, *Fon-Fon*, *Revista da Semana*, *Jornal do Comércio*. Os periódicos citados utilizavam-se de caricaturas, ornamentos impressos e fotografias, assim como de outros recursos diferenciados (variação nas dimensões das formas, das cores e tamanhos das fontes adotadas, disposição de manchas em tamanhos e posições variadas nas páginas etc.), produzidos para atender ao mercado editorial, como bens de consumo da modernidade²⁵. Tais características dos almanques e dos anuários locais, em particular, aproximavam-nos das características materiais dos livros didáticos editados no período²⁶. Os periódicos bragantinos tomados como fontes privilegiadas foram publicados pelas elites locais.

Quanto às contribuições dos contemporâneos da época (engenheiros, advogados, estatísticos, jornalistas, professores e médicos, dentre outros membros das elites letradas), optei por rastrear aquelas marcadas por uma dada compreensão do cenário educacional do país. Cenário prenhe de possibilidades de pesquisa, quando se olha com mais vagar para projetos de controle e de disciplina sociais, calcados na crença absoluta e prescritiva da ciência, no planejamento e nas estatísticas relativas ao viver nas cidades e no espaço rural. Projetos que vicejavam nos discursos competentes. Estes, num movimento de retroalimentação contínua, almejavam legitimar-se enquanto hegemônicos e inquestionáveis²⁷, posto que não admitiam réplicas e se colocavam como alternativas únicas à ordem e ao progresso do país.

Assim, vislumbrei nas contribuições de contemporâneos da época – no cotejo com os periódicos locais e as fotografias – potencialidades para dar maior complexidade à pesquisa; isso porque, no cenário educacional traçado por eles, foi possível vislumbrar o entrecruzamento de visões modernas com algumas sensibilidades relativas ao corpo. Um dos

²⁴ É oportuno pontuar que em um breve trabalho de análise que realizei de um periódico pedagógico editado entre 1925 e 1927 pela Diretoria de Instrução Pública do Estado de São Paulo, a *Revista Escolar*; também identifiquei esta característica.

²⁵ Walter Benjamin faz menção ao uso de iconografias no ensaio em que aborda os livros *Infantis* na virada do século XIX para o século XX na Alemanha, tecendo algumas considerações sobre as implicações que tais mudanças fomentaram na relação das crianças com a leitura.

²⁶ Trabalhos de Circe Bittencourt, Kazumi Munakata e João Bueno sobre livros didáticos nos autorizam a tecer esta consideração.

²⁷ O que não significou que não fossem questionados, burlados e ressignificados. Leituras oportunas sobre o assunto são os trabalhos de Myrian Bahia Lopes (2001), Sidney Chalhoub (2001), Margareth Rago (1985), dentre outros.

critérios que balizou a escolha desses contemporâneos foi o fato de eles defenderem que o Estado brasileiro transporia a pobreza e o atraso mediante políticas públicas que privilegiassem a saúde, a educação e a formação para o trabalho dos segmentos populares, em particular dos mais pobres. Penso que, com base nessa consideração, ainda seja lícito propor que, mais de um século depois, nas contribuições de tais contemporâneos, foi possível identificar ressonâncias do:

... pensamento liberal inglês e [d]o pensamento das Luzes na França [que] consideram o pobre alguém sem nenhuma propriedade além do próprio corpo e a capacidade de trabalho, um ser incapaz de bem raciocinar, um ser amoral sem lugar e sem voz nos assuntos políticos. O privilégio da participação política ficava reservado aos proprietários na qualidade de portadores dos conhecimentos intelectuais e morais necessários. A possibilidade futura e, talvez, inelutável de integrar os pobres ao corpo político da nação exigia uma estratégia a ser desenvolvida em dois níveis: um primeiro previa a introjeção dos valores morais burgueses pela população pobre através da atividade pedagógica da fábrica, da igreja e da escola; um segundo pedia o conhecimento dos seus desígnios mais íntimos, já que esse ser instintivo e semi-racional era tido como um bárbaro, um ser diferente do homem bem nascido, o único considerado livre no sentido pleno da palavra. (BRESCIANI, 1991-92, p. 39).

Em relação às classes trabalhadoras, as contribuições desses contemporâneos também:

... convergem na intenção de sublinhar as difíceis condições de vida [...] A imagem de apelo mais forte associava a figura do trabalhador pobre à condição de extrema degradação a que poderia chegar o ser humano, dele fazendo a projeção de uma imagem de forte impacto emocional. (BRESCIANI, 2006, p. 96).

E o outro critério ancorou-se na constatação de que as contribuições teóricas de tais contemporâneos amalgamaram-se no esteio de um “movimento de crítica”, em particular, da população latino-americana, ou ,em outras palavras, das:

... sociedades que nela estavam em processo de formação, ou seja, [d]as populações autóctones e [d]as populações coloniais de origem européia, especialmente quando mestiças. Valorizou-se a natureza americana e deprimiu-se o homem americano de origem latina, mesmo que européia. Inflexão que foi ganhando novos contornos e complexidade com a publicação e divulgação de *A origem das espécies*, de Charles Darwin, em 1859, que contribuiu para, mais uma vez, promover alteração radical da posição do homem no universo, na medida que deixou de existir qualquer razão para

se pensar uma “criação especial para o homem”, que passou a compartilhar sua ancestralidade com os animais. *A origem das espécies* influenciou não somente a biologia, mas outras áreas do conhecimento, foi lido pela classe culta da Inglaterra e de outras partes do mundo, contribuindo para que o cientificismo e a idéia de evolução e progresso (não mais perfectabilidade, mas progresso biológico, linear e evolutivo) viessem a tornar-se importantes em diversas áreas do conhecimento e vieses do pensamento. A idéia de luta e evolução das espécies, à medida que foi divulgada, além de efetivamente igualar as origens dos homens e dos animais, enquanto seres vivos, possibilitou estabelecer uma hierarquia racial, portanto natural, entre os grupos humanos, colocando em risco ou em xeque a idéia da existência de uma humanidade universal e igualitária. (NAXARA, 2001, p. 437-438).

Considerarei que o procedimento de tomar fontes de diferentes natureza traria indícios de como tais visões foram ressignificadas no interior da trama social. É necessário pontuar que na análise em particular das fontes textuais não desconsiderarei, nem tampouco minimizei o alto índice de analfabetismo existente entre fins do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, no Brasil. Tão, somente considerarei que fosse possível rastrear o entrecruzamento de práticas de leitura com sensibilidades relativas ao corpo, para além do universo escolar, no dia-a-dia do homem comum. Talvez a percepção da leitura e de leitores situada privilegiadamente no universo escolar seja um ranço da concepção liberal de educação do período.

No transcorrer da pesquisa, constatei que uma das potencialidades das colocações tecidas reside na possibilidade de sinalizar que a história da leitura no Brasil permite outras versões, que extrapolam os censos e os dados oficiais, os discursos e as considerações de muitos contemporâneos daquela época, que consideravam o analfabetismo e a inexistência de leitores quase como regra geral para as classes trabalhadoras, e que tal situação seria uma das causas principais do atraso do país. Sob tal enfoque, a imagem da escola como signo da civilização e da modernidade perderia a aura de “redentora” de tais classes. Isso porque propiciaria um olhar analítico que identificaria na escola, se não uma natureza excludente, pelo menos políticas educacionais inscritas, em algumas situações, sobretudo nas relações sociais de dominação.

Outra particularidade referente ao período focalizado nesta pesquisa é a “ruptura epistemológica” (BUCAILLE, 1989) que se evidencia na época, relativa à produção do conhecimento. Nesse sentido, voltei-me às visões de civilização, de privacidade e de

individualismo, que emergiram no imaginário²⁸ da época com bastante vigor. Tais visões legitimaram uma dada percepção de tempo, de espaço, de relações sociais, mediada pela crença na neutralidade do desenvolvimento técnico. Elas estão imbricadas no aparecimento de uma nova sensibilidade relativa ao tempo e ao espaço. Esta sensibilidade impregnou o imaginário do período, no que diz respeito à sensação de aceleração vertiginosa do tempo, como algo vantajoso e lucrativo, produto do desenvolvimento técnico, que evoluiria num sentido único e desprovido de intencionalidades relativas às relações de poder – o desenvolvimento técnico seria fruto de uma ciência neutra e objetiva, distante da política.

Sob esta perspectiva, é necessário registrar que a sensação de aceleração do tempo e de encurtamento das distâncias, estimulada pelo aprimoramento dos meios de transporte (trens, carros, navios e aviões) e de comunicação (rádio, telefone e telégrafo) traduzem-se em novas expectativas quanto à circulação dos fluidos, dos corpos e das mercadorias no espaço urbano, agora concebido como um espaço esquadrihado e higienizado, no sentido de viabilizar um determinado ordenamento à sua ocupação e ao seu uso. Ordenamento que foi fruto de um planejamento assentado em dados estatísticos e sanitários, na tentativa de conter epidemias e revoltas urbanas. Ordenamento que atendia a uma dada prática política destinada a disciplinar o tempo de trabalho, de lazer e de ócio das massas urbanas (BENJAMIN, 1989).

É necessário pontuar que tais relações de poder propiciaram a espoliação do “saber fazer” das classes trabalhadoras, legitimando a racionalidade instrumental – onipotente e totalitária – a ponto de produzir a ilusão da impossibilidade de imaginar que tivesse havido outras alternativas ao desenvolvimento técnico, que não aquela centrada no modelo fabril. Como se o processo de espoliação do saber fazer tivesse sido algo absolutamente desprovido de resistências e de lutas, no transcorrer da introjeção do valor do tempo enquanto dinheiro

²⁸ Para Castoriadis “... de modo mais geral, o que está no coração de toda formação social-histórica: o complexo, ou o melhor, o magma de significações imaginárias sociais, em e pelas quais ela se organiza e organiza seu mundo. Uma formação social-histórica se constitui ao se instituir; e isso quer dizer, em primeiro lugar (ainda que não apenas), ao instaurar um magma de significações (termos e referências) imaginárias (não redutíveis a um “real” ou a um “racional” qualquer) sociais (valendo para todos os membros da formação, sem necessariamente serem conhecidas como tais). A análise teórica poderá operar uma série de decomposições e recomposições naquilo que se manifesta na superfície da vida da formação considerada (mostrando, por exemplo, que as conexões mais importantes não se encontram onde os participantes acreditam explicitamente que elas se situem); mas o que ele encontrará, como princípio e momento decisivo da organização latente que a análise irá revelar, será ainda um magma de significações imaginárias, colocado pela formação social-histórica considerada e modificado ao longo de sua história – mais precisamente, cuja modificação contínua constitui uma dimensão decisiva dessa história – e, diante do qual a análise *não é livre*. Pois as dificuldades que são encontradas quando se trata de apreender e de descrever tais significações passadas e distantes em termos compreensíveis para nós (dificuldades que levam, de resto, a uma impossibilidade última), longe de deixar “livre” nossa reconstrução, testemunham precisamente sobre o que, independentemente de nossas construções, resiste às mesmas. (1985, p. 22). Ou nos termos propostos por Tronca “Não estou falando de imaginário como reflexo de alguma coisa ou como fictício, mas como criação essencialmente psíquica e indeterminada de figuras, formas e imagens somente a partir das quais se pode falar de alguma coisa. Nessa acepção, aquilo que chamamos “realidade” e “racionalidade” é produto do imaginário” (2000, p. 15).

(THOMPSON, 1998), tempo matematizado e cronometrado pelo relógio, que passará a orientar o ritmo e a faina diária dos habitantes da cidade.

A transmutação da percepção privilegiada do tempo em íntima relação com a natureza, em tempo que é sinônimo de dinheiro e de produtividade na modernidade, deu-se no processo de avanço do capitalismo industrial e de suas respectivas estratégias de controle das classes trabalhadoras, o que garantiu a maximização da exploração da mais-valia e o rápido crescimento urbano.

Sublinho que, no rastreamento de sensibilidades relativas ao corpo humano, atenta ao entrecruzamento de visões modernas, em especial com a sensação de aceleração do tempo e de encurtamento das distâncias, observei a produção de uma imagem, dentre outras possíveis, do espaço rural e das pequenas cidades do interior, como contraponto à imagem das grandes cidades. Estas seriam, por excelência, o espaço da consagração do domínio do homem sobre a natureza, através do desenvolvimento técnico-científico: apesar de todas as mazelas com as quais as grandes cidades conviviam, o preço pago pelo progresso parecia valer a pena.

Esta imagem das grandes cidades reafirmava a idealização do espaço rural e das pequenas cidades do interior como espaços do atraso (econômico e cultural) e, ao mesmo tempo de maneira ambivalente, da tranqüilidade, da lentidão do tempo, pouco afeitos aos avanços irrefreáveis do desenvolvimento técnico. Tal imagem das grandes cidades afeitas ao progresso e às “vantagens” da civilização acabou por excluir do horizonte a percepção das tensões e dos conflitos ocorridos no processo de sua própria emergência, exclusão esta que promove o esmaecimento da guerra de símbolos (CARVALHO, 1990) que têm suas raízes na luta voraz pela defesa do progresso fabril e da racionalidade instrumental, da qual a imagem das grandes cidades emerge vitoriosa frente o espaço rural e as pequenas cidades do interior, porque tais lugares ainda não haviam sido tomados de todo pela lógica fabril.

A dicotomia entre essas imagens causa desconforto, porque registra indícios do processo de desenraizamento cultural com o qual convive o homem do período. Ela exclui a percepção da ambigüidade desse processo – as possíveis trocas, diálogos e ressignificações de valores e práticas socioculturais. A produção e a vitória de imagens depreciativas e idealizadas do espaço rural e das pequenas cidades do interior, em comparação às grandes cidades, tendeu a excluir da percepção contemporânea o que significou endossar e disseminá-

las, a par de um olhar anacrônico, seduzido pelas falácias da modernidade; até hoje reafirmam-se as ressonâncias dessas imagens.

Tais imagens reportam-se à sensação de que parcela significativa dos homens que habitavam as grandes cidades eram mais civilizados e cultos, por conseguinte cosmopolitas em relação ao homem do campo e ao das pequenas cidades, imagens estas veiculadas amplamente pelos impressos. Os homens do campo e das pequenas cidades do interior teriam suas vidas, corpos e ritmos de trabalho regidos por leis de uma natureza ainda não domesticada pelo desenvolvimento técnico. Para o observador urbano, cosmopolita, elitizado e letrado, eles viveriam à mercê de uma monotonia execrável, com uma ausência de hábitos e de costumes modernos assustadora! Por conta de que muitos contemporâneos da época, tomados pela imagem de uma letargia paralisante que caracterizaria o espaço rural e o das pequenas cidades, entendiam que o traço do atraso desses espaços era intrínseco e/ou se amalgamava à própria natureza dos corpos de seus habitantes – mesmo nos periódicos bragantinos encontrei várias anedotas e considerações que registram esta idéia.

Muito embora a maior parte da população do País, no período, tivesse sua origem e habitasse o espaço rural e as pequenas cidades do interior, as histórias e as memórias das tradições culturais populares, dessa parcela da população tenderam a ser silenciada e apagadas. Elas ganharam o estatuto diferenciado de “caipira”²⁹ (CHALOUB, 2001, p. 74), pelo crivo do olhar das elites letradas. Sob tal perspectiva, é necessário lembrar que no século XIX foi:

... elaborado o conceito de ‘cultura popular’, em oposição à ‘cultura erudita’, como parte do processo de formação das identidades de classes burguesas. Assim, a tentativa de imposição da unificação dos padrões culturais para toda a sociedade, acrescenta-se o ideal – também de controle – de colecionar o exótico, o irredutível, transformando-o em ‘folclórico, em popular’. (GALZERANI, 1998, p. 76).

No transcorrer da pesquisa, diante das várias referências ao cotidiano escolar encontradas nas fontes, constatei que haveria a possibilidade de vasculhar alguns vestígios de iniciativas, de origem e de natureza diversas, em que as visões modernas se imbricavam no cotidiano escolar, bem como constatei que tais visões eram perpassadas por uma dada percepção de corpo humano à qual aquelas iniciativas davam guarida e valor. Tal percepção

²⁹ Aqui, não há como não lembrar do personagem Jeca Tatu criado por Monteiro Lobato e, noutra perspectiva, quem sabe retomar o personagem criado por Mário de Andrade - Macunaíma, o herói sem nenhum caráter.

diz respeito ao corpo escolarizado, porque, na guerra de símbolos da modernidade, a escola tornou-se um dos emblemas do avanço, do progresso e da civilização, já que ela seria o espaço de práticas e de convívio sociais destinados às iniciativas moralizantes e higiênicas, mediante a escolarização e o letramento crescentes da população. No rastro dessa guerra, a figura do leitor e a circulação de impressos periódicos passaram a ser percebidas e enaltecidas como um dos ícones da necessária luta e vitória da civilização frente “um dos grandes problemas nacionais”, que era o analfabetismo de grande parte da população brasileira.

Acredito que a imagem do corpo escolarizado amalgamou-se à imagem do corpo saudável na modernidade. A imagem de corpo do cidadão, assentada na escolarização e na saúde, passou a ser um dos motes que desencadeou toda uma gama de iniciativas públicas e privadas, norteadas pela vontade de adequar os corpos às visões de civilização, de privacidade e de individualismo. Essas iniciativas, em muitos casos, reafirmavam a vontade de homogeneizar as singularidades e, de forma asséptica, pasteurizar quaisquer “desvios e condutas estigmatizadas” (GOFFMAN, 1988). Sendo assim, a imagem do corpo escolarizado e saudável contribuiu para a legitimação dessas visões, ao mesmo tempo em que foi reafirmada por elas, posto que essas visões assentavam-se na aposta de que o desenvolvimento técnico e o progresso econômico, apesar de seus percalços, acabariam por fomentar o avanço do processo produtivo, extirpando a miséria e o atraso do país.

A apresentação e a discussão das considerações temáticas acerca do contexto sociocultural tecidas até aqui, de forma introdutória, serão aprofundadas nos diferentes capítulos que compõem esta tese. Assim, para além desta introdução, dividi o trabalho em quatro momentos distintos, mas articulados e complementares entre si. Antecede o primeiro capítulo, uma narrativa que justifica esta pesquisa, à parte da Introdução, a qual denominei de *À guisa de um intermezzo*, na qual delimito alguns dos referenciais que balizaram a pesquisa sobre o corpo e que orientaram os trabalhos de produção de conhecimento historiográfico

junto às fotografias. No primeiro capítulo tracei aspectos do contexto sociocultural e político das duas primeiras décadas do século XX. Ainda, procurei dialogar com algumas tradições socioeducacionais, trazendo à tona contribuições teóricas de contemporâneos da época. Esse diálogo mostrou-se estimulante, porque muitas das temáticas e questões abordadas em nível nacional também se faziam presentes no cotidiano local mobilizando diferentes segmentos sociais. No segundo capítulo situei no espaço e no tempo a pequena cidade de Bragança, em fins do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, propondo possíveis versões da história local. Reportei-me também à construção de uma dada imagem prevalecente, em termos socioculturais, do espaço rural e das pequenas cidades do interior. No terceiro capítulo, focalizei sensibilidades relativas ao corpo encontradas nas fontes privilegiadas. Sensibilidades estas que acabavam por endossar iniciativas do poder público, destinadas à produção do corpo escolarizado e saudável, em um contexto no qual o trabalho passou a ser dignificado como uma das virtudes humanas. Por fim, ao término dos capítulos, teci algumas considerações finais.

À GUISA DE UM *INTERMEZZO*

...pois o tempo letal está inscrito no próprio corpo, e qualquer deslocamento é inócuo na tentativa de afastar o sujeito dessa inscrição. A morte acompanha o andar do corpo por onde quer que vá.

GINZBURG, 2006

Neste trabalho tomei o corpo como um enigma, como um objeto cultural que traz as marcas de sua origem social e histórica, as quais se desvelam nas sensibilidades, nas posturas, nos gestos, nos olhares, na movimentação e ritmo das suas respostas corporais. Assim, tomei o corpo por um:

Território tanto biológico quanto simbólico, processador de virtualidades infindáveis, campo de forças que não cessa de inquietar e confortar, o corpo talvez seja o mais belo traço da memória da vida. Verdadeiro arquivo vivo, inesgotável fonte de desassossego e de prazeres, o corpo de um indivíduo pode revelar diversos traços de sua subjetividade e de sua fisiologia mas, ao mesmo tempo, escondê-los. Pesquisar seus segredos é perceber o quanto é vão separar a obra da natureza daquela realizada pelos homens: na verdade, um corpo é sempre “biocultural”, tanto em seu nível genético, quanto em sua expressão oral e gestual. (SANT’ANNA, 2001, p. 3).

O corpo – substantivo comum, concreto e singular. Singularidade que se constrói sempre na relação, na interação, na troca com o outro. Relação, interação e troca nem sempre tranqüilas, nem sempre desejáveis, nem sempre possíveis. O corpo em sua materialidade³⁰ (PORTER, 1992). O corpo ou os corpos? O corpo que, na condição de substantivo coletivo, é produto de práticas socioculturais plurais. O corpo que é um enigma. O corpo cuja singularidade não se perde por conta de características comuns e intrínsecas a qualquer ser humano. Afinal, não se pode esquecer, o corpo é frágil – a dor, a doença e a morte certa atemorizam o ser humano, desde tempos imemoriais. No transcorrer de sua existência, o corpo é vincado pelo passar do tempo, pelas condições de sua sobrevivência, pelas experiências e pelos significados socioculturais que lhe foram e são atribuídos. O corpo tem história. Essa sua historicidade permite a construção de narrativas, pontuais e localizáveis,

³⁰ “O estudo da cultura material privilegia as massas em prejuízo das individualidades e das elites; dedica-se aos factos repetidos (cf. *ciclo, hábito, tradições*) não ao *acontecimento* [...] O homem também faz parte da cultura material; o seu corpo, enquanto transmissor semiótico (cf. *signo*) é igualmente importante para recompor o quadro geral de uma cultura ou de uma *civilização*, tal como partindo de farrapos e moedas se pode delinear a cidade, a indústria e o comércio ou a troca, o tipo de consumo das várias classes da população [...] A cultura material tende, por fim, a lançar uma ponte para a *imaginação* do homem e para a sua *criatividade* e a considerar como suas três componentes fundamentais: o espaço, o tempo (cf. *espaço/tempo*) e o carácter social dos objetos.” (BUCAILLE, 1989, p. 47).

contextualizadas na perspectiva de temporalidades múltiplas. O tempo histórico de longa e de curta duração, da natureza ou cósmico, do relógio, do sujeito sensível – este, nem sempre respeitado em sua subjetividade e singularidade.

Foi assim, a par de tais reflexões e inquietações, que, há alguns anos, na lida com o acervo de um centro de documentação, fui surpreendida por uma ação ordinária de anulação de casamento de 1918, da comarca de Bragança. O responsável pelo cartório do distribuidor estava elaborando a listagem de alguns processos que seriam encaminhados para custódia dessa entidade. Quando ele os levou para depositá-los lá, fui avisada, por entre um riso mal disfarçado dele, da existência de um processo meio “estranho” no conjunto enviado. Fui tomada de curiosidade que, com certo pudor e precaução, adiei para um momento posterior e solitário, porque o aviso havia sido acompanhado de um olhar entre malicioso e gozador. Tão logo fiquei sozinha fui folhear aquele processo.

Comecei a ler a ação ordinária de anulação de casamento. Na leitura dessa ação de 1918, observei que o discurso jurídico dos autos expressa e institui uma dada ordenação da realidade e que, nesse sentido, é possível propor que:

A escolha da palavra fábula para designar essa ordenação enfatiza a idéia de que os fatos estão suspensos, de que não há mais a possibilidade de, através do processo, revivê-los, fazer a caminhada inversa e chegar aos fatos reais, às relações concretas existentes por detrás de cada crime. Dá ênfase ainda ao fato de que um processo é uma conjunção de múltiplas versões, todas elas originadas pelo mesmo ato, irrecuperável, e que eu escolhi não usar nenhuma delas como verdadeira [...] é uma leitura que se quer inocente enquanto transmissão parcelada a quem não fez o mesmo caminho, mas que já está carregada do que sei e só se explicitará em seu conjunto. (CÔRREA, 1983, p. 26-27).

Também observei que:

Os processos revelam de forma notória a preocupação dos agentes policiais e jurídicos em esquadrihar, conhecer, dissecar mesmo, os aspectos mais recônditos da vida cotidiana. Percebe-se, então, a intenção de controlar, de vigiar, de impor padrões e regras preestabelecidos a todas as esferas da vida. Mas a intenção de enquadrar, de silenciar, acaba revelando também a resistência, a não-conformidade, a luta... (CHALHOUB, 2001, p. 53).

E, ainda que:

Na sua materialidade, cada processo é no período considerado um produto artesanal, com fisionomia própria, revelada no rosto dos autos, na letra caprichada ou indecifrável do escrivão, na forma de traçar uma linha que inutiliza páginas em branco [...] A peça artesanal contém uma rede de signos que se impõem à primeira vista, antes mesmo de uma leitura mais cuidadosa do discurso. Distinções espaciais expressam-se nos erros de grafia [...] Pobreza e riqueza deixam, por vezes, nítidas pegadas [...] Toda uma gradação da eficácia do documento se insinua segundo quem o emite, a força de seu conteúdo verbal, os signos formais de que está revestido. (FAUSTO, 1984, p. 20-21).

Logo, já no começo da leitura dessa anulação de casamento, fiquei intrigada pelo teor do texto e das quatro fotografias que compunham o exame do corpo de delito anexado aos autos – estas representavam um “eunucóide”, no dizer do médico legista.

Desde então, sempre retornei a essa ação ordinária de 1918. Cada retorno exigiu um ritual de aproximação diferente – da pura e simples curiosidade, avancei cada vez mais na condição de quem não desejava profanar o silêncio e a dor daquele que já se foi, mas precisava pensar sobre suas próprias experiências, valores e sonhos. Olhava, folheava vagorosamente as folhas amareladas, lia os textos e perscrutava as fotografias e, quando eu menos esperava, era assaltada pela vontade de continuar a dialogar com aqueles autos. Então, procurava aproximar-me do cotidiano da cidade daquela época. Procurava identificar o que as pessoas valorizavam, temiam e sonhavam. Procurava entender como as pessoas se relacionavam entre si, que práticas socioculturais consolidavam laços de solidariedade e sentimentos de pertença e, em contrapartida, que práticas e sensibilidades relativas ao corpo legitimavam o preconceito e a exclusão de alguns grupos sociais e de algumas pessoas em particular. Assim, tomada pelo encantamento, dúvidas e ambivalência das temáticas suscitadas por tal ação ordinária, dei início ao meu doutorado.

Ponto ainda que, no diálogo com essa ação ordinária de 1918, não houve como me esquivar de questões relativas à produção, ao uso e à veiculação de fotografias, cuja temática eram imagens do corpo humano, em particular pelo Judiciário, nos primeiros anos do século XX³¹, época que conviveu com a normatização crescente do cotidiano, mas não sem resistências de parcelas significativas da população.

As quatro fotografias que compõem o exame de corpo de delito desta ação ordinária são diferentes entre si, mas trazem referentes comuns à concepção e à percepção do corpo,

³¹ Parte das considerações tecidas a seguir encontram-se esboçadas tanto em artigos de minha autoria publicados na *Revista Studium* e no *Boletim CDAPH* quanto no projeto apresentado para o ingresso no doutorado, no ano de 2001, no Grupo Memória, sob orientação da Profa. Dra. Maria Carolina Bovério Galzerani.

filtrados pelo olhar do fotógrafo. Elas registram diferentes sensibilidades relativas ao corpo retratado e instigaram-me a enveredar por uma reflexão acerca da complexidade de significados e interpretações que envolvem fontes iconográficas. Para tanto, retorno de forma breve à ação ordinária de 1918, com o intuito de ressaltar algumas questões acerca de tais fotografias e tecer breves análises imagéticas. Mas, não sem antes pontuar que:

A lei de 24 de janeiro de 1890 [...] Considerava também como anulável o casamento, quando havia erro essencial quanto à pessoa do cônjuge, compreendendo tal artigo erros quanto ao seu estado civil, a ignorância de crime inafiançável não prescrito anterior ao casamento e a ignorância de defeito físico irremediável e anterior, como impotência ou moléstia incurável e transmissível por contágio ou herança. (SOUZA, 1999, p. 31)³².

Retomando, uma das singularidades dessas quatro fotografias é que elas não foram produzidas para atender ao desejo do retratado de legar à posteridade uma dada representação de seu corpo (GRANGEIRO, 2000), antes foram produzidas por imposição do poder público. Assim, na reflexão acerca da historicidade dessas fotografias, foi necessário considerar a relação entre fotógrafo e retratado, mediada pelo equipamento e técnica fotográfica e a constatação que elas foram produzidas por uma determinação legal do Judiciário, que visava produzir um testemunho visual, ou seja, um documento probatório da queixa a ser julgada. Além do que, a intencionalidade do fotógrafo deu origem a tais fotografias: elas não foram produzidas como meras ilustrações.

Essas quatro fotografias são índices (DUBOIS, 1993) e registros de um dado olhar, característico da racionalidade instrumental. Elas possibilitaram representações do corpo retratado como objeto passível de normatização, disciplinarização e controle. Tais fotografias inscrevem-se na formulação e ordenação da sociedade moderna, sob a ótica da economia política. Esta concebe o corpo enquanto propriedade de um sujeito – de um indivíduo – que é estimulado a não diferenciar sua carne, sua pele, seu cheiro e seus desejos das leis, ficando, em muitos casos, à mercê das tiranias de algumas convenções sociais e de práticas

³² O Código Civil de 1916 manteve como anuláveis os casos enunciados pela lei de 24 de janeiro de 1890, muito embora tenha elevado o limite de idade para 16 anos para mulheres e 18 anos para os homens. De acordo com Souza, o Código de 1916 “Alargou os casos imputados como anuláveis por enquadrarem-se em erro essencial quanto à pessoa do cônjuge, compreendendo, além dos casos previstos na lei anterior, erros em relação à sua identidade, sua honra e sua fama, quando tal erro tornasse insuportável a vida em comum por parte do cônjuge enganado, e o defloramento da mulher, anterior ao casamento, quando ignorado pelo marido” (1999, p. 31).

coercitivas. É um indivíduo-corpo que passa a ser concebido como produto natural e cristalizado de uma realidade indistinta dele – um corpo sem história própria, que passa a ser tomado, por excelência, como referência privilegiada e visceral do exercício do poder disciplinador.

As quatro fotografias que compõem o exame de corpo de delito são de uma pessoa nua, fotografada às 15h20, conforme carimbo na capa do exame do corpo de delito realizado, no dia 08 de junho de 1918, na Delegacia de Capturas da Secretaria da Justiça e da Segurança Pública de São Paulo. Elas instrumentalizaram uma ação ordinária que se originou da queixa apresentada pela esposa à justiça, segundo a qual:

2º

o seu marido tem defeito physico irremediavel, anterior ao casamento, que cuidadosamente occultou, servindo-se de meios reprovaveis e bárbaros para illudir a sua ingenuidade, ignorancia e bôa fé;

3º

que esse defeito physico é irremediavel tanto que impossibilita e impede os fins do casamento;

4º

que a articulante antes de contrair o casamento ignorava tal defeito de seu marido, que ainda a conservam na ignorância durante 29 meses;

5º

que há dois meses foi que descobriu a articulante esse defeito, e impressionada e ignorante, devido a sua pouca idade, aconselhada por sua mãe, immediatamente, levou o facto ao conhecimento da policia no dia 28 de maio do corrente ano;

6º

que, nessa mesma ocasião, abandonou a articulante o seu lar, indo viver na companhia de seus paes, devido ao grande horror e nojo que lhe causou tal descoberta;

7º

que, o articulado sujeitou-se, em S. Paulo a um exame pericial, na repartição da polícia, ficando constatado o referido defeito physico irremediável (p. 5).

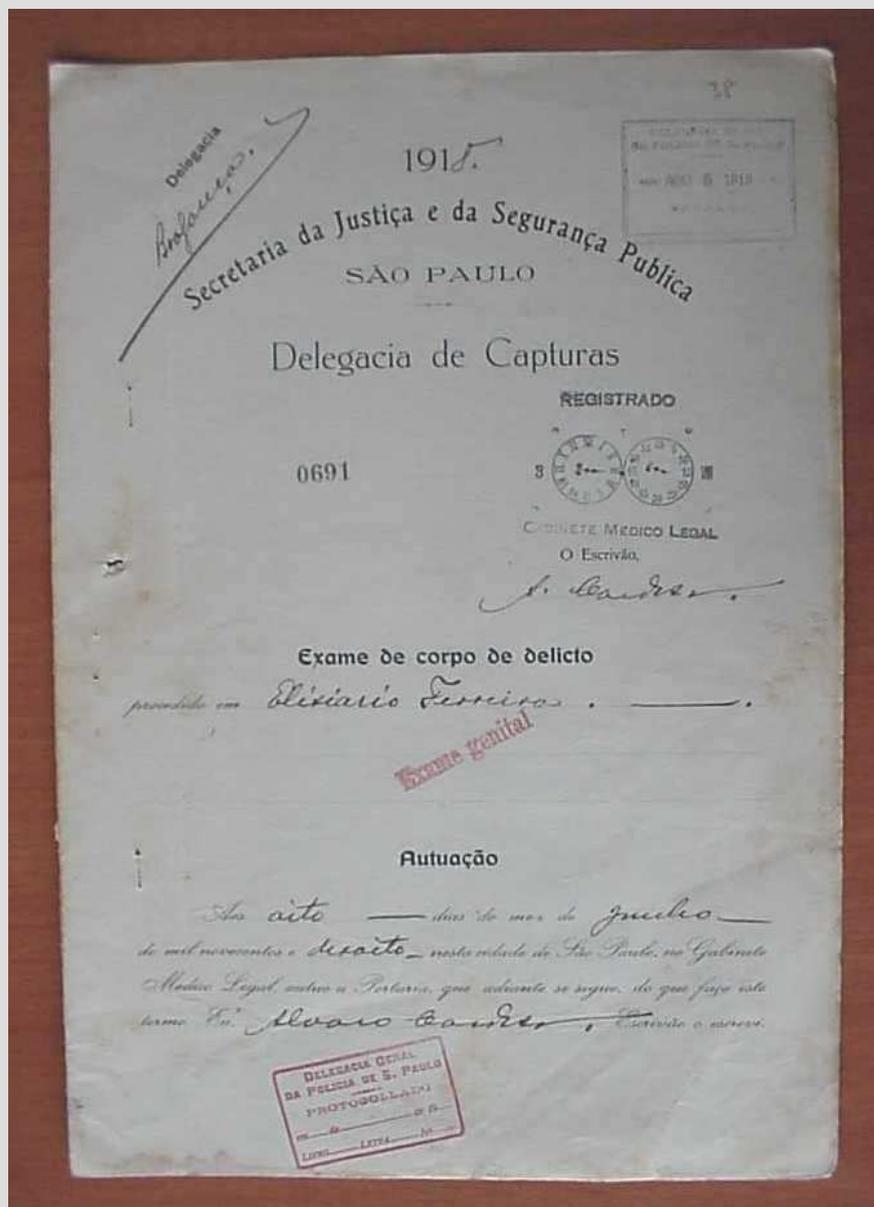


Figura 1 Imagem da capa do processo

As quatro fotografias do exame de corpo de delito registram uma das múltiplas faces da justiça, a de violência refinada e sorrateira, que difere do estranhamento e mal-estar causado pela violência explícita, seja ela física ou psicológica (espancamento, choque elétrico, ameaça de morte, tortura, chantagem emocional, por exemplo). Violência que se perpetuou na produção, uso e veiculação de fotografias, como as abordadas aqui, que dissecaram *in vitro* o retratado, juntamente com as quais o saber médico e o jurídico se posicionaram para administrar a Justiça, em nome da ordem e do progresso social, alguns dos ideais mais caros da civilização moderna.

A sutileza dessa violência se impôs sobre a vida e intimidade do retratado. Este arcou com o registro, uso e veiculação de fotografias que destacaram em seu corpo o que o diferenciava anatômica e ‘negativamente’, estigmatizando-o em relação às demais pessoas ‘saudáveis e normais’. O retratado, além de ser responsabilizado por ter enganado sua esposa, deveria expiar a culpa de causar "grande horror e nojo" devido a seu “deffeito physico irremediavel”, o qual lhe teria determinado o desvio de conduta. Para Foucault (1977), nas primeiras décadas do século XX, as punições físicas violentas haviam deixado de ser um espetáculo público e a expiação das penas passou a acontecer nos espaços de segregação e de exclusão sociais das prisões e manicômios, tal mudança ocorreu paulatinamente entre os fins do século XVII até o XX. Muito embora, de acordo com Corrêa, mesmo:

... que certos princípios gerais do chamado poder disciplinar possam ser observados muito cedo em nosso país, é só muito tarde em relação a outros países que se instalarão aqui os modos sutis da disciplina, e só em algumas áreas, os modos mais impositivos e diretos da autoridade tendo tido aqui uma predominância histórica. Até hoje, a brandura da tecnologia disciplinar, para usar a expressão de Castel (1978), se concretiza apenas em alguns espaços institucionais e ainda alcança poucos – bastaria comparar as análises de Foucault, Castel ou Donzelot (1977) sobre a refinada teia de controle que se estabelece em sua sociedade sobre crianças, loucos ou presidiários com o que sabemos do tratamento dispensado a estas categorias sociais no Brasil, para verificar isto... (1998, p. 74).

As quatro fotografias não são índices (DUBOIS, 1993) de distinção social e poder do retratado, não são meros objetos de consumo (mercadorias), nem simples produtos de uma técnica auxiliar da ciência. Elas instauraram uma narrativa e repertório sobre o corpo retratado, definindo uma dada inteligibilidade acerca do mesmo. Elas não foram produzidas para registrar uma data festiva, uma paisagem qualquer, um evento de grande participação

popular, um flagelo da natureza, ou uma catástrofe. Elas não registraram um ente querido, não são o registro de uma lembrança agradável de um momento significativo. As quatro fotografias não foram fruto, única e exclusivamente, da intencionalidade, da criatividade e de experiências estéticas do fotógrafo, explorando as possibilidades deste ou daquele equipamento, suporte ou filme. Essas fotografias foram produzidas para diferenciar, esmiuçar e classificar o corpo retratado, seu “deffeito physico” e seu comportamento ‘desviante’ – seu corpo estigmatizado. Elas foram produzidas pelo olhar e recorte especializado do fotógrafo. Elas trazem inscritas, na sua origem, tanto os pressupostos da razão científica quanto a inconveniência da produção desses registros para o retratado. Tais fotografias foram produzidas no esteio da medicalização, controle e coerção crescentes da população. É significativo que a:

... época de maior repressão às primeiras manifestações políticas da classe trabalhadora urbana coincidiu também com uma grande produção intelectual de pesquisas sutis para detectar a periculosidade virtual de membros dessa classe (crianças, homossexuais, prostitutas, loucos, prisioneiros), pesquisas cujos resultados seriam, no entanto, e no contexto social mais amplo, ultrapassadas pelas menos sutis ‘medidas de segurança’, por exemplo, inscritas no Código Penal de 1940, produto do Estado Novo. (CORRÊA, 1998, p. 74).

O fotógrafo tinha em seu horizonte, como leitores implícitos de tais fotografias, o médico legista, os advogados das partes interessadas, o promotor e o juiz. Estes teriam um olhar especializado em relação a elas, com uma finalidade específica. É digno de nota que:

Nas últimas décadas do século passado, com o desenvolvimento da chamada escola de antropologia criminal, ou escola penal positiva, capitaneada por Lombroso, o direito clássico tornou-se alvo de poderosas investidas que visavam a sua desqualificação enquanto conjunto de regras voltadas a dar combate ao crime [...] Aos referenciais universalistas, metafísicos, presentes nos pressupostos teóricos do direito clássico, a nova vertente positivista do pensamento criminológico, resultado de uma fusão de saberes variados como a medicina, a biologia, a sociologia e a antropologia, opõe o discurso do particular, das características peculiares do indivíduo, dos grupos e da raça. Cada um daqueles campos, munido do escudo da ‘ciência’, invade áreas nas quais até então não havia sido facultada a sua presença, especialmente a do direito. (SALA, 1997, p. 113).

No jornal *A Notícia* (1906), publicado em Bragança, encontrei rastros dessa “nova vertente positivista do pensamento criminológico”, em uma nota que informava que havia

sido enviado um ofício pelo delegado para a Câmara de Vereadores local, com intento de criar um gabinete antropométrico na cidade:

Na Policia
Gabinete antropometrico
Um oficio

No louvavel intento de dotar nossa cidade de uma delegacia de policia que, mais ou menos, satisfaça ás complexas exigências duma repartição, o sr. Dr. Euclides Silva, como delegado, dirigiu a câmara municipal desta cidade um officio solicitando um auxilio para fundação dum gabinete antropometrico. Esta medida fará, se si for levada a effeito, que a nossa cidade, exceptuando a capital, seja a única do Estado dotada de tal melhoramento ...

“Delegacia de Policia de Bragança, em 12 de abril de 1906.
Illustres cidadãos

Desejando, na medida de minhas forças, contribuir como Delegado de Policia para o engrandecimento desta localidade, já tão prospera de vida graças aos esforços ingentes de honrados cidadãos e sobretudo de vós, resolvi endereçar-vos o presente officio, comunicando que tenho desejos de instalar, na repartição da Policia desta cidade, um pequeno gabinete antropometrico. As vantagens que advêm de tal melhoramento, não só para o serviço de identificação de criminosos, como também para as notações chromaticas e as observações antropometricas sobre os vagabundos e desordeiros que forem presos, são de muito alcance e assas consideraveis; não contando com o auxilio que prestara as pessoas que desejarem passaportes para se ausentarem, as quaes com a sua respectiva fixa, poderão ser reconhecidas em qualquer parte do mundo. Acresce que, si o meu plano for coroado de bom êxito, como espero, ficará esta cidade como a primeira que, no Estado de São Paulo, afora a capital, ficará possuindo o gabinete de antropometria [...]

O Delegado de Policia
Dr. Euclides Silva”
(A Noticia, 21/04/1906, ano I, n°53, p. 1).

É significativo que, para o delegado, a instalação desse gabinete permitiria a identificação e controle de criminosos, assim como a classificação dos “vagabundos e desordeiros”, considerando-se a raça e as características antropométricas dos indivíduos. Estes seriam potencialmente perigosos por destoarem dos padrões de civilidade e cidadania, que apregoavam o respeito aos princípios do trabalho ordenado e produtivo da modernidade. Para além do que a disposição do delegado sinalizava também a vontade de controlar a circulação das pessoas pela emissão de passaportes.

Nessa perspectiva, Samain registra a emergência da fotografia como uma das práticas a que a medicina legal recorreu. Lombroso (1836-1909), professor de medicina legal, de psiquiatria e de antropologia criminal da Universidade de Turim, defendeu a seguinte tese:

... as pessoas não se *tornam* loucas ou criminosas; *nascem* loucas, criminosas. Semelhantemente, ninguém se torna gênio; mas, sim, nasce gênio. Assim sendo, a doença mental e o crime são fenômenos biológicos, tendo cada um caracteres anômicos e fisiológicos próprios, fisionômicos conseqüentemente, que deveriam permitir distinguir o *alienado* do *criminoso* [...] Para sustentar suas teses extremas [...] Lombroso recorre às práticas das mais diversas: exame de crânios (capacidade, circunferência, arcos, curvas); exame de cérebro e do coração (coração atrofiado, degenerescência gordurosa, insuficiência valvular) de homens ou mulheres criminosos; exame da sensibilidade física e exame psíquico do homem criminoso. A fotografia, pode-se imaginar, não devia escapar-lhe. Lombroso vai estudar os retratos de 26.886 *criminosos* e de 25.447 *homens normais*, fazendo acompanhar seu *Homem Criminoso* de um *Atlas* – uma parte *talvez a mais importante*, como diz – de 424 fotografias de criminosos, para concluir que existe um *verdadeiro tipo sociobiológico do criminoso*. (SAMAIN, 1993, p. 29).

Porém, segundo Corrêa, o determinismo defendido por Lombroso, já em sua época, era criticado. Embora seus críticos, ao fazê-lo, não abandonassem a:

... suposição básica da hereditariedade como destino que informava a pesquisa de Lombroso e seus seguidores e que em maior ou menor grau era compartilhada por quase todos os cientistas da época. Mas a conseqüência mais relevante [...] desta nova concepção penal e política, foi o deslocamento da questão da responsabilidade. A liberdade de vontade, a intenção de atuar conscientemente de determinada maneira em determinada direção, deixava de ser relevante no julgamento de um ato ou na análise de um acontecimento, uma vez que o comportamento de cada um estava predeterminado pela sua pertinência a certas 'classes biológicas' que, se foram pesquisadas e definidas em prisões e hospícios, acabaram por ser utilizadas para a sociedade como um todo. (CORRÊA, 1998, p. 91).

Também encontrei fotografias parecidas com essas em livros de anatomia, mas tais fotografias não me intrigaram. Algumas traziam pessoas com uma tarja sobre os olhos, talvez na tentativa de minimizar o impacto e o confronto da exposição, de resguardar-lhes a intimidade. São fotografias que davam a impressão de querer proteger o anonimato dos retratados, mesmo sendo produzidas segundo normas pautadas por procedimentos científicos. O que diferenciava as imagens fotográficas do exame de corpo de delito de quaisquer outras fotografias localizáveis, por exemplo, em livros de anatomia ou mesmo numa revista erótica, pareceu-me ser o contexto de origem, inserção e veiculação das quatro fotografias abordadas

aqui – contexto tenso e de embate estratégico entre o saber médico e jurídico, no exercício da justiça pelo estado.

Assim, familiarizada com reproduções de fotografias dessa natureza em livros de anatomia ou com o uso de fotografias em processos crimes, atentei para a hipótese de que os registros fotográficos desse exame de corpo de delito não eram tão-somente artefatos que mediatizaram a relação do discurso médico-jurídico, o relato dos fatos pelas partes envolvidas e a aplicação da justiça. Observando com atenção o conteúdo, o formato e os artefatos (as fotografias), acredito que, para além de ilustrar o exame de corpo de delito, na tentativa de dar veracidade ao que o laudo médico atestava e ao que a ex-esposa relatava, bem como de instrumentalizar o discurso jurídico, seja plausível propor que aquelas fotografias instituíram uma narrativa e repertório próprios sobre o corpo retratado pelo olhar do fotógrafo, destinado aos leitores implícitos, talvez em consonância com o saber médico e com as possibilidades tecnológicas dos equipamentos do período.

Penso que a inserção das fotografias em autos do Judiciário seja um dos vestígios da trajetória de emergência de novas profissões no mundo moderno, calcados em novas competências e discursos no âmbito do imaginário social do período. A inserção de fotografias nos autos do Judiciário é um forte indício da trajetória de constituição de novas profissões na modernidade – dentre as quais a do fotógrafo, além de novas especialidades na área da saúde, como a medicina legal e a psicologia social. Emergência assentada e legitimada também por esse advento técnico (invenção da câmera fotográfica), que atendeu à demanda de um mercado em ascensão, a partir de um dado referencial científico (a perspectiva cartesiana³³ e os pressupostos positivistas), em um registro diverso da forma escrita e oral, que teria dado origem à produção de narrativas e repertórios imagéticos próprios, distintos da pintura e do desenho³⁴. Esse período vivenciou a gradual especialização do saber médico, sua prática e inserção na esfera pública, aqui em particular, em órgãos da polícia e justiça públicas. Corrêa constrói um breve panorama da época:

³³ Vide SOLHA, Hélio Lemos. **A construção dos olhares: imagem e antropologia visual**. 1998. Dissertação de mestrado, Multimeios/IA/UNICAMP, Campinas.

³⁴ Ao nos depararmos em Chartier com um relato sobre as mudanças ocorridas com a invenção da imprensa, no qual foi salientado que: "... no Ocidente, a partir do fim do século XVI e início do XVII, a imagem inserida no livros está ligada à técnica da gravura em cobre. Vê-se então uma disjunção entre o texto e a imagem: para imprimir, de um lado, os caracteres tipográficos e, de outro, as gravuras em cobre, são necessárias prensas diferentes, duas oficinas, duas profissões e duas competências. É o que explica que, até o século XIX, a imagem esteja situada à margem do texto – o frontispício abrindo o livro, as pranchas fora-do-texto" (CHARTIER,1998,p. 10), observamos a pertinência desta nossa segunda hipótese.

Trata-se, antes, de uma ciência médica que, desiludida com as promessas de igualdade da Abolição e da República, se perguntará pelas causas da desigualdade observadas. Utilizando uma teoria que deslocava a ênfase da saúde, ou da doença, para o doente, transformava-o em objeto individualizado de um saber autorizado e autoritário – porque só individualmente se podiam aferir as minúcias de uma contaminação social, mas proveniente do mundo da natureza. O modelo jurídico e o médico deixavam também de ser heterogêneos entre si e, absorvendo um do outro seus saberes específicos, juntavam-se ambos na produção de mecanismos técnicos para diagnosticar e punir os danos que o indivíduo pudesse causar à sociedade. Partindo de um conhecimento do ser humano que nada tinha de jurídico na sua constituição, essa nova área do saber se situará na intersecção dos modelos médico e legal para produzir um terceiro tipo de conhecimento. A autonomia inicial daqueles dois saberes institucionalizados não esconde um substrato comum a ambos na época, a visão da sociedade como um corpo a ser conhecido de forma semelhante à que fora utilizada para o conhecimento do corpo humano [...] E se a medicina (Clínica) cura, ou previne (Higiene), as moléstias do organismo individual e social, em sua versão médico-legal ela contribuirá para diagnosticar e indicar o tratamento adequado, de acordo com os parâmetros médicos e jurídicos, dos atos que atentem contra a normalidade da vida social. (1998, p. 94)³⁵.

As fotografias do exame de corpo de delito estão dispostas em três folhas numeradas (44, 45 e 46, respectivamente). Todas as folhas possuem um cabeçalho com identificação da Secretaria da Justiça e da Segurança Pública de São Paulo, seguido da expressão Gabinete de Investigação e Capturas; na seqüência aparece um quadro denominado secção de identificação, no qual as fotografias foram coladas. Abaixo do quadro, constam a data e o visto do chefe da seção.

A folha 44 possui duas fotografias dispostas uma ao lado da outra; nas demais folhas elas ocupam quase que o quadro todo. As fotografias receberam uma marca d'água no canto superior das imagens, na qual lê-se a expressão Identificação São Paulo. Todas as fotografias possuem a assinatura do chefe da seção, no lado direito da margem, aproximadamente na metade da altura da imagem. As assinaturas foram feitas de tal forma que ficam entre as fotografias e as folhas de papel nas quais estão coladas. A tentativa de retirá-las dos autos poderia, facilmente, ser flagrada por qualquer um, mediante a observação da integridade desse procedimento.

Nas folhas 45 e 46, do lado direito do quadro em que as fotografias estão como que emolduradas, foram feitas anotações de duas expressões, cujo significado não consegui

³⁵ É oportuno notar que, concomitantemente a este fato, observa-se no mesmo período que as práticas pedagógicas vão incorporar e redirecionar esforços no sentido de enfatizar aspectos da higiene, desenvolvimento físico e sexual na formação dos jovens sob uma perspectiva médica (VIDAL, 2001, GONDRA, 2000).

identificar. Tanto as fotografias quanto as folhas de papel estão amareladas pelo tempo: a tonalidade das fotografias aproxima-se dos diferentes matizes do sépia.

As fotografias da folha 44

As fotografias retratam uma pessoa nua de perfil e de frente. Ela é magra, dá-me a impressão de ser morena, com pés grandes, calejados e com unhas sujas. Suas pernas são magras, tem um pênis, uma barriga pouco saliente e cintura demarcada. Possui braços compridos e dispostos ao longo do corpo, um rosto sem nenhuma marca ou cicatriz que o diferenciasse dos demais, olhar fixo para frente como se olhasse para o nada, cabelos curtos, ondulados nas pontas e escuros. Seu rosto, suas mãos e parte inferior de seus antebraços têm um tom mais escuro, suponho que a pele estivesse queimada pelo sol.

A pessoa está de pé sobre um suporte de forma retangular, que pouco alterou sua altura. O suporte marca o lugar exato, no chão, em que a pessoa deveria ficar. O piso é de ladrilho hidráulico quadriculado, tem rodapé do mesmo feitio e material. A pessoa está nua, descalça, sozinha, tendo por fundo uma parede vazia, suponho que branca.

O que chama a atenção nessas duas fotografias é a sensação de ausência de movimento, como se a pessoa retratada estivesse imobilizada ou mesmo empalhada – violentamente mortificada. Essas fotografias deram-me a impressão de que aquele espaço foi concebido e organizado cientificamente. As duas fotografias remeteram-me à imagem de um laboratório asséptico, silencioso e isento de interferências externas, um sistema supostamente fechado e neutro de uma oficina fotográfica, de um estúdio. As fotografias são de uma pessoa retratada de frente e de lado, nas quais ela aparece discriminada, segregada e excluída do convívio social, do cotidiano de pessoas ‘normais’. E, arbitrariamente, despojada de sua intimidade e recolhimento através da produção de representações de seu corpo, em uma Delegacia de Capturas, produção que viabilizou a inserção dessas representações em um documento público.

A fotografia em que a pessoa aparece de frente para o observador causou-me um certo estranhamento. A diferença entre o tom do rosto e das mãos em relação ao restante do corpo provocou-me. Contentava-me em ver uma pele pálida, branca, ou

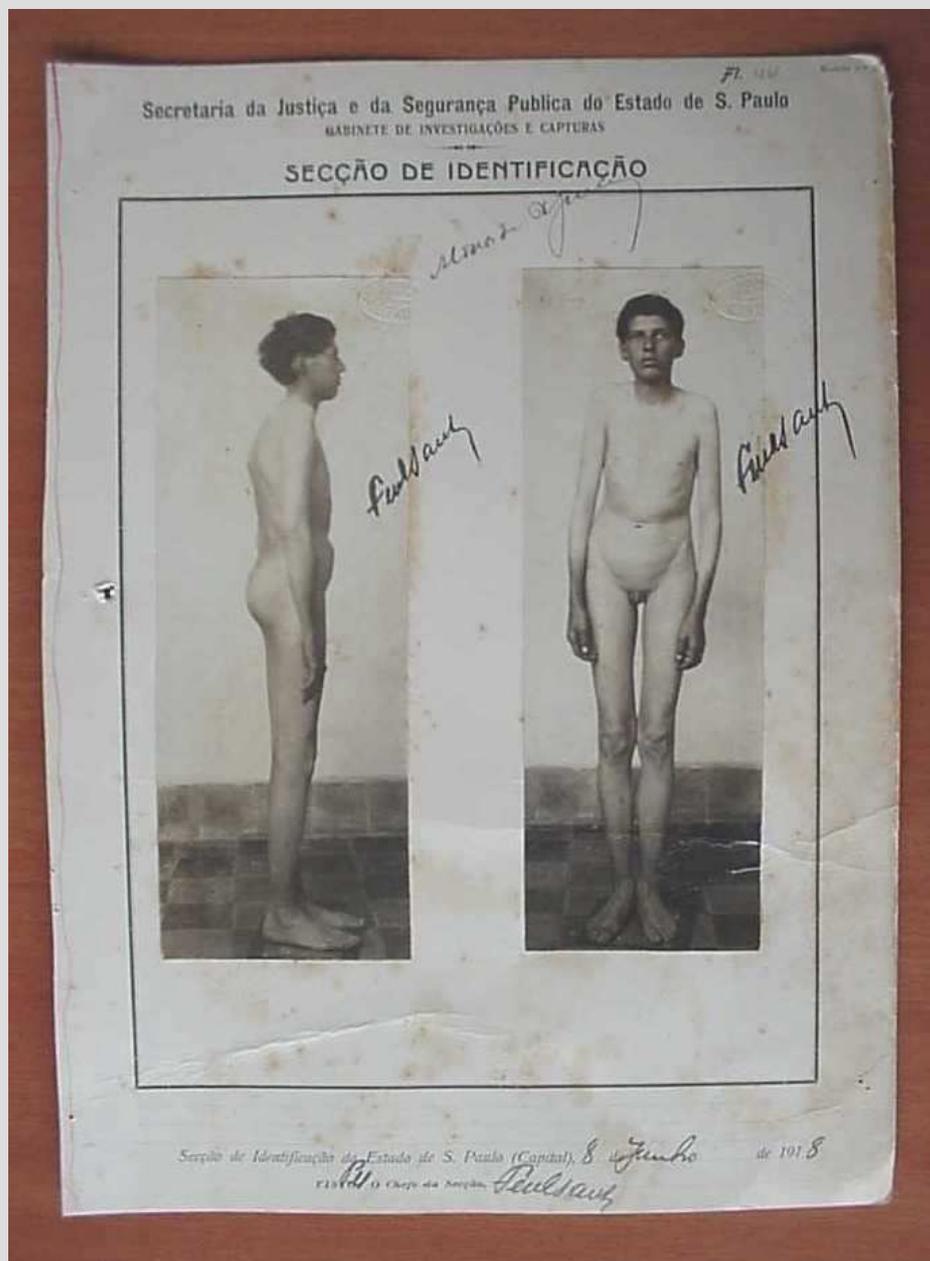


Figura 2 Imagem frontal do retratado

A fotografia de perfil possui 6,5 cm de largura por 18,4 cm de altura, margem superior de 2,2 cm, inferior de 3,6 cm e esquerda de 1, cm. A fotografia de frente (lado) possui 6,8 cm de largura por 18,4 cm de altura, com margem superior de 2,2 cm, inferior de 3,7 cm e direita de 1,4 cm. O espaço que separa as duas fotografias é de 3 cm.

procurava entender o significado dessa diferença de tons? Retornava aos autos para identificar a origem social da pessoa, no que ela trabalhava e em que condições? A diferença de tons da pele seria um indício de que as pessoas daquele período não expunham seus corpos ao sol? O tom diferenciado entre os membros do corpo seria apenas o vestígio de um costume ou da origem social da pessoa?

Senti o terror como que rondando o retratado pelo olhar arregalado e petrificado de seu rosto. Pressenti a tensão da situação em um abdômen retesado, o que acabou por dar maior evidência a uma pequena barriga, a musculatura como que espremendo os ossos da costela e omoplata, o pescoço duro e o queixo numa posição de alerta, como se a vida e o tempo do retratado estivessem em suspenso, aguardando o desfecho final.

O fotógrafo centralizou a imagem da pessoa nessas duas fotografias da folha 44; ele estava de frente para o retratado. A impressão que se tem é que nada deveria interferir ou desviar a atenção da imagem da pessoa. Uma luz artificial incide entre os ombros e peito, privilegiando mais o lado direito do corpo, reforçando na imagem uma desproporção entre membros e tronco.

A fotografia da folha 45

A fotografia da folha 45 traz a imagem da parte inferior do tronco, com os braços ao longo do corpo. Ela passa a impressão de que o fotógrafo teve o cuidado de enquadrar a imagem entre os cotovelos e o término das coxas, próximo aos joelhos. A fotografia privilegia os contornos arredondados da cintura e quadril um pouco inclinados para a direita, reforçada pela luz artificial centrada na região próxima à metade do ventre. Esta mesma luz contribui para ressaltar o pênis.

Fascina na fotografia o jogo de sombras atrás da pessoa retratada, produzindo a sensação de movimento e profundidade, em contraste com o corpo fotografado. Tem-se a construção de uma perspectiva cartesiana dada pelo posicionamento das mãos em tom mais escuro ao lado do corpo, que faz o olhar do observador se precipitar para o pênis, que aparece no centro da fotografia. A organização dessa imagem parece estar calcada em contrastes: o claro e o escuro, o volume e o plano, as formas ditas femininas e masculinas.

A fotografia da folha 46

A fotografia apresenta um objeto feito de tecido de algodão – a trama permite supor que assim o seja. Foi fotografado sobre um fundo branco, com luz artificial, incidindo diretamente sobre ele. Pode-se aproximar, a forma do objeto representado na fotografia, a um triângulo isósceles. Na base, estaria um pedaço de pano similar a um retângulo. A altura deste retângulo é menor que a largura. Das duas extremidades que representariam sua altura partem duas tiras de tecido, que foram dispostas de tal maneira que ganharam a forma das laterais desse triângulo. Tais tiras possuem nós desiguais e em pontos distintos.

A partir desse triângulo, é necessário imaginar que no centro de sua base foi costurado algo com as características de um pênis em ereção, características estas valorizadas pela composição das formas e luminosidade definidas pelo fotógrafo. Em seu interior suponho que havia algodão ou paina, atados e envoltos por linhas, que ficaram expostos. A pelica³⁶ que forra a estrutura está rasgada.

Sou levada a considerar que esta fotografia representa um objeto que teria sido criado para forjar um pênis que o retratado nas imagens anteriores não teria em dimensões normais. Primeiro, porque é isso que nos informa o texto. Segundo, porque, considerando, a lógica que orientou a disposição e a seqüência das fotografias no exame de corpo de delito, é a esta conclusão que devo chegar. Terceiro, porque efetivamente a forma do objeto fotografado remete-me à imagem de um pênis. Mas se esta última fotografia estivesse colocada em outro contexto, não teria tanta certeza assim. Talvez esta minha impressão pudesse vir a ser confirmada, se tivesse como alterar a composição das formas representadas, como modificar a posição do objeto e a disposição das tiras na imagem.

A construção desta imagem do ‘objeto’ pelo fotógrafo e sua contextualização ao término de uma narrativa imagética, em diálogo com os autos da anulação de um casamento, justamente porque o marido da requerente “... tem deffeito physico irremediavel, anterior ao casamento, que cuidadosamente occultou, servindo-se de meios reprovaveis e bárbaros para illudir a sua ingenuidade, ignorancia e bôa fé” (p. 5), estimula-me a pensar que essa fotografia, por si só, seria capaz de ‘atestar’ o

³⁶ A informação que o material é de pelica encontra-se registrada no exame de corpo de delito.

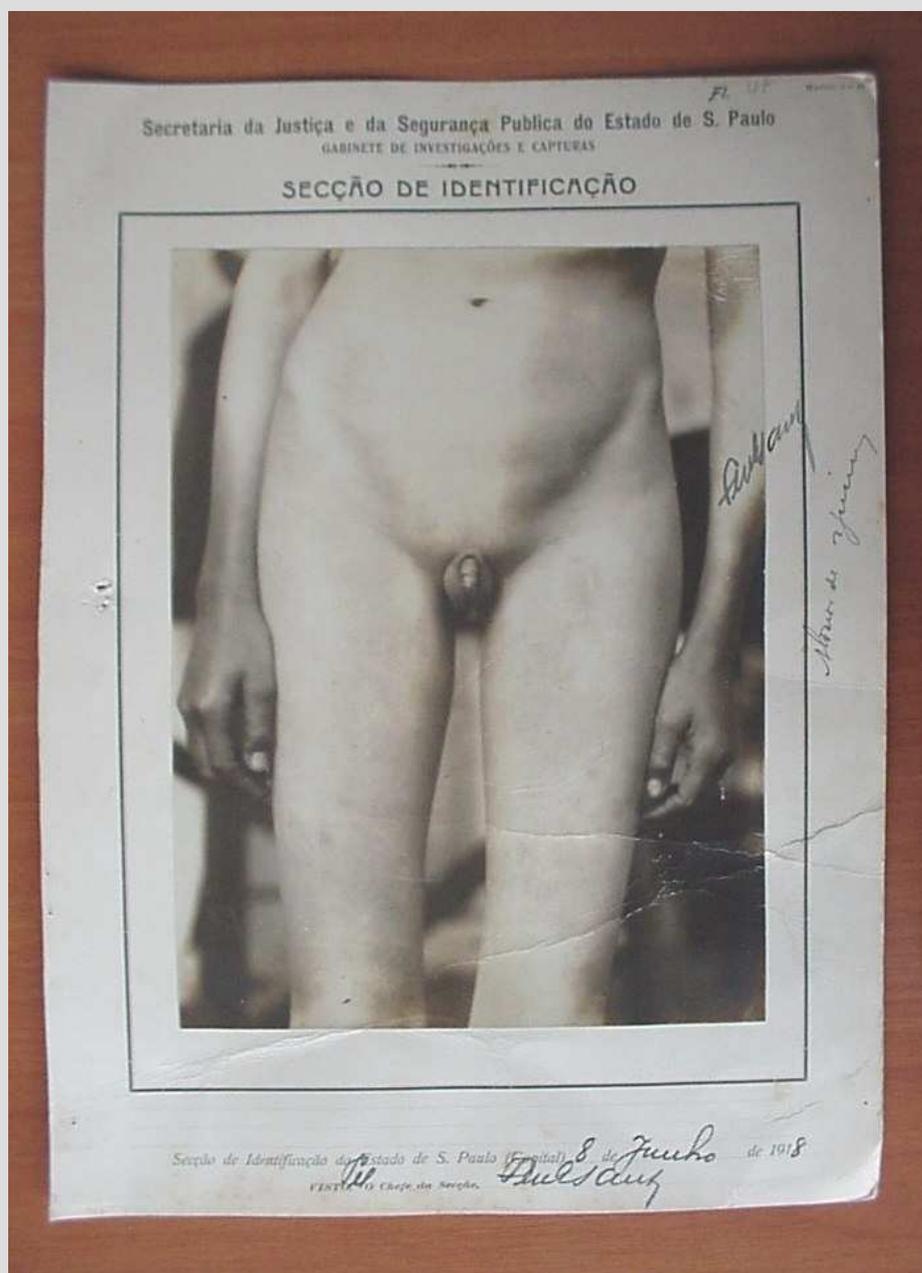


Figura 3 Imagem da parte inferior do tronco

A fotografia possui 16 cm de largura por 21,6 cm de altura, com margem superior de 1,8 cm, inferior de 1,6 cm, direita de 1,1 cm e esquerda de 1,8 cm.

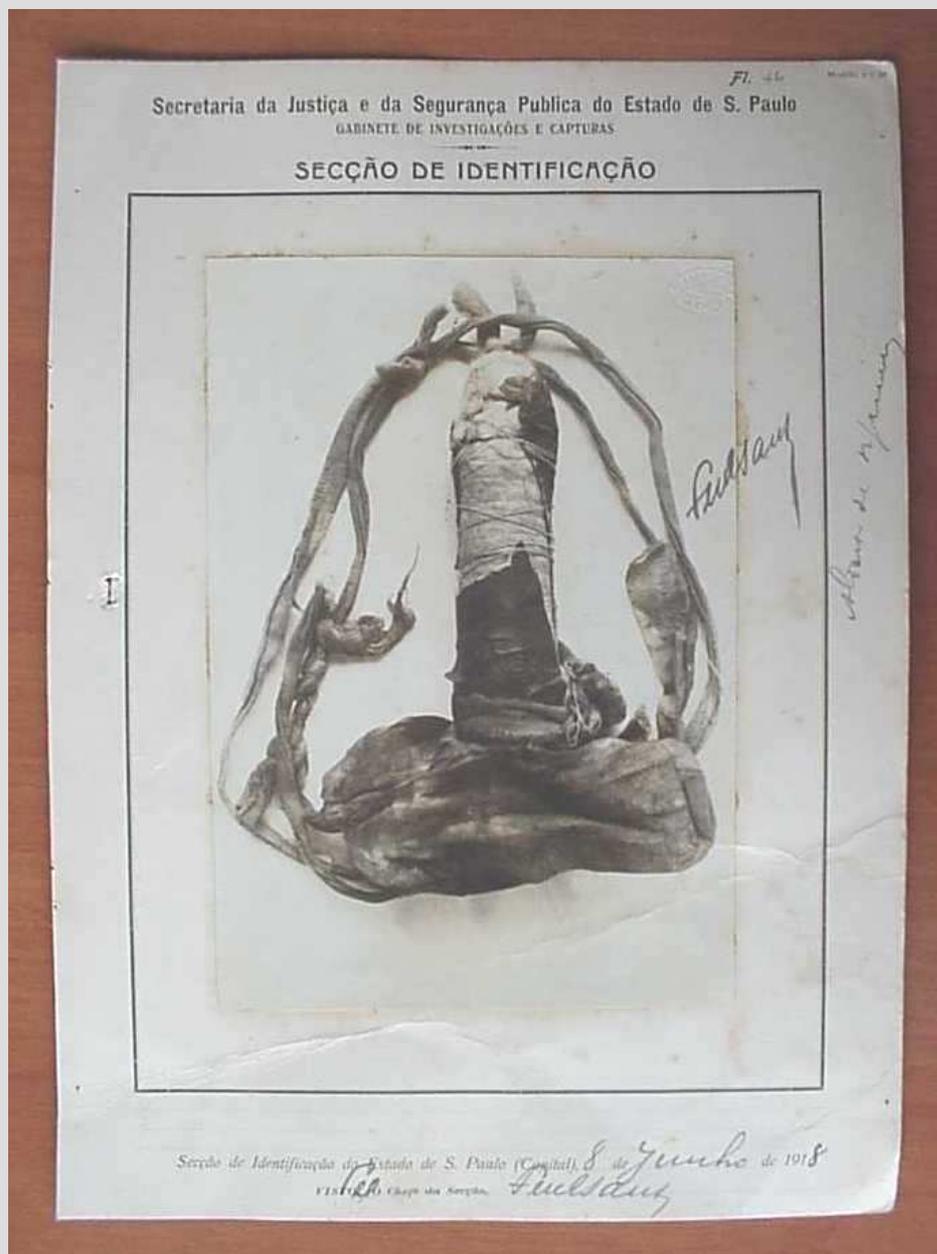


Figura 4 Imagem do objeto

A fotografia possui 16 cm de largura por 21,6 cm de altura, com margem superior de 1,8 cm, inferior de 1,6 cm, direita de 1,1 cm e esquerda de 1,8 cm.

relato da esposa. Isso porque registra a imagem de um objeto que teria sido criado e usado para simular o órgão com “deffeito physico irremediavel” da pessoa retratada.

Segundo os autos, essas fotografias só puderam ser produzidas porque o “... articulado sujeitou-se em S. Paulo a um exame de corpo pericial, na repartição de policia...” (p. 5). Elas registram imagens de uma pessoa fragilizada, estigmatizada e discriminada pela exposição de seu corpo. Registro e exposição que devassaram esse corpo, entregando-o à observação, à análise e à avaliação arbitrárias, à sua revelia, por parte de desconhecidos – o fotógrafo, o médico legista, o juiz, o promotor e o advogado, dentre outros.

É como se a história de vida do retratado pudesse ser enquadrada e aprisionada nos estreitos limites de um artefato – representação bidimensional estática, silenciosa, em preto-e-branco, de um ser desviante e estigmatizado por seu “deffeito physico irremediavel”. A produção das quatro imagens foi deflagrada pela necessidade legal de se produzir e ter uma documentação que pudesse atestar, ilustrar e dar visibilidade, tanto ao que a esposa alegava, quanto ao que o médico constatou, minimizando qualquer sombra de dúvida acerca do “deffeito physico” e da constituição física do retratado em comparação com as demais pessoas, a partir de pressupostos anatômicos.

Sob tal perspectiva, é como se as quatro fotografias assumissem o lugar do sujeito, da pessoa retratada. É como se delas passasse a emanar o significado desse corpo. Foi a partir delas que a Justiça enunciou um determinado discurso, pautado no exame pericial, acerca do caso. A história de vida, as emoções e a maneira de ser do retratado ficaram reféns dessas quatro fotografias. Elas instauraram uma percepção e racionalidade distintas da condição de sujeito singular e sensível do retratado. Ele foi relegado a uma dada categoria, pertencente a uma dada classificação, a partir de um dado referencial teórico. A pulsão, a ambigüidade do desejo e a incerteza do prazer/dor desse sujeito resvalaram para a vala comum do viés meramente anatômico – que seria passível de descrição pormenorizada e imparcial. Seu corpo deixou de ser um enigma. Ele passou a compor uma determinada categoria para o Judiciário ao ser decifrado, isto é, nomeado, identificado e classificado pelos médicos legistas no exame de corpo de delito.

A condição de sujeito do retratado/acusado, sua humanidade, foram abstraídas de maneira peculiar na trajetória da concepção, produção e inserção destas fotografias no exame de corpo de delito. Foi como se ele tivesse sido banido dos autos e as fotografias – com

caráter comprobatório, retratando seu “deffeito physico” –, tivessem passado a referendar o andamento e julgamento da causa. Talvez essas fotografias tenham esvaziado de significado a defesa do retratado e a sua possibilidade de apresentar uma segunda versão aos fatos. As fotografias e os autos instauraram uma determinada mediação entre o saber médico, o jurídico e o exercício da justiça. A anatomia do retratado passou a defini-lo enquanto ser e a explicar sua história, opções e atos – o seu desvio de conduta e delito. Aqui, retomo Ginzburg, porque julgo que “... a categoria do *exílio* é fundamental...” (2006, p. 370), no diálogo com tais fotografias:

Não se trata de um exílio no sentido geopolítico [...] Podemos entender exílio aqui, segundo Marcelo Viñar, como um colapso do sujeito, cujas estruturas mais básicas foram irreversivelmente atingidas, levando-o a olhar para si mesmo à distância, como se fosse outro, e paradoxalmente ainda ele mesmo, e a olhar a realidade externa ambigualmente, como se estivesse em um campo-limite, integrado a ela, mas ao mesmo tempo percebendo, em iluminações profanas (para usar o termo com José Miguel Winisk), contornos e traços imperceptíveis no cotidiano. (GINZBURG, 2006, p. 370).

É necessário também atentar para o fato de que, por estarmos acostumados a lidar e a conviver com imagens fotográficas em nosso dia-a-dia, é como se, desde sempre, o homem tivesse tais imagens mediatizando suas relações com o mundo e com aqueles que o cercam. As fotografias seriam um dado natural da realidade – alheias e impassíveis a quaisquer dúvidas de nossa parte, sem um tempo, espaço e história próprias. Essas quatro fotografias remetem-nos à banalização do uso e veiculação de um determinado tipo de imagem fotográfica, em documentos pessoais ou institucionais, porque já não atentamos para o fato corriqueiro de que, em algumas situações, são elas que acabam por mediatizar relações de controle e coerção sociais. Exemplos podem ser encontrados no uso de fotografias em documentos pessoais (carteiras de trabalho, identidade e motorista, crachás de identificação funcional, passaportes), em documentos escolares (fichas de identificação discente e docente, carteiras de estudante) ou na utilização de fotografias (produzidas por fotógrafos profissionais ou amadores) de quaisquer manifestações políticas ou acidentes, por órgãos responsáveis pela segurança pública, na tentativa de rastrear e identificar os rostos e a presença de possíveis envolvidos. A multidão compacta, indevassável e anônima que assustava as autoridades públicas e seduzia alguns cedeu lugar, paulatinamente, a rostos e

registros individualizados, no limiar do século XX (BENJAMIN, 1986). Essas quatro fotografias, enquanto artefatos estratégicos, remetem-nos, em última instância, ao estranhamento que a multidão causa ao homem moderno, tomado pela faina, movimentação e circulação incessante dos corpos nos espaços de lazer e trabalho, nos quais reinventam outras fronteiras.

As fotografias podem ter permitido o mapeamento e o esquadrinhamento da multidão, individualizando-a de forma pontual. Elas sugerem e indicam uma das múltiplas possibilidades de uso e veiculação de imagens pelo Estado, que se originou da invenção da fotografia. Possibilidade que, levada às suas últimas conseqüências, foi posta em prática por regimes políticos de exceção e, privilegiadamente, pelos totalitários. Não proponho que o ato fotográfico seja execrado, nem considero as imagens fotográficas como meros instrumentos/artefatos de controle e coerção sociais. Apenas, defendo que a leitura e a discussão de quaisquer conjuntos imagéticos requerem que se atente para a particularidade de sua origem e suporte, uso e veiculação. Nesse sentido, Vidal alerta que:

Na percepção da fotografia como monumento e no desafio de analisá-la enquanto fonte para a história, acreditamos que é necessário concebê-la como um discurso, singular na linguagem (não-verbal) em que é constituído, e que, por sua vez, é instituinte de maneiras outras de representar a sociedade e seus conflitos. Uma formação discursiva que produz regras de validação e hierarquização, gerando um próprio do ato de fotografar (1998, p. 84).

Reconheço as especificidades e diferenças existentes entre as fotografias produzidas pelo Judiciário para compor exames de corpo de delito, mas proponho que existe uma matriz ideológica que orienta um determinado olhar sobre o corpo retratado em todas elas. Penso que as fotografias de exames de corpo de delito possibilitam representações do corpo como objeto passível de normatização e classificação.

Identifiquei fotografias também em outros autos da comarca de Bragança Paulista. Tais fotografias despertavam-me a curiosidade para a leitura dos relatos das partes citadas, pouco importando-me o desfecho final, a sentença dos processos; como um *voyeur*, perdia-me por entre as imagens fotográficas. A simples observação da realidade retratada e da composição do cenário – o entorno, as pessoas retratadas, o ângulo, a luminosidade, o corte, o enquadramento, o tema, entre outros elementos –, atraía-me. Na verdade, as fotografias intrigavam-me enquanto artefatos passíveis de leituras plurais e polissêmicas e, sobretudo,

ambíguas. Elas intrigavam-me porque o fotógrafo, ao instituir e conceber um dado olhar e perspectiva, alienava de seu campo de visão outras possibilidades. Enfim, excluía outras temáticas, cenários, atores, realidades e equipamentos do ato fotográfico. Uma observação mais cuidadosa das fotografias conduzia-me à constatação de alterações técnicas e possibilidades distintas dos equipamentos utilizados no transcorrer do tempo.

A inserção de fotografias nos autos remeteu-me a uma possível similaridade existente entre os autos e fotorreportagens quaisquer, impressão inicial que hoje me soa frágil. A similaridade é relativa; entendo que seja necessário, ao se trabalhar com fotografias, ater-se aos aspectos que vão desde o uso e veiculação, intenção do fotógrafo, equipamento e filmes utilizados, até questões de mercado. Esses aspectos não podem ser generalizados, indistintamente, na referência e análise de conjuntos imagéticos quaisquer. Proponho que, se por um lado, a intenção de ilustrar e atestar/registrar um fato com o uso de fotografias é comum a ambos, por outro é imprescindível ater-se à origem dessas e ao olhar daquele que as produziu, na trajetória de leituras das mesmas. E, obviamente, é necessário analisar a inserção e localização, bem como o número de fotografias utilizadas, ao longo de um texto, jurídico ou não.

As fotografias nos autos pareciam indicar a impossibilidade de questionamento da veracidade do relato jurídico e da realidade tratada, diante da suposta evidência das imagens representadas e anexadas aos instrumentos legais. Mas não há como negar o fato que elas foram incorporadas aos autos como testemunho visual do real. A noção de que aquelas fotografias eram uma representação, bidimensional, estática, silenciosa, em preto-e-branco, da realidade, e que não eram a realidade, parecia-me distante dos autos, muito mais quando se tratava de um crime passional, envolvendo questões de gênero. Lia os autos com a impressão de que era algo estranho àqueles instrumentos a percepção que o espaço/tempo decorridos entre o fato abordado, o relato jurídico e a produção das fotografias eram distintos.

As quatro fotografias do exame de corpo de delito podem ser abordadas e interpretadas como índices (DUBOIS, 1993) de uma determinada cartografia de inserção e inscrição de imagens fotográficas, na intrincada teia de controle e coerção sociais, que pressupõem a interface entre o exercício da cidadania, o poder público e – particularmente – os saberes médico e jurídico, em fins do século XIX e ao longo do XX.

Proponho ainda que essas quatro imagens permitem diferentes aproximações e abordagens. Elas sugerem-me que não é o número ou quantidade de fotografias tomadas para a leitura e a análise e leitura que, necessariamente, garantem ou garantirão a validade de trabalhos dessa natureza, que envolvem pesquisa de base documental ampla e diversificada. Acredito que tais considerações estimulem a busca de registros, ruínas de memória e identidades nessas imagens fotográficas, pois:

O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido [...] Articular historicamente o passado 'como ele de fato foi'. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. (BENJAMIN, 1986, p. 224).

Ao trabalhar com fotografias de pessoas em cenários e situações desconhecidas, elas podem dar a impressão de fragmentos dispersos, que não registram nada de significativo. Estes "fragmentos dispersos" não podem ser abordados como instantes recortados e congelados da realidade, à espera de serem resgatados por algum pesquisador, já que o potencial informativo de fotografias somente será:

... alcançado na medida em que esses fragmentos forem contextualizados na trama histórica em seus múltiplos desdobramentos (sociais, políticos, econômicos, religiosos, artísticos, culturais, enfim) que circunscreveu no tempo e no espaço o ato de tomada do registro. Caso contrário, essas imagens permanecerão estagnadas em seu silêncio: fragmentos desconectados da memória, meras ilustrações 'artísticas' do passado (KOSSOY, 1999, p. 22).

Seria um alento se pudéssemos imaginar que qualquer fotografia é um artefato, que garante e/ou permite a transmissão de experiências individuais e coletivas por si só. Pois, se as fotografias são "... um elo material do tempo e espaço representado" (KOSSOY, 1999, p. 22), também são reminiscências descontínuas, fugidias e ambivalentes, que exigem uma abordagem e tratamento historiográfico, peculiar à sua natureza documental.

Enfim, com este *Intermezzo*, acredito ter pontuado questões que estimularam-me a enveredar pelo cotidiano de Bragança, em fins do século XIX e duas primeiras décadas do século XX, no enalço de algumas sensibilidades relativas ao corpo, a par de olhares plurais suscitados por essas quatro fotografias e pelo diálogo intermitente com tal ação de anulação

de casamento, no árduo trabalho de buscar fios urdidos em uma trama distante no tempo, por entre as fontes escritas e fotográficas pesquisadas.

CAPÍTULO I O CENÁRIO

Corpos individuais que transitam pela cidade tornam-se gradualmente desligados dos lugares em que se movem e das pessoas com quem convivem nesses espaços, desvalorizando-os através da locomoção e perdendo a noção de destino compartilhado.

SENNETT, 2001

Entre fins do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX ocorre o imbricamento de diferentes interesses, disputas e conflitos socioculturais, em proporção e ritmo assustadores para os contemporâneos da época. Nesse cenário, as relações capitalistas consolidaram-se mundialmente, à medida em que se expandiram para as regiões mais distantes do planeta. As profundas diferenças econômicas entre os países industrializados e as sociedades tradicionais de economia agrícola propiciaram, culturalmente, a emergência do neocolonialismo. Este, mais do que buscar conquistar territórios, procurava conquistar mercados consumidores.

O avanço das relações capitalistas procurou impor, a qualquer custo, sua racionalidade produtiva, desestabilizar e transformar o modo de vida das sociedades tradicionais, procurando mudar culturas e costumes, o que desencadeou uma série de revoltas, levantes e guerras em diferentes lugares³⁷. As diferenças de interesses entre os países industrializados, ditos “desenvolvidos”, e as sociedades tradicionais eram evidentes. Um país avançado precisaria ser:

... um estado territorial mais ou menos homogêneo, internacionalmente soberano, com extensão suficiente para proporcionar a base de um desenvolvimento econômico nacional; deveria dispor de um corpo único de instituições políticas e jurídicas de tipo amplamente liberal e representativo (isto é, deveria contar com uma constituição única e ser um Estado de direito), mas também a um nível mais baixo, garantir autonomia e iniciativa locais. Deveria ser composto de “cidadãos”, isto é, da totalidade dos habitantes individuais de seu território que desfrutavam de certos direitos jurídicos e políticos básicos, antes que, digamos de associações, ou outros tipos de grupos e comunidades. As relações dos cidadãos com o governo nacional seriam diretas e não mediadas por tais grupos. E assim por diante. Essas eram as aspirações não só dos países “desenvolvidos” [...] mas de todos os outros que não

³⁷ Tais como o Levante Indiano (1857-1858), Rebelião Tai-Ping na China (1850,1866), Guerra Civil Americana (1861-1865), Restauração Meji no Japão (1868), Levante Argelino (1871) e Movimento Nacional Egpcio (1879-1882). No caso latino-americano, ressalta-se a luta pelo controle do eixo econômico e territorial estratégico representado pelo Rio da Prata e sua rede hidrográfica. A Inglaterra buscou aliar-se ao Brasil e às elites liberais dos países platinos, contra a resistência de líderes tradicionalistas do Uruguai (1851, 1864-1865), da Argentina (1852) e do Paraguai (1865-1870) (SEVCENKO, 1998).

queriam se alienar do progresso moderno. Nesse sentido, o modelo da nação – Estado liberal-constitucional não estava confinado ao mundo “desenvolvido”. (HOBBSAWN, 1988, p. 42).

Para além dessas diferenças, o período conviveu com drásticas e contínuas mudanças. Gay (1988, p. 55) destaca que:

... mais para os burgueses, talvez do que para qualquer outro grupo de pessoas. Sua ideologia carregada de esperanças não era apenas uma máscara para encobrir o desespero, mas uma crença sincera no progresso. O mito que dominava a época, pelo menos entre aqueles que dela se beneficiavam, teria inevitavelmente que ser o da mobilidade [...] expressavam a convicção generalizada de que o mundo social dos burgueses cultos e ativos era um mundo sem barreiras, no qual o trabalho duro, a inteligência, a perspicácia e a árdua persistência trariam benefícios.

Além do que, o contexto experimenta a chamada Revolução Científico-Tecnológica (1870), que representou o desenvolvimento e emprego:

...das mais recentes descobertas científicas aos processos produtivos, ela possibilitou o desenvolvimento de novos potenciais energéticos, como a eletricidade e os derivados de petróleo, dando assim origem a novos campos de exploração industrial, como os alto-fornos, as indústrias químicas, novos ramos metalúrgicos, [...] além de desenvolvimento nas áreas da microbiologia, bacteriologia e da bioquímica, com efeitos dramáticos sobre a produção e conservação de alimentos, ou na farmacologia, medicina, higiene e profilaxia, com um impacto decisivo sobre o controle das moléstias, a natalidade e o prolongamento da vida. (SEVCENKO, 1998, p. 8-9).

Por sua vez, de forma concomitante, este “salto” também fomentou novas maneiras de sentir e agir, quer no espaço público, quer no espaço privado. Para Gay, no século XIX:

... a própria natureza das mudanças se modificou; elas tornaram-se muito mais rápidas e irresistíveis do que haviam sido no passado. Foram também acentuadamente irregulares: avanços nas ciências naturais não geravam automaticamente aperfeiçoamento nos tratamentos médicos; o levantamento de informações sociais não se refletia rapidamente em reformas sociais. E tradicionais arranjos sociais, tais como a vida familiar, foram conturbados pelos choques entre as novas necessidades e os antigos hábitos. As mudanças no século XIX foram pois mais freqüentemente perturbadoras do que estimulantes. (1988, p. 43).

Sendo assim, quando a I Guerra Mundial (1914-1918) eclodiu, ela estilhaçou as imagens e as esperanças de prosperidade, de segurança e de unidade de qualquer Estado-

Nação na modernidade. Essas imagens e esperanças esvaíram-se frente o horror causado às massas pela violência das batalhas. Ela impactou a economia mundial e a opinião pública dos diferentes países ocidentais, em particular, quando esta opinião pública deparou-se com as fotografias do *front* e os relatos desalentadores da carnificina ocorrida em terras européias, veiculados pelos periódicos brasileiros e estrangeiros. O Estado-Nação fragilizado com a I Guerra não consegue mais catalisar imagens e sensibilidades de histórias e de memórias coletivas, em meio a tantas incertezas sobre o futuro da humanidade. A imagem sacralizada do Estado-Nação se esgarçou, ficou rota na dinâmica e nos embates das leis impessoais do mercado, centrados na racionalidade instrumental, que não se restringiam às fronteiras nacionais, políticas e territoriais de cada Estado. Essas leis colocavam em dúvida os preceitos liberais de liberdade e igualdade individual, perante as leis de qualquer Estado. Tal contexto estremeceu o poder de sedução das promessas da modernidade, calcadas na fé de uma ciência “absoluta” e na supremacia da civilização moderna em face da barbárie. O impacto causado pela violência da guerra, efemeridade das fantasmagorias urbanas e a fugacidade dos modismos em voga, fizeram ruir as certezas inspiradas na crença cega que o progresso e o ordenamento disciplinar da sociedade industrial insuflavam no imaginário da época.

O trágico desse período é que a I Guerra Mundial (1914-1918) e a Revolução Russa (1917), em particular, tomaram de assalto as certezas e as utopias centradas no paradigma de conhecimento científico e de explicação do mundo, jogando por terra muitos dos sonhos dos homens ocidentais. Abrem-se brechas para o desencanto e, ao mesmo tempo, para a ascensão de práticas totalitárias, eivadas de um romantismo³⁸ que ainda ressoava no imaginário do período.

³⁸ Cabe aqui relativizar a ênfase dada à morte do romantismo, posto que, as utopias românticas ressoavam ainda no cenário dos embates e lutas travadas na constituição da modernidade. Em particular no Brasil, junto aos ideais republicanos, liberais e positivistas (CARVALHO, 1990 e GALZERANI, 1998). O que não significa menosprezar a presença do naturalismo e do parnasianismo no panorama cultural do período. Antes, coloco em pauta que as manifestações artísticas não podem ser aprisionadas em rígidas classificações cronológicas, ao bel-prazer do conhecimento acadêmico, posto que diferentes concepções artísticas coexistem no cotidiano social. Segundo Saliba (2003, p. 14), o romantismo foi um “... movimento sociocultural profundamente enraizado na paisagem histórica européia, entre fins do século XVIII e meados do século XIX. Movimento [...] complexo e de múltiplas faces que não pode ser reduzido, portanto, apenas às formas utópicas de pensamento e de criação. Em contrapartida, contudo, dificilmente se compreende a mentalidade romântica se não se analisa o enorme potencial de energia utópica por ele desencadeado”. Hardman, ao abordar as poéticas de Euclides da Cunha e de Raul Pompéia, em determinada altura de seu artigo, ao rebater traços expressionistas que alguns tentaram ler em Pompéia e Euclides, salientou nas obras daqueles autores “... a partir da matriz comum do super-naturalismo do final do século XIX, tendência que atualiza traços do romantismo na cultura cientificista da época, sobretudo em torno à degradação e finitude dos seres vivos, e que repercutirá, tanto nos artistas e escritores finiseculares, quanto em certas vanguardas claramente tributárias da revolta romântica como o expressionismo e surrealismo”. (2006, p. 344).

1.1 O Brasil como contexto

No Brasil, em particular, considere que:

Caminharam paralelamente, [...] várias propostas de apreensão do real que, por muitas vezes e em muitos pontos, inter cruzaram-se. De um lado, a ênfase “romântica” dedicada à busca das origens e mitos para a formação de uma história assentada num passado que levasse em consideração tanto o colonizador português como o selvagem ameríndio e, em plano secundário, o negro. De outro, o registro cientificista, com larga sensibilidade romântica, propondo o conhecimento da natureza e do povo dentro dos princípios ditados pela ciência e representados a partir de cânones estabelecidos. Comum a ambos, a crença no progresso e na evolução crescente da humanidade para melhor. Otimismo nem sempre fácil, porque estava claro que o progresso não seria para todos; nesse movimento muitos ficariam para trás – participariam das origens (como é o caso do índio) e seriam subsumidos no processo de miscigenação. A condução do progresso estava nas mãos dos brancos, e branca era a sociedade que se desejava formar para o Brasil, para inseri-lo de vez na comunidade dos povos civilizados, ou seja, na tradição ocidental cristã. (NAXARA, 2001, p. 448).

Atentei também para a abolição recente da escravidão e a maciça imigração européia, que acabavam por dar matizes tensos e conflituosos às relações de poder cotidianas na jovem república brasileira, período em que a escolarização e o letramento da população ganharam vigor, assim como a circulação de impressos sob os auspícios do poder público. Na mesma época, a região sudeste experimentou a ascensão da cafeicultura. Ambas, industrialização e cafeicultura, propiciaram riqueza e miséria. Forjaram a definição de políticas públicas destinadas à educação e à saúde – em nome do higienismo e da regeneração social –, visando ao progresso e à ordem da nação, mediante a valorização do trabalho como uma virtude humana.

O contexto remete ao processo de reestruturação jurídico-administrativa do Estado, questão considerada crucial desde a Proclamação da República em 1899. Estado que foi se reestruturando paulatinamente, pois grande parte da legislação imperial vigorou por um bom tempo na Primeira República³⁹. Nesse contexto, o catolicismo deixou de ser a religião oficial,

³⁹ Fausto alerta para o fato que “... a Primeira República recebeu outras designações. As mais sugestivas são as de República oligárquica, República dos “coronéis”, República do “café-com-leite.” (1996, p. 261). Em 1889, tivemos a Proclamação da República. No ano seguinte, Deodoro da Fonseca foi eleito presidente e Floriano Peixoto, vice. Pouco depois, Deodoro dissolveu o Congresso e declarou estado de sítio. Ocorreu um contragolpe e Floriano assumiu o poder. Em 1894, Prudente de Moraes foi eleito presidente e Manuel Vitorino seu vice. Em 1898, Campos Sales foi eleito presidente e Rosa e Silva, vice. Em 1902, Rodrigues Alves foi eleito presidente e Silvano Brandão, vice. Em 1906, Afonso Pena foi eleito presidente e Nilo Peçanha, vice. Em 1909, com a morte de Afonso Pena, Nilo assumiu a presidência. Em 1910, Hermes da Fonseca foi eleito presidente e Venceslau Brás, vice. Em 1914, Venceslau Brás foi eleito presidente e Urbano dos Santos, vice. Em 1918,

tendo-se, a partir de então, um Estado laico. Intelectuais, políticos e diferentes classes sociais, através da formulação de diferentes projetos para a nação, discutiram e envolveram-se em questões relativas à necessária criação e aprimorando de instituições que garantissem a governabilidade do país, mediante o fortalecimento, a legitimidade e a adoção, de fato, do sistema republicano e federativo, para além do clientelismo local.

Na Primeira República, uma das questões mais candentes para aqueles que defendiam o federalismo era a necessidade de limitar os poderes locais (regionais), visando ao fortalecimento do poder central. Outra questão foi garantir a paridade e equidade entre os estados da federação e entre os poderes judiciário, legislativo e executivo. É necessário chamar a atenção para o fato que, no período, a representatividade e o voto censitário haviam deixado de se pautar pela posse da terra e da renda. O voto passou a pressupor a instrução e a alfabetização do cidadão; por conseguinte, o analfabeto perdeu então, seu direito ao voto, o que significou, de fato, excluí-lo da participação política institucional – via instituições representativas do poder público. O direito de voto ficou atrelado ao universo letrado e, naquele momento, a grande maioria da população brasileira era analfabeta. Sendo assim, tal maioria foi alijada incondicionalmente do direito de escolher seus representantes no governo republicano que se iniciava. Além do que, os mendigos e os praças militares também foram excluídos do direito do voto universal; quanto às mulheres, “A Constituição não fez referência [...], mas considerou-se implicitamente que elas estavam impedidas de votar.” (FAUSTO, 2001, p. 141).

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, os embates político-ideológicos são perpassados por projetos destinados a conduzir o país à modernidade, em contraposição ao atraso e à miséria que se reconhecia no território nacional, diante do panorama mundial. Uma das vias, segundo alguns contemporâneos do período, para transpor tal situação, para evitar que o país “resvalasse para a barbárie”, seria privilegiar a saúde, a educação e a formação para o trabalho, como condição *sine qua non* para o progresso e desenvolvimento nacionais.

O país vivenciou inúmeras mudanças – a energia elétrica, movendo as máquinas com maior intensidade, as ruas e os becos sendo iluminados, os trens e os bondes permitindo o rápido e grande fluxo de pessoas e mercadorias, o telégrafo e o telefone mediatizando o contato entre as pessoas e novas demandas sociais emergindo junto a uma população

Rodrigues Alves foi eleito presidente e Delfim Moreira, vice. No ano seguinte, o presidente adoeceu e Delfim tomou posse na presidência. Com a morte de Rodrigues Alves, ocorreram novas eleições e Epitácio Pessoa foi eleito presidente.

impactada pelo novo, pela sensação de aceleração do tempo, pela massiva presença de imigrantes e de ex-escravos perambulando pelas ruas. Mas, essas demandas ocorreram ainda em um Brasil rural, que determinados setores da sociedade viam e pretendiam fosse privilegiadamente urbano.

Em fins do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, as páginas dos impressos foram tomadas por notícias e propagandas de carros, de transatlânticos, de telefones, da fotografia, do cinema e de um número infindável de utensílios domésticos, de ferramentas, de peças de vestuário, de cosméticos e de remédios, dentre outras. Tais novidades passam a compor o repertório de mercadorias, daquele cenário. Para os contemporâneos não havia como esquivar-se do fascínio e do estranhamento causados pelo crescimento populacional acelerado e pela industrialização progressiva das grandes cidades, assim como pelo receio de um forte movimento operário⁴⁰, de revoltas e violentas lutas no mundo rural e iletrado⁴¹, ressentido pela miséria, exploração e precárias condições de sobrevivência.

Os negros recém-libertos, na época, viviam na miséria. Eles representavam, para as autoridades públicas, ameaça e perigo à ordem, à segurança e à moralidade. Os rituais religiosos, as diferentes manifestações culturais de origem africana foram perseguidas e proibidas. O período foi marcado também por epidemias, assim como por políticas sanitárias e policiais destinadas a garantir o controle das doenças e dos corpos, em particular das classes trabalhadoras. O Rio de Janeiro, então capital do Brasil,

... principal porto de exportação e importação do país e o terceiro em importância no continente americano, depois de Nova York e Buenos Aires [...] vitrine do país. Num momento de intensa demanda por capitais técnicos e imigrantes europeus [a cidade foi] acometida por uma série de endemias, que assolavam e vitimavam sua população, e eram ainda mais vorazes para com os estrangeiros, os quais não dispunham dos anticorpos longamente desenvolvidos pela população local. O Rio apresentava focos permanentes de difteria, malária, tuberculose, lepra, tifo, mas suas ameaças mais aflitivas eram a varíola e a febre amarela ... (SEVCENKO, 1998, p. 22).

O presidente Rodrigues Alves, na tentativa de mudar essa situação, nomeou o engenheiro Lauro Müller para modernizar o porto, Oswaldo Cruz para garantir iniciativas

⁴⁰ Faz-se necessário lembrar que esse movimento não era monolítico e homogêneo: o período foi marcado por intensos embates entre os diferentes segmentos anarquistas, socialistas e anarco-sindicalistas no Brasil.

⁴¹ Como a Revolta de Canudos (1893-1897) e a Guerra do Contestado (1912-1916).

destinadas ao saneamento da cidade e Perreira Passos para reurbanizar o Rio de Janeiro. A população mais pobre amotinou-se pelo aumento do custo de vida na cidade, pela derrubada dos cortiços para a abertura de novas avenidas e pela obrigatoriedade da vacina. O embate entre populares e as autoridades públicas culminou na Revolta da Vacina em 1904 (LOPES, 2001).

Já, na época, o estado de São Paulo era propagandeado e apresentado ao mundo e ao país como a “locomotiva do Brasil”, berço da propalada industrialização do país, terra de trabalhadores produtivos – assalariados, prioritariamente urbanos e laboriosos. E a cidade de São Paulo, capital do estado, era o emblema, por excelência, dessa “locomotiva”.

No transcorrer da pesquisa, encontrei em periódicos bragantinos imagens plurais da cidade de São Paulo. Observei nos periódicos locais que a imagem veiculada com maior ênfase era a que apresentava São Paulo como uma grande cidade, espaço do progresso, mesmo que em alguns artigos transparecesse um certo pesar, por conta de observarem que as tradições culturais se fragilizaram frente à crescente imigração e à vertiginosa circulação de pessoas. Imagem canônica da cidade que, reafirmada, contribuiu para que as imagens do espaço rural e das pequenas cidades do interior do estado ganhassem fortes matizes de atraso econômico e cultural, ainda que com contornos ambivalentes. Esta imagem mesclou atraso à idealização romântica da natureza –, nela como já foi dito, o espaço rural e as pequenas cidades apareciam, por vezes, como recantos de paz, harmonia e tranquilidade.

Essa imagem da cidade de São Paulo apresenta a cidade como uma metrópole industrializada, símbolo de progresso e de riqueza, a ser seguido pelas demais cidades do interior do Estado e do país. Tal imagem sobrepõe-se como um ideal a ser alcançado pelos diferentes lugares. Se a cidade do Rio de Janeiro – capital do país, era o “cartão postal” (LOPES, 2001), da beleza luxuriante dos trópicos e da cultura moderna, nas primeiras décadas do século XX; a cidade de São Paulo era o “cartão postal” da industrialização e da modernização brasileira. Imagem de São Paulo que tendia a excluir de seu horizonte as tensões e os conflitos, a miséria social e sua diversidade cultural. Imagem que o editorial do semanário “*O Guaripocaba*”, publicado em Bragança, em seu terceiro número (1877), no qual faz menção à então província de São Paulo, reafirma, quando alardeia que “O progresso é luz...” e que seu avanço se deu por conta da abertura de ferrovias pelo interior da província. Este editorial é emblemático do imaginário da época:

Bragança, 24 de junho de 1877

O progresso é luz; o dedo da iniciativa particular ainda não marcou seu limite; o mundo caminha diz um sabio escriptor; e se visse a Provincia de S. Paulo de outrora, o estado florescente a que n'estes ultimos tempos tem attingido por iniciativa propria, não sabemos o que mais poderia acrescentar. De norte a sul, de este a oeste, vai sendo cortada de vias ferreas, e as locomotivas vão a esses logares, levando envolvidas em seu fumo as luzes do progresso, a crença nos commettimentos do presente – a esperança do futuro. Ahi estão funcionando as diversas companhias, ingleza, paulista, mogyana, sorocabana e ituana, dando seus diversos ramaes o engrandecimento desejado á lavoura dos logares onde tocão. [...] As vias ferreas já cortam grande extensão do territorio, e Bragança, até há pouco tempo, [...] esquecida, parecendo mesmo não fazer parte no mappa geographico da provincia, tendo em seu seio um solo tão fertil, com sua cultura de cafés em grande escala, centro essencialmente productor, passagem natural de todo o Sul de Minas, não podia por mais tempo ser votada ao ostracismo, devia compartilhar a felicidade de suas irmãs. (O Guaripocaba, 01/07/1877, ano I, nº 3, p. 1).

Mais adiante, em 1906, quando se deu a discussão sobre a construção de um novo viaduto e do novo palácio municipal pela Câmara da cidade de São Paulo, a notícia mereceu destaque no jornal bragantino *A Notícia*. A imagem canônica daquela cidade salta aos olhos do leitor:

Em São Paulo

Construcção gigantesca do novo viaducto. Na próxima sessão da Câmara Municipal de S. Paulo, o sr. Dr. Carlos Garcia vae apresentar um projecto autorizando um empréstimo de 3.000.000\$000, para a execução de importantes melhoramentos na capital, entre os quaes a construcção do Palácio Municipal e a do grande viaducto ligando o largo S. Bento ao de Santa Ephigenia, [...]. Como disse um jornalista argentino, S. Paulo é um paiz dentro de outro paiz. E si elle assim progride é porque tem diffundicta a instrucção. Um povo analphabeto é um povo morto. (A Notícia, 31/03/1906, ano I, nº41, p. 2).

O traço do progresso da metrópole justificava-se e ganhava inteligibilidade frente a explicação de que decorreria de iniciativas adotadas em favor da instrução, na perspectiva do autor da nota, membro das elites letradas. Em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, tem-se a imagem de São Paulo como uma cidade tomada por uma multidão compacta. Uma multidão anônima que assustava as autoridades públicas e seduzia alguns. As elites letradas constantemente faziam-lhe referências e, em certa medida, para além do otimismo universalizante do pensamento liberal, viam-se obrigadas a:

... reconhecer a força das motivações irracionais do subconsciente e do inconsciente humano nos comportamentos políticos individuais e coletivos; a levar em consideração a emotividade extremamente intensificada nas pessoas que integram uma multidão, que inibe a atividade intelectual e faz com que as tendências “mais primitivas” da psique predominem sobre a razão. (BRESCIANI, 1991-92, p. 31).

Essas elites letradas que se queriam distantes do atraso e da miséria, e temiam as manifestações violentas das classes trabalhadoras. No período pesquisado, foi possível deparar-me com uma cidade de São Paulo que pulsava nervosamente e que:

... agregava centenas de milhares de seres desenraizados, arrancados pela força ou pela aflição dos seus lares e regiões de origem, transportados como gado através dos mares, negociados por ‘agentes de imigração’ com preço fixo por cabeça, conforme a idade, sexo, origem e condições físicas, despejados em pontos infectos de endemias tropicais, sem instruções, sem conhecimento da língua, sem recursos, sem condições de retorno, reduzidos à mais drástica privação para que a penúria mesma lhes servisse de acicate ao trabalho e motivo de submissão. Postos a competir com os párias negros, recém-egressos da escravidão, e os ‘caipiras’, mestiços refugiados na gleba precária do seu ‘sítio’ apossado, sem direitos de qualquer espécie. Quanto aos índios, esses sequer teriam a chance de serem iludidos [...] a expansão definitiva das fazendas nessa década seria acompanhada do extermínio sistemático das últimas tribos e comunidades ainda remanescentes no interior do Estado de São Paulo. (SEVCENKO, 1992, p. 38).

No Brasil, não pode passar despercebido, no período, um aspecto pontuado por Dias:

A politização do dia-a-dia transformou o corpo do morador da cidade e a sua forma de percepção do mundo exterior, de modo que os indivíduos passaram a ser colonizados em seus gestos, sentimentos e na própria maneira de apreender a realidade. Encontrar novos nexos e legitimidades, que pudessem dar sentido às imensas e portentosas formas de mobilização coletiva, que a urbanização e a tecnologia de guerra punham em ação na vida de todo dia, era um imenso desafio para todos os campos da percepção e do conhecimento. Nessa época, a tecnologia do relógio tornou possível a sincronização da medida do tempo de modo que, desde a primeira guerra impôs-se uma mudança grande na forma de percepção do tempo, que passou a ser um dos componentes mais importantes dentre os fatores de mobilização geral dos corpos e das mentes dos cidadãos do novo mundo urbanizado. (1992, p. *xiv-xv*)⁴².

Tal politização estimulou a emergência de diferentes disciplinas, tentativas de controle e de governo do cidadão, implementadas pelo Estado e por diferentes instituições

⁴² Apresentação para o livro “Orfeu extático na metrópole – São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20” de Nicolau Sevcenko.

sociais, perpassadas pela racionalidade instrumental. Ela inscreveu-se no corpo desse homem, ganhou visibilidade nas sensibilidades relativas ao corpo que emergiram junto àqueles que eram contemporâneos do período. Esta politização do dia-a-dia, que transformou o corpo do homem urbano da grande cidade, também ocorreu no corpo do homem do espaço rural e das pequenas cidades do interior do país. Ela ocorreu com ritmo e intensidade variáveis, com singularidades próprias. Essas sensibilidades são passíveis de prospecção em diferentes fontes que tragam, dentre outros, dados sobre a higiene corporal, a postura, os gestos, o condicionamento físico, os hábitos, o grau de escolaridade, a saúde, a sexualidade, os aspectos físicos, os padrões de comportamento e as tradições populares.

A complexidade do contexto sócio-cultural dos fins do século XIX e das duas primeiras décadas do século XX pode ser ampliada quando pontuam-se três focos de análise. O primeiro volta-se à importância que as discussões e iniciativas relativas à educação e à saúde assumem no período. O segundo foco é relativo à emergência de sensibilidades relativas ao corpo, dentre as quais, em particular, aquelas que valorizam um corpo automotivado e autodisciplinado para o trabalho. O terceiro ressalta a submissão deste corpo na vida cotidiana, ao ritmo e ao escrutínio de um tempo matematicamente controlado, privilegiadamente nos grandes centros urbanos.

Ao enveredar por entre a dinâmica das tensões e dos conflitos socioculturais, ocorridos no contexto, atentei também para a:

... redefinição profunda da política no âmbito da cultura moderna, que tinha superado de certa forma as dualidades tradicionais do século XIX, já sem expressão no mundo urbanizado. A politização do privado e a privatização do público são dimensões novas que se impõem à interpretação crítica do historiador e o compelem a transcender as referências formais da política daquele período, com seus programas, partidos, plataformas e marcos cronológicos anacrônicos. A transição inexorável da modernidade para o mito da ação automatizada e para a magia dos rituais políticos de massa tinha de certa forma transcendido as categorias, já minadas pela força das transformações da cidade de São Paulo, embora pudesse não ser aparente para os contemporâneos dos acontecimentos. A dualidade do público e do privado já não se sustentava mais ante o processo gigantesco da metrópole e da cultura de massas; é bem verdade que também no passado colonial das oligarquias locais nunca tinha sido um pólo norteador do espírito cívico. Entretanto, o aparato hegemônico das oligarquias paulistas transformava-se num ritmo um pouco mais lento do que a imaginação dos modernistas. (DIAS, 1992, p. *xxi-xxii*).

As considerações desse autor são significativas para as pesquisas de história relativas ao interior do estado de São Paulo – ao espaço rural e às pequenas cidades – para que as singularidades locais não se diluam nas visões de mundo e imaginação dos modernistas ou das elites letradas.

1.2 Tradições socioeducacionais: um breve diálogo

No processo de análise das fontes, percebi que seria oportuno travar um breve diálogo com algumas tradições sócio-educacionais da época, porque tal procedimento permitiria transcender alguns aspectos das especificidades da história local, identificando embates e tensões que diziam respeito às sensibilidades relativas à percepção de corpo humano, no âmbito mais amplo do país.

Para tanto tomei as contribuições teóricas de José Veríssimo, Vicente Licínio Cardoso, Antonio Carneiro Leão, Ronald de Carvalho, Miguel Couto, Pedro Basile e Afrânio Peixoto. Considerei que, no período pesquisado, tem-se a especialização crescente do conhecimento. E, em um movimento simultâneo e contínuo, tem-se também a definição e ressignificação de lugares do saber e de práticas comuns a estes saberes especializados. Lugares e práticas, por vezes, ambíguas, conflituosas e lacunares. Foi nesse contexto sociocultural que me reporte à participação das elites letradas urbanas, formada por literatos⁴³, pedagogos, juristas, médicos, higienistas, eugenistas, fisiologistas, engenheiros sanitários, dentre outros, no entrecruzamento do debate sobre questões educacionais e relativas à saúde.

Considerei ainda que se a especialização do saber, por um lado, deu a essas elites um determinado poder de intervenção em nome de um projeto civilizatório e modernizante do país, em nome de uma dada competência; por outro, tais lugares e práticas permitiram que suas orientações e seus valores perpassassem, paulatinamente, com legitimidade, pelos interstícios da trama social – da família à escola, do lazer à disciplina e organização do trabalho, dos sindicatos às entidades associativas políticas e religiosas, da saúde à doença – e se inscrevessem “no corpo e na alma” das pessoas. A par de tais lugares e práticas

⁴³ Não foi por acaso que obras como as de Machado de Assis (*O alienista*), de Aluísio Azevedo (*O cortiço*), de Raul Pompéia (*O ateneu*) e de Adolpho Caminha (*A normalista*), dentre outros autores, foram escritas em fins do século XIX.

especializadas construíram-se teorias, protocolos de procedimentos científicos e respectivos instrumentos para a coleta de dados, destinados a identificar e controlar as condutas ditas normais e as condutas ditas desviantes.

Um dos objetivos deste diálogo foi compreender se o que esses contemporâneos da época identificavam como “problemas sociais” teria relação com as visões modernas de civilização, de privacidade e de individualismo. Por sua vez, pesquisei se tal relação traria à tona sensibilidades relativas ao corpo. O outro objetivo deste procedimento foi ampliar a abrangência da análise; a partir dele avancei nos marcos temporais estabelecidos, e após avaliar os riscos, julguei que este procedimento acabaria por enriquecer o trabalho, posto que as transformações das mentalidades de uma época ocorrem no transcorrer de um tempo de longa duração. Fiquei em dúvida se colocaria as considerações de cada um dos autores em um único bloco ou se apresentaria tudo o que havia selecionado de um determinado autor para depois tratar das contribuições dos demais autores, individual e seqüencialmente, seguindo uma dada ordem cronológica. Acabei definindo uma outra forma de expor tais considerações; apresentei as diferentes propostas dos diferentes autores, estabelecendo que o que daria unidade a elas seriam os temas aos quais elas se reportavam; isso porque algumas propostas e preocupações relativas aos ideais de saúde, de educação e de trabalho parecem ter ultrapassado o período abordado.

A saúde, a educação e a formação para o trabalho foram alçadas à condição de questões nacionais por esses contemporâneos da época, sendo freqüentes as referências encontradas em diferentes impressos sobre tais temas, por conta do que eles foram incorporados como eixos reflexivos da pesquisa. Na ocasião, diferentes lideranças políticas discutiam o lugar e o papel do estado na gestão e no equacionamento, tanto do atraso nacional quanto da precariedade do cenário educacional – aqui, em particular, entendido enquanto escolar. No contexto, ganhou vigor um forte viés nacionalista, presente entre os contemporâneos privilegiados neste trabalho.

As primeiras décadas do século XX são preches de significados. Nesses termos, considerei a construção e a emergência de um corpo – objeto individualizado e pontual de saberes especializados. Além do que, no período pesquisado, segundo Vicente Licínio Cardoso, “Instruir [era] formar cidadãos, [era] sanear mentalmente, [era] fundamentar os laços da coletividade dentro da unidade da Pátria” (1924, p. 300).

Carneiro Leão registrou, na sua perspectiva, que para ele não havia opinião pública no país, por conta do clientelismo⁴⁴, isso porque eram:

... os clientes políticos, quase os únicos concorrentes às eleições nacionais. Faltam[vam] os partidos, falta[va] o voto secreto, falta[va] o desprendimento da massa eleitoral na escolha dos dirigentes [...] De maneira que do balanço geral ressalta[va] ser o nosso problema básico a educação nacional. Passou, por toda a parte, a época em que era apenas uma elite burguesa, filha dos ricos, dos políticos e dos privilegiados, a dirigente incondicional dos governos. Dia a dia a massa toma parte maior na direção dos governos, por meio das suas associações de classe e das sociedades sindicalistas. A educação generalizada começou a bem do povo inteiro e da própria elite, a ser a preocupação das pátrias. O Brasil sem alienar a sua individualidade, mas ao contrário, despertando-a e desenvolvendo-a, deve observar o que se passa lá fora, para aproveitar as lições fornecidas pelos povos mais velhos, mais experientes mais cultivados. (1924, p. 19).

Alguns contemporâneos do período entendiam que era necessário relativizar o eurocentrismo presente na formação e manifestações culturais (artes, literatura, ciências etc.) brasileiras e voltar-se para o contexto norte-americano. Ronald de Carvalho remete-nos a esse americanismo, indicando uma mudança do vetor intelectual do país, antes centrado tão-somente na Europa:

As novas gerações do nosso país devem por todo o seu empenho no fecundo trabalho de aproximação entre os povos latino-americanos. [...] O nosso dever é destruir o preconceito europeu, o pior, o mais nocivo de todos os nossos males. Demos à história dos povos americanos o lugar de eminência que, em nossas cogitações, ocupa a das nações de outros continentes. Deixemos de pensar em europeu. Pensemos em americano. Temos o prejuízo das fórmulas, dos postulados e das regras que não se adaptam ao nosso temperamento. (1924, p. 196).

Estes mesmos contemporâneos propunham a necessidade de o país esquivar-se das agruras herdadas da escravidão e das heranças indesejadas do processo de miscigenação entre índios, negros e brancos. Dessa particularidade da história do país, recorrente da miscigenação, emergiu uma ambigüidade presente nas imagens que perpassam o imaginário da época, acerca da população brasileira, encontradas em diferentes autores do período. Por

⁴⁴ É oportuno trazermos o conceito de coronelismo para dimensioná-lo frente ao de clientelismo. Segundo Fausto “A denominação ‘República dos coronéis’ refere-se aos coronéis da antiga Guarda Nacional, que eram em sua maioria proprietários rurais com base local de poder. [...] O coronelismo representou uma variante de uma relação sociopolítica mais geral – o clientelismo –, existente tanto no campo como nas cidades. Essa relação resultava da desigualdade social, da impossibilidade de os cidadãos efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado, da inexistência de uma carreira no serviço público. Todas essas características vinham dos tempos da Colônia, mas a República criou condições para que os chefes políticos locais concentrassem maior soma de poder. [...] Seria errôneo pensar que os ‘coronéis’ dominaram a cena política...” (1996, p. 263).

vezes, o brasileiro era identificado como bondoso, honesto, simples, sincero, modesto, sem ambição e generoso. Muito embora, às vezes, para explicar o atraso e a miséria da nação, esse mesmo brasileiro fosse apresentado como imprevidente, indolente, fraco, lascivo, sem vigor, sem iniciativa, sem combatividade, avesso ao trabalho e à disciplina. A escravidão do índio e do negro eram execráveis para alguns, em todos os sentidos. Mas, não havia como negar os traços que o negro deixara em nossa cultura porque este, em particular, havia se metido:

... com sua moralidade primitiva de selvagem, seus rancores de perseguido, suas idéias e crenças fetichistas, na família, na sociedade, no lar. Invadiu tudo e imiscuiu-se em tudo. Embalou a rede da *sinhá*, foi o pajem do *sinhô-moço*, o escudeiro do *sinhô*. Ama, amamentou todas as gerações brasileiras; mucama, a todos acalentou; homem, para todos trabalhou; mulher, a todos se entregou. (VERÍSSIMO, 1985, p. 69).

É oportuno lembrar que, para outros, a abolição havia sido necessária, porém trouxera consigo o declínio de vastos setores da economia agroexportadora. A abolição, para esses, deveria ter ocorrido de forma mais lenta e gradual:

Ideais nobres, porém líricos e românticos, convém acrescentar, por isso, que, com exceção de raros, eram em geral os abolicionistas homens das cidades, jornalistas e professores, sem descenderem dos senhores de escravos e que não compreendiam em seus justos termos a gravidade do problema da abolição num país, como o Brasil, onde a agricultura assentava ainda – em larga parte antes de 1880 – no braço negro escravizado. Combatiam, como idealistas, os horrores da escravidão, mas não percebiam a tempestade temerosa que armavam destruindo, abruptamente, uma parcela grande da maior fonte de riqueza nacional. (CARDOSO, 1924, p. 285).

Vicente Licínio Cardoso registrou a tensão de interesses entre os grandes proprietários de terras e os abolicionistas que, aqui neste parágrafo, foram identificados como homens da cidade, por conseguinte desconhecedores das necessidades das oligarquias rurais. Essa tensão talvez ainda pairasse no ar nas primeiras décadas do século XX, além do que, a abolição:

... libertando, porém, uma população ainda considerável de escravos, e a República um ano depois, nivelando-a, igualando-a, juntamente com o resto do povo, aos ex-senhores, deram, a todos, as possibilidades de atingirem as mais elevadas situações políticas e sociais [...] Não sendo mais a cultura, a tradição, a cor, a hombridade, a fortuna, os predicados para a ocupação dos postos públicos, aos quais todos poderiam rapidamente ascender, começou a luta desenfreada para conquistá-los: era natural

que todos os processos fossem usados. As qualidades recomendadas passaram logo a ser a obediência ao chefe, a subserviência aos governos, os pistolões e todos os atributos pessoais, negativos e prejudicialíssimos aos interesses do país. (LEÃO, 1990, p. 18).

Para alguns, era necessário fomentar os laços de trabalho assalariado no processo de industrialização nascente e em franco desenvolvimento, na tentativa de lidar com uma grande parcela da população na condição de homens livres desempregados, lutando contra as “causas” da degeneração social – a vadiagem, a prostituição, o alcoolismo, a libertinagem, as doenças infecto-contagiosas e o analfabetismo. Salvo todas essas dificuldades, era necessário, segundo eles, moldar e formar o “cidadão”, mediante a valorização pelo Estado da saúde, da educação e da formação para o trabalho. Vicente Licínio Cardoso oferece indícios do que foi dito:

... pelos vícios desenvolvidos, pelas taras herdadas em maus hábitos contraídos, atrasamo-nos demasiado na formação de nossa nacionalidade (étnica, social e politicamente) por isso que descuidamo-nos [...] do problema magno da organização do trabalho [...]. Outra não me parece de fato ser a causa predominante do atraso com que veio o Brasil a cuidar do problema da instrução pública, problema que visando a educação e elevação da massa humana, interfere [...] no engrandecimento contínuo da riqueza pública, em consequência da própria valorização do elemento primordial de trabalho – o homem. (1990, p. 295).

Saliento que, nas primeiras décadas do século XX, a valorização da leitura, enquanto prática cultural, e do impresso, enquanto *media*, de disseminação e popularização de preceitos voltados à formação de uma nação civilizada, era um fato. A validade dessa idéia está presente nos comentários de Carneiro Leão:

A cultura universal, sobretudo nos fenômenos sociais, se generaliza de tal modo, na imprensa, em conferências, em congressos contínuos, nos quais todos os povos concorrem com a sua experiência e o reclamo das suas necessidades, que se tem hoje, quase tangível, diante dos olhos e da inteligência, a marcha da civilização e a visão do caminho mais curto e mais claro ao evoluir de cada país, segundo o seu tipo social e cultural. A cultura moderna dos fenômenos sociais, econômicos e políticos está sendo feita nas revistas, jornais, livros de crítica e relatórios da vida dos povos em movimento ininterrupto. Não se trata mais de espíritos elaborados friamente, no insulamento dos gabinetes, em tratados clássicos, em teorias e princípios imutáveis, em ideais e postulados preconcebidos, mas afeitos à observação da vida quotidiana. (1924, p. 16).

No esteio deste comentário, Carneiro Leão afirmou:

... nesta época, onde tudo se procura fazer pela cultura, a educação é a maior necessidade do Brasil [...] precisamos de cultura, por toda a parte, e para tudo: cultura física, higiênica, profissional, mental, moral, social, política e cívica. Quem diz educação, diz formação, diz organização, diz adaptação. Formar a nacionalidade e o país, organizá-lo e adaptá-lo à hora atual do mundo são os fins da cultura... (1924, p. 16).

Carneiro Leão estreita os vínculos entre a “marcha da civilização”, a cultura e a educação, visando reafirmar a necessária formação de uma nacionalidade e de um Estado forte e centralizado, pelo viés da organização e adaptação social. É necessário perceber a abrangência de sua preocupação, que abarca desde o sujeito individualizado em seu corpo, sua inserção no mundo do trabalho pela profissionalização do seu fazer, até os recônditos de sua subjetividade, chegando à projeção de uma dada prática política e cívica para tal sujeito. É necessário salientar o destaque que Carneiro Leão dá à observação da vida cotidiana nesse processo, como forma de garantir validade teórica aos conhecimentos relativos às práticas sociais.

No contexto, o analfabetismo que grassava entre a população brasileira, assombrava os contemporâneos privilegiados aqui⁴⁵, que enxergavam nele causa de muitos dos problemas nacionais. Vicente Licínio Cardoso, no Prefácio da primeira edição do livro *A margem da história da República* (1924), explica que os autores que colaboraram na obra:

Compreendem [...] a gravidade de nosso momento histórico presente e procuram reagir. Mas reagir pelo progresso dentro da ordem, por isso que todos eles sabem [...] o caminho seguro para andar mais ligeiro é aquele que evita os desatinos das correrias revolucionárias [...] [os autores] Escrevem [...] mas sentem com a própria obra que vai surgindo [...] o silêncio horrível de uma nacionalidade sem consciência [...] sobre o peso morto [...] dos milhões de analfabetos que a solapam. (1924, p. 13).

E, mais à frente, em seu artigo publicado na mesma obra, Vicente Licínio Cardoso acrescenta:

⁴⁵ José Veríssimo, Vicente Licínio Cardoso, A. Carneiro Leão, Ronald de Carvalho, Miguel Couto, Afrânio Peixoto e Pedro Basile.

... o que se chama povo entre as nações civilizadas, não tem existência real no Brasil, analfabetos que são os maiores milhões de nossa população. E certo, ainda, não havia naquela época – como não há hoje senão escassamente – o que se poderia chamar a educação republicana das elites... (1924, p. 291).

Vicente Licínio Cardoso fez críticas contundentes à inexistência de propostas sobre o ensino profissionalizante e o ensino para os negros emancipados. Isto porque, nessa perspectiva, a instrução pública deixava à margem grande parcela da população e, principalmente, parcela significativa das camadas urbanas, impossibilitadas de serem inseridas e de competirem no mercado de trabalho com os imigrantes europeus, deixando o país aquém da modernidade (GONÇALVES, 2000). Ele não reconhecia a existência do povo brasileiro na Primeira República nos moldes em que existia o povo na França revolucionária ou nos Estados Unidos, na época da independência daquele país. Porque para ser povo, naqueles moldes, para ser identificado enquanto tal, a população precisaria ter sido alfabetizada e, por conseguinte, estar apta a exercer a cidadania. Situação inexistente no Brasil, pois o analfabeto, para Vicente Licínio Cardoso, por não ter tido acesso à instrução pública, não teria tido uma formação voltada à construção de uma consciência e de uma identidade nacional.

Por sua vez, Miguel Couto preconizou, dez anos mais tarde, que:

A educação precisa ser defendida ainda pelo lado da higiene e pelo lado financeiro. Da higiene, porque o analfabeto é o maior inimigo da saúde. O analfabeto é o único responsável pela nossa situação sanitária. É ele que por sua ignorância aceita, contrae, recebe, as doenças, e as contagia. É ele que reduz o homem brasileiro à metade de homem, a um terço de homem [...] na parte financeira, tivemos [...] a ocasião de ouvir Osvaldo Aranha para mostrar o que tem sido as finanças no Brasil, desde o Império até a República: *déficits* sobre *déficits*... Por que temos vivido assim? Porque analfabeto não paga imposto. (1934, p. 74).

Na colocação de Miguel Couto percebe-se o deslocamento da condição de analfabeto, daquele que ignora e foi excluído do acesso à instrução pública, para a condição de responsável (culpado) pela precariedade sanitária e financeira do país. Miguel Couto toma, como horizonte do social, o espaço por excelência da organização e da “seleção natural” dos indivíduos, pautada pela capacidade de cada um, herdada geneticamente, aprimorada pelo eugenismo e pela educação. O analfabeto, de excluído passa a ser responsável, não só pela

sua própria condição, como pelo ônus que representa para a nação, naquele momento, e também para o futuro do país.

Carneiro Leão dá-nos, sob sua visão, cor ao tema e discussão relativas ao analfabetismo:

É mister convençam-se [...] que as questões de educação tem de ser estudadas aqui em todos os seus aspectos: primário, secundário profissional e superior, porque são todos correspondentes aos diversos estágios mentais das classes que se prestam para o perfeito funcionamento social [...] é preciso ver o Brasil, com critério nacional, mas dentro da harmonia internacional. (1924, p. 16).

Na fala de Carneiro Leão, é possível pontuar que ele percebe o entrecruzamento da instrução primária, secundária, profissional e superior com a existência de diversos estágios mentais das classes sociais. Nessa perspectiva, o autor reafirma a hierarquização dos saberes ao recorrer à categoria “estágio mental”, hierarquização esta que passa a usufruir de conotações psico-biológicas, portanto “naturais” – intrínsecas ao corpo do sujeito. Sendo assim, para ele as classes subalternas não chegavam ao ensino superior, vindo a compor as elites letradas, por uma questão biológica e natural, derivada do estágio mental em que se encontravam, e não por ausência de políticas públicas que garantissem o acesso aos diferentes níveis de ensino, nem pela precariedade ou inexistência quase absoluta de escolas públicas secundárias e profissionalizantes em todo o território brasileiro. Além do que, para Carneiro Leão:

O nosso mal é a mentalidade feita pelas nossas escolas. É necessário justamente sair desses livros de teorias e postulados, dessa escravização da memória verbal, dessas fantasias da imaginação, para a realidade do mundo, onde se bebe, diretamente, o ar livre da vida vivida e sentida modernamente [...] Não há de ser essa educação de realidades que nos darão mais os espíritos criadores de panacéias, pretensamente práticos e infalíveis. Justamente o que há a fazer é muito simples: educar, trabalhar, produzir, economizar. (1924, p. 16).

Carneiro Leão, ao tratar da escola, localiza nessa instituição práticas que valorizavam um conhecimento livresco, pautado pela memorização verbal e distante da vida cotidiana e das necessidades modernas. A expressão memória aparece aí, no universo escolar, acompanhada de termos desabonadores relacionados pelo autor – “escravização”, “fantasias” – em contraposição à observação. É significativo que Carneiro Leão entendesse que aos

espíritos que não fossem criadores de panacéias, coubesse educar, trabalhar, produzir e economizar. Pois, a escola teria como mote a instrução e a formação de um corpo apto ao trabalho disciplinado e automotivado, capaz de produzir, economizar e consumir; por conseguinte, um corpo inscrito na lógica da modernidade. Nas palavras de Foucault (1977), homem cujo corpo seria economicamente explorado na sua utilidade máxima, e politicamente dócil.

Ainda em Carneiro Leão encontrei, relativamente:

... à instrução primária, [que] desde 1834, o “Ato Adicional” tirara das atribuições do governo central para entregar aos Estados e Municípios, cujas respectivas Assembléias deveriam legislar a respeito. A República manteve a mesma orientação. De modo que sofrendo não raro as vicissitudes de Estados e Municípios pequenos, pobres e atrasados o ensino primário – que é a educação popular por excelência – tem marchado lentamente no Brasil. (LEÃO, 1924, p. 26).

Carneiro Leão, ao propor que a União assumisse o ônus e a responsabilidade pelo ensino primário, esclarece que, para ele, esse estágio corresponderia, por excelência, à educação popular, deixando nas entrelinhas entrever que o ensino superior não era destinado às classes trabalhadoras. Saliento que o adjetivo “pequeno” é acompanhado da imagem de pobreza e de atraso dos municípios – unidade administrativa que inclui o espaço urbano e rural.

Vicente Licínio Cardoso teceu as seguintes observações sobre a educação:

... quando se observa e examina a maneira pela qual o problema da instrução primária foi delegado, por facilidade acomodatícia, aos Estados da Federação então criada. Não há uma única palavra sobre ensino profissional; nenhum plano de educação dos negros emancipados; nenhum programa geral de combate ao analfabetismo de letras e de ofícios num país como o nosso, onde os coeficientes que o definem haviam atingido limites últimos entre os dos povos civilizados. (1924, p. 296).

Esse autor, ao criticar a descentralização do sistema educacional brasileiro, registra a ausência de projetos e iniciativas voltadas ao ensino profissional – que seria necessário ao país que se industrializava e via crescer seus centros urbanos. Ele registra também a inexistência de qualquer plano de educação escolar para os negros emancipados – ao final, o que fazer com essa horda de “miseráveis e analfabetos”, que foi preterida, num primeiro momento, pela força de trabalho imigrante que, já na década de 20, se mostrara “perigosa”,

por conta das manifestações e greves operárias? Outra particularidade é que a noção de povo civilizado pressupõe pensar a instrução pública e o ensino profissional, mas sobretudo a alfabetização da população brasileira. Enquanto isto, por sua vez, mais à frente, Afrânio Peixoto, já em plena vigência do Estado Novo, ponderava que:

... o ensino secundário. É o ensino definitivo da classe mais numerosa da sociedade. O brasileiro médio, com que se deve fazer o país, deve passar por ele e contentar-se com esse ensino secundário. [...] A escola primária não é feita para encher de instrução a criança mas sim ajudar a educação, isto é, o desenvolvimento físico, intelectual social e moral da criança. A instrução escolar é meio, é “como” da educação primária. O “porque” é a necessidade de não fazer mal á infância, de ajudar a natureza a se realizar, socializa-la pelo convívio, despertar-lhe os interesses e curiosidades, assisti-la nessa perfeição, de si próprias, a que devem [...] chegar. [...] O “porque” do ensino secundário é continuativo. Bem desenvolvido o menino física, mental, social, moralmente; não tem tudo [...] Precisa ainda de uma personalidade, um caráter, uma direção na vida [...] Isto se deve conseguir com o ensino secundário. (PEIXOTO, 1937, p. 11).

Afrânio Peixoto diferenciava a instrução pública de educação, pontuando que a abrangência desta última extrapolaria o ensinar a ler, a escrever e a contar – à educação caberia a formação física, intelectual e moral do corpo. É curioso o fato de Peixoto ter avaliado que o brasileiro médio pertencia à classe mais numerosa da sociedade; ou, para o autor, as classes trabalhadoras (rurais e urbanas) não foram contabilizadas, ou o que ele reconhecia como camadas médias eram as classes urbanas menos abastadas, às quais o ensino secundário e o ensino profissionalizante seriam mais do que suficientes para garantir-lhes a inserção no mercado de trabalho, enquanto técnicos qualificados.

Já Miguel Couto propôs o seguinte para a educação:

A minha proposta é esta: à União incumbe [...] a educação nas zonas rurais, nos municípios, nas sedes, e os Estados nas capitais e nas cidades principais. A educação nos campos existe na proporção de 1 aluno para 3 Km quadrados. Não é possível haver um professor ao lado de cada aluno, quando são os alunos que devem vir para os grandes institutos custeados pela União. Se não for assim não se resolve o problema da educação. Em Minas, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, nas grandes cidades do Brasil existe população escolar bem numerosa, mas os seus campos, seus sertões permanecem na maior ignorância”. (1934, p. 76).

A proposta de Miguel Couto trazia um forte apelo à centralização do sistema de educação do país nas mãos da União, indicando a permanência de uma preocupação

crescente em forjar o corpo do cidadão através da educação nos espaços mais ermos e longínquos, bem como em integrar o espaço rural, garantindo a união do território nacional. É significativo citar parte de um debate ocorrido na Assembléia Constituinte de 1934, entre Morais Andrade e Miguel Couto, porque diz respeito ao que foi apontado:

O Sr. Morais Andrade – Em S. Paulo, tem-se verificado o seguinte: Nas escolas rurais, a dificuldade não é obter a matrícula.

Miguel Couto – É a frequência.

O Sr. Morais Andrade – Nem a frequência. A maior dificuldade é obter o professor. Os professores e professoras [...] fogem dos campos e fazendas para [...] as pequenas vilas e cidades. O grande problema educacional é criar o professor para a escola rural.

Miguel Couto – A Escola Normal deve fazer professores abnegados no seu ofício de maior competência e de cada professor, sobretudo um higienista. Preciso é que nas escolas normais a cadeira mais rigorosamente ensinada seja a da higiene. Pode, na Faculdade de Medicina, desaparecer essa cadeira, mas, nas escolas normais – parece paradoxo – ela é mais necessária; a professora há de ser uma provecta higienista porque são os seus alunos, sobretudo as suas alunas, que vão para suas casas implantar todos os conhecimentos de higiene. [...] se o Governo fundasse grandes institutos de educação primária, mandando reunir os educandos, que estão a vários quilômetros uns dos outros, fazendo-os tutelados seus para entregá-los às suas famílias, já educados, ao fim de sete anos, teríamos resolvido o problema. O Dr. Teixeira de Freitas, aventa a ideia do Governo pagar oito, dez, doze mil réis aos pais dos alunos, afim de que os enviem aos institutos centrais para estudar. Ainda seria para o Brasil um ótimo negócio! (COUTO, 1934, p. 76).

Como se pode perceber, o higienismo e suas implicações na formação do professor primário diziam respeito à preocupação com o controle e a disciplina dos corpos. Colocou-se em pauta, ainda, a necessidade de se formarem professores para atuarem no espaço rural, nos mais distantes lugares da nação.

No período, os discursos – higiênico, eugênico e aquele produzido pela inspeção médica escolar – foram formulados e disseminados por meio de impressos diversos: livros, boletins, anais de conferências, manuais, revistas, jornais, almanaques, anuários, material didático, impressos que circularam por entre um público leitor em franca ampliação (FARIA FILHO, 2000); portanto, público situado para além do cotidiano escolar. Esses impressos, em muitas situações, contribuíram sobremaneira para a disseminação de padrões de comportamentos, hábitos e valores relativos ao controle e à disciplina dos corpos.

Aspecto significativo se for levado em conta que, no período, as atribuições do professor primário e da escola pública ganharam maior amplitude, extrapolando, em muito, o

objetivo de prover a formação intelectual, tanto da infância e da juventude escolar quanto dos adultos analfabetos. Professor e escola pública passaram a ter fundamental importância na formação moral, política, higiênica e eugênica de seu alunado, de seus familiares e dos diferentes membros da comunidade local. Outro aspecto a ser lembrado no período é a discussão sobre a crescente medicalização do cotidiano, à luz da inspeção médica escolar. Entre os anos 20 e 30, o discurso higiênico foi gradativamente revisto na relação direta com a psicologia experimental, o que implicou, mais adiante, na ascensão e preponderância daquele nas análises e propostas relativas à educação escolar no país, elaboradas por contemporâneos da época.

Neste trabalho, tomei como uma das premissas que havia um “protocolo” delineado por intencionalidades, subjetividades e padrões de comportamento relativos à ordem escolar, e que ele contribuiu para a instituição e ressignificação de sensibilidades relativas ao corpo, no período estudado; protocolo que se inscreveu na trama das relações de poder, dia após dia. Esse fato ocorreu, algumas vezes, de maneira lenta, silenciosa e sem alarde; outras vezes, foi ferozmente defendido e propagandeado por iniciativas do poder público, com apoio significativo de setores da sociedade civil, com fortes apelos emocionais, em nome de um dado projeto político-educacional que se tornou hegemônico, dentre outros existentes para o país naquele momento. E a escola pública, a comunidade escolar (professores, alunos e funcionários) foi chamada a cumprir um papel fundamental naquele “novo” país que se projetava. No contexto, os impressos de diferentes natureza e, privilegiadamente, os periódicos ganharam fôlego como meios de comunicação que alcançavam diferentes classes sociais.

Houve, por parte dos governos republicanos de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, várias iniciativas destinadas ao aprimoramento do professor primário da escola pública, mediante publicação de periódicos pedagógicos. Dentre estes, refiro-me aos periódicos oficiais, como *A Eschola Publica* (1890-1897), a *Revista do Jardim da Infância* (1896-1897), a *Revista do Ensino* (1897-1918), a *Revista Escolar* (1924-1928).

Nas primeiras décadas do século XX, a escola passou a ter fundamental importância na formação moral e política do corpo do homem urbano. Formação que pressupunha a valorização, a aceitação e a introjeção, pelos alunos, familiares e demais membros da comunidade escolar, de outros padrões e repertórios culturais, para além, muito além,

daqueles alicerçados em conhecimentos e práticas populares e aceitos pelo então chamado “senso comum”.

Em particular, a infância escolar, nesse cenário, passou a ser abordada como arauto de um dado projeto civilizatório e modernizante do país – voltado à formação de um determinado perfil de cidadão: aquele que saberia identificar e respeitar os limites entre as esferas pública e privada, bem como observar a necessária disciplina em sua conduta individual. Tal formação viabilizaria a ordenação contratual da sociedade capitalista, pautada pela exploração da mais-valia e pela defesa da propriedade privada. Esse futuro cidadão deveria primar pela saúde do corpo, educação do espírito e amor ao trabalho.

Para alguns, a escola era tida como responsável por minimizar o atraso dos costumes, a miséria e o analfabetismo da população mais carente; uma escola capaz de educar, de legitimar e de transmitir as visões modernas de civilização, de privacidade e de individualismo de forma sistemática pelos interstícios da trama social, por entre crianças, jovens e adultos, pertencentes às diferentes classes sociais. A escola era:

... representada pelos intelectuais que vivenciaram as transformações pelas quais passou a sociedade brasileira, entre o final do século XIX e as décadas iniciais do século XX, como um importante meio de difusão de um modo de vida considerado civilizado. Influenciados pelos ideais iluministas em relação ao poder redentor da educação e movidos por uma inabalável crença no dogma da ciência, coube a esses intelectuais, entretanto configurar a escola com base em novos padrões... (ROCHA, 2000, p. 56).

Assim, a escola ascendeu como signo “redentor da civilização e do progresso”, já nas primeiras décadas do século XX. A educação escolar passou também a instituir sensibilidades relativas ao corpo, caras à racionalidade instrumental. Nesse sentido:

O discurso civilizador valorizava a escola como sendo a agência destinada, por excelência, ao cultivo das grandes virtudes, ao fortalecimento dos espíritos, à formação do homem do futuro, o homem consciente. O homem civilizado, escolarizado, seria capaz de organizar a família em bases sólidas, simpáticas e justas, de acordo com as aspirações do progresso, em consonância com as normas científicas. O imaginário da intelectualidade do século XIX, contrapunha a inconsciência das máquinas à inteligência humana. Havia uma busca [...] pelo ideário civilizador, pelo refinamento dos padrões sociais gerais. E isso impunha a necessidade de incorporação de um patamar mínimo de conhecimento que estava nos livros. (NASCIMENTO, 2001, p. 16).

No estado de São Paulo, logo após a proclamação da República, os republicanos históricos investiram na organização de um sistema de ensino modelar: “... a escola paulista é estrategicamente erigida como signo do progresso que a República instaurava; signo do moderno que funcionava como dispositivo de luta e de legitimação na consolidação desse Estado na Federação.” (CARVALHO, 2000, p. 225). A Reforma de Caetano de Campos orientou a institucionalização do modelo escolar paulista. O grupo escolar e o método intuitivo são as matrizes do modelo do sistema de ensino público paulista nas primeiras décadas do século XX. Modelo centrado no “Ensino seriado, classes homogêneas e reunidas num mesmo prédio, sob uma única direção, métodos pedagógicos modernos dados a ver na Escola Modelo anexa à Escola Normal e monumentalidade dos edifícios, em que a Instrução Pública se faz signo do progresso...” (CARVALHO, 2000, p. 226).

Outro aspecto que observei foi que o fato de alguém ser, de uma forma ou de outra, membro de uma comunidade escolar, agregava valor positivo à imagem dessa pessoa. Por conseguinte, são freqüentes, nas páginas dos periódicos, as referências aos colégios femininos e aos masculinos, às escolas régias, às cadeiras de professores e à titulação de futuros professores. Quando, nos periódicos, declinavam-se os nomes das pessoas que pertenciam a uma comunidade escolar, indicava-se o lugar de origem delas na sociedade – as elites locais – como observei em diferentes artigos.

Reafirmo que, no período, o país vivencia a ampliação do público leitor e de espaços destinados à leitura, bem como o aparecimento de uma diversidade de impressos. Estes passaram a compor o acervo de livrarias, gabinetes de leitura, bibliotecas particulares, públicas e escolares. No estado de São Paulo, podemos citar os gabinetes de leitura das cidades de Sorocaba, Jundiaí e Campinas, o clube de estudantes de Bragança, os clubes literários das cidades de Santos e Bragança. Em tal contexto sociocultural, é significativo salientar a existência de bibliotecas públicas no período e, por conseguinte, de práticas de leitura assentadas nos acervos bibliográficos, valorizados por tais entidades (NASCIMENTO, 2001).

Na época era comum o intercâmbio de periódicos impressos entre as mais distintas regiões do país. Nas páginas de *O Guaripocaba* a redação agradeceu o envio dos seguintes periódicos: *Progresso Mineiro*, *Revista de Horticultura*, *Jornal das Famílias*, *Eschola*, *Idea*, *Tribuna Paulista*, *Ilustração Brasileira*, dentre outros. Identifiquei inclusive um periódico de

alunos de um colégio de Pouso Alegre (MG), assim apresentado: “Echo juvenil – com este título encetou sua publicação, em a cidade de Pouso-Alegre, um periódico de pequeno formato, órgão dos alumnos do collegio Santa Cruz. Agradecemos e retribuiremos com o nosso.” (O Guaripocaba, 05/05/1878, ano I, nº I, p.1). Outro procedimento comum era anunciar nas páginas dos periódicos lançamentos e recebimento de impressos (livros e periódicos). Há n’O *Guaripocaba* (1877-1878) referências a tais fatos, dentre os quais, registro os lançamentos do livro “*Lições de história pátria*” de Américo Braziliense, editado por José Maria Lisboa⁴⁶, da Coleção Bibliothecas das Escolas e de livros de catecismo.

Se as considerações anteriores são pertinentes, cumpre pontuar que no transcorrer da pesquisa deparei-me com demonstrações de apreço aos impressos, enquanto signos emblemáticos da modernidade e do progresso, já nas décadas finais do século XIX. A visão moderna de civilização pressupõe ainda a imagem de um sujeito cosmopolita em detrimento de um provinciano afeito aos estreitos “horizontes de seu torrão natal”. No jornal *O Guaripocaba*, publicado em Bragança, encontramos na primeira página uma missiva enviada ao periódico por um membro do “Club dos Estudantes”, que em dada altura da carta afirma que “Sabe-se ainda, porem, que a imprensa é o carro do progresso, e que vós sois os apóstolos da verdadeira civilização, a força motora do desenvolvimento do que há de mais bello e vantajoso á vossa pátria.” (O Guaripocaba, 22/07/1877, ano I, nº1, p. 1).

Destaco, ainda, que os periódicos locais, em diferentes momentos, permitiram o entrecruzamento do ideal de instrução com a imprensa, valorizando o papel desta como formadora da opinião pública, colaborando para a divulgação de informações relativas à condução dos negócios públicos e aos avanços da ciência:

A instrução e a imprensa

A instrução corrige; a imprensa aperfeiçoa.

A instrução nos mostra o caminho a seguir; a imprensa esclarece-o.

A instrução conquista; a imprensa coroa, conquistar é vencer; coroar é enaltecer.

A instrução é a voz; a imprensa é o echo.

A instrução é a bússola; a imprensa o palinuro; a bússola guia, o palinuro dirige.

A instrução é o pedestal de granito; a imprensa é a estatua indestructivel.

A instrução é a luz, a imprensa o reflexo, a luz alastra, o reflector amplia.

A instrução é a voz da alma, a imprensa é a voz do povo.

⁴⁶ Em relação a este autor ver tese de doutorado de Maria Carolina Bovério Galzerani (1998).

Finalmente, a instrução nos torna um sábio, a imprensa um deus, o sábio pensa, o deus ordena; pensar é ter a sciencia do bello, do grande e do sublime; ordenar é ter a supremacia do direito, da verdade e da razão.

Jovelino Souza (A Notícia, 21/07/1906, ano I, nº 78, p. 2).

Acredito que havia uma circularidade (DARNTON, 1986; GINZBURG, 1989) e, portanto, uma ressignificação – sempre num movimento ambíguo e plural – na veiculação e disseminação de sensibilidades relativas ao corpo por entre o público leitor. Circularidade e ressignificação que apontaram para as potencialidades do cotejo acurado de periódicos locais com outras publicações da época, levado à cabo nesta pesquisa.

É mister salientar a visão moderna de civilização ancorada nos ideais positivistas e liberais. E que tal visão, por sua vez, na modernidade, pressupõe também a circulação de impressos periódicos. As primeiras décadas do século XX foram marcadas pela ampliação do público leitor, pela presença crescente da mulher no mundo do trabalho e por apelos constantes para que a infância e os analfabetos fossem conduzidos aos bancos escolares, assim como pela emergência veloz de uma cultura de massas, mediada pela propaganda de consumo, intensa industrialização e urbanização do país. (SEVCENKO, 1998).

No mesmo contexto dessa ampliação do público leitor, é possível crer que o letramento da população tenha se dado desde sempre, para além das sacralizadas salas de aula. Pequenos comerciantes, vendeiros, costureiras, lavadeiras, tropeiros, caixeiro- viajantes, ferreiros, pedreiros, pequenos agricultores, talvez precisassem anotar suas contas, arrolar seus bens, listar os nomes daqueles para os quais trabalhavam, dentre outros afazeres que envolvessem o letramento e o numeramento. É provável que, na confluência dessa lida diária com letras e números, muitas pessoas tenham aprendido a ler, a escrever e a fazer as quatro operações (adição, subtração, multiplicação e divisão). Esta aprendizagem pode ter ocorrido em decorrência de necessidades cotidianas de sobrevivência, e outras pessoas, que não o professor, podem ter contribuído para ela.

Em uma nota de jornal, na qual se solicita ajuda das autoridades bragantinas para a captura de três escravos que fugiram da Fazenda Ibicaba, do Distrito de Limeira, de José Vergueiro, a descrição de um dos escravos fugidos chama a atenção:

Miguel, creolo, bem preto estatura mais que regular, bem feito de corpo, nariz afilado, testa pequena, andar desembaraçado, ligeiro, conservando o corpo direito, bem barbado, bigode comprido e a barba feita quasi a ingleza, cabelo sempre bem penteado para cima, falla bem, lê e escreve, toca viola e canta modinhas de 35 a 40 anos. É serrador e desembaraçado para qualquer serviço... (O Guaripocaba, 22/07/1877, ano I, nº 6, p. 3).

É possível que esse escravo fugido tenha aprendido a ler em uma escola mantida por fazendeiros liberais da região (GALZERANI, 1998, p. 253), ou que ele tenha aprendido a ler em uma escola aberta por uma loja maçônica ou organizada por alguma irmandade religiosa (GONÇALVES, 2000). Mas também é possível que ele tenha aprendido a ler nas lidas diárias que envolviam os afazeres de um escravo urbano. Ainda, ao ler o capítulo IV do Código de Posturas de 1877 de Bragança, que tratava “das offensas á religião e á moral”, em seus art. 222, 223, 224 e 226, deparei-me com alguns indícios que me fizeram supor que haveria práticas de leitura disseminadas por entre a população que fugiam ao controle estatístico oficial:

Art. 222 Offender a moral publica por meio de papeis manuscriptos, impressos, lithographados, gravados, estampados ou por meio de figuras que distribuirem por mais de duas pessoas; multa de 10\$000 a 30\$000 e prisão por 2 a 8 dias.

Art. 223 Offender a reputação de qualquer pessoa por qualquer dos meios do artigo antecedente; multa de 20\$000 a 30\$000 e prisão por 4 a 8 dias.

Art. 224 Expor em lugar publico ou á venda estatuas, figuras, estampas e figuras indecentes e offensivas á moral publica; multa de 10\$000 a 30\$000 e prisão por 2 a 8 dias.

[...]

Art. 226 Pregar pasquins e deitar immundicias nas paredes e portas dos edificios, com o fim de desagradar os moradores; multa de 20\$000 ou prisão por 8 dias. (O Guaripocaba, 02/12/1877, ano I, nº 25, p. 1).

Pois, se era necessário escrever artigos visando coibir a confecção de impressos e manuscritos ofensivos, bem como sua divulgação em espaços públicos, é porque essas práticas ocorriam e não eram incomuns. Por outro lado, se ocorriam e causavam preocupação às autoridades, é possível supor que fosse porque havia leitores para tais impressos e manuscritos. Dessa forma, é cabível supor que o engendramento de outras possíveis práticas de leitura tenha se dado em um contexto no qual não se possa silenciar a existência de letrados e de um letramento situados para além do universo da educação escolar.

1.2.1 A escola e a formação do professor

Neste tópico, privilegiei as contribuições de um médico que defendia a inspeção médica escolar. Procurei esquadrihar nelas os ideais de educação, de saúde e de formação para o trabalho, a par dos quais pontuei a emergência de sensibilidades relativas ao corpo no período. Com tal procedimento metodológico tive como objetivo compreender como essas sensibilidades amalgamavam-se às visões de civilização, de privacidade e de individualismo na modernidade, em uma dada localidade do interior paulista, em um momento historicamente dado. Privilegiei como interlocutor, em um primeiro momento, Pedro Basile. Esta escolha assentou-se no fato de sua produção intelectual ser representativa de sua área de formação e atuação; também considerei na escolha de Pedro Basile que:

Na complexidade que se instaura na construção, legitimação e manutenção da ordem escolar torna-se imprescindível sublinhar e acompanhar os processos de constituição que buscam definir os contornos dessa nova ordem, tomando-os como campos em construção, em cujo interior o próprio tema da educação e Inspeção assumem desenhos nem sempre planos e homogêneos, como se pode perceber no âmbito mesmo da área médica que buscou se credenciar como a '*sciencia da infância*' ao longo do século XIX no Brasil (GONDRA, 2002, p. 316).

Já nas primeiras décadas do século XX, houve a gradual especialização e a inserção do saber médico na área educacional, bem como seu exercício e presença em diferentes órgãos públicos. De acordo com Rocha:

Em 1917, o "Anuario do Ensino do Estado de São Paulo", publicação oficial da Directoria Geral da Instrução Pública, anuncia, com entusiasmo, a remodelação dos serviços de inspeção médica das escolas paulistas, operada pelo governo do Estado, no final do ano anterior. Referindo-se à Lei nº 1541, que transformara a Inspeção Médica Escolar (IME) – criada como dependência do serviço Sanitário de São Paulo, em 1911 –, em uma seção daquela directoria. Oscar Thompson, então diretor geral da Instrução Pública, aplaude a iniciativa do governo. No relatório que apresenta ao secretário do Interior... (2004, p. 202).

Para Rocha, a criação da Inspeção Médica Escolar, sua institucionalização e atuação foram marcadas por "Possíveis conflitos com os professores, objeções dos clínicos, riscos morais, suspeitas em relação à família e problemas ligados ao financiamento" (2004, p. 207).

O médico Pedro Basile, então professor da Escola Normal Secundária de São Paulo, ao tratar da inspeção médica escolar em sua tese apresentada à Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, em 1920, ofereceu um breve panorama da trajetória de mais esta especialidade médica no Brasil e em diferentes países da Europa, América e Ásia, na virada do século XIX ao XX. Basile não se deteve na explicitação desses conflitos.

A inspeção médica escolar era uma especialidade médica que defendia a adoção de orientação física, alimentar e moral, a realização de exames antropométricos e clínicos dos alunos. Para Pedro Basile a inspeção médica escolar tinha por objetivos identificar moléstias nervosas, infecciosas e problemas relativos à visão, audição, dentição e ortopedia em alunos de ambos os sexos. Esse médico propunha que se realizasse o controle individual, o levantamento de dados necessários à tabulação e ao tratamento estatístico dos mesmos, através de cadernetas ou fichas sanitárias. Pedro Basile, em sua tese, ofereceu indícios de como a instrução médica escolar se fez presente no modelo que orientou os projetos arquitetônicos dos edifícios escolares (localização, ventilação, iluminação, cores adotadas, divisão e proporção dos ambientes internos etc.) e, até mesmo, na configuração e destinação do mobiliário escolar da época. A contribuição teórica de Pedro Basile registra alguns indícios da emergência de novas especialidades na área da saúde, particularmente a psicologia experimental e a pedologia. Essas idéias buscavam justificar a aproximação progressiva dessa área com o universo escolar, em nome da saúde e da educação do corpo infantil:

A necessidade do exame medico-pedagógico da criança foi posta em foco principalmente pelos progressos brilhantíssimos da Phico-psychologia experimental e da pedologia. *Bichat* instituindo a biologia, *Canabis* afirmando ser o pensamento uma secreção cerebral, *Gall* descobrindo que o cérebro é um conjunto de organs, tornaram possível o surto da Psychologia positiva, que com *Fechner* e ou *Wundt* entrou na phase experimental. Dest'arte aparece a psychologia como sciencia autônoma, estabelecendo a transição da biologia para a sociologia [...] Taes foram os progressos dessas três sciencias que os seus dados, aplicados ao estudo da criança constituíram a chamada Sciência da criança, que Oscar Chrisman denominou Pedologia, e que corresponde na ordem pedagógica á reforma que a physichologia experimental realizou na ordem da sciencia dos phenomenos psicicos” (BASILE, 1920, p. 22).

Nas colocações de Pedro Basile pode-se vislumbrar as cores e os tons das mudanças que ocorreram no cotidiano escolar. Este, que antes tinha seus pressupostos pautados em

princípios da higiene e do método intuitivo, apresentava uma mudança em seus paradigmas, ao buscar suas referências e aportes na psicologia experimental. Pedro Basile reconhecia que a inserção crescente da inspeção médica escolar era correlata ao momento de codificação do ensino público. Porém, ele destacava que:

Creada a principio para vigilar a salubridade dos locais, do mobiliário escolar, graças às descobertas de *PASTEUR* e aos progressos da hygiene moderna, estendeu-se consideravelmente, abrangendo a prophylaxia das molestias contagiosas, e hoje, reconhecida como é a necessidade do exame médico pedagógico do educando, que visa a vigilancia e protecção sanitaria da criança e o apercebimento e correcção de defeitos físicos e mentais parcial ou totalmente remediáveis, a inspeção médica escolar foi-se alargando até aos extremos confins da pedagogia physiologica e da psychologia experimental. Os educadores, admittindo que para efficazmente educar o individuo é necessario conhecê-lo, mostram a necessidade do exame medico-pedagogico do educando, e reconheceram com o philosopho *P. BOVET* que “... *uma questão da educação é ao mesmo tempo um problema de biologia, de psychologia e de sociologia*” (BASILE, 1920, p. 11).

O autor reconhecia as fronteiras paradigmáticas do período ao afirmar que a psicologia experimental é uma ciência autônoma que viabilizou a interface e a transição da biologia para a sociologia, apontando para o entrecruzamento da psicologia experimental com a inspeção médica escolar. Na sequência, ele afirmou que, para se conseguir o objetivo almejado, era “necessário captar a adesão dos professores” (1920, p. 12), defendendo que o objetivo da escola seria:

... a formação harmônica do corpo e do espírito, pela cultura simultanea das faculdades físicas, intellectuales e moraes, no sentido do melhoramento do individuo e da espécie, – faculdades essas tão estrictamente solidarias entre si, que não se pode desenvolver exclusivamente uma, sem prejudicar as outras. (BASILE, 1920, p. 12).

E eis que o médico retomou uma das idéias valorizadas no período com bastante intensidade: o homem representava, na perspectiva social, determinado potencial advindo de fatores físicos, intelectuais e morais, e o que articulava essa tríade entre si era a cultura. Estes fatores, por sua vez, seriam variáveis de acordo com as características biológicas de cada indivíduo. Tais fatores hereditários, segundo Pedro Basile, estrategicamente poderiam ser modificados, desenvolvidos e ampliados na criança pela educação escolar, pelas contribuições oriundas da interface entre a psicologia experimental, a pedagogia e a inspeção

médica escolar. Pedro Basile também propôs a formação harmônica do corpo e do espírito, o que significa que, na sua percepção, a dicotomia entre ambos seria considerada um equívoco limitante para a formação do sujeito. Nesse sentido, ele defendia a colaboração mútua entre a pedagogia e a higiene, o educador e o médico. Sob os auspícios do lema *mens sana in corpore sano*, o médico acreditava que:

... o Estado onde a instrução primária é obrigatória assume o dever indeclinável de velar pela saúde física e mental da população escolar. O ideal mais elevado de uma nação deve ser justamente criar uma geração perfeita no físico e no moral. Será esse o capital de maior valor de um Estado. (BASILE, 1920, p. 12).

O ideal de Basile de uma geração perfeita sugere que talvez a sensibilidade e a percepção do médico em relação ao corpo portador de um traço singular – desvio, limitação ou defeito físico – que destoasse do que ele tomava por perfeito fossem depreciativas e, em certa medida, excludentes. Pedro Basile reconhecia como atribuições do médico o exame físico, sensorial e motor da criança, cabendo ao professor:

... o exame pedagógico e a missão de auxiliar o médico no estabelecimento da ficha e constituição do prontuário no ponto de vista mental e social, pois é ele quem está mais talhado para julgar a mentalidade em bloco, as reações sociais e a parte de influência do meio na constituição do caráter. (BASILE, 1920, p. 12).

Tem-se de pronto dois aspectos que merecem destaque no pensamento de Pedro Basile, e que são emblemáticos do período. O primeiro diz respeito à defesa da presença e do papel do médico na escola, cabendo ao professor auxiliá-lo; e o segundo aspecto seria a identificação do meio como fator que influencia na formação dos corpos, muito embora o médico tenha salientado que o meio *a priori* não é determinante na formação do caráter. Além do que, para Pedro Basile:

A experiência mostra que o descuido em prevenir moléstias do ouvido e da vista, e em descobrir anormalidades na percepção das cores, em assegurar a atenção dentária, no alívio e correção de defeitos ortopédicos, em colocar a criança normal num ambiente mais apropriado para o desenvolvimento físico, restringe em grande parte a actividade que poderia, posteriormente, desenvolver na vida prática, ao passo que, prevenidos e remediados os defeitos, os trabalhadores da indústria, da agricultura etc., conscientes das próprias aptidões, podem escolher seu trabalho, torná-lo para si, para as indústrias e para o País, quanto possível, mais produtivo, mais fecundo das maiores satisfações. (BASILE, 1920, p. 16-17).

Como sugere a idéia anterior, Pedro Basile pautou sua proposta na crença de que existia um lugar pré-determinado pelas características físicas, psicológicas, intelectuais e morais para cada indivíduo na sociedade, bem ao sabor do liberalismo, cabendo ao médico escolar e ao professor a identificação dessa predisposição natural do indivíduo e o possível aprimoramento de suas potencialidades, se fosse o caso, por conta do que, na avaliação do médico, o descuido na prevenção de moléstias, na identificação de anormalidades e na correção de defeitos restringiria que a criança normal – o futuro trabalhador – explorasse ao máximo suas aptidões. Assim, para ele:

Não se discute o papel do médico no estudo do desenvolvimento da criança, na investigação de moléstias que lhe podem dificultar o desenvolvimento físico e intelectual. Elle, como também o professor, deve tomar em consideração o estado constitucional do indivíduo, de modo que no fim do curso o médico escolar e o professor estejam mesmo aptos para dar conselhos sobre a profissão que o indivíduo possa abraçar mais tarde. A participação do médico na instrução é menos importante, quando elle estuda e analisa a capacidade phisiologica do alumno, fazendo a adaptação, de acordo com o professor, da cultura das faculdades intellectuaes á capacidade phisica individual, separando os indivíduos inferiorizados ou retardados para que recebam uma dose de instrução conveniente” (BASILE, 1920, p. 17-18).

Basile não propôs a exclusão, mas a identificação dos alunos “inferiores ou retardados”, bem como reafirmou a importância da inspeção médica escolar na prevenção de moléstias e na orientação do indivíduo para a inserção no mundo do trabalho. Reporto-me a Corrêa, porque ela oferece um breve relato desse processo de ascensão e especialização do saber na área médica, focalizando, com particular ênfase, a ascensão da medicina legal, que – suponho – não destoe da racionalidade e das preocupações que orientaram a instituição da inspeção médica escolar e das disciplinas de higiene e de puericultura nos cursos destinados à formação de professores. Considero que tanto uma quanto outra visavam à formação de um corpo automotivado, autodisciplinado, saudável e escolarizado, necessário à sociedade capitalista. Segundo a autora, a medicina legal:

... antes, de uma ciência médica que, desiludida com as promessas de igualdade da Abolição e da República, se perguntará pelas causas da desigualdade observadas. Utilizando uma teoria que deslocava a ênfase da saúde, ou da doença, para o doente, transformava-o em objeto individualizado de um saber autorizado e autoritário –

porque só individualmente se podiam aferir as minúcias de uma contaminação social, mas proveniente do mundo da natureza. O modelo jurídico e o médico deixavam também de ser heterogêneos entre si e, absorvendo um do outro seus saberes específicos, juntavam-se ambos na produção de mecanismos técnicos para diagnosticar e punir os danos que o indivíduo pudesse causar à sociedade. Partindo de um conhecimento do ser humano que nada tinha de jurídico na sua constituição, essa nova área do saber se situará na intersecção dos modelos médico e legal para produzir um terceiro tipo de conhecimento. A autonomia inicial daqueles dois saberes institucionalizados não esconde um substrato comum a ambos na época, a visão da sociedade como um corpo a ser conhecido de forma semelhante à que fora utilizada para o conhecimento do corpo humano [...] E se a medicina (Clínica) cura, ou previne (Higiene), as moléstias do organismo individual e social, em sua versão médico-legal ela contribuirá para diagnosticar e indicar o tratamento adequado, de acordo com os parâmetros médicos e jurídicos, dos atos que atentem contra a normalidade da vida social (CORRÊA, 1998, p. 94).

Acredito que o entrecruzamento da psicologia experimental com a inspeção médica no universo escolar pode ter ocorrido em termos muito próximos. Cunha enfatiza a idéia de disseminação da visão da sociedade como um corpo, junto à população, por diferentes instituições, ao afirmar que, desde a década de 20, temos a medicina e a eugenia⁴⁷ configurando uma representação orgânica e biológica da sociedade; a higiene não imperava hegemonicamente, propondo a existência de uma complementaridade entre os distintos membros do corpo social, visto que:

A fala médica, neste sentido, responde à conjuntura política, marcada pela combustão da luta de classes, com a autoridade do discurso científico, transferindo para a esfera social a perspectiva que imprimiam à abordagem dos desvios individuais e medicalizando relações e práticas sociais. A metáfora ganha, neste caminho, foros de verdade. Fortemente calcado na imagem do ‘corpo social’, um projeto de racionalização da sociedade ganha substância política ao longo do período. Ao Estado – que ocupa, nesta representação, o lugar de honra na anatomia social – cabe a função de cérebro que compatibiliza e coordena as funções do organismo social. (CUNHA, 1986, p. 177).

⁴⁷Nesse contexto, entende-se por eugenia: ... um programa para a aplicação, às pessoas, do cruzamento seletivo comum na agricultura e pecuária, [...] anterior à genética. [Ela era], essencialmente, um movimento político, em sua esmagadora maioria composto de membros da classe média e burguesia, que pressionavam os governos para que implantassem programas de ações positivas ou negativas visando a melhorar a condição genética da espécie humana. Os eugenistas extremistas acreditavam que as condições do homem e da sociedade poderiam ser melhoradas *apenas* através da melhoria genética da espécie humana – por meio da concentração e do incentivo às estirpes humanas de valor (em geral identificadas à burguesia ou a raças adequadamente coloridas como a “nórdica”), e da eliminação das indesejáveis (em geral identificadas aos pobres, colonizados ou estrangeiros impopulares). Os eugenistas menos extremistas deixavam alguma margem às reformas sociais, à educação e às mudanças ambientais em geral. Se a eugenia, por um lado, podia se tornar a pseudociência fascista e racista tornada genocídio deliberado por Hitler, por outro lado não se identificava exclusivamente com qualquer setor político de classe média antes de 1914, não mais que as teorias sobre a raça, muito populares, entre as quais figurava. (HOBSBAWN, 1988, p. 351-352).

É oportuno lembrar que tais idéias foram alçadas a modelo explicativo e normativo da realidade social. Tomei como premissa dessas considerações que, se a medicina deveria curar e prevenir, o aparato jurídico normatizar, julgar e punir; teria ficado para a escola, nas primeiras décadas do século XX, o papel de “moldar corpos e almas” como propôs Carvalho (2000), com o objetivo de formar cidadãos dóceis, saudáveis, escolarizados e trabalhadores.

Ainda, Vidal propõe que:

Já no fim do século XIX, muitas das mudanças afirmadas como novidades pelo 'escolanovismo' nos anos 20 povoavam o imaginário da escola [...] A escola renovada pretendia a incorporação de toda a população infantil. Serviria de base à disseminação de valores e normas sociais em sintonia com os apelos da nova sociedade moderna, constituída a partir dos preceitos do trabalho produtivo e eficiente, da velocidade das transformações, da interiorização de normas de comportamentos e da valorização da perspectiva da psicologia experimental na compreensão “científica” do humano, tomado na dimensão individual. (2000, p. 498).

É necessário chamar a atenção para o fato que, concomitantemente, observei, no mesmo período, a incorporação e o redirecionamento de práticas educativas no sentido de enfatizar aspectos da higiene, da puericultura e do desenvolvimento físico e sexual na formação de jovens escolares e de crianças em idade pré-escolar; sob a perspectiva médica, contudo, tais práticas não excluíram de seu horizonte a população adulta. Gondra assinala que:

... o acento posto na regeneração das famílias, via controle dos casamentos, dentre outros procedimentos da ordem médica; e na preservação da infância, via controle sobre o aborto, infanticídio, mortalidade infantil e destinação da infância pobre configuram vetores de um complexo e descontínuo projeto de higienização da sociedade, visando a atender códigos de um mundo civilizado os quais são construídos e reconstruídos por intermédio de operações de empréstimo e afastamento entre homens ancorados em racionalidades distintas, como a ordem médica e a ordem eclesiástica; sendo, portanto, na confluência destas com outras (como a ordem militar e empresarial, por exemplo) que serão gestadas condições para a emergência da ordem escolar, esta também posta sob o arco colonizador da higiene (2002, p. 315).

Entre fins do século XIX e início do século XX, tem-se tanto as tensões e os conflitos gerados pela presença numerosa de imigrantes pobres (alemães, italianos, espanhóis, portugueses, poloneses, japoneses, dentre outros), atraídos como mão-de-obra barata e necessária para atender ao surto cafeeiro, quanto as tensões e os conflitos que ocorrem na

ocupação do oeste paulista, com o quase extermínio da população indígena local, e aqueles decorrentes da expressiva massa de afrodescendentes vivendo em situação miserável, quer na zona rural quer na urbana. Em tal contexto, a preocupação com a escola pública e a formação do professor ganharam vigor. Era necessário instruir e educar na escola pública amplas camadas da população, principalmente entre os imigrantes e descendentes (KREUTZ, 2000), visando criar uma identidade nacional, fortalecer o sentimento de pertença, coibindo quaisquer questionamentos das regras impostas pelas relações de trabalho assalariadas. Alvim salienta que alguns imigrantes vivenciaram o choque impactante entre o público e o privado que teria se concretizado:

... nas novas atividades produtoras que os imigrantes foram obrigados a exercer para sobreviver, nos hábitos de morar, de cuidar da higiene pessoal, de se alimentar e ainda nas práticas religiosas, educacionais e sanitárias, tão diferentes daquelas do seu mundo natal [...] séculos de hábitos, educação e cultura estavam em jogo. (1998, p. 217).

Imigrantes foram estimulados a vir para o Brasil em fins do Império e início da República, porque no país, muitos não acreditavam na capacidade do trabalhador livre nacional. Ou, em outros termos:

As teorias raciais foram arcabouço para a compreensão das análises que a respeito da população brasileira se fizeram, no século XIX. [...] Um povo que “lamentavelmente” não correspondia ao imaginário que se projetava – a utopia de uma nação branca e civilizada. O povo brasileiro, visto por suas elites, aproximava-se do atraso e da barbárie, o que acabou levando a uma identificação do brasileiro pela ausência do que se esperava que ele pudesse ser, ou seja, por aquilo que lhe faltava. Um povo informe, sem identidade, caracterizado pela pequenez moral, em meio a uma natureza representada, tanto de pontos de vista pitorescos e sublimes, como provedora, grandiosa e exuberante. Estava-se diante de um povo mestiço, em momento de condenação do mestiçamento (com ou sem aval da ciência), diante portanto do que não se consegue definir e denominar para conhecer efetivamente, condição que o tornava menor com relação ao meio em que vivia. Este desconhecimento provocava e aumentava a sensação de insegurança, medo quanto ao futuro e às possibilidades de projeção para bem pensar o Brasil, ou melhor, um Brasil civilizado. (NAXARA, 2001, p. 444).

É significativo que, nesse momento:

As diferenças raciais da população vinham, assim determinar as desigualdades sociais como ‘naturais’ – física e biologicamente – e, justificar a dominação dos homens

brancos sobre o conjunto de mestiços, como uma questão hierárquica – a república dos mais aptos não excluía os não brancos, mas os mantinha sob o jugo da tutela, sob a vigilância de um sem-número de instituições que saberiam intervir quando solicitadas. (MARQUES, 1994, p. 38).

Acredito que a escola pública foi uma das instituições em que essas tentativas de tutela e de vigilância se esboçaram, mas não sem resistências. Ainda, o contato com as fontes estimulou-me a considerar que, nas pequenas cidades, tais tentativas tiveram uma vigorosa inserção no cotidiano local, instaurando demandas e padrões de comportamento de maneira contundente e individualizada.

José Veríssimo (1985) registrou sua preocupação acerca da política de imigração adotada pelo governo brasileiro, atendendo às demandas dos cafeicultores paulistas. Veríssimo reportou-se à política de imigração e às diferenças raciais, nos seguintes termos:

Nossa raça, sentem-no, todos se enfraquece e abastarda sob a influência de um clima deprimente, piorado pela falta de higiene, pela carência de exercício, pela privação da atividade. Uma propaganda que não quero, como o Sr. Sílvio Romero, chamar antipatriótica, mas que certo não viu o interesse do Brasil senão por um lado, atraiu e localizou em determinadas regiões do País uma imigração, forte pelo número e pelo vigor, e que melhor valera disseminada por ele todo. Essa propaganda continua e certo continuará a afluir e, em maior número a imigração, principalmente alemã e italiana. A luta entre essa gente, incomparavelmente mais forte, e nós não pode ser duvidosa. O campo de combate será primeiramente o das atividades físicas, aquele que exige maior robustez, de forças e de saúde, o comércio, a indústria, os ofícios, a lavoura. (VERÍSSIMO, 1985, p. 91).

José Veríssimo, apesar da observação acima, reconhecia a necessidade do “embranquecimento” da população brasileira, em nome do progresso e futuro da nação, mesmo sendo um ‘pardo’⁴⁸. Porém, diferentemente dele, alguns eugenistas, nos idos da década de 20, apesar de desejarem esse embranquecimento, possuíam uma representação dos imigrantes diversa de José Veríssimo (1985). Para eles:

A imigração – pela ótica eugênica – tornava-se imprescindível pela urgência do ‘branqueamento dos brasileiros’. No entanto, essa ‘necessidade’ encontrava-se

⁴⁸Segundo Fernando Morais, em seu livro *Chatô, o rei do Brasil*, publicado pela Companhia das Letras em 1994, José Veríssimo e Sílvio Romero “... disputavam o olímpo da crítica literária brasileira” (p. 64). Romero, segundo Morais, por vezes desqualificava Veríssimo debochando da cor parda de sua pele. Morais destaca um artigo publicado no *Jornal Pequeno*, no qual Romero desqualificava Veríssimo apelando para o racismo, ao escrever “E quem se atreverá a duvidar, no Brasil, que um mulato escuro como o Sr. José Veríssimo, o nosso pardo Zezé, por exemplo não é um latino e que os latinos do século V não eram mais arianos?” (MORAIS, 1994, p. 66).

problematizada em si mesma, visto que os imigrantes, no imaginário daquelas elites, eram encarados como criminosos, vagabundos, desordeiros e subversivos. Na década de 1920, chegaram ao Brasil cerca de 840 mil imigrantes europeus, e o médico Paulo C. de Azevedo Antunes considerou-os ‘preciosas contribuições para o aumento da porcentagem de sangue aryano entre nós’. (MARQUES, 1994, p. 87).

Nas primeiras décadas da república, a integração dos imigrantes à sociedade foi uma das prioridades da União e esta integração ganhou foros de obrigatoriedade no pós-30. Observo que, no período privilegiado nesta pesquisa (1900-1920), o etnocentrismo, o determinismo e o darwinismo social ou evolucionismo impregnavam:

... o pensamento político da *intelligentsia* brasileira [e explicavam] o nosso atraso em relação aos países europeus industrializados. As elites agrárias e urbanas encaminharam soluções para resolução dos diferentes problemas enfrentados no processo de construção da nação ignorando a diversidade das culturas, raças que vão constituir a jovem nação, sejam seus valores morais, religiosos e estéticos. (SANTOS, MONTEIRO, 2002, p. 23).

E que, no imaginário dos eugenistas, nos anos 20:

... havia necessidade de se construir uma nova representação do homem brasileiro, diferente daquela tão difundida nos manuais de higiene que alardeavam a degradação racial e moral das populações. A esta, os eugenistas contraporiam os ideais do corpo sadio, hígido e embranquecido das classes burguesas higienizadas no transcorrer do século XIX, no país. Num contexto histórico, no qual negros e populações rurais passariam a ocupar o espaço social, inseridos no conjunto da população urbana em condições de igualdade civil, a eugenia, ao mesmo tempo em que relativizava essa igualdade, também fornecera dispositivos por excelência para alcançá-la, como aquele referente à depuração, até torná-los “*mais sólidas unidades da raça*”. (MARQUES, 1994, p. 47).

Aqui, Marques registra uma das diferenças entre higienistas e eugenistas, ancorada em uma dada percepção de corpo. Para os higienistas, a degradação racial e moral das populações poderia ser minimizada e depois extirpada, mediante a adoção de políticas públicas destinadas a esquadrihar o espaço urbano, a sanear as condições do meio com o fito de conter as epidemias e controlar a circulação dos fluídos, dos corpos e das mercadorias. Já para os eugenistas, como a raça branca era superior, a “depuração” (sic!) da população brasileira pressupunha minimizar os efeitos nefastos da miscigenação racial, por conseguinte, na perspectiva da genética e da hereditariedade, era necessário o “embranquecimento” desta

população. Sob tal perspectiva, é necessário salientar que nas discussões relativas à hereditariedade e ao meio ambiente houve:

... acentuada falta de entusiasmo pela genética por parte dos profissionais da área médica nesse período. Pois, os grandes triunfos da medicina da época se davam a nível ambiental, tanto por meio dos novos tratamentos das doenças microbianas (que, a partir de Pasteur e Koch, haviam propiciado o surgimento da nova ciência da bacteriologia) como do saneamento ambiental. (HOBSBAWN, 1988, p. 352).

Assim, é possível perceber nas primeiras décadas do século XX:

... marcas singulares de acontecimentos raros e fragmentários: as trilhas ideológicas perfiladas pelos eugenistas, como as teorias de Galton, de Gobineau, de Gustave Le Bon, de Renan e de Taine, entre outros; a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo, à qual se filiaram personalidades até então insuspeitas, como Fernando de Azevedo; as conexões entre lideranças empresariais, políticas e médicas em torno dos ideais eugênicos, que propunham estreita associação entre a educação moral, higiene e hereditariedade, manifesta em propostas tais como regulamentação dos casamentos, da imigração, da prostituição e um maior controle psiquiátrico da loucura. E, antes de tudo, o investimento dos eugenistas no aparelho escolar, mais propriamente na formação de sujeitos escolarizados, moralizados, eugenizados, por fim civilizados. (ADORNO, 1994, p. 15-16).

Neste cenário, a discussão e as práticas voltadas à formação do professor ganharam destaque já nas duas primeiras décadas do século XX e, sob tal perspectiva, as suas interfaces com as demais áreas do conhecimento. No período, ocorreu o imbricamento de diferentes interesses e confrontos socioculturais que se voltavam para o tema da formação do professor. Foi em meio aos movimentos sociais reivindicatórios e às novas demandas político-administrativas que ocorreu e se acentuou o processo de escolarização do cotidiano e letramento crescentes da população, gestados no interior de um ideário republicano (liberal, positivista e romântico). Escolarização e letramento que ganharam fôlego e foram privilegiados nos embates acerca dos ideais de saúde, de educação e de formação para o trabalho.

Tomar a escola pública como signo emblemático e o professor primário como um dos principais agentes da cultura, da instrução pública e da formação para o trabalho, foi uma das temáticas privilegiadas no pensamento de diferentes contemporâneos do período. Almeida Júnior, um dos contemporâneos daquela época, permite uma aproximação à representação da escola civilizadora nas primeiras décadas do século XX. Os ideais preconizados para a escola

civilizadora deveriam extrapolar o universo escolar, disseminando-se pelo cotidiano social através da infância escolar:

... de cores claras, espaçosa e alegre, com janelas abertas para o ar e para o sol, limpa e ordenada, é uma poderosa sugestão higienica. Antes de pisar-lhe o assoalho, onde não se vê vestígio de poeira, a criança instintivamente trata de raspar a sola dos sapatos, e, para tocar-lhe os moveis polidos e lustrosos, olha primeiro as mãos. A inundação constante de oxygenio e de luz, que as janellas trazem, mantém o bom humor e a disposição para o trabalho: porque não procurar, em casa, um ambiente parecido? Talvez a creança não veja por si mesma, estas cousas. Que o professor as mostre. Que as analyse uma a uma, confrontando-as com o erro. O contraste entre a escola e o lar, quando o lar é antihigienico, virá insistentemente á memória do alumno, e assim a installação escolar, pela sua simples força de presença irá repercutir nas condições sanitárias do domicilio. (ALMEIDA JR. apud MARQUES, 1994, p. 107).

No que tange ao professor, a formação exigida contemplaria:

... preparo e atitude exemplar. Em relação à formação salientavam a necessidade de uma preparação regular e sólida além de conhecer a 'psychologia de cada um de seus educandos, estudal-a, para bem conduzir a educação higienica, [...] attenta ás oportunidades que se lhe depararem, saiba aproveitá-las para lançar o seu ensinamento no momento justamente mais propicio á sua apprehensão. (MARQUES, 1994, p. 111).

José Veríssimo (1985) permite perceber uma das possíveis interfaces entre diferentes saberes e discursos construídos junto às demandas e práticas educativas no cotidiano escolar, ao fazer veemente defesa da ginástica e ao julgar que os professores não estimulavam sua prática, ou por desconhecer sua importância, ou por não estimarem os exercícios físicos Veríssimo considerou que:

Em todos os países civilizados, médicos, fisiologistas, higienistas, pedagogos multiplicam em livros, revistas e nos mesmos jornais diários conselhos, prescrições, alvitres ou direções sobre todos os diversos aspectos que pode apresentar o interessante problema da educação física. Entre nós, tudo infelizmente está por fazer. Existe, é certo, em alguns programas oficiais sob a exclusiva forma de ginástica, mas, ou seja porque esses programas em geral não executam senão em mínima parte ou seja porque os professores também não a aprenderam e menos a estimam, é essa determinação letra morta. (VERÍSSIMO, 1985, p. 88).

O autor, em sua obra *Educação Nacional* (1906), a certa altura afirmou que no Brasil não se teria dado a formação da cidadania, pois no país de então não havia, tanto em nível educacional, quanto em relação à instrução pública, a necessária formação de uma rigorosa disciplina, de um sentimento de solidariedade social, de um espírito de esforço e de sacrifício ao dever, de regularidade, de exatidão, de firmeza de porte e do caráter entre a população. Veríssimo acreditava que a educação física seria a disciplina que possibilitaria a formação de um corpo robusto, saudável, viril, rijo e valente necessário ao país, naquele momento; dedicou ao tema todo um capítulo. Ele explicou que a educação física não se limitaria aos exercícios físicos, mas abrangeria a higiene, devendo ser levadas em conta, na sua adoção pela instrução escolar, as influências da história, do meio geográfico e cultural da população, bem como as propostas e orientações de médicos, higienistas, fisiologistas e pedagogos. O autor considerava a educação física uma disciplina adequada e necessária à formação do caráter nacional e de um cidadão apto ao trabalho produtivo. Destaco que José Veríssimo pontuou que era em impressos, de diferentes naturezas que se divulgavam “diversos aspectos” relativos à educação física: os impressos apareciam como meio de comunicação e instrumento para legitimação de conhecimento.

A proposta que Veríssimo formulou para a escola pública traz marcas do imaginário e de alguns valores das elites letradas. Chama a atenção que, pelo viés escolar, o autor pretendia garantir que hábitos higiênicos e saudáveis fossem introjetados pelos indivíduos, pois não seriam mais necessários um controle e uma supervisão externos quando isso se tornasse uma realidade:

Cuidemos da higiene particular e individual, apenas entre nós conhecida, mas de nenhuma forma praticada. Introduzamos nas nossas escolas, nos nossos colégios e outros estabelecimentos de Inspeção primária e secundária, a ginástica, principalmente aquela que dispensa aparelhos, os exercícios calistênicos, as corridas, as marchas, os saltos e os jogos estrangeiros, pois não temos próprios, que melhor se adaptem ao nosso meio. Que em cada cidade as municipalidades preparem pequenos ou grandes prados, em parte arborizados, em parte gramados, onde os alunos dos estabelecimentos públicos e particulares vão, conduzidos pelos mestres, em dias determinados, entregar-se a exercícios de corpo e aos salutaros prazeres dos jogos atléticos. Cremos na nossa mocidade, tão fraca, tão estiolada por uma piegas literatice precoce e pelo prematuro erotismo... (VERÍSSIMO, 1985, p. 88).

Além disso, Veríssimo permite a identificação de aspectos relativos à educação política dos sentidos (GAY, 1988). A produção de “cenários” destinados a acolher as práticas

corporais coletivas aparece acompanhada de um alerta de perigo em relação a uma determinada prática de leitura – leitura de “uma piegas literatice”, e pelo estímulo prematuro ao erotismo infanto-juvenil. A leitura “piegas” subverteria a ordem natural do desenvolvimento afetivo e sexual dos alunos.

As primeiras décadas do século XX convivem com a paulatina ampliação do espaço de atuação do professor primário, que dali em diante, além da formação intelectual, teria de responder pela formação higiênica, sanitária e saudável da infância escolar.

Por fim, lembro que foi nos anos 30 que a educação passou a ter uma pasta própria no governo federal, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Em particular, na cidade de São Paulo, o planejamento da construção escolar voltou-se a questões relativas tanto à leitura, mediante a criação de bibliotecas escolares e públicas, quanto à higiene pública e ao controle do alcoolismo, da prostituição e de doenças infecto-contagiosas (tais como tuberculose, febre tifóide, hanseníase e sífilis). Foram também previstos nos projetos dos edifícios escolares dessa época espaços destinados à sala da educadora sanitária, ao gabinete dentário e, em algumas, os vestiários para banhos diários, como expressão valorizada da preocupação com a saúde, a higiene e o corpo dos “futuros cidadãos”.

CAPÍTULO II BRAGANÇA: POR ENTRE O RUMOR DAS HISTÓRIAS E DAS MEMÓRIAS

... porque se pode ler um ritual ou uma cidade, da mesma maneira como se pode ler um conto popular ou um texto filosófico.

DARTON, 1986

Neste capítulo construo versões da história da cidade de Bragança, em fins do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX. Trato de alguns vestígios do processo de construção de imagens depreciativas do espaço rural e das pequenas cidades do interior, em detrimento de outras possíveis, no cotejo com a imagem vitoriosa das grandes cidades. Imagem que, na condição de contraponto, apresenta o espaço rural e as pequenas cidades envoltas pelos atributos de atraso e de lentidão, porque propõe que nesses lugares o tempo e o seu ritmo se pautariam, em grande parte, pelos ciclos da natureza – tempo de chuva, tempo de estiagem, tempo de plantio, tempo de colheita, tempo de engorda etc. – , o que significaria o distanciamento da lógica da produção fabril, por conseguinte, do progresso preconizado pela racionalidade instrumental na modernidade.

Para tanto, em um primeiro movimento, segui em direção a uma versão da história local tomada pela idéia de transformação e de efervescência urbanas, no enalço da apologia do progresso econômico-cultural e do desenvolvimento técnico. De forma simultânea, em um segundo movimento, procedi a uma leitura a contrapelo⁴⁹ (BENJAMIN, 1986c), de imagens dissonantes e polissêmicas da cidade, rastreadas por entre diferentes periódicos bragantinos, em busca de possíveis silenciamentos de personagens e de acontecimentos nas histórias e nas memórias locais.

A par desses movimentos, problematizei e, em certa medida, relativizei a imagem prevalecente de transformação e de efervescência urbanas construídas pelos periódicos

⁴⁹ Para Benjamin (1986c, p. 225) “Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente aos esforços dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.”

locais, em busca de outras vozes e práticas socioculturais que ainda ressoam por entre as fontes privilegiadas.

2.1 A transformação e a efervescência urbanas

Nos dias de hoje, Bragança Paulista, é uma cidade de porte médio, situada no do interior do estado de São Paulo, que conta com aproximadamente 110.000 mil habitantes de acordo com o Censo Demográfico de 2000. A cidade está localizada ao sul de Minas Gerais, próxima da confluência de duas grandes rodovias, a Dom Pedro I e a Fernão Dias, e do complexo Cantareira de água; dista, da cidade de São Paulo 70 km e da região metropolitana de Campinas 64 km.

As origens da cidade situam-se em:

... uma capella edificada sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, á margem direita do Ribeirão Tapuchinga, [...] foi creada freguezia a 13 de Fevereiro de 1765. O Governador e Capitão-general Antonio Manoel de Mello e Castro e Mendonça mandou erigir em Villa, por ordem de 17 de Outubro de 1797, [...] e foi elevada á cidade por lei Provincial de 24 de Abril de 1856. (Almanack de Bragança para 1900, p. 117).

O povoado cresceu em uma região montanhosa da Mantiqueira. O seu clima era tido em fins do século XIX como “geralmente salubre” – característica que, aos olhos de um contemporâneo da época, explicaria o motivo pelo qual em Bragança não existiam “... enfermidades endêmicas e as epidemias extinguem-se com facilidade” (Almanack de Bragança para 1900, p. 153). Os elogios ao clima e à salubridade, com frequência, fizeram-se presentes nos periódicos bragantinos:

O clima da cidade e município é, em geral, optimo. As molestias epidemicas aqui não se desenvolvem [...] Do annuario demographico referente ao anno de 1907 que recebemos da Directoria do Serviço Sanitario do Estado, verificamos na parte que trata da designação das causas dos fallecimentos neste municipio, o seguinte resultado: Causas de obitos não especificadas ou mal definidas, 160; Parasitas intestinaes, 139; Bronchite aguda, 58; Tuberculose pulmonar, 48; Diarrhéa e interite (abaixo de 2 annos), 43; Hydropisia, 40; Molestias organicas do coração, 39; Tetanos, 38; Debilidade congenita, ictericia, seclerema, 31; Grippe (influenza), 30; Coqueluche, 27; Diarrhéa e interite (de 2 annos para cima), 17; Congestão e

hemorrhagia cerebraes, 15; Sarampão, 13; Pneumonia, 13; Outras molestias especiaes da infancia, 12; Affecções das arterias, atherona, aneurisma, etc., 10 e outras em numeros insignificantes de 7 para menos. (Almanach Bragantino 1914, p. 38).

Mesmo hoje em dia, esta característica é lembrada quando se reafirmam os atrativos da cidade. Os periódicos daquela época não traziam referências de epidemias em Bragança, como acontecia com outras localidades, como Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Sorocaba e Campinas. A preocupação com o clima e a salubridade da cidade sinaliza um descompasso entre o crescimento urbano e populacional e as condições de vida no espaço urbano, para além do que, registram a emergência de olhares especializados que se voltam para a cidade e seus habitantes, na tentativa de controlar tanto as dificuldades causadas pelas doenças quanto as práticas relativas à saúde e às manifestações de descontentamento popular; estas últimas, em grande parte, fomentadas por precárias condições de sobrevivência.

Quanto às divisas de Bragança com os municípios limítrofes, foram estabelecidas na segunda metade do século XIX : “... com o municipio de S. Antonio da Cachoeira, foram estabelecidas por leis provinciaes de 20 de Abril de 1849 e 24 de Março de 1859 com o de Nazareth por dita de 24 de Abril de 1856, com o de Atibaia por ditas de 20 de Abril de 1864, 8 de Julho de 1867, 18 de Abril de 1870 e 3 de Abril de 1873.” (Almanack de Bragança para 1900, p. 117). A abrangência territorial e a localização de Bragança, em 1900, pode ser avaliada considerando-se que:

O territorio deste municipio [tinha] uma extensão de 33 Kilometros de Norte a Sul e de 26,4 kilometros leste a oeste. Confronta lado do Norte com a cidade do Socorro de que dista 38,8 kilometros; pelo Sul com a cidade de Atibaia, a 26,6 kilometros; de Santo Antonio da Cachoeira a 22,2 kilometros; e pelo Este com o Estado de Minas a 20 kilometros; e pelo Oeste com a cidade de Itatiba a 39,5 kilometros e a cidade do Amparo a 45 kilometros. A principal lavoura do municipio é o café [...] A sua produção é actualmente superior a 800.000 arrobas e muito breve a 900.000 arrobas atendendo a grande plantação que se tem feito nestes ultimos annos. Há também plantações de cannas de assucar de que se fabrica aguardente, havendo varios engenhos [...] de uvas e fumo, em pequenas escalas, havendo pequena fabricação de vinho. A plantação de cereaes é abundante chegando para a exportação em grande escala. Há criação de gado vaccum, cavallar, muar e suino, mas em diminuta escala. (Almanack de Bragança para 1900, p. 151-152).

A localização dessa região próxima a Minas Gerais, registrada no artigo, é uma referência importante, mesmo na atualidade, para a cidade. A presença da cafeicultura como

principal atividade agrícola também foi freqüente na época para todas as cidades circunvizinhas, sendo também significativo o cultivo de cereais exportados em grande escala.

De acordo com o Almanack de Bragança para 1900:

O mais importante dos rios do município é o Jaguary, originario do Estado de Minas Geraes [...] Segue-lhe o Camandocaia, que limitando em parte o município com o Estado de Minas, caminha para o Amparo, depois de também traçar em parte divisas com o município do Socorro. Sulcam ainda o município o Jacarehy [...] o qual passa pelos campos do mesmo nome e vae avolumar o Jaguary. Além desses rios regam o territorio numerosos ribeirões dos quaes são os mais importantes o das Pedras, que limita o município com o de Atibaia; o do Lavapés, que na sua origem, tem o nome de Taboão; e o Araras. (p. 152).

Bragança, no período imperial, conviveu com um processo de rearranjo do poder público, em particular do poder judiciário, por conta da fragilidade do novo sistema que se criava por sobre a estrutura administrativa, herdada da colônia. Em relação a tal processo, considerei a hipótese que:

... a criação da Comarca de Bragança, em 1859, está imbricada na confluência de três fatores. O primeiro refere-se à necessidade de redefinição e expansão da estrutura jurídico-administrativa do Estado no Império, visando garantir a governabilidade [...] com a Independência, tivemos a divisão dos Poderes em Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador. Porém, de fato, o processo de reestruturação herdada da Colônia prolongou-se por boa parte do século passado. [...] O segundo fator refere-se à constatação que Bragança no período de 1797 (elevação à Vila) a 1859 (criação da Comarca), teve um grande crescimento populacional [...] O terceiro fator refere-se ao crescimento anual da renda municipal de Bragança, entre 1797 a 1859. Este crescimento poderia significar o aumento do lucro gerado por diferentes atividades econômicas. Fato que, por sua vez, poderia definir, em nível local, a necessidade de se efetivar a presença do Poder Judiciário em Bragança. Talvez com o fito de garantir as prerrogativas políticas e estratégicas dos proprietários de terras e dos comerciantes locais, na relação com o governo da província e da Corte, além de assegurar a posição privilegiada de Bragança, no panorama político da região. (BUENO, 1997, p. 25-27).

A elevação a cidade ocorreu em abril de 1856, e apenas em 1944 é que a cidade recebeu a atual denominação de Bragança Paulista.

2.1.1 No encaço do progresso econômico e cultural

Da segunda metade do século XIX em diante, a cafeicultura passa a ser praticada e explorada em Bragança. A cafeicultura – enquanto atividade altamente lucrativa no período – e os cafeicultores (proprietários das fazendas de café) são citados, a todo momento, privilegiadamente nos almanaques e nos anuários locais. É como se as histórias e as memórias locais, anteriores ao surto cafeeiro, não tivessem motivo de ser. Afinal, a imagem das tropas e dos tropeiros não parecia estar inscrita nos novos ideais da modernidade, calcados na urbanização crescente e no rápido avanço técnico dos meios de transporte e de comunicação. Como comparar a força de tração e a velocidade de uma tropa de animais (burros, bestas e mulas; em alguns casos, os tropeiros recorriam até mesmo aos carros de boi) com uma locomotiva? Como comparar a resistência dos animais e a quantidade de mercadorias transportadas nos “cargueiros” (grandes cestos de taquarapoca) colocados cada um de um lado, no lombo dos animais, com as possibilidades de transporte e de comércio que se abriram com a “maria-fumaça”? O trem era mais rápido, resistente e seguro para o transporte de mercadorias e pessoas que as montarias e as tropas. Contudo, é necessário lembrar que as tropas podiam transitar por caminhos que levavam aos mais distantes lugarejos em que a ferrovia não havia chegado e que, por vezes, tais tropas percorriam caminhos difíceis de transitar, para desviar dos fiscais de barreira, evitando, assim, o pagamento de impostos.

Para além do que, era grande a variedade de produtos previstos para circular pela ferrovia, como se observa nas cláusulas do “Contrato” celebrado para a construção da Estrada de Ferro Bragantina:

Clausula 36 °

1° Para os generos de produção do paiz, chamados de exportação, como café, algodão, assucar, fumo, couros, e outros semelhantes, o maximo do preço será de 20 rs por arroba em cada legua igual a 6 kilometros e 600 metros. Para os de alimentação, como feijão, milho, arroz, farinha, carne, toucinho, queijo, batatas, e outros identicos, o maximo será de 15 rs. Por arroba, e pela mesma distancia. Igual tarifa será observada sob identicos generos de importação, taes como sal, farinha de trigo, peixe salgado, etc., etc.
[...]

4 ° Ainda será mais elevada que a classe antecedente, os objectos de conducção perigosa, e de maior responsabilidade para os concessionarios, como polvora, e semelhantes, piano, louça, vidros, ouro, prata, jóias, moeda papel etc.

5 ° Os animaes vivos de qualquer especie que sejam terão uma tarifa especial, e bem assim uma outra as madeiras, pedras e metaes de grande peso e dimensões.

[...]

7 ° Os comboios especiaes e extraordinarios para os serviços de particulares, assim como wagões separados para familias, sociedades ou grupo de passageiros, serão sujeitos a regras especiaes, que depois de fixadas serão consideradas geraes... (Anuario de Bragança para 1904, p. 44-45).

Para além das mercadorias transportadas pela ferrovia, ressalto a menção ao transporte e ao fluxo de passageiros de um lugar para outro, também mencionados nesse documento. A população de Bragança vivenciou a chegada da ferrovia em 1884. Sua criação foi exaustivamente abordada nos anuários, nos almanaques e nos demais periódicos bragantinos pesquisados. Os seus fundadores foram apresentados como “heróis locais”, responsáveis pela chegada do progresso e da modernidade em Bragança.

No rastro da ferrovia, outros equipamentos “modernos” foram instalados em Bragança, dentre os quais, o telégrafo:

Clausula 38°

Os concessionário serão obrigados a estabelecer em toda a extensão da estrada de ferro uma linha telegraphica, que estará sempre prompta ao serviço do governo... (Anuario de Bragança para 1904, p. 48).

Contudo, causou-me estranhamento uma carta aberta à população, escrita pelo engenheiro Francisco Queiroz à redação do jornal *O Guaripocaba*, na qual o autor fez referência aos conflitos de interesses relativos à construção da ferrovia e aos boatos acerca do mau andamento das negociações relativas ao contrato com a Associação de Engenheiros Civis, sediada no Rio de Janeiro. Sem declinar nomes de pessoas ou de grupos políticos na carta, o autor da missiva afirmava que: “Cumpre ao Povo Bragantino não recuar, e unir-se à Associação de Engenheiros Civis para debellar este inimigo occulto, que qual serpente traiçoeira ataca o pacífico viandante...” (O Guaripocaba, 25/11/1877, ano I, nº 24, p. 2).

Até encontrar essa carta, não havia localizado indícios que tivessem ocorrido conflitos de qualquer natureza acerca da construção da ferrovia. Parecia-me que havia um pensamento local uníssono aprovando a ferrovia e apoiando seus fundadores. Mas este indício instigou-

me a perscrutar possíveis dissonâncias locais sobre o assunto. E eis que localizei um dos motivos que deflagrou alguns desentendimentos:

A 22 de dezembro de 1878 foram inaugurados os trabalhos da Estrada com assistencia do vice-Presidente da Provincia, o exmo. Sr. Conde de Tres Rios, bandas musicas do Corpo de Permanentes da Capital, de Bragança e de S. Antonio da Cachoeira e muitas pessoas gradas. As obras de movimento de terra foram principiadas a 10 de janeiro de 1879 a cargo da firma Pinto & Pimentel, como sub-empregueiros. A morosidade com que eram feito os trabalhos da Estrada e as constantes reclamações por parte dos sub-empregueiros fizeram com que a Empreza Borges Monteiro & Cia. chamasse a si o serviço havendo então novação de contracto entre a Empreza e a Companhia Bragantina... (Almanach Bragantino 1914, p. 56).

O relatório apresentado à “S. Exc. O Sr. Senador Dr. Florencio Carlos de Abreu e Silva, Presidente da Província”, pelo engenheiro Fernando de Albuquerque, fiscal do governo no ano de 1881, contempla um texto descritivo formado dos seguintes itens: Histórico, Traçado, Inauguração dos Trabalhos, Construção, Obras de Arte, Estações, Material Fixo e Rodante, Telegrapho, Pessoal Technico, Chamadas de Capitaes, Juros pagos pela Provincia, Accidentes, Directoria da Companhia, Representante da Directoria na Capital, Engenheiro da Companhia, Engenheiro Fiscal do Governo, Conclusão das Obras, O Futuro da Estrada, Observações Geraes. Nesse relatório localizam-se referências aos acidentes e aos conflitos ocorridos, tais como:

Accidentes

Durante o tempo em que trabalha-se na construção da linha, houve, até 15 do corrente mez, 5 mortes; 3 motivadas por explosão de mina na sub-empregitada do alferes Justo Nogueira de Azambuja, 1 por queda de barreira na sub-empregitada de Ezequiel Pinto e 1 por igual motivo na sub-empregitada de Claudino Pinto de Oliveira” (Anuario de Bragança para 1904, p. 57-58).

Conclusão das obras

A Companhia não poderá concluir as obras, em toda a extensão da linha, no prazo a que se obrigou, mesmo depois da prorrogação concedida pela Assembléa Provincial, que terminará no próximo mez de Junho. A razão deste falta de cumprimento de contrato, vem da difficuldade com que os sub-empregueiros têm lutado, para conseguirem trabalhadores; difficuldade esta que, á nosso ver, parece proveniente da irregularidade com que eram feitos os pagamentos, [...] e da demora da remessa dos materiais comprados na Europa [...] Os disturbios que se têm dado ultimamente, naquella estrada, tem sido todos provenientes de questões puramente particulares, ora

entre trabalhadores, ora entre trabalhadores e sub-empregados, [...]. É verdade que alguns dos sub-empregados não se acham satisfeitos, allegando falta de exactidão nos pagamentos que ultimamente têm sido ali feitos. [...] A nosso vêr o contrato celebrado entre os Empregados e sub-empregados encerra em si algumas faltas prejudiciaes aos sub-empregados. É assim que pelo contrato existente entre os mesmos empregados e a Companhia, os pagamentos feitos por esta referem-se á extensão kilometrica, e pelo contrato dos sub-empregados e empregados, ao contrário, refere-se a unidade de volume, além do que esses pagamentos devem ser realizados quando forem recebidos da Companhia. Ora, no prazo decorrido entre uma medição e outra, a extensão de serviço feito é sempre inferior ao volume de terra removido, o que quer dizer, que o pagamento feito pela Companhia por medição kilometrica, não corresponde ás quantias a que deviam ter direito os sub-empregados ... (Anuario de Bragança para 1904, p. 59-63).

É digno de menção que os trabalhadores entraram em cena no Anuario para 1904 apenas com a nota dos accidentes e as referências aos distúrbios ocorridos entre eles próprios e entre eles e os subempregados. Esses accidentes e conflitos diluíram-se nos diferentes artigos que tratavam da Estrada de Ferro Bragantina, em particular nas biografias de seus fundadores. E, ao término desse relatório, como um vaticínio, encontravam-se as seguintes considerações:

O futuro da Estrada

É geral a duvida que paira sobre o espirito publico, com relação á prosperidade da Estrada de Ferro Bragantina, depois de aberta ao trafego. Para podermos esclarecer a V. Exc. A esse respeito [...] baseando-se sempre em informações de pessoas sensatas, que conhecem perfeitamente a produção do florescente municipio de Bragança, assim como das localidades visinhas. A exportação de café, fumo, toucinho, queijos, porcos, etc., daquelle municipio, está calculada, fugindo de toda a exageração, em 700000 @ annuaes, e distribuem-se da maneira seguinte:

Municipio de Atibaia, Santo Antonio da Cachoeira e Nazareth	100:000@
Municipio de Bragança	350:000@
Municipio do Amparo e Serra Negra (o que por alli passa em tropa)	60:000@
Municipio do Socorro	60:000@
Monte Sião	50:000@
Campo Mystico, Jacutinga, Ouro-fino e Caldas	60:000@
Santa Rita da Extrema, S. José do Toledo, Cambuy e Jaguary	20:000@

(Anuario de Bragança para 1904, p. 59-60).



Figura 5 - Estação Bragança - Próximo de onde atualmente está a Praça 9 de Julho

Data provável 1910

Acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano

Fotógrafo Arthur Centini

Na frente da estação de trem – como um contraponto – é possível avistar os troles, que eram puxados por cavalos. O lugar destinado aos passageiros nos troles era coberto para protegê-los do sol ou da chuva ou do sereno. O chão é de terra batida. Existem algumas pessoas ao lado e na frente da estação; atrás aparece um vagão de trem. O prédio da estação é de tijolo aparente. Avista-se no seu lado direito um lampião e uma carroça em que uma criança está sentada com os pés descalços para fora.

Um outro comentário encontrado, agora em um artigo de 1906, confirmou a existência de outras tensões e conflitos que envolveram a ferrovia, principalmente disputas com a *São Paulo Railway*. Até que no ano de 1903, a Companhia Bragantina foi vendida para esta sua concorrente:

Lembre-mo-nos sempre do traçado da bragantina, onde um – erro voluntário – da engenharia nos augmentou da metade a distancia em proveito da ingleza que já previa um lucro para as suas rendas. Ninguém se humilha ou fica desdenhado por consultar o que ignora. (A Notícia, 11/04/1906, ano I, nº 50, p. 1).

O telefone, outro ícone da modernidade, chegou à cidade em 1896. Segundo alardearam os periódicos locais, o primeiro do interior da província. A telefonia foi implantada na cidade pela Empresa Telephonica Bragantina que:

... fundou-se aos esforços dos Srs. Nicolino Nacaratte, Gabriel da Silveira Vasconcellos e professor João Baptista de Brito. Actualmente é seu proprietario o cidadão Gabriel da Silveira Vasconcellos [...] Funciona actualmente 80 aparelhos ligados ao commutador central, que comporta 100 assignantes. Mantêm a empresa uma linha telephonica entre esta cidade e Santo Antonio da Cachoeira, e outra entre o posto telephonico e a Estação da Companhia Bragantina para a transmissão de telegrammas. O actual proprietario cogita em extender a linha até São Paulo, Atibaia, Amparo, Itatiba, Socorro e Cedralinho. (Almanack de Bragança para 1900, p. 188).

O artigo sobre a empresa telefônica traz o nome de pessoas que também estavam ligadas à ferrovia: Nicolino Nacaratte, Gabriel da Silveira Vasconcellos e João Baptista de Brito. As iniciativas de modernização urbana de Bragança parecem que estavam centradas em uma intrincada teia de relações interpessoais: é um mesmo grupo de pessoas das elites locais que se envolviam e se alternavam em tais iniciativas; esse grupo, por sua vez, tendia a ter suas relações interpessoais fortalecidas pelos laços consangüíneos existentes entre eles e pelos casamentos entre os seus descendentes.

Ferrovia, telégrafo e telefone são novidades que instauravam outras possíveis relações e sensibilidades das pessoas do lugar com o tempo e o espaço. Em um periódico local de 1905 – *A Notícia* –, encontrei outras marcas da emergência de novas sensibilidades relativas ao tempo e ao espaço. Em uma pequena nota, a redação informava aos leitores que:

Graças a bôa vontade do gerente da Empresa Telephonica, capitão Gabriel Silveira, fazendo-nos toda commodidade, inauguramos hoje o serviço telephonico. Assim, a contento dos leitores, traremos os ultimos acontecimentos da capital e satisfaremos algum tanto o esforço que nos impuzemos de dia a dia, tornar prompto e minuciosos o nosso serviço de informações. (A Notícia, 28/10/1905, ano I, nº 3, p. 2).

A nota registra que a nova “tecnologia” – o telefone – ampliou o trânsito e acelerou a velocidade das notícias de um lugar para outro. A partir daquela data, o jornal A Notícia passou a ter uma coluna que trazia as últimas novidades ocorridas durante a semana no País e no mundo, recebidas por telefonema de São Paulo.

Nos primeiros anos do século XX, não foram abertas muitas e grandes fábricas em Bragança. A lista das profissões publicada no Almanack de Bragança para 1900, acompanhada dos nomes e endereços dos profissionais citados, autoriza-me a pensar desta maneira. De acordo com esta lista existiam em Bragança, no ano de 1899, 4 médicos, 3 parteiras, 1 dentista, 2 agrimensores, 6 professores de piano sendo (3 mulheres), 17 costureiras, 6 carpinteiros e construtores de obras, 3 fornecedores de caixões para finados, 8 cocheiros, 4 ferradores, 7 ferreiros e serralheiros, 4 fogueteiros, 5 funileiros, 5 seleiros e correeiros, 1 tanoeiro, 1 violeiro, 6 barbeiros, 6 marceneiros, 4 ourives e relojoeiros, 2 mecânicos, 4 modistas, 15 capitalistas (dentre os quais, 2 pertenciam à mulheres), 1 colchoaria, 5 farmácias, 1 drogaria, 1 fábrica de chapéus, 1 empresa funerária, 4 fábricas de cerveja e gasosa, 2 fábricas de macarrão, 1 fábrica de vela de cera, 3 fábricas de carros e carroças, 1 fábrica de sabão, 5 colégios (destes, 3 eram propriedades de mulheres), 4 hotéis (sendo 1 propriedade de uma mulher), 4 restaurantes, 12 sapatarias, 1 marmoraria, 1 livraria⁵⁰, 7 máquinas de beneficiar café, 14 alfaiatarias, 13 açougues, 3 bilhares, 6 padarias, 3 serrarias, 2 confeitarias, 3 bilhetes de loterias, 2 fábricas de chapéus de sol, 2 tipografias, 23 lojas de fazendas e armarinhos, 4 lojas de ferragens, 10 comissões de secos e molhados por atacado, 90 armazéns de secos e molhados, dentre os quais 2 pertenciam a mulheres, 2 tipografias⁵¹ e, por fim, 1 telefone de propriedade de Gabriel da Silveira Vasconcellos. O aparelho desse proprietário tinha cerca de cem assinantes (Almanack de Bragança para 1900, p. 183).

⁵⁰ Esta livraria era de propriedade de Joaquim Augusto da Silveira Maciel e ficava no Largo Municipal.

⁵¹ Typographia Cidade de Bragança, situada no Largo da Matriz e Typographia Commercio de Bragança, situada na Rua do Commercio.

No Anuario de 1904, foi publicado o Recenseamento de Bragança em 1903, apurado pela Repartição de Estatística e Archivo do Estado (p. 325-330), do qual constam os seguintes dados, que parecem validar o que foi dito acima:

Profissões

Profissões	Nacionaes	Estrangeiros	Total
Agricultores	16.008	2.862	18.870
Industriaes	14	14	28
Artistas	293	230	523
Transportes	30	39	69
Commerciantes	225	390	615
Serviço domestico	260	16	276
Engenheiros	2	--	2
Agrimensores	-	1	1
Guarda livros	9	-	9
Diversos	1	-	1
Escretores	2	--	2
Banqueiros	1	-	1
Capitalistas	12	--	12
Proprietarios	50	10	60
Aposentados	1	--	1
Sacerdotes	1	2	3
Professores	19	1	20
Professoras	13	--	13
Magistrados	1	--	1
Advogados	8	--	8
Procuradores	5	--	5
Medicos	3	1	4
Pharmaceuticos	9	-	9
Parteiras	5	-	5
Dentistas	7	3	10
Enfermeiros	5	-	5
Sem profissão declarada	1.256	274	1.530
Diversas	583	383	966

Fonte: Anuario de Bragança para 1904, p. 330

Não tenho clareza das atividades desenvolvidas pela categoria “Sem profissão declarada” e “Diversas”. Talvez fossem formadas por trabalhadores braçais, membros dos segmentos mais pobres da população.

Nos periódicos locais foram publicadas algumas propagandas esparsas das fábricas de chapéus, de sabão, de velas, de macarrão, de troles, de fogos, de lâmpadas, de cerveja e de caixões de defuntos. Acredito que a economia e a política locais estivessem nas mãos de grandes fazendeiros e comerciantes. Bragança não se industrializou a passos largos nem em

ritmo acelerado, embora o artigo identificado pelo título de “Commercio e Industria”, publicado no Almanack de Bragança para 1900, informasse que em Bragança havia:

... muitissimos estabelecimentos commerciaes e industriaes, trinta e tantas lojas de fazendas; 4 lojas de ferragens; mais de 160 negocios de molhados; 6 casas atacadistas [...] fabricas de fogos, sabão e vellas; 2 fabricas de macarrão, carros trollys; innumeras officinas de diversos ramos de artes; 5 pharmacias, uma drogaria; 3 relojoarias; 2 ourivesarias; muitas olarias; 2 typographias, diversas fabricas de cervejas e outras bebidas alcoolicas, 8 machinas de beneficiar café (na cidade) alem de muitas outras nos estabelecimentos agricolas; casas de commissões, etc. (Almanack de Bragança para 1900, p. 154-155).

2.1.2 As invenções modernas e o lazer

No período, as corporações musicais de Bragança apresentavam-se, como nas demais cidades, nas festas cívicas, religiosas e nos finais de semana em logradouros públicos, tais como o Largo da Matriz e o Jardim Público:

No alvorecer do dia 15, em justas expansões de alegria, os moços consocios da corporação musical Quinze de Outubro, percorreram as principaes ruas desta cidade, entoando os seus hymnos [...] Á noite, junta da Corporação Carlos Gomes, que veio compartir da festa, da Quinze de Outubro após pequeno percurso pelas ruas foi ao Theatro Carlos Gomes, onde se realizou o espectáculo que se havia anunciado em seu beneficio. A concorrência ao theatro não esteve má e a peça dramatica mereceu regular desempenho. (A Notícia, 21/10/1905, ano I, nº 1, p. 1).

As bandas musicais imprimiram “novos” ritmos aos movimentos dos corpos e aos fluxos urbanos, estimularam novas sensações relativas à sonoridade urbana, seus acordes passando a compor a paleta dos sons urbanos na modernidade. As bandas também estimularam novas formas de sociabilidade.

Quanto à preocupação em disciplinar o lazer e o convívio da população, era observável, já no Código de 1877, de forma pontual nos artigos abaixo:

Art. 65 – São prohibidos dentro da cidade batuques ou cateretês, e em seu município sem precedência de licença da autoridade policial [...]



Figura 6 - Banda 15 de Outubro, Atibaia

Data 24/05/1920

Acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano

Fotógrafo desconhecido

O uniforme da banda faz referência ao universo militar, contudo a imagem registra uma certa descontração nas posturas e gestos. Alguns estão com os quepes mais para cima, outros mais para baixo. Os músicos sentados no banco trazem uma postura nada comum para as fotografias da época.

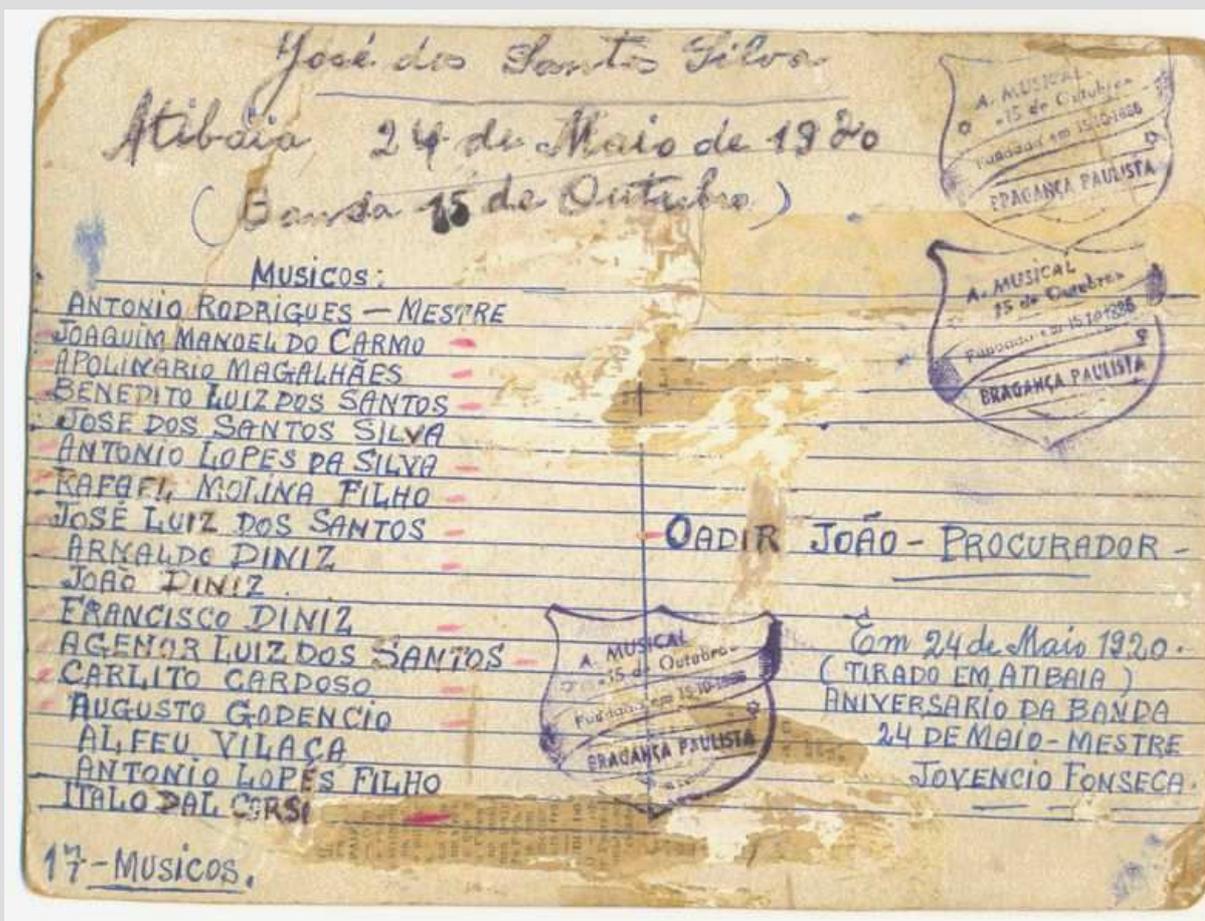


Figura 7 – Verso da fotografia da Banda 15 de outubro, Atibaia

Data 24/05/1920

Acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano

Fotógrafo desconhecido

No verso da fotografia encontram-se estas anotações. Os carimbos trazem a data e ano de formação da banda. A fotografia foi tirada na cidade vizinha de Atibaia. Estas anotações registrariam o desejo de alguém que a existência e a lembrança dos músicos daquela banda não se perdessem com o tempo?

Art. 66 – É proibido o jogo de entrudo e a venda de laranjinhas de água, de polvilho, azeite ou cousa semelhante [...]⁵²

Art.67 – É proibido todo e qualquer ajuntamento tumultuário com algazarra e vozerias pelas ruas ou casas publicas e particulares... (O Guaripocaba, 21/10/1877, ano I, nº 19, p. 1).

Contudo, as freqüentes referências ao Teatro Carlos Gomes (fundado em 1898), ao Teatro Bragantino, ao Clube Artístico e Recreativo dos Operários (fundado em 1896), ao Clube dos Permanentes⁵³ e a algumas sociedades carnavalescas (a Sociedade Carnavalesca União Operária, a Sociedade Carnavalesca Comercial, o Bandinho do Olegário, Sociedade Democrática Recreativa Familiar, Grupo do Avança etc.)⁵⁴ sugerem que tais lugares e diversões eram apreciados por parte significativa da população local, como indica a nota sobre o carnaval de 1906:

A guapa e luzida rapaziada do *Grupo do Avança* tem espirito a valer. Assim, apresentou-se, domingo ultimo, em publico, com um estapafúrdio e altisonantemente barulhento zé pereira e com uma engraçadissima critica á empresa contractante do calçamento das ruas de Bragança. E deu sorte. Pudera não. Para domingo, annunciam os incansáveis foliões uma nova surpresa. Também os rapazes de bom gosto da sociedade carnavalesca Operaria, fieis as suas tradições de longos annos de folga, apresentaram-se com uma emocionantissima tourada simulada, que nos fez lembrar das proezas de D. Quixote... (A Notícia, 14/02/1906, ano I, nº 34, p. 1).

Ainda no carnaval de 1906, o Grupo Avança realizou seus bailes carnavalescos nos salões do Teatro Carlos Gomes, enquanto a União Operária realizou-os no Teatro Bragantino. Os salões do Teatro Carlos Gomes foram descritos como vastos, já o Teatro Bragantino recebeu a seguinte descrição:

Nas três noites no theatro Bragantino, realisaram imponentes e relampagueantes bailes de mascaras. Todo enfeitado de galhardetes e bandeirolas, o velho theatrinho conservou-se sempre cheio, reinando a maior alegria e a maior ordem. Quase todos homens do trabalho, divertiam-se e folgaram a valer. (A Notícia, 28/02/1906, ano I, nº 38, p. 2).

⁵² Aqui, fui tomada pela lembrança de meu avô contando que no carnaval, na época que ele era jovem (1910-1920), ficava difícil caminhar pelas ruas centrais de Bragança, porque alguns foliões jogavam farinha nas roupas dos passantes e espirravam laranjinha em seus rostos.

⁵³ Segundo o Almanach Bragantino de 1914 esta sociedade não existia "... mais. Foi organizada com pessoas da classe operária, realisando-se a inauguração no dia 4 de outubro de 1908". (p. 89).

⁵⁴ Não consegui identificar as datas com precisão.



Figura 8 - Teatro Carlos Gomes

Anuário de Bragança para 1904, p. 219

Fotógrafo M. Lemmi

A fachada do teatro é eclética, mas remete-nos ao neoclássico. O frontão do prédio reafirma tal característica. As proporções do prédio e o número de janelas dão idéia de suas dimensões e monumentalidade.

Logo, o Teatro Bragantino era freqüentado pelas classes trabalhadoras locais. A existência de dois teatros na cidade, frequentemente, era mencionada nos periódicos. Tais lugares de lazer não eram públicos, eram espaços privados que sinalizavam cultura, civilidade e progresso locais, como sugere a nota abaixo:

Actualmente o numero de predios no perimetro urbano eleva-se a 1.400. Seus principaes edificios são: o Theatro Carlos Gomes – vasto e elegante edificio, o primeiro do Estado de São Paulo. Sua inauguração teve logar a 12 de Fevereiro de 1898. O theatro, internamente é illuminado a gaz acetelino. [...] Theatro Bragantino, há pouco passou por grandes reformas, sendo seu estado actual considerado regular... (Almanack de Bragança para 1900, p. 153-154).

Em Bragança também existiam:

... muitas associações recreativas e de beneficiencia: entre as primeiras, conta-se o Club Litterario Recreativo, em cujos salões reune-se tudo o que há de mais selecto na sociedade bragantina, Gremio Commercial' entre as segundas, a Sociedade Italiana de Mutuos Soccorros Frattellanza, Loja Amor da Patria e Brazilica. (Almanack de Bragança para 1900, p. 186-187).

Um artigo de autoria de Evaristo Gurgel, narra a primeira reunião realizada em 27 de maio de 1894, com o intuito de criar um Clube Literário em Bragança. Ele é rico em detalhes a respeito das práticas de leitura e das publicações valorizadas na época:

... O Club visa proporcionar aos socios toda a sorte de divertimentos licitos, a consulta e leitura de jornaes e obras, desenvolver a instrucção dos socios e dos municipales, fundar estabelecimento de ensino de sciencias, letras e artes, para os socios e suas familias e mais pessoas convenientes. [...] á esquerda de quem entra, uma sala em cujo sentido longitudinal corre uma mesa, sobre a qual se acham alguns orgams de publicidade da metropole brasileira, da capital do Estado e cidades do interior. Nesta mesma sala [...] installada propriamente a sua bibliotheca [...] O poeta, o litterato, o critico, o politico, o que é dado aos estudos geographicos, historicos, linguisticos, o simples curioso que tudo quer ver, examinar e nada aprender nem fixar, qualquer pendor intellectual, lá encontra a sua obra predilecta, [...] Além da encyclopedia de La Rousse, lá ainda se encontram as seguintes importantes obras: - historia universal de Cesar Cantú, diccionario de historia e geographia de Dezobryet Bache...(não dá prá ler), lexixon portuguez de Domingos Vieira, Guisot, Historia da Inglaterra, Henri Martin, historia da França, Henri Blanc, historia da revolução franceza, Rebello da Silva, historia de Portugal, obras de Victor Hugo, de Chateaubrind, visconde de Juromenha, obras completas de

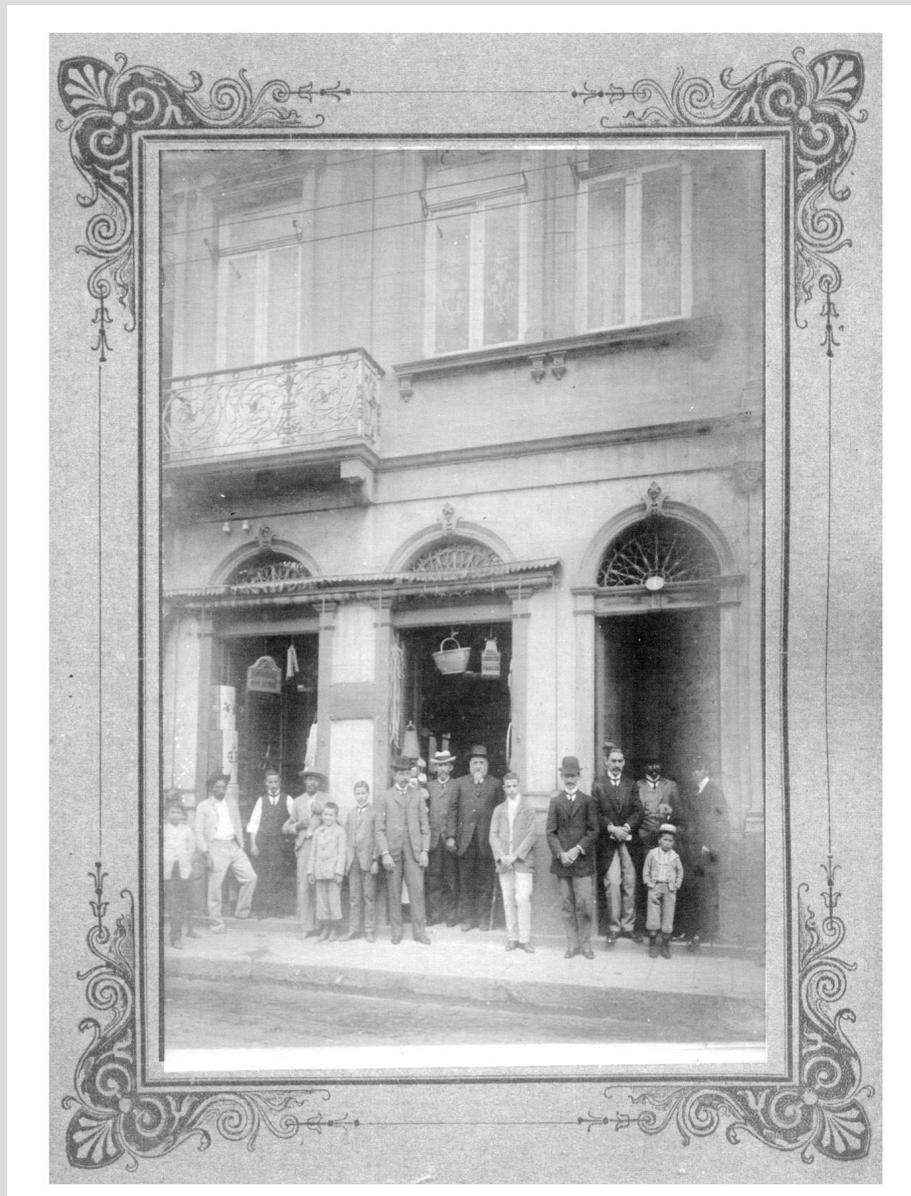


Figura 9 – Fachada do Clube Literário

Data provável 1909

Acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano

Fotógrafo desconhecido

Observar o gradil da sacada e os vidros das janelas. Estão penduradas nas portas sacolas e gaiolas. Não há mulheres na imagem. Homens e crianças estão posando para o fotógrafo. A postura e os trajes denunciam a origem social. Existe uma separação entre os retratados, do lado esquerdo percebe-se que as posturas, os trajes e os adereços diferenciam-se dos adotados pelas pessoas do lado direito. No lado esquerdo, há um negro e ele está descalço.



Club Literário - Edifício próprio em que funciona a sociedade.

27 de Maio de 1914

RENASCENÇA

N. 27

Figura 10 – Clube Literário

Revista Renascença, 27/05/1914, p. 27

O Clube era um dos “lugares” mais tradicionais da cidade. Seu estilo era neoclássico. Atentar para os adornos sobre as janelas e portas. Na fachada estão hasteadas as bandeiras brasileira, paulista e da cidade. Entre as pessoas fotografadas não há mulheres, apenas homens e meninos. Atentar para o ângulo em que a foto foi tirada; ela não é frontal e privilegia o encontro da fachada lateral esquerda com a frente da edificação, a monumentalidade do prédio é reafirmada pela concepção da imagem.

Camões, etc. Os amanteticos do genero romance, lá tem também uma *avalanche* delles, de todos os auctores e sobre todos os assumptos. La estão também dignamente representados os classicos, estes monumentos conservadores da genuina linguagem portugueza [...] Não averigui o numero actual dos seus socios, sei porém que este é avultado e constituído pela elite desta cidade. (Anuario de Bragança para 1902, p. 171-174).

As menções ao poeta, ao literato, ao crítico, ao político, ao que é “...dado aos estudos geographicos, historicos, lingüísticos” e ao simples curioso recordaram-me que ao estudar e tratar de “corpos” é necessário observar os objetos que o cercam ou os “enredos sociotécnicos que os constituem” (SANT’ANNA, 2002, p. 102), neste caso, parece-me que é necessário atentar com atenção para a valorização dos impressos. Nesse sentido, tais enredos podem indicar ou sugerir, em certa medida, como se configuravam relações de poder e sedução através de sinais expressos por posturas, gestos, sons e olhares, de uma determinada época, na lida cotidiana destes “enredos sociotécnicos”. As práticas de leitura neste clube denotavam prestígio e poder dos seus associados. Evaristo Gurgel autoriza-me a pensar desta forma ao afirmar que os sócios do clube pertenciam à elite local.

O Grêmio Comercial tinha sua sede na:

... rua Direita, nos altos de um sobrado pertencente ao sr. Cel. Affonso Ferreira; no dia 26 de setembro p. f. completa o seu 6º anno de existencia e conta avultado numero de socios. Actualmente [...] tornou-se o ponto dado e predilecto de distinctas familias e cavalheiros que alli improvisam *soireés* dançantes [...] Ao entrar, vencida a escada, o visitante logo penetra em salão de honra da sociedade, [...]. Em continuação a elle existe uma sala, onde ve se um piano de Henri Herz, que serve para as funcções e uma camara, onde se acha a *toilette* das damas. Prosseguindo, depara-se-nos um outro salão, destinado aos jogos licitos, [...] e finalmente uma outra sala, onde se acha iniciada a pequena bibliotheca do Gremio” (Anuario de Bragança para 1902, p. 164).

Os seus sócios divertiam-se com a música e a dança, com os jogos e com a leitura.
Ainda,



Figura 11 - Orquestra do Clube Literário

Data 1906

Acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano

Fotógrafo José Abramo

Atentar para a presença de três mulheres ao centro da imagem ladeadas por homens. Elas estão com vestidos longos, de mangas compridas e sem decotes e os cabelos presos. Não existe sensualidade nos trajés e gestos femininos fotografados. Na imagem percebe-se que os homens também se esmeraram no vestir; todos têm os paletós abotoados e estão calçados. Os cabelos penteados e os bigodes aparados. No retrato temos a presença de negros. Ao fundo, percebe-se que foi colocado um pano branco, na lateral esquerda é visível uma parede de tijolo sem qualquer pintura. O passepartout traz uma cercadura em motivos art nouveau. Até a década de 70 do século XX, este clube não aceitava sócios negros.



Figura 12 - Grêmio Comercial de Bragança

Data desconhecida

Acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano

Fotógrafo Augusto da Silva Leme

A fotografia foi tirada nas escadas do então Teatro Carlos Gomes. Atentar para o estandarte da agremiação. Alguns dos retratados possuem uma faixa por sobre a casaca. Não existem mulheres ou crianças na imagem. Todos estão vestidos com sobriedade. Poucos retratados estão com o chapéu na cabeça, nenhum deles está em mangas de camisa. As roupas estão limpas.

... seus socios sendo constituídos de rapazes empregados no commercio, e que aqui não tinham as suas familias, foram por isso, ampliados os seus estatutos, tendo se consignado nelles a beneficiencia, obrigando se, pois o Gremio, [...] a assistir aquelles de seus socios, que disso precisassem. Tem sido seus directores os illustres cavalheiros Francisco Martins Ferreira Junior, Antonio José de Freitas Guimarães, Adolpho Corrêa de Barros, José Raposo de Medeiros, José dos Santos Barbosa, Joaquim de Sousa Dias Guimarães e João de Mattos Pereira Godinho Junior, que, como benemerito, tem o seu retrato no salão de honra. Foram presidentes da assembléia geral o sr. Advogado Vicente Guilherme, commendador José Cardoso Coelho e Silva, Ezequiel Gonçalves da Cunha, conego Francisco Claro de Assis e dr. Joviano Telles que, ainda agora, desempenha este cargo. A execução do piano, para os ensaios e pequenos saraos, está confiada a exma. Sra. Joanna Pimentel, muito habil e distincta pianista. Além das varias diversões e recreios, que proporciona aos seus socios, e da parte beneficente, o Gremio cogita ainda da introdução da gynastica para o desenvolvimento physico. Esta ahi uma providencia que, se for tomada pelo Gremio, há de conquistar os applausos de todos os que aspiram o engrandecimento da patria” (Anuario de Bragança para 1902, p. 165).

Os diretores identificados acima destacavam-se como importantes comerciantes da cidade. É interessante a preocupação com a ginástica registrada na nota, em nome do “engrandecimento da pátria”. Outro fato interessante é pontuado na nota abaixo, a qual sugere que ocorreram alguns desentendimentos relativos à “sociedade dramática” que havia no Grêmio Comercial e por este motivo ela deixou de existir:

O Gremio, durante muito tempo, manteve uma sociedade dramatica que ensaiou e levou á scena importantes peças, tanto no theatro bragantino como no Carlos Gomes. Por diversos motivos e circunstancias que intercorreram e que não me cabe agora apreciar, não tem funcionado esta sociedade, o que é para se lastimar, pois o theatro e especialmente o dramatico, quando não deturpado do seu fim, sempre foi considerado eschola de bons costumes e valioso elemento do progresso e civilização de um povo. (Anuario de Bragança para 1902, p. 166).

As comemorações cívicas, os bailes e os saraus também propiciavam momentos de convívio social, ao lado das tradicionais festas religiosas:

Santa Cruz dos Enforcados

O abaixo assignado, zelador da capella de Santa Cruz dos Enforcados, convida a todos os devotos para assistirem a uma pequena fezta no dia 20 do corrente e pede uma prenda. Haverá no dia 19, á noite, ladainha e leilão de prendas e dia 20, missa celebrada pelo conego Siqueira. O produto do leilão é para satisfazer as despesas das

obras da mesma capella, já começadas. Todos estes actos serão abrilhantados com a Banda 15 de Outubro.

Bragança Paulista, 12 de novembro de 1905.
Venancio Buenaparte (A Notícia, 15/11/1905, ano I, nº 7, p. 3)

Passavam também por Bragança companhias dramáticas e circos, vindos de outras cidades:

Circo Clementino

Faz hoje sua estréia essa companhia equestre e gymnastica que tem o seu pavilhão armado em terreno particular, á rua da Independência. Já conhecida do nosso publico parece é desnecessário dizer, que, conforme os seus programmas, ella promete noitadas cheias aos numerosos apreciadores desta ordem de diversão. Pelo elemento de que se soube rodear a companhia, faz crer o seu successo que lhe trará justos benefícios. Amanham deve haver outra função com programa inteiramente variado. (A Notícia, 28/07/1906, ano I, nº 80, p. 2).

E até mesmo empresas de “cinematographos”:

... por ocasião das solennidades da Semana Santa, virá a esta cidade a empresa D. Freire com o fim de exhibir ao nosso publico um aperfeiçoado cinematographo – The American Biograph – ultima novidade no gênero, chegado recentemente dos Estados Unidos. Entre a grande e esplendida colleção de vistas sobresáem vinte e quatro representando a vida de Crhisto e que estamos certos hão de muito agradar aos apreciadores destas diversões. Auguramos ao emperezario grande enchente nas exhibições do seu aperfeiçoado cinematographo. (A Notícia, 09/02/1907, ano II, nº136, p. 1).

Nas primeiras décadas do século XX, em Bragança, o ‘*foot-ball*’ já era praticado:

Em Agosto de 1908, um grupo de destemidos amadores desse genero, escolheu a vargem denominada – de Atibaia para as suas diversões. Prepararam-n’a e conseguiram attrahir para, alli, aos domingos, uma selecta concorrência de distinctos cavalheiros e exmas. Familias, que iam deleitar-se com a assistencia dos jogos. [...] A espaçosa vargem situada á rua do Taboão [...] foi especialmente preparada para o Foot-ball, construindo-se muitas archibancadas para espectadores. Era tal a curiosidade do publico em assistir os *matches*, que aos domingos, os proprietarios de trollys e carros de praça punham estes no largo da Matriz, á disposição de todos que quizessem para alli transportarem-se, mediante a contribuição de 200 e 500 réis por pessoa. (Almanach Bragantino 1914, p. 94).

A prática do futebol começava a tomar o cotidiano local. Na época, diferentes práticas esportivas, pouco a pouco, constituíram-se em formas por excelência de educação do corpo.

2.1.3 Os moradores da cidade: em busca de outras vozes e práticas socioculturais

Quando da elevação a cidade, alguns moradores da então Freguesia de Bragança enviaram uma “Petição” ao governador, solicitando a elevação da freguesia a vila e seu desmembramento de Atibaia. No segundo artigo desta “Petição”, tem-se a localização da então Freguesia de Bragança. Esta era:

... confinante com as terras de Minas Geraes, e Sucedendo nela acada paso mortes, e insultos, se retirarão os delinquentes para o destrito alheio com toda a facilidade, ficando os seus crimes impunidos por não aver Justiça, e quando chega noticia a da Atibaia é a tempo de que os criminozos estão apas, e asalvo, e porisso vivem a maior parte dos ditos moradores absolutos, e sem temor as Justiças de sua Magestade. (Almanack de Bragança para 1900, p. 119).

Em 1797, a Câmara de Atibaia enviou ao governador da província, mediante um documento identificado por “Informações”, seu posicionamento contrário a tal desmembramento. Nesse documento a Freguesia foi descrita como “aprasivel e alegre”, tendo uma praça na qual estava situada a igreja matriz, próxima de uma casa de taipa de pilão e algumas de madeira e “quasi todas cubertas de telhas” (Almanack de Bragança para 1900, p. 122-123), possuindo:

... a Capital de Jaguary, vinte e cinco fogos existentes a saber: o Rvdo. Coadjutor, o Alferes Aleixo Corrêa de Cunha, Manoel Rodrigues Freire que ambos são Dizimeiros, o Alferes José Paes da Silva official, e selleiro, cujos officios se desligára por falta de vista, e que vive hoje de lavouras, o Capitão José Pedrozo Pinto official de selleiro, e dizem também tem loja de fazenda seca, o alferes João de Almeyda, velho e muito doente, por cuja cauza largou o Sitio, e veyo para aquele ARoyal, Francisco Pinto official de ferreyro, Joachim Gomes de Moraes, Taverneyro, hum carapina que de fóra veyo para fazer a obra da Igreja, Vicente Gomes sapateyro, Ignacio bastardo sapateyro em cujo fogo mora tambem o Viterinario Francisco Luis Penna, José Teixeira das Neves mestre de taypas, Roza Domingues mulher branca, solteira e pobrissima, Maria de Nazareth casada que vive separada de seu marido, Miguel Dias Cortes homem branco casado e pobrissimo, Anna Maria Tolledo viuva e pobre, Genoveba de tal branca e pobre, Anna de tal aleijada, Quiteria escrava com taverna, Joam Leme bastardo cego, Maximiniano Nunes e Joachim Nunes ambos pobres.



Figura 13 - Bragantino Futebol Club

Data 1922

Acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano

Fotógrafo desconhecido

Na margem superior direita está escrito “score”. Este time teve origem no “Massa Bruta”, time formado por operários, em grande parte trabalhadores da fábrica de chapéus que havia na cidade. Os jogadores não recebiam salários para jogar. Observar na imagem que não existe uma uniformidade nas posturas dos jogadores. A imagem registra posturas diversas de homens que desejavam ser fotografados, um deles empunha um ramallete de margaridas.

Tem o districto de Jaguary quatro mil e quatrocentos e tantas almas [...] este Povo é grosseiro, sem cultura e nem civilidade, são raros os que sabem lêr, e escrever, porque sendo aquella Povoação formada por delinquentes que commettendo delitos se acoutavam aquellas matas, delles fourão produzidos outros que se criarão com a mesma ma disciplina, e os que depois entrarão, não tem sido bastantes para cultivarem a desciplina, nem tem havido escolas para ao menos aprenderem a lêr e escrever, afinalmente o mayor corpo daquelle Povo sam oriundos do gentio da terra, bastardos, mulatos e gente infima plebe. (Almanack de Bragança para 1900, p. 124-125).

Estes dois documentos – a Petição e as Informações – referem-se ao fato de existirem foragidos e criminosos escondidos pelas matas dos arredores da povoação e de seus habitantes sentirem-se inseguros por conta desta situação, o que da parte da Freguesia, legitimaria o pedido de elevação a Vila. Na Petição de 1797, a posição fronteira com Minas Gerais parece ter facilitado que assim o fosse, como se tal localização dificultasse a administração da justiça do lugar.

De acordo com as informações, para além de criminosos haveria na povoação seleiros, ferreiros, taverneiros, sapateiros, mestres de taipas, agricultores e escravos. A Câmara de Atibaia informou que a população da freguesia era grosseira, sem “cultura e civilidade”, isso porque poucos sabiam ler e escrever, uma vez que não havia escolas no local. Tal situação seria decorrência tanto da origem de parte dessa população, formada por criminosos e seus descendentes, quanto por conta da outra parte ser formada pelo “gentio da terra⁵⁵, bastardos e gente de infima plebe”. Assim, nas informações prestadas pela Câmara de Atibaia, a criminalidade, a descendência indígena e negra, os filhos de relações extraconjugais e o pertencimento aos segmentos mais pobres da população seriam indícios da falta de “cultura e civilidade” locais. Esses indícios sugerem um dos motivos pelos quais se tendeu a ter um silenciamento das histórias e das memórias dessas populações nos periódicos bragantinos, em grande medida, afeitos ao imaginário das elites locais.

Em 1876, Bragança possuía a quarta maior população da província de São Paulo, estimada em 11.618 habitantes, sendo seguida, em ordem decrescente, nesta estimativa, por

⁵⁵ Esta foi a única referência efetiva à população indígena que encontrei nos periódicos locais pesquisados, as demais referências encontrei na forma de indícios na denominação, por exemplo, de rios, tais como Tapuchinga, Jacareí e Jaguary. Localizei uma referência sobre a representação do indígena no imaginário da época, em um artigo que tratava da Batalha de Riachuelo. No artigo o autor refere-se ao indígena da seguinte forma: “Tranquillos, adormecidos na nossa indolencia indígena, fomos despertados em fins de dezembro de 1864, com a invasão de Mato-Grosso pelas forças paraguayas.” (Anuario de Bragança para 1904, p. 144).

Itapetininga, Porto Feliz, Itu, Sorocaba, Franca, Mogi das Cruzes, Constituição (atual Piracicaba) e Atibaia (MARTINS, 1942, p. 134). Por volta de 1900, a população de Bragança era “... de cerca de 40.000 almas, residentes na cidade para mais de 8.000.” (Almanack de Bragança para 1900, p. 152). Em 1903, a câmara local realizou um recenseamento da população do município, sendo que:

Do serviço de apuração final dos boletins de família, distribuídos para aquelle fim, incumbiu-se a Repartição de Estatística do Estado e o resultado obtido foi de 39.957 habitantes. Como isto se praticasse em agosto e tomando em conta os dados do registro civil daquelle mez a 31 de dezembro, a cifra exacta nesta ultima data era de 40.148 habitantes. (A Notícia, 21/10/1905, ano I, nº 1, p. 1).

Um outro artigo, publicado em número posterior desse jornal, trazendo o título de “Retificação”, tratava de um projeto de lei relativo à organização dos municípios, fixando o número de vereadores das câmaras. Nesse artigo foram arroladas as cidades mais populosas do estado de São Paulo no ano de 1905. A posição de Bragança no contexto da época pode ser avaliada, considerando-se que sua população estava entre as dez maiores cidades do Estado, já que para a “... Capital, [foi determinado o número de] 20 vereadores; Santos e Campinas, 14; Ribeirão Preto, S. Carlos do Pinhal, Jahú, Amparo, Rio Claro, Piracicaba, Bragança, Taubaté e Guaratinguetá, 12; outras cidades 10; villas 8.” (A Noticia, 28/10/1905, ano I, nº 3, p. 1). De acordo com esse artigo, Bragança era a décima cidade mais populosa no estado de São Paulo e, comparando-se os dados, percebe-se o crescimento populacional ocorrido entre 1876 e 1903. Em relação aos anos seguintes, foram tecidas as seguintes considerações:

Os annuarios anteriores dão á população da cidade e municipio 48.000 habitantes, sendo 8.000 para a cidade e 40.000 para o município. Hoje está verificado que esse calculo é exagerado, porquanto, tendo a Camara Municipal mandado proceder ao recenseamento geral em 1903, até 31 de Agosto, foram os boletins depois de recebidos remetidos á Repartição de Estatística e Archivo do Estado, que concluiu a apuração e apresentou o seu resultado em 11 de Abril de 1904 [...] dá os numeros seguintes: 20.990 homens, 18.967 mulheres; 39.957 total. [...] O número de casas no perimetro da cidade, pelo que se vê da collecta municipal, é de 1.431, e não 1.897 como saiu na pagina 14 por engano, e dando-se o numero de 5 habitantes em cada casa, média, temos:

População da cidade	.	7.155 habitantes.	
População do município		<u>38.510</u>	
Total		45.665	(Almanach Bragantino 1914, p. 39-40).

Ressalto o fato de os anuários e almanaques locais terem sido usados como fontes de referência na elaboração do artigo em questão. A população da zona rural ainda era maior que a da cidade, mas mesmo assim, os periódicos locais tendiam a construir uma imagem do município em que o espaço urbano, seus respectivos valores e práticas socioculturais tendiam a se sobrepor ao rural. Com frequência, tal imagem urbana do município, sugerida pelos periódicos, estilhaçava-se ante algumas “evidências da vida rural”, que acabavam por tomar o cotidiano local. Nessas ocasiões, a ambivalência de tal imagem desvelava-se com intensidade. Isto ocorreu quando, por números seguidos, os jornais trouxeram notícias das “nuvens de gafanhotos”⁵⁶ – eles narraram o trajeto diário dessas nuvens, desde a capital (São Paulo) até sua chegada e passagem por Bragança. As expressões de espanto e as metáforas que acompanharam tal narrativa dão o tom dramático da experiência para os contemporâneos da época:

GAFANHOTOS

Segundo relatam os collegas da capital, antes de hontem, às 2 horas da tarde, passou por alli, vindo dos lados de Pinheiros, enorme quantidade dos daninhos gafanhotos. A nuvem tomou o rumo da Avenida e dahi, passando pelo Piques, seguiu em direção ao Bom Retiro, de onde passou a tomar o rumo da serra da Cantareira. A passagem durou cerca de 2 horas, e os gafanhotos ocupavam seguramente uma faixa de quatro kilometros de largura, tudo devastando nos raros pontos onde iam assentando. Em Villa Marianna, na Avenida Paulista, em muitos quintaes e chácaras de Villa Buarque e Campos Elyseos, as arvores ficaram em poucos instantes desprovidas de suas folhagens. Do Largo do Rosário se distinguia perfeitamente a pavorosa nuvem a passar pelos Campos Elyseos. No Bom Retiro muitas casas tiveram de fechar suas portas e janelas para impedir a invasão dos taes insectos, que a estas horas não sabemos onde pararão. [...] – A’ 1 hora e poucos minutos, fomos informados, pelo telephone de que estes terríveis insectos estavam passando pela villa de Juquery, com direcção deste município. (A Noticia, 29/09/1906, ano I, nº 98, p. 1).

GAFANHOTOS

Estes terríveis insectos [...] sabbado visitaram este município. A nuvem invasora foi a que passou pela Capital e veio fazendo estação por Juquery, Atibaia, neste município, pelas fazendas dos srs. Capitão Fernando Paiva, no bairro da Água Comprida, capitão Olegário Elias de Godoy Moreira, Graciano Souza, coronel Olegário Leme e capitão

⁵⁶ Por várias vezes, ouvi referências a esse fato. Meu avô contou-me dessa “nuvem de gafanhotos”. Quando ele era criança, ouviu dos mais velhos as lembranças que eles tinham de tal acontecimento. Eles contavam que para tentar barrar a chegada desses animais foram contruídos “valos” (valetas) ao redor das plantações. E, que se ateava fogo neles, enquanto os insetos estavam em seu interior, numa vã tentativa de exterminá-los.

Manoel Gomes de Oliveira. Destes dois últimos pontos tomaram a direção de Santa Rita da Extrema e S. José de Toledo, Minas. [...] deixando esses lugares em verdadeira desolação. A vegetação quase toda ficou dannificada. Pessoas do lugar informaram-nos que os arbustos desprovidos de folhas vergavam, num farfalhar de azas, ao peso dos terríveis inimigos da lavoura, canaviaes, gramados, alguns cafezaes, hortaliças, cereaes, tudo elles devastaram. (A Noticia, 03/10/1906, ano I, nº 99, p. 1).

GAFANHOTOS

Outra nuvem de gafanhotos visitou este município; estes vieram das bandas de Itatiba e pessaram pelas fazendas [...] tomando rumo do Amparo e Serra Negra. A sua passagem começou ás 12 e meia do dia 4, terminando ás 4 horas da tarde; a nuvem occupava um espaço de 6 kilometros por 400 de largura [...] Por esses logares os cafezaes nada sofreram, mas as plantações de milho e feijão ficaram totalmente dannificadas pelos gafanhotos que pousaram. (A Noticia, 06/10/1906, ano I, nº 100, p. 1).

Em anos posteriores ao período pesquisado, foram publicados vários artigos em diferentes jornais, relativos a tais “pragas” e às diferentes iniciativas que deveriam ser tomadas para evitá-las.

A localização de Bragança, próxima ao sul de Minas, colocou-a tanto na rota do lucrativo e intenso comércio de tropeiros, quanto no centro de disputas ocorridas entre São Paulo e Minas, acerca dos limites entre as duas províncias e posse do território de Bragança. Essas disputas se sucederam por todo o século XIX, tendo seu fim em meados dos anos vinte do século XX. A proximidade com Minas propiciou que muitos mineiros viessem morar em Bragança, e alguns deles acabavam se envolvendo com as disputas políticas locais:

No altivo e grandioso estado de Minas, nosso vizinho [...] dei o primeiro vagido e guiado, mais tarde, pela minha boa estrela, vim aportar nesta terra de progresso [...] cujos habitantes almejando somente o bem geral, vivem como verdadeiros republicanos, antes e depois da colligação, na mais santa das harmonias; bem entendido, aquelles que resam pela mesma cartilha e que não sejam dissidentes, ou opposicionistas, os quaes são considerados aqui, como criminosos, ou renegados. E, por esta simples razão, não sendo activo e nem passivo é evidente a minha neutralidade, como é evidente o meu direito de censurar, ou encominar os que praticam o bem, ou o mal, nos limites do justo e do honesto. (A Noticia, 21/10/1905, ano I, nº 1, p. 1).

Em relação aos tropeiros, nos almanaques e nos anuários locais localizei apenas uma vaga menção sobre eles, em uma cronologia do ano de 1901, nos seguintes termos: “Aparece afogado no bairro do Rio Abaixo, no ribeirão das Pombas, o tropeiro João Bernardes”

(Anuario de Bragança para 1902, p. 40). Nos almanaques e nos anuários, em particular, existe um silêncio sobre as histórias e as memórias das tropas de muares em Bragança. Sua importância para o comércio e a economia local foi apagada nesses impressos. Muito embora, existam referências às tropas em outras fontes, como no caso desses artigos do Código de Posturas de 1877:

Art. 69 – É prohibido fazer parar porcada, gado ou tropa solta nos largos, ruas e travessas, ou mesmo demorar mais de meia hora os animaes nas aguadas de servidão publica. (O Guaripocaba, 21/10/1877, ano I, nº 19, p. 1).

Art. 128 – Os estalajadeiros ou rancheiros terão o cuidado de evitar que os tropeiros colloquem estacas em toda a largura da estrada, sem deixarem espaço sufficiente para o livre e commodo transito; multa de 10\$000. Na mesma pena incorrerão se consentirem ficar as estacas fincadas depois de se terem dellas servido. (O Guaripocaba, 28/10/1877, ano I, nº 20, p. 1).

As histórias e as memórias dos tropeiros e dos pobres tenderam a ser silenciadas nos almanaques e anuários pesquisados, assim como a história e a memória dos negros. Contudo, a presença dos escravos pode ser rastreada em outros periódicos locais, tanto nas propagandas de venda de negros e nas notas solicitando a apreensão de “negros fujões”, quanto nas “Notas Policiaes” que informavam sobre roubos, brigas e assassinatos – nestas seções menos nobres dos periódicos, as presenças dos tropeiros e dos pobres também se evidenciaram.

O Guaripocaba, jornal local, registrou a presença de iniciativas destinadas a libertar escravos, na nota publicada em 1877:

Cartas de liberdade

Pelo Juiz Municipal do Termo foi designado o dia 22 do corrente mez para serem entregues em audiência as cartas de liberdade às seis escravas alforriadas pelo fundo de emancipação. (O GUARIPOCABA, 16/09/1877, ano I, nº11, p. 3)

A presença de ideais “abolicionistas” também se fez notar em 1881, com a fundação de um Clube Literário de Escravos em Bragança, que segundo o jornal foi o primeiro dessa natureza no país. Esse clube tinha por objetivos fundar uma escola noturna e promover a leitura entre os seus associados:

Foi em Bragança que se installou a primeira associação dessa ordem, fundada em paiz escravocrata, feito notavel que mereceu louvores e applausos da imprensa nacional e estrangeira. No dia 14 de Agosto de 1881, num modesto casebre da rua Santa Clara, reuniram-se diversos escravos para elegerem entre si os directores da nascente sociedade. Procedida a eleição, ficou a directoria constituída do seguinte modo: Presidente, João Manoel, escravo do coronel Francisco Emilio da Silva Leme, [...] Secretario, José Francisco, escravo do capitão José Albano Ferreira, [...]. A associação tinha por fim o desenvolvimento intellectual dos socios por meio de leitura e discussões e a fundação de uma escola nocturna para os socios e demais escravos. Assistiram á sessão inaugural da sociedade varios cavalheiros, entre os quaes os srs. Manoel de Almeida Carneiro [...] dr. José Hermenegildo Pereira Guimarães, Antonio Pereira Guimarães [...] Waldomiro Guilherme, [...] Antonio de Carvalho Macedo Junior, [...] Adelio de Campos, Paschoal Sansoni e Arthur Stockler, hoje membro do corpo diplomático [...] Encerrada a sessão inaugural, foi servido aos presentes um profuso copo d'agua, sendo então pronunciados muitos discursos. Merece destaque especial nesta narrativa o nome de Adelio Campos que expontaneamente se propoz a ensinar gratuitamente todos os escravos que quizessem aprender a ler e escrever. Dignos de nota eram a assiduidade, a paciencia, o afinco com que todas as noites no cubiculo destinado á escola [...] aquellas intelligencias brancas, sendo para admirar-se o enthusiasmo com que desbastava aquellas almas incultas. [...] O Guaripocaba [...] em varias edições deu noticias circuntanciadas e entusiasticas, com referencia à fundação e existencia do Club. Alguns jornaes da então Provincia de S. Paulo e de outras puzeram em duvida a veracidade das informações d'O Guaripocaba e outros ainda, sobretudo os escravocratas, as ridicularisavam. O certo porém é que pouco mezes apoz a sua fundação, o Club constituia um corpo forte, animado pela sêde do estudo e aspirando a um nobre fim – illustrar-se. [...] A Directoria do Club, dois mezes depois de sua fundação dirigiu circulares a muitas redacções de jornaes. A circular foi escripta por [...] Waldomiro Guilherme e assignada pelos escravos Mathias Henrique da Silva, presidente e Faustino da Silva Prado, secretario. (Almanach Bragantino 1914, p. 72-73).

E, ao que tudo indica, durante a existência do Clube Literário de Escravos alguns destes objetivos foram alcançados:

Club dos Escravos – O presidente d'este club nos pede a seguinte publicação:

“AGRADECIMENTO. O Club Literário dos Escravos de Bragança, penhorado pelas demonstrações de sympathia que tem recebido das illustradas redacções que lhe teem enviado seus jornaes, vem por este meio agradecer as remessas da:

Gazeta do Povo – S. Paulo
Imprensa Evangélica – S. Paulo
Mensagier du Brésil – Rio de Janeiro
Gazeta de Valença – Valença
Colombo – Campanha
O Guarany – Aracajú
O Itajubá – Itajubá

Pátria Argentina – Argentina
O Guaripocaba – Bragança”. (O Guaripocaba, 11/01/1885, ano I, nº 43, p. 2).

Na nota, a fundação de tal clube legitima-se enquanto uma iniciativa de senhores de escravos, embora abolicionistas. À condição de escravo e de negro agregavam-se os atributos de “intelligencias broncas” e “almas incultas”. Tais atributos depreciativos tinham por paradigma o conhecimento científico e a educação escolar, cujos princípios de civilização e de cultura eram os das elites letradas, branca e que se queria “urbana”. Saliento que se postulava também que o “desenvolvimento intellectual” se daria por “meio de leitura e discussões e a fundação de uma escola”; uma nova compreensão sobre a mente e o corpo se instalavam, sinalizando a emergência de uma dada sensibilidade em relação ao corpo escolarizado. Para além do que, a nota registra o intercâmbio de periódicos que, provavelmente, seriam simpatizantes da causa abolicionista, e sugere que muitos desses escravos liam, o que pode sugerir que diferentes práticas de leitura aconteciam para além dos estreitos limites das elites letradas.

É digna de atenção, no artigo, a referência à assiduidade dos escravos às aulas, na busca de “ilustrar-se”. A imprensa, mais uma vez, apareceu como *locus* de tensão e conflito ao acolher e disseminar a divergência entre abolicionistas e escravocratas. Embora nos periódicos locais não se tenha tratado de quaisquer manifestações coletivas de autonomia e de resistência dos negros diante da escravidão ou violência dos brancos, que não nas notas policiais, localizei apenas referências às iniciativas de ‘apadrinhamento’ dos brancos, no sentido de garantir um ou outro direito dos escravos. O Clube dos Escravos foi extinto após dois anos (Almanach Bragantino 1914).

Também não localizei nos anuários e nos almanaques locais referências à presença de negros e de mulatos no cotidiano local, que fossem além da “participação tutelada por seus senhores” no Clube Literário dos Escravos, no período anterior a abolição. Muito embora, em artigos do Código de Posturas de 1877, a presença da população negra ganhe visibilidade, matizada por práticas socioculturais distintas daquelas valorizadas pelas elites letradas:

Art. 154 – É proibido que se demorem escravos nas casas de negocio, mais tempo que o necessario para comprar ou vender [...]

Art. 155 – É proibido nas casas de negócios cantorias, toques de violas ou de sanfona, batuques e ajuntamento [...]

Art. 159 – É prohibido aos negociantes ou a qualquer particular comprar cousa alguma a escravos de noite, sem que estes apresentem bilhetes de seus senhores auctorizando a venda; á excepção de lenha e capim. O infrator será multado em 30\$, e obrigado a restituir aos senhores, ou aquelles a quem pertencer os objectos comprados, se os donos se opuzerem a venda. (O Guaripocaba, 11/11/1877, ano I, nº 22, p. 3).

Os artigos do Código de 1877 registram tanto a presença dos escravos negros no município e as práticas de resistência à escravidão quanto a existência de uma vigorosa rede de sociabilidade entre os segmentos populares, assentada em trocas materiais, decorrentes de pequenos delitos. Digo vigorosa, posto que precisou ser coibida legalmente. Também foi preciso proibir cantorias, toques de viola ou de sanfona e batuques, além das trocas materiais nas casas de negócios. Logo, nesses artigos emergem tentativas de disciplinar e de controlar “a diversão e os corpos” desses segmentos, por parte da câmara municipal.

Existe, pois, em relação à população negra uma tentativa de silenciamento das histórias e das memórias locais; é como se, após a abolição, a grande maioria da população do município tivesse se tornado branca. As referências aos negros e mulatos são jocosas e pejorativas, aparecem em anedotas e pequenas notas, tais como as que seguem abaixo:

Por conta Alheia

Noticia o Ypiranga, de Mogy das Cruzes, em data de 7 do corrente: “Há poucos dias, num sitio agrícola dos districto do Douradinho, neste município, uma creoula deu á luz dois filhos. Depois de algumas horas de soffrimento, deu á luz um menino perfeito e está gozando de boa saúde. Horas depois, não tendo cessado as dores deu á luz um outro filho e ás pessoas que viram depois, pois este era um perfeito macaco: cabeça, cara, pernas e mãos como as dos macacos e até um rabinho! Tinha uma dentadura completa, dentes de macaco, muito alvos. Este rebentão de macaco, viveu apenas duas horas, sendo enterrado naquelle districto”. (A Notícia, 13/10/1906, ano I, nº 102, p. 1).

Coisas do Mundo

Era um casal invejável
Que se amava mais que tudo:
Ella era um anjo adorável,
Elle era um negro beijudo

Mas agora, quedo e mudo,
(Como esta sorte é mudável!)

O marido em pranto rude,
Tem um viver detestável!

E ás vezes, ella, corando
Lhe pergunta, disfarçando,
Qual a razão dos seus ais...

Elle suspira baixinho:
- É que seu lindo filhinho.
Nascera branco demais!... (A Notícia, 03/08/1907, ano II, nº 185, p. 1).

Nesse cenário, ocorreu também a chegada dos imigrantes europeus a Bragança: espanhóis, italianos e portugueses, em sua grande maioria. Em fins do século XIX e início do século XX, foram criadas várias sociedades de imigrantes, dentre as quais a Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos 2 de Maio, que foi fundada:

... no dia 13 de Maio de 1900, no Theatro Carlos Gomes [...] No dia 13 de Outubro deliberou-se mandar confeccionar o estandarte, que devia symbolisar a sociedade [...] Trabalho bem acabado, indica o estandarte o *Soccorro Mutuo*, representado por uma Fabrica, proximos á qual se acham um operario ferido e um outro companheiro amparando-o e chamando a Fabrica por soccorro. Em baixo se vê um tropheu de bandeiras, no centro do qual está a hespanhola, á direita a brasileira e depois a italiana, portugueza, franceza, allemã e ingleza [...] Contando com 40 associados, espera em breve augmentar o numero do quadro social. Em caso de enfermidade, a sociedade dá aos seus associados assistencia medica e pharmacia e um auxilio pecuniario de 2\$000 por dia; – para a familia do socio dá assistencia medica e pharmacia. (Almanach Bragantino 1914, p. 109).

A Sociedade D. Italiana de Socorros Mútuos:

... fundada a 2 de Fevereiro de 1891, com 129 socios contribuintes, sendo nesse mesmo dia aclamado seu presidente honorario o adv. Nicolau Asprino. [...] Creada com fins democraticos e altamente humanitarios [...] tem extremado em zelos na defesa dos interesses e no soccorro das necessidades de seus consocios e compatriotas, tem ainda ampliado a sua acção na esphera dos sentimentos humanos. Assim, no mesmo anno de sua fundação, 1891, ella crea uma escola gratuita para os socios e seus filhos, escola esta supprimida em Novembro e 1892, por falta de concurrencia. Em Maio de 1892, obedecendo aos seus philanthropicos, a Sociedade Democratica, angaria a quantia de dois contos de reis [...] que envia ás cidades de Campinas e Santos, para auxiliar os doentes de febre amarela, que então devastava aquellas localidades [...] Em 1894 e 1895, a sociedade passou seus momentos de crise, a que estão sujeitas todas as associações congengeres. Nesses annos a maior parte dos socios deixaram de pagar sua quota mensal... (Anuario de Bragança para 1904, p. 241-242).

A Sociedade Italiana Fratellanza, que foi fundada em 6 de fevereiro de 1898 por membros da colônia italiana:

A reunião de fundação compareceram 66 socios ficando eleita uma directoria provisoria [...] A primeira eleição effectiva realizou-se a 13 de Março do mesmo anno [...] Criada com fins altruisticos, a sociedade não só procura promover a união dos seus compatriotas, ligando-os num mesmo vinculo de fraternidade, como também abriga sob sua protecção os deserdados da sorte, levando o balsamo da esmola as familias pobres dos seus associados e soccorrendo com seus recursos os infelizes enfermos. [...] hoje conta com cem socios contribuintes. Para recreio dos associados e exmas. Familias promove nos salões de sua séde social á rua da Estação animadas soirées dansantes, concertos e espectaculos variados pelo Grupo Fildrammatico que lhe é anexo. (Anuario de Bragança para 1904, p. 199).

A Sociedade Democrática Recreativa Italiana:

Fundou-se a 7 de Novembro de 1908 [...] A sociedade realisou diversos saraus dançantes e esteve instalada no pavimento superior do sobrado n. 82 da rua do Commercio, depois no sobrado da Loja da Cobra e ultimamente no sobrado da rua Dr. Candido Rodrigues. A 1º de Novembro de 1912 fundiu-se com o “Circolo Musicale Carlos Gomes”. (Almanach Bragantino 1914, p. 92).

Tais sociedades tinham em comum a preocupação de amparar as famílias de associados nos momentos de doença e dificuldades financeiras; por outro lado elas reafirmavam, na colônia de origem, a distinção social dentre aqueles imigrantes que

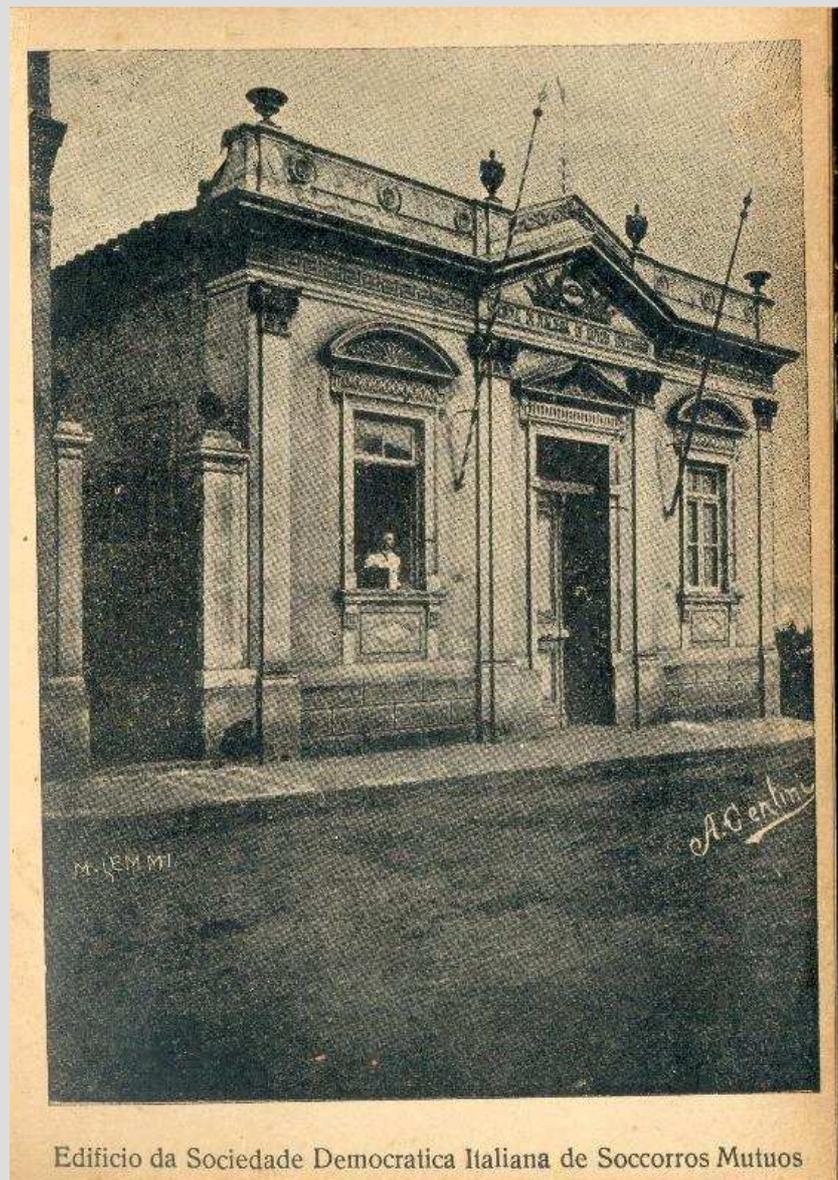


Figura 14 – Sociedade Democrática Italiana de Socorros Mútuos

Annuario de Bragança para 1904, p. 239

Fotógrafos: M. Lemmi e A. Centini

O prédio é neoclássico. Observe-se o frontão principal, os frontões sobre as janelas e a porta, e as pilastras que fazem referências às ordens clássicas.

praticavam a “filantropia” e aqueles que recebiam a ajuda. Para além deste viés filantrópico, nessas sociedades havia a preocupação de agregar os imigrantes e de minimizar os impactos em suas vidas desse “exílio voluntário” – que impunha a aprendizagem de uma língua, de costumes e valores, de leis, até mesmo de hábitos alimentares, diferentes dos países de onde eles vinham (ALVIM, 1998).

Saliento que no jornal local *A Notícia* foram publicadas inúmeras e diferentes notas escritas em italiano, relativas às atividades dessas sociedades formadas por imigrantes e informando a chegada ou partida de algumas famílias italianas. Para se avaliar a presença dos imigrantes italianos na cidade é oportuno registrar que *A Notícia*, em uma nota intitulada *Secção Italiana*, informou que:

Empenhados em tornar a nossa folha tanto quanto possível, merecedora da atenção do publico que nos lê, iniciaremos em nosso próximo numero a publicação de uma secção italiana, que cuidara dos interesses da laboriosa colônia italiana desta cidade e de outros assumptos palpitantes. (*A Noticia*, 18/04/1906, ano I, nº 51, p. 1).

Tal seção, com efeito, passou a ser publicada desde então. Ela trazia temas relativos às diversas regiões da Itália e temas religiosos. Mas, diante de uma mobilização de operários (ferroviários) ocorrida em Bragança em decorrência de uma greve na Companhia Paulista em Jundiaí (ANEXO A), a *Seção Italiana* teve sua pauta alterada – nessa ocasião, foi abordada e defendida a mobilização dos operários, em detrimento de quaisquer outros temas. Tal alteração foi precedida pela seguinte notícia:

Solidariedade

Por motivo da greve dos operários da Companhia Paulista, o operariado desta cidade promoveu uma reunião na sede da Sociedade Democrática Italiana e tomou a deliberação de fazer aos seus companheiros de Jundiahy um protesto de solidariedade e encitamento a continuação da medida tomada até a reivindicação do seu Direito conculcado. Para o que nomeou duas comissões uma para redigir e fazer publicar, e outra para fazel-o chegar até deante dos chefes grevistas de Jundiahy. O sr. Delegado, sabedor do ocorrido, entendeu-se com uma das comissões, fazendo-a desistir de espalhar o boletim. A illustre autoridade agiu afim de prevenir que houvesse uma conflagração de ânimos, o que, embora estivesse cõnscia da calma que inspirava o movimento, poderia trazer alguma perturbação da ordem publica. (*A Noticia*, 19/05/1906, ano I, nº 60, p. 2).

Alguns números depois, eis que irrompe na Secção Italiana o seguinte artigo⁵⁷, defendendo o direito de greve por conta do descontentamento dos operários em relação a alguns dirigentes:

Greve na Paulista⁵⁸

A colossal greve da Companhia Paulista que, atualmente, mantém suspensos os ânimos de toda a nação é, segundo nosso modo de ver, uma das causas mais humanitárias que se possa imaginar. De braços cruzados, isolados em suas próprias casas, 4 mil trabalhadores reclamam, pacificamente, a demissão de alguns dirigentes que julgavam prejudiciais a sua classe. Não exigem aumentos de salário, nem diminuição de horas de trabalho, mas apenas serem tratados mais humanamente e considerados na categoria dos livres e conscientes. Onde está, então, a contravenção à lei? Como se justifica a ordem de prisão? Diga-se, sem embaraços e subterfúgios, que vemos em tais medidas draconianas um exagero de zelo que, em lugar de manter a ordem fomentará a desordem e a rebelião entre os colonos que se vêem violados e toda responsabilidade deverá ser atribuída à direção da Companhia Paulista que, para sustentar um orgulhoso capricho, não se envergonha de por em risco a vida econômica da região mais fértil do Estado. Não há porque iludir-se, o tempo da escravidão das consciências foi superado para sempre; o trabalhador de hoje vai conquistando aquele lugar que lhe pertence no convívio social. Ele, como remanescente dos homens, é dono de uma mente que pensa e um coração que palpita. O operário é um membro benemérito da grande família humana. A luta que se desencadeou em Jundiaí não é uma luta política, lá está absolutamente ausente o elemento partidário, mas antes é uma pura e simples luta de classe, dir-se-ia um desafio entre capital e trabalho. Desejamos que logo cesse esse estado de coisas tão graves como essas e que a calma retorne serena no meio de tantas famílias infelizes. Esses são nossos ardentes desejos.

P. O.F.⁵⁹ (A Noticia, 26/05/1906, ano I, nº 62, p. 1).

⁵⁷ Este artigo foi traduzido por Frei Orlando Bernardi, OFM., no transcorrer desta pesquisa.

⁵⁸ O texto traduzido foi o seguinte: **Sciopero nella Paulista**, Il colossale sciopero della Compagnia Paulista che actualmente mantiene sospesi gli animi dell' intiera nazione, é secondo il nostro modo di vedere una elle cause piú umana e sante che immaginar si possa. Colle braccia incrociate, unchiusi nelle proprie abitazioni se ne stanno circa 4 mila lavoratori reclamando pacificamente la dimissione di alcuni capicche giudicano pregiudiziali allá loro classe. Non aumento di stipendi, non diminuzione dell' ore di lavoro ma unicamente esigono di esser piú umanamente trattati e considerati tra la categoria dei liberi e conscienci. Ove sta dunque la contravvenzione one alla legge? Come giustificarsi l'ordine di arresto emanato contra diciamo senza embagi o sotterfugi che vediamo in coteste misure draconiane un eccesso di zelo, il quale piú che mantenere l'ordine potrà fomentare i disordine, e la rebellion tra colono che vedono manomessi e oltrareponsabilita va adebita allá direzione della Compagnia Paulista che per sostenere um' orgoglioso capriccio non si perita di metter a serio repentaglio l'intiera vista econômica della piú fertile zona dello Stato. Non bisogna illudersi il tempo della schiavitú delle conscienze há tramontato per sempre, il lavoratore d'oggi va acquistando quel posto che gli spetta tra il convívio sociale, egli come il rimamente degli uomini possiede una mente che pensa, e un cuore che palpita; l'operário é un benemérito membro della grande famiglia umana. La lotta che si é ingaggiata in Jundiahy non é una lotta política, ivi é assolutamente scartato l'elemento partitario, ma bensì una lotta di classe para a semplice, si direbbi una sfida tra capitale e lavoro. Auguriamoci che presto abbi a cessare uno etato di cose tanto gravi come queste, e che la calma ritorni serena nel mezzo a tante disgraziate famiglie. Questi sono i nostri ardenti desiderii.

No artigo, os reclames dos operários trazem à baila as difíceis e precárias condições de trabalho encontradas pelos imigrantes. Mais do que baixos salários e jornada de trabalho, as relações entre as classes trabalhadoras assalariadas e os patrões pautavam-se pela inexistência de leis que as orientassem. Nesse sentido, as reclamações dos operários conclamavam a sociedade e a Companhia Paulista a respeitar sua condição de homens “livres e conscientes”.

O autor do artigo traz à tona uma dada imagem de corpo. Nesta, o operário é “dono” de seu corpo, cabendo à mente pensar e ao “coração que palpita”, sentir. Seria uma imagem de corpo cindido entre razão e emoção? Ainda, o autor do texto, para justificar o caráter pacífico da manifestação, propõe que a contradição entre capital e trabalho, a luta de classes, não é uma luta política, deslocando para e aprisionando, tão-somente, no espaço da prática partidária, a percepção e as manifestações das tensões e dos conflitos concernentes às relações de poder e propriedade. Neste caso, as desigualdades diluiriam-se entre proprietários com igual poder e liberdade de barganha: os proprietários dos meios de produção e os proprietários de seus respectivos corpos.

Nos números seguintes, a Secção Italiana silenciou sobre a greve e voltou a tratar das regiões da Itália e de temas religiosos. Restou-me a dúvida: silenciou ou foi silenciada?

As dificuldades enfrentadas pelos imigrantes podem ser avaliadas pelo teor do “boletim” (ANEXO B) que foi motivo de abertura de inquérito contra José Jubert, francês e professor, membro da Liga Operária (ANEXO C) de Bragança, em 1910. Segundo o promotor:

No dia 18 de dezembro, a uma hora da tarde [...] foram largamente distribuídos, nesta cidade e especialmente entre colonos e moradores dos sítios, pelo denunciado boletins escriptos em portuguez e italiano, contendo um amontoado de inverdades que procuram, illudindo aos colonos, desviál-os das fazendas desta comarca [...]. José Jubert assumido a exclusiva responsabilidade da distribuição [...] o teor de taes boletins, uma serie de inverdades e calunnias procurando sucitar de modo phantasticamente degradante e cruel a situação dos colonos neste município, chega-se a única conclusão de que constituem elles: “uma manobra fraudulenta visando o desvio dos colonos dos estabelecimentos em que se acham nos termos do art. 1º nº do dec. Fed. 1162 de 1890. [...] Não tendo o denunciado conseguido o resultado completo do fim visado com a publicação e distribuição dos alludidos boletins (houve, todavia, um começo de greve na fazenda “Boa Vista”). (p. 3)

⁵⁹ Até o momento, não consegui identificar o autor.

62A

AOS COLONOS DAS FAZENDAS

Uma voz de indignação se faz ouvir por toda parte, contra todos os exploradores do trabalho, contra todos os verdugos dos humildes colonos, que luctam de só a só, para adquirir misero pedaço de pão banhado de suor e amassado pelas fadigas dum exercito de furia que vivem todavia sob o regimem da mais negra escravidão e da maior crueldade dos fazendeiros escravocratas, que a tanto tempo vem inaugurando nas fazendas um regimem de multas e de prepotentes arbitrariedades, sem nunca visar o fim.

Contra esse procedimento infame a França, a Italia e a Hespanha (ultimamente Portugal) em fim toda a Europa latina, prohibiram a emigração official para o nosso Paiz como um dos mais eloquentes protestos contra o vandilismo que impéra nas fazendas do nosso Estado de São Paulo.

Quando a Europa lançou mão dessa medida, aqui tambem por toda a parte se forão fundando Ligas de Operarios, a fim de se organisarem todas as classes de trabalhadores que vivem do continuo sob a exploração dos que só querem ter grandes cafesaes sem carpirem um só pé, explorando cada vez mais o infeliz trabalhador, e como prova evidente vemos o café este anno foi vendido até a 12\$000 por 15 kilos, quando o anno passado o maximo foi a 7\$000, e a sorte do colono sempre é a mesma nenhum melhoramento tiveram, o seu lar sempre é assaltado pela miseria.

Sabemos de Fazendas onde a contagem do café apanhado pelo colono é 70 litros a transbordar POR UM ALQUEIRE !!!...

Parece mentira, mas é a pura verdade !...

Diante disso, nós aconselhamos os colonos a se organisarem na Liga Operaria, e não se submeterem a contractos que lhe faz renunciar a liberdade e o direito. O colono deve trabalhar na fazenda em quanto lhe convier e for tratado como gente; cessando a conveniencia, não tem que esperar apanhar o café, deve procurar serviço onde mais lhe convier. Podendo trabalhar sobre si, sempre é melhor do que ser escravo dos outros. Procurem pois cafesaes de a meia.

A Comissão de Propaganda.

Typographia Nobrega — Bragança



Figura 15 – Boletim da Liga Operária

Mais adiante no inquérito lê-se:

... concorrem para firmar mais a convicção desta Promotoria e innegavelmente não se pode deixar de levar em conta, o facto de não ser o denunciado um individuo vindo de outra comarca já com a nota de vagabundo como se vê da certidão... (p10)

O professor foi chamado de “vagabundo” porque distribuiu um “boletim” denunciando as precárias condições dos trabalhadores locais. Jubert defendeu-se sem a intervenção de qualquer advogado, ele argumentou:

... E qual será o individuo que depositaria confiança a um juiz substituto que, se nega averbar-se de suspeito sendo parte interessada, filho legítimo de um dos mais abastados fazendeiros deste município e um dos queixosos que fora pedir a policia para que instaurasse este processo contra o accusado; e bem assim sendo uma das testemunhas que, depôs no processo Theophilo da Silva Leme: tio e parente do mesmo! [...] É natural que todos aquelles que procuram elevar a dignidade e o credito de nosso Paiz tão abatidos na Europa, pelas explorações indecorosas sem contar os maltratamentos e roubos aos pobres operários, fonte de todas as produções: sejam alvos de todas as perseguições e ódios da classe capitalista e os defensores das suas leis que se prestam a todas as interpretações com excepções de nunca dar a cada um o que lhe é devido, mas de conservar sempre o domínio dos argentários e seus roubos contra a classe deseherdada da sorte e da fortuna. (p. 27)

A queixa foi julgada improcedente pelo juiz de direito Manoel José Villaça em 1911. Mas todos os envolvidos trabalhadores e queixosos – grandes fazendeiros locais – tiveram que prestar depoimentos. As palavras de José Jubert dão cor às agruras e dificuldades com as quais muitos dos imigrantes que vieram para Bragança se depararam.

Também me chamou a atenção que muitos dos nomes citados, dentre os diferentes profissionais que aparecem nos periódicos locais, eram de origem italiana, tais como: Commenali, Spicacci, Piscini, Bertelli, Moretto, Berretini, Sansoni, Bertolotti, Carpiiglione, Fiorillo, Buenaparte, Bertagni, Chiaratto, Pierotti, Armani, Cocconelli, Bartollo, Moretti, Bacci, Amighine, Fiori, Scarglione, Del Nero, Scorsa, Petrone, Alberti, Rizzo, Janusi, Próspero, Belli, Romano, Magrini, Spinelli e Falabella. Posto que, em diferentes propagandas veiculadas pelos periódicos, evidenciou-se a presença massiva dos imigrantes italianos em Bragança, atuando além do trabalho na terra.

Por fim, localizei indícios nos periódicos locais das histórias e das práticas socioculturais populares do município, assim como de sua origem e conformação. Deparei-

me com a tentativa de silenciamento da presença de negros e de mulatos, com o silêncio sobre os indígenas e seus descendentes – se é que ainda havia alguns na região no período de 1900-1920 – e com o pequeno número de referências explícitas ao cotidiano das classes trabalhadoras, por entre as páginas desses periódicos. Acredito que tal tentativa sinalizava a emergência de novas sensibilidades relativas ao corpo na cidade de Bragança – o corpo das classes trabalhadoras (negros, indígenas, imigrantes, pobres, trabalhadores livres, etc.), o corpo dos doentes e desvalidos, o corpo dos criminosos, o corpo dos “vagabundos”, o corpo dos bêbados, o corpo das prostitutas, o corpo dos que traziam algum traço singular que os diferenciava dos demais não foram banidos das páginas dos demais periódicos locais. Esses corpos, as suas histórias e memórias, em grande parte, foram relegadas às “Notas Policiais”, ou às anedotas ou aos artigos conclamando o poder público a tomar providências para conter o espetáculo desconcertante da pobreza pelas ruas da cidade, tais como especificam as notas a seguir:

Foi preso por se achar promovendo desordens, armado de uma espingarda, na rua Braz Lucas, o conhecido desordeiro Cornélio (preto). Compareceram a Policia, e foram intimadas a tomarem ocupação honesta as desocupadas Maria das Dores, Umbelina de Jesus e Luiza de tal.

(A Notícia, 11/04/1906, ano I, nº 50, p. 2).

Lagueche Vicenzo, italiano, residente na fazenda do sr. José Vieira da Silva, apresentou-se ao sr. Dr. Delegado, queixando-se que o administrador da mesma fazenda, João Rosa, no dia 3 do corrente, vendo-o parado, sem fazer coisa alguma, perguntou-lhe porque não ia trabalhar, respondendo Vicenzo que era dia santo, porem não obstante a isso, poderia ir, mas o administrador, sem mais nem menos, arremessou-lhe duas foçadas, prostrando-o por terra. O dr. Delegado mandou fazer o auto de corpo de delicto e abrir inquérito.

(A Notícia, 05/05/1906, ano I, nº56, p. 2).

2.1.4 Tentativas de controle do espaço e dos corpos

Datam de fins do século XIX a inauguração do Hospital de Morpheticos (1879), do Hospital de Isolamento para Tuberculosos (1898), do Asilo de Mendicidade (1909) e do Sanatório para Preservação dos Filhos de Tuberculosos Pobres (1913) – instalados todos

distantes do “cenário moderno” da cidade. Apesar de todo o apreço pelos ares da modernidade que tomavam Bragança, a cidade não ficou imune à varíola, à tuberculose e à lepra, doenças cuja incidência local deve ter sido alta, para justificar a construção de três hospitais distintos.

O “Hospital de Morpheticos” foi criado em:

... Junho de 1879, a camara municipal, attendendo ao inconveniente de percorrerem as ruas esmolando, alguns morpheticos deste e outros municipios visinhos, contactou [...] a construção de um edificio destinado á internação daquelles enfermos. A inauguração realisou-se em 1880, com assistencia de muitas pessoas gradas e da banda musical [...] O edificio, que se acha instalado a 2 kilometros da cidade, não chegou a ser utilizado, pois, os morpheticos ausentaram-se da cidade por não desejarem sopfrer as penas do isolamento. (Almanach Bragantino 1914, p. 24).

O “Hospital de Isolamento para Tuberculosos” foi:

... construido á expensas da camara municipal [...] pouco além do cemiterio municipal, na estrada da Penha, foi inaugurado em 1898 e tem por vezes sido occupado para a internação de variolosos... (Almanach Bragantino 1914, p. 24).

O “Asylo de Mendicidade” foi criado pelo Centro Catholico, em fevereiro de 1908. E em 3 de outubro de 1909 “inaugurou-se festivamente o Asylo” (Almanach Bragantino 1914, p. 24). Quanto ao “Sanatório Immaculada Conceição” achava-se:

... installado no grande predio da chacara [...] do Toledo, além do edificio do Asylo. A inauguração realisou-se no dia 1 de janeiro de 1913, com a presença da exma. Viscondessa da Cunha Bueno, presidente da Obra de Preservação dos Filhos de Tuberculosos Pobres, sociedade com séde na capital e á qual se deve esta installação. [...] Actualmente estão internados nesse estabelecimento 25 meninas e 17 meninos, que estão confiados ao zelo e cuidado das Irmãs de Caridade... (Almanach Bragantino 1914, p. 27-28).



Figura 16 – Hospital de Isolamento
Anuario de 1904 para Bragança, p. 215

Este hospital foi construído afastado do centro da cidade. Suas linhas são mais simples que os demais prédios construídos na cidade na mesma época.

Ainda, em relação ao Sanatório, em 1919 foi registrado que:

A benemerita Liga Paulista contra a Tuberculose, desenvolvendo o seu vasto programma de acção, não podia deixar de volver suas atenções para um dos grandes factores da propagação da tuberculose, como seja a promiscuidade em que vivem, principalmente nas classes pobres, paes affectados com seus filhinhos ainda são. Impõe-se a separação dessas creancinhas, para que não contraíam a insidiosa enfermidade. Vetusto casarão foi completamente reformado adicionando-se-lhe vastos pavilhões, installações hygienicas, iluminação electrica, água canalizada etc. A inauguração official deu-se a 1º de janeiro de 1912, com a presença do Dr. Clemente Ferreira, Presidente da Liga. (AGUIRRE, 1919, p. 54-55).

Em nome do controle da doença e para minimizar “as conseqüências” da promiscuidade em que viviam as classes trabalhadoras, várias crianças foram trazidas de outras cidades para Bragança, bem como várias outras do município e região foram conduzidas para este Sanatório. Nas décadas de 60 a 70, do século XX, o local era conhecido na cidade por Preventório.

As doenças e o perigo das epidemias assustavam os contemporâneos do período. O temor que elas causavam propiciou e estimulou algumas iniciativas do poder público. Tais iniciativas foram rastreadas em diferentes artigos e parágrafos do Código de Posturas de 1877, como nos artigos privilegiados:

Art. 91 Serão excluídos de entrarem na povoação os que vierem de fora atacados de bexiga e as pessoas accometidas dessa enfermidade dentro da povoação serão transportadas para fora.

§1º A camara terá para esse fim um lazareto, para nelle serem tratados os pobres e aquelles que podendo não quizerem ter casa própria fora da povoação para nella serem tratados.

§2º A obrigação da retirada dos enfermos para fora da povoação se dara quando ainda não estiver grassando a enfermidade, e quando essa medida for aconselhada pelos médicos.

§3º Esta disposição comprehende todos os demais casos de peste e epidemia. (O Guaripocaba, 28/10/1877, ano I, nº 20, p. 1).

Os capítulos II, III e IV desse mesmo Código tratavam das atribuições e das obrigações do médico e do boticário, e ainda da vacinação obrigatória da população. É oportuno salientar que a família e a escola foram chamadas para colaborar nas iniciativas destinadas a dar visibilidade e a controlar as doenças, mediante discursos coercitivos e

práticas punitivas, em caso de desobediência às determinações estabelecidas nesse Código. Assim, de acordo com o:

Art. 97 – Todo o chefe de família que tiver a seu cargo a criação e a educação de menores de qualquer condição que seja, é obrigado a mandal-os vaccinar [...] e a revaccinar os já vaccinados.

[...]

Art. 99 – Todos os professores, quer públicos, quer particulares, quer da cidade, quer dos bairros serão obrigados a officiar ao vaccinador, informando-lhes nomes e idades de seus alumnos vaccinados.

[...]

Art. 101 – Oito dias depois da inoculação, os pais, os tutores, os curadores e protectores são obrigados a apresentar os vaccinados, para ser verificado o estado da vaccina e fazer a extracção do pus se for necessário; ao infractor multa de 5\$000 e 2 a 4 dias de prisão. (O Guaripocaba, 28/10/1877, ano I, nº 20, p. 1).

Nas primeiras duas décadas do século XX, identifica-se, de maneira inequívoca, a concepção e a realização de projetos de urbanização, de embelezamento e de saneamento da cidade. Tais projetos são respaldados em interesses de investidores, de fazendeiros e de grandes comerciantes locais. No rastro de tal objetivo, a cidade viveu a remodelação dos cemitérios municipais, tanto na área urbana como nos distritos e bairros que pertenciam ao município:

O antigo cemiterio desta cidade era situado no local onde hoje se acha o jardim publico, atraz do edificio do Forum e de propriedade da Fabrica das Irmandades do SS. Sacramento e Nossa Senhora do Rozario. Com a proclamação da Republica, foi decretada a secularisação dos cemiterios e por isso, o Conselho de Intendencia mandou construir um cemiterio municipal, á margem da estrada que se dirige á capella da Penha [...] Em 5 de Março de 1890 foi publicado o regulamento para o novo cemiterio, data desde quando cessaram os enterramentos no velho. [...] O novo cemiterio possui o necroterio e uma pequena casa para o zelador [...] Existem ali muitos tumulos de marmore de construcção custosa e esmerada em numero approximado de 100, além de outros tantos mais modestos. A camara municipal, pela resolução de 22 de Outubro de 1901, creou um cemiterio no bairro do Pantano, cemiterio que é hoje do districto de Tuyuti desta comarca. A abertura do cemiterio deu-se em 2 de Agosto de 1903. Por deliberação da mesma camara em sessão de 4 de Janeiro de 1904 foi creado um outro cemiterio no bairro da Pedra Grande, a pedido dos moradores...” (Almanach Bragantino 1914, p. 29-30).

Os túmulos de mármore construídos na virada do século XIX para o XX, localizados no cemitério próximo da Penha, são indicativos do poder econômico das famílias às quais pertenciam. Alguns desses túmulos foram adornados com grande apurmo e com esculturas

artísticas, constituindo-se em obras de arte. Suponho que muitas dessas esculturas foram trazidas de ateliês da cidade de São Paulo. A solicitação de mudança da localização do cemitério de Bragança já vinha do século passado, quando ainda se postulava a atuação dos miasmas na salubridade local:

Não é idea nova, nem a primeira vez que nos occupamos do assumpto, que é de real importância, não só encarando-se a questão pelo lado da utilidade publica, mas também como meio de melhorar as condições de salubridade da cidade. Situado o cemitério no ponto mais elevado da collina, ao sul, os miasmas que alli se desenvolvem são inevitavelmente impellidos para a povoação pelos ventos dominantes, e os detritos e fragmentos de matéria orgânica em decomposição, arrastados para as ruas pelas correntes das águas pluviaes. Além disso, a cidade precisa estender-se, convindo desoccupar a área em que se acha collocado, para dar logar a edificações e abertura de novas ruas. (O Guaripocaba, 11/01/1885, ano I, nº 43, p. 1).

Uma observação interessante em relação aos almanaques e aos anuários locais é que, quando os diferentes autores referiam-se à morte dos biografados por motivo de doença, eles nunca explicitavam ou declinavam o nome da moléstia, em um momento que a morte está sendo paulatinamente excluída de visibilidade: os cultos mortuários e os funerais perderam prestígio no decorrer do século XIX para o XX, e os cemitérios, por medidas sanitárias, foram empurrados para fora dos centros urbanos.

Nos primeiros anos do século XX, Bragança inaugurou seu Mercado Municipal (1887), e o Matadouro, que segundo consta, localizava-se:

Pouco além da nova Estação de Bragança na vargem do Lavapés achava-se o velho Matadouro municipal [...] a camara municipal resolveu mandar construir um outro edificio mais apropriado, não só quanto ás commodidades, como sobre o local de accordo com o exigido pela hygiene. [...] O novo edificio foi inaugurado em 19 de Outubro de 1898 [...] Actualmente abatem-se no Matadouro annualmente cerca de 5.000 animaes, sendo 850 rezes e 4.150 suinos. (Almanach Bragantino 1914, p. 23-24).

Foi dessa época também a construção do coreto no largo central da cidade:

O actual corêto do largo da Matriz foi construido no anno de 1901 e alli actualmente realisam concertos aos domingos e feriados, alternadamente, as bandas musicas Carlos Gomes, 15 de Outubro e 7 de Setembro ... (Almanach Bragantino 1914, p. 30).

A construção desse coreto sinaliza a importância das bandas para o cotidiano local.

Na época, também ocorreu a criação do Jardim Público, no local onde antes havia o Bosque dos Amores:

O jardim publico, situado na parte mais elevada da cidade, no local do antigo cemiterio, foi iniciado no anno de 1900 pelo jardineiro sr. Achilles Mariano á expensas da camara municipal. [...] Houve tempo em que se realizavam alli aos domingos, concertos musicaes, com regular concorrência. (Almanach Bragantino 1914, p. 30-31).

É significativo que autor de uma outra nota publicada anteriormente no ano de 1877, ao comentar a beleza de um novo logradouro público que acolhia grande parte da população em passeio aos domingos, alertasse para a impropriedade do nome do lugar – Bosque dos Amores – e propusesse que “Quando se procede[sse] ao baptismo inaugural, talvez fosse melhor escolher uma denominação mais adequada ao logar e á obra” (O Guaripocaba, 04/11/77, ano I, nº 21, p. 2). A nota sugere a preocupação do autor em dar rédeas à razão em detrimento de sentimentos que deveriam ficar restritos aos recônditos da intimidade e da privacidade dos indivíduos na modernidade (GAY, 1988). O Jardim Público, ainda hoje, situa-se atrás do antigo prédio do Teatro Carlos Gomes e próximo de onde havia o prédio da cadeia de Bragança.

O período conviveu também com iniciativas e cuidados constantes com a arborização da cidade:

Arborização da cidade

De 1902 a 1904 foram plantadas as arvores nos largos da Matriz, Municipal e do Rosario, Praça Coronel Jacintho Domingues, Largo 13 de Maio e Largo da Cadeia. Em 1910 foi plantada mais uma ordem de arvores ao lado direito da Matriz e no Largo Municipal. (Almanach Bragantino 1914, p. 31).

A modernização do espaço urbano significava endossar os valores da civilidade, de acordo com grande parte dos artigos publicados nos periódicos locais, muito embora tais projetos não fossem imunes às críticas jocosas:



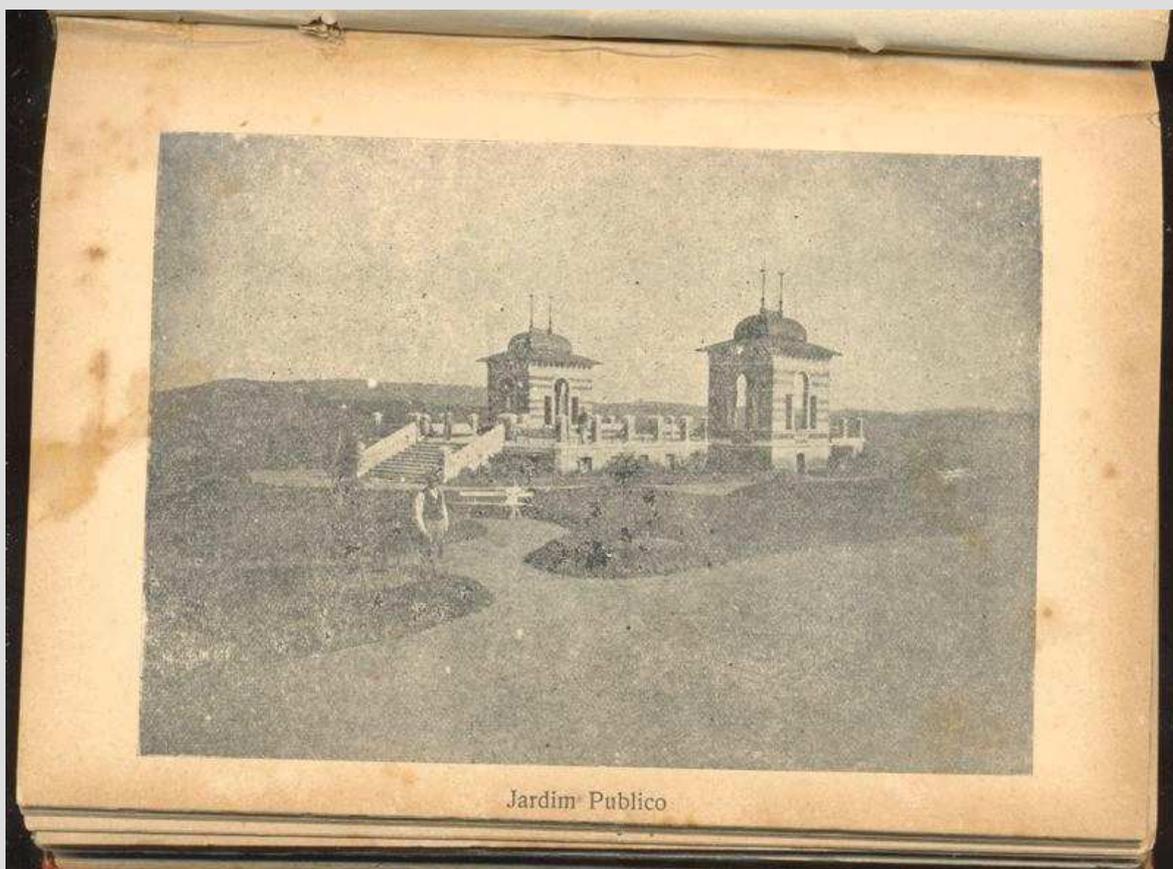
Figura 17 - Praça do Mercado Municipal

Data 1910.

Acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano

Fotógrafo Arthur Centini

O ângulo privilegiado pelo fotógrafo na composição da imagem garantiu que um grande número de pessoas pudesse ser fotografado. Ele colocou ao centro o grupo que seria fotografado, à frente do qual colocou jacás grandes, com cachos de banana e abóboras sobre o chão que parece ser de terra batida. Na margem esquerda percebe-se um carrinho de mão feito de madeira, inclusive a roda. Dentre as pessoas fotografadas, ao centro da imagem há um homem uniformizado. Existe uma diversidade nas posturas, gestos e vestimentas registradas. Muitos estão em mangas de camisa, as roupas de algumas pessoas estão descompostas, e em alguns casos parecem pequenas ou grandes demais deixando seus usuários com um jeito “desengonçado”. Muitas das crianças estão descalças. Muitas das mulheres trazem lenços na cabeça, amarrados abaixo do queixo. Uma rápida olhada para a imagem sugere que as pessoas queriam ser fotografadas e que muitas delas pertenciam às camadas menos abastadas da população e talvez tivessem origem rural.



Jardim Publico

Figura 18 – Jardim Público
Anuario de Bragança para 1904, p. 139

Nota

Entendendo realizar a necessidade de há muito sentida, o progressista vereador capitão Basílio Costa acaba de apresentar uma indicação á Câmara no sentido de serem collocados bancos na aprasivel praça da matriz desta cidade. E merece applausos por essa indicação. Nas cidades civilizadas é de costume collocarem-se bancos em as praças arborizadas. A nossa, para gáudio de seus foros de civilização, só agora é que vae satisfazer uma tal necessidade. (A Notícia, 21/03/1906, ano I, nº 44, p. 1).

A nota sugere que talvez a moda de transformar os “... bucólicos jardins para se viver [...] em jardins cartesianos para se ver de modelo francês” (VASQUEZ, 2002, p. 17) havia chegado à Bragança. A praça é demarcada como espaço civilizado de novas sociabilidades na modernidade, por conta do que legitima-se a intervenção pública.

Desde fins do século XIX, vinha ocorrendo a proibição e a regulamentação do trânsito de carroças nas ruas, da presença de animais e de ambulantes em logradouros públicos. Proibição e regulamentação já presentes nas décadas anteriores, posto que o Código de Posturas de 1877, dentre seus artigos, determinava:

art. 45 É prohibido lançar-se animaes mortos, immundicias, ou deixar sahir dos muros ou predios aguas servidas nas ruas ou prédios [...]

art. 46 Ninguem podera ter ou conservar soltos pelas ruas e praças animaes quadrupedes de qualquer especie, excepto cães de estimação [...]

art. 47 Os animaes cavallares, muares ou vaccuns, que forem encontrados soltos pelas ruas, serão aprehehdidos [...]

art. 52 Os carros, carroças e carretões deverão sempre levar guia durante o trânsito pelas ruas [...]

art. 55 É prohibido amarrar-se animaes ou prendel-os nas portas ou janellas dos predios ou igrejas, ou tel-os ali parados para lhes dar milho, ou para qualquer outro fim.... (O Guaripocaba, 21/10/1877, ano I, nº19, p. 1)

Em outra perspectiva, em relação à presença de animais nas ruas da cidade, o editorial de um jornal local visava sensibilizar os leitores acerca da violência com que alguns animais de tração eram tratados pelos seus donos no espaço urbano:

Sociedade protectora dos animaes

Em todas as grandes cidades europeas existem sociedades protectoras de animaes. [...] É preciso banir-se o bárbaro costume de se martirizarem os pobres animaes,

como vemos nas ruas desta cidade. É, simplesmente uma afronta para nossa civilização. Que se afaste de vez dos nossos olhos o repugnante espectáculo da pancadaria brutal, acompanhada da infernal gritaria, em pobres animaes de carroça, que carregam o triplo do peso compatível com suas forças. Felizmente, já algumas municipalidades têm decretado leis de protecção aos animaes; a capital do estado promulgou uma... (A Noticia, 14/03/1906, ano I, nº 42, p. 1).

A capital do estado, a cidade de São Paulo, mais uma vez é tomada como modelo para respaldar o que seria uma iniciativa civilizada.

Também foi possível identificar, nos Códigos de Posturas e Atas da Câmara Municipal, diferentes iniciativas visando à regularização do abastecimento de água e à implantação da rede de esgotos (1901). Nos números iniciais do jornal *A Noticia* (1905), flagrei um de seus colaboradores criticando o abastecimento de água local, alegando que a água chegava suja nas residências, o preço era alto e em quantidade insuficiente; tanto assim que no período noturno não se tinha abastecimento de água na cidade.

Por quatro números, acompanhei o desdobramento dessas críticas, por conta de que em outro jornal, um outro articulista as havia rebatido “ferozmente”. Contudo, não consegui ter acesso ao outro jornal, cujo título é Cidade de Bragança. Inúmeros projetos, obras e iniciativas públicas perpassaram o dia-a-dia da cidade, em nome da saúde, da higiene, do embelezamento urbano, do fluxo e do escoamento contínuo de fluidos, de mercadorias e de corpos através das vias urbanas, mas principalmente em nome da ordem, do progresso e da modernização de Bragança.

Esses temas foram alardeados pelos periódicos locais quando da inauguração da energia elétrica em 1905. Esse processo de urbanização tomou por modelo as grandes cidades brasileiras, da época. Em tal contexto, entendia-se por embelezamento urbano a construção de novos edifícios, logradouros públicos, arborização e formação de jardins. “Bragança Moderna” é o título de um artigo publicado no Almanack de 1900. Em suas duas páginas, seu autor faz menção ao progresso da cidade. É interessante que, nesse artigo, foi destacada a salubridade local, porque esta contribuiria para a vinda de pessoas que fixariam residência na cidade. No artigo, a cidade é descrita como saudável, limpa, urbanizada e moderna – por conseguinte, civilizada. O artigo arrola as novas benfeitorias de que dispõe a cidade, que iam ao encontro dos preceitos do higienismo, salientando a circulação de periódicos locais e de entidades criadas, ao sabor de novas formas de sociabilidades que emergem no período:

É visível o progresso desta cidade. [...] A lavoura é desempenhada, o commercio sem grandes compromissos, a industria, posto que insipiente, animada; além disso o seu clima ameno e salubre contribue para que seja procurada como ponto de residencia, fazendo-se assim boas aquisições de pessoal, elemento preponderante de engrandecimento, civilização e progresso. [...] Há edificios magnificos, de architectura moderna. Entre muitos salientam-se o Theatro Carlos Gomes, a Cadeia Nova, a Santa Casa de Misericordia, a Matriz, etc. [...] O edificio da Cadeia Nova é de primeira ordem; os seus compartimentos são confortáveis e arejados. A Santa Casa faria honra a qualquer capital; vasta construida sob todos os preceitos de hygiene, é o atestado dos sentimentos nobres do povo bragantino. [...] É digno de notar-se o novo cemitério, [...] longe da cidade e em local inteiramente isolado. (Almanack de Bragança para 1900, p. 186-187).

No artigo de outro autor, tem-se a mesma cantilena elogiando o embelezamento urbano:

Fórum e cadeia, edificações modernas, igreja matriz, edificação solida, sendo a torre e frotespicio de cantaria (edificação antiga), sita em uma grande praça; paço municipal, (edificação antiga), brevemente a passar por completas reformas; [...] uma boa e regular praça do Mercado, tendo a pouco passado por grandes reformas (Almanack de Bragança para 1900, p. 153-154).

A Santa Casa também recebeu seu quinhão nesses elogios: “Santa Casa de Misericordia, vasto e elegante, (um dos melhores do interior), sendo observadas todas as regras da architectura moderna [...] Foi seu constructor o intelligente architecto, sr. Seraphim Fernandes.” (Almanack de Bragança para 1900, p. 154).

Ao se folhear os periódicos locais, fica-se com a impressão de que no período a parte central da cidade foi tomada pela construção privilegiadamente de edificios com características dessa arquitetura moderna – Teatro Carlos Gomes, Fórum e Cadeia, Clube Literário e a Sociedade Democrática Italiana, dentre outros. A publicação de artigos e de imagens relativos à estes prédios produzem a sensação de que “toda” a cidade estava tomada por essa “modernização” e, se não se atentar com cuidado para as fontes textuais e imagéticas, a percepção do observador tende a menosprezar a existência de muitas casas de porta e janela que havia no centro, de ruas em grande parte de chão batido, e para a vegetação que tomava os espaços públicos e os animais de tração que transitavam por eles.



Figura 19 - Teatro e Cadeia

Cartão postal

Data provável 1910

Fotógrafo Irmãos Duchon

Acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano



Figura 20 – Santa Casa de Misericórdia

Anuario de Bragança para 1904, p. 159

Fotógrafo M. Lemmi

Nessa ampla fachada da Santa Casa podia-se perceber o frontão e o uso de referências às colunas e aos adereços arquitetônicos decorativos de estilo neoclássico. A altura do pé direito, o tamanho e o número de janelas indicavam a preocupação com a ventilação e iluminação dos aposentos.

Ainda, neste mesmo artigo, a cidade foi descrita como tendo:

As ruas [...] largas e extensas [...] As casas são pela maior parte, terreas, havendo cerca de sessenta sobrados, além de muitas casas assobradadas e elegantes palacetes, casas de campo de gosto moderno, sobressaindo-se entre ellas, as seguintes: do major Manoel Joaquim de Carvalho, Baroneza Itapema, Nicoláo Asprino, Octavio Ghuilard, tenente Felipe Siqueira, tenente-coronel Olympio Ferreira, tenente-coronel Norberto Barbosa, capm. Nicoláo Barra, Bertolotty & Irmão, Joaquim Pereira da Costa, tenente José de Freitas Guimarães e outros. (Almanack de Bragança para 1900, p. 153).

As ruas foram caracterizadas como largas e extensas, segundo os preceitos em voga do urbanismo, e na descrição das casas existe a preocupação em caracterizá-las como modernas. A propriedade de “casas de campo de gosto moderno” também demarcava o lugar social do proprietário.

Mas, mesmo assim, os efeitos das chuvas fortes também se faziam sentir pelas ruas da cidade remodelada que alguns queriam “moderna”:

Pedido justo

Devido á copiosa e constante chuva, tornaram-se intransitáveis a rua do Mercado e largo do Lava-pés, aquella com especialidade em frente ao estabelecimento municipal, obrigando os cavaleiros a transitarem pelas calçadas para não se precipitarem na lama. O largo do Lava-pés tornou-se um atoleiro onde pessoas á pé com dificuldade passam, com especialidade as mulheres, que precisam tirar os calçados e levantar suas roupas para atravessal-o é de justiça que a câmara municipal mande macadamisar taes lugares, levantando o aterro de modo que as grandes enchentes não possam atravessal-o, isto não so para melhorar o transito publico como também para poupar justa critica e a vergonha que devemos ter dos nossos hospedes, que tudo observam. Luz electrica com ruas lamacentas, é o mesmo que trajar um individuo de casaca com chapéo de palha na cabeça e chinela nos pés. Não é tão commodo transitar pela travessa do Riachuelo em dias chuvosos? [...] Havendo boa vontade, a câmara, aos poucos deve macadamisar as ruas sem distincção, e passado algum tempo, teremos uma cidade com ruas limpas e decentes... (A Notícia, 10/02/1906, ano I, nº 33, p. 1).

Em outro número publicou-se a resposta e as conseqüências do artigo acima:

Pedido justo

Bem justo foi o pedido que fizemos á illustre municipalidade, sobre reparos urgentes em certos pontos da ruas de nossa cidade, e tão justo foi que, acudindo pressuroso e com toda fidalguia o nosso respondente na Cidade, do dia 11, mais uma vez, nos fez sciente que a illustre câmara municipal já havia, há mezes, deliberado o concerto das ruas. Cumpre, no entento, que essa lei municipal seja posta em execução, quanto antes, a bem da commodidade e segurança publica. Talvez a demora tenha sido

motivada pela festa da inauguração da luz electrica, na qual foram gastos, segundo consta, para mais de vinte contos, com prejuizo do município, porquanto, deduzindo-se dos cincoenta contos dados para o estabelecimento da instrucção – a despeza da festa inaugural – fica esse auxilio reduzido a quase metade, tendo o povo de inteiral-o com novos impostos, o que não é licito – uns chorarem para outros folgarem, máxime, quando outras cidades, que não são superiores a Bragança, mereceram igual quantia, sem soltar foguete, talvez, pela importância moral dos seus habitantes, ou porque sendo a época de privações e soffrimentos o governo não apreciasse os jantares e folguedos... (A Notícia, 17/02/1906, ano I, nº 36, p. 1).

No mês seguinte, outros dois artigos reafirmaram a continuidade das enchentes:

Lastimável

Em consequência das grandes chuvas que têm trazido as nossas ruas num martyrio tomaram ellas feições de rios de [...] água e lama; a da Estação [...] esta se tornando um verdadeiro precipicio, taes são as grandes vallas existentes. Os carros de praça foram substituídos pelos trollys, por não poderem transitar, nem á força de 3 valentes bucephalos [...] Na rua do Commercio [...] existe enorme buraco onde carroças e carros que por lá passaram, ficavam no lugar, seguros por tentáculos de barro [...] As mercadorias têm sido retiradas dos armazéns da estrada de ferro, e depositadas nas casas vizinhas, com o fim de se isentarem da taxa da armazenagem... (A Notícia, 14/03/1906, ano I, nº 42, p. 1).

Ante hontem, por volta das 2 horas da tarde, mais ou menos, uma carroça transitava pela travessa Paysandú, e, quasi ao sair á rua do Commercio, caiu uma das rodas num grande buraco alli existente, e os pobres carroceiros levaram seguramente cincoenta minutos para retiral-a do precipício ...⁶⁰ E isto, sobreleva notar, num dos logares de mais movimento da cidade... Imagine-se o resto... Ao que consta, as estradas já foram e estão sendo feitas, e o largo do Lava-pés, no entanto, dentro do perímetro urbano, lá está medonho, num lamaçal aterrador... É que os lavradores sabem perfeitamente comprehender o valor das estradas bem feitas, ao passo que, quanto ás ruas da adeantada Bragança... Sem comentários. (A Notícia, 31/03/1906, ano I, nº 47, p. 1).

No último artigo, tem-se uma referência direta aos interesses dos lavradores que foram favorecidos com a manutenção das estradas e uma crítica veemente ao descaso com o espaço urbano. No contexto em que tais palavras foram escritas, já haviam saído, em números anteriores, artigos que tratavam de verbas e de iniciativas destinadas à manutenção das estradas, com total apoio da Câmara Municipal. Esta região próxima ao Lavapés, ainda hoje, sofre freqüentes enchentes.

⁶⁰ Reticências do próprio texto.

Nessa perspectiva, o soneto publicado em um jornal bragantino dá cor às considerações anteriores, relativas às tensões e embates políticos locais:

Um político na roça

A barba branca, uma gravata preta
Dictando leis, o velho D. Quixote
Anda ora de vagar, ora de trote
Pregando aos eleitores muita peta.

Demonstra que não é de muita treta,
Com chinelas nos pés, nas mãos chicote
P'ra metter num coitado que não vote,
Ou não venha ao chamado da trombeta

Em todos elle manda porque pode
E não há eleitor que não engode
Nem velha nem menina serigaita.

Hoje celebros neste sonetaço,
O qual embora a falta de compasso,
É digno de cantar-se ao som da gaita.

João Sem Medo (A Noticia, 18/11/1905, ano I, nº 9, p. 2).

É oportuno atentar para o título do soneto, “Um político na roça”, que parece carrear uma crítica às práticas políticas de algum grande proprietário de terra.

2.1.5 A presença da escola

Datam, ainda, desse período, várias iniciativas em prol da instrução pública. Em meados da década de 70 do século XIX, José Guilherme fundou o “Collegio Bragantino” (Almanack de Bragança para 1900, p. 67). No ano de 1905, a instrução pública no município foi apresentada nos seguintes termos:

Instrução Publica

Funciona na cidade o Grupo Escolar com sete aulas, tendo matriculados 152 alumnos na secção masculina; 160 na feminina. Existem mais sete cadeiras providas, assim distribuidas: 1ª cadeira do sexo masculino, regida pelo professor intermedio sr.

Polycarpo C. de Faria Lima; uma mixta na Estação e mais 5 regidas por professores provisórios, nos bairros: Ponte do Jaguary, Araras, Pedra Grande, Pitangueiras e Lopo. Estando matriculados 200 alumnos, dando uma média de 28 alumnos para cada uma dessas cadeiras. Alem das escolas publicas ha ainda quatro collegios particulares, tres para meninas e um para meninos. (Almanack de Bragança para 1900, p. 155).

No mesmo ano, 1905, na primeira página de um jornal local lê-se que:

O sr. Engenheiro Augusto Lefèvre que aqui esteve com o fim de escolher um terreno que mais se adapte á construção de um edificio para o nosso Grupo escolar, já deu a sua opinião. Segundo nos consta, s.s. depois em companhia do sr. presidente da Camara, capitão Antonio Felix, haver percorrido diversos pontos da cidade, achou que todos o melhor é um situado á rua Coronel Leme. (A Notícia, 28/10/1905, ano I, nº 3, p. 1).

No Almanach Bragantino para 1914, encontra-se o seguinte histórico do grupo que foi construído nesse local:

Grupo escolar Dr. Jorge Tibiriçá

O Grupo Escolar desta cidade, o primeiro e único, foi organizado em 9 de Agosto de 1897, quando occupava a pasta da Secretaria do Interior, o inolvidavel e grande paulista dr. Cezario Motta. Coube ao capitão cirurgião professor Raphael de Moraes Lima, então Inspector literario do districto, a direcção do estabelecimento, onde se reuniram as escolas isoladas da cidade. O Grupo installára-se no antigo sobrado n. 82 da Rua do Commercio [...] Na direcção do professor Pedro de Mello, foi o estabelecimento visitado pelo exmo. Dr. Jorge Tibiriçá, então presidente do Estado, no dia 10 de Julho de 1905, quando aqui se achava para assistir a inauguração da luz electrica. Por occasião dessa visita o dr. Jorge Tibiriçá, attendendo ao pessimo estado do Grupo, comprometteu-se a advogar perante o Congresso Estadoal, a obtenção de uma verba para a construcção de um edificio apropriado. [...] a 15 de Novembro de 1906 o lançamento da pedra fundamental do novo edificio a construir-se na rua Coronel Leme. [...] O engenheiro dr. Horacio Rodrigues, empreiteiro das obras entregou o edificio em fins desse anno, passando a funcionar alli as aulas em 27 de Fevereiro de 1909. Nessa occasião foi collocado na sala da directoria o retrato do dr. Jorge Tibiriçá, de que já fallamos e a mobilia fornecida pelo Governo, a pedido da camara municipal. [...] O edificio tem 10 salas de aula, 1 para a portaria e 1 para a directoria. Tem no interior uma area onde se realisam as festas escolares. (Almanach Bragantino 1914, p. 18).

Esse prédio foi projetado por José van Humbeeck, e construído próximo à praça central e à matriz da cidade. Nos dias de hoje, acolhe alunos do ensino fundamental de

Bragança. Na mesma época, vicejaram na cidade diversas iniciativas destinadas ao ensino noturno:

Novo Pavilhão

Esta semana devem ter inicio as obras do novo pavilhão que vae se levantar, anexo ao prédio do Centro Catholico para nele funcionar a escola noturna da mesma associação. O Sr. Coronel Affonso Ferreira deu o terreno, tijolos e a quantia de 50\$ para tal serviço. (A Notícia, 20/12/1905, ano I, nº 18, p. 2).

As aulas noturnas do Centro Catholico recommçaram com 15 alunos matriculados (A Noticia, 27/01/1906), antes mesmo do término da obra, que veio a ser inaugurada:

Na noite de quarta-feira, pela directoria do Centro Catholico, foi installada em o prédio para esse fim construído na rua da Independência, a escola nocturna desta associação catholica. Depois de feita a matricula de grande numero de alumnos o sr. Padre Leonardo deu a bençam [...] Os nossos aplausos a tão benéfica instituição, que sabe comprehender que o futuro da Pátria depende única e exclusivamente do levantamento intelectual e moral de nosso povo. (A Noticia, 03/03/1906, ano I, nº 39, p. 2).

Cabe ressaltar que, desde 1904, o Centro Católico mantinha essa escola noturna e recebia da Câmara Municipal a subvenção anual de 300\$000 réis. (Almanach Bragantino 1914, p. 81). Este Centro foi fundado em:

... sessão de 31 de Agosto de 1902 [...] para arrigimentação de bons elementos com que se pudese contar, em qualquer emergência para a defeza da religião. Para colimir esse fim, o Centro deveria estar municiado com as valorosas armas da imprensa e das conferencias apologéticas. No tocante á imprensa, entrava no projeto uma bem montada Bibliotheca de obras catholicas e um jornal do Centro. Na parte relativa ás conferencias, o Centro promoveria de tempos a tempos athraentes festivaes, convidando oradores de nomeada para dissertarem sobre assumptos de actualidade e de oportunidade no campo catholico. [...] Não exorbitava também á acção do Centro a manutenção de uma escola nocturna para operários, na qual primasse sobre as demais disciplinas o ensino do catechismo. (AGUIRRE, 1919, p. 50-51).

Neste artigo, desvela-se que os ideais de criação de um jornal, de uma biblioteca e de uma escola pelo Centro Católico estavam articulados às estratégias de divulgação e legitimação de valores católicos, para além da instrução desinteressada dos analfabetos. Naquela época, as elites locais eram, em sua esmagadora maioria, católicas.



Figura 21 - Colocação da pedra fundamental do Grupo Jorge Tibiriçá

Data 1906

Acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano

Fotógrafo José Abramo

Observa-se na imagem que os homens sentados, sobretudo, ocupam a cena com seriedade, nenhum sorri, seus trajes e adereços denotam prestígio e riqueza. Na imagem existem algumas mulheres, mas elas foram fotografadas ao fundo. Temos um estandarte na lateral direita, ao fundo. Crianças também aparecem na imagem, entre elas algumas envergavam roupas, sapatos e chapéus. O menino do lado direito da imagem o que tem sobre si o número sete, tem uma postura e um olhar impositivo. Já alguns meninos postos à margem esquerda da imagem, sobretudo o que está atrás do rapaz de terno branco, com um chapéu enterrado na cabeça, cujas abas haviam desabado há tempos, como que se irrompessem sem autorização no lugar subvertem a cena, trazem as marcas das camadas menos favorecidas da população nos gestos, nos olhares e nas vestimentas. O espaço é ladeado por muros de tijolos aparente, o chão é de terra batida, em uma tentativa de dar ares “distintos e oficiais” ao evento foi colocada uma mesa quadrada de madeira com as pernas torneadas e uma toalha ao que parece de um tecido pesado e florido.

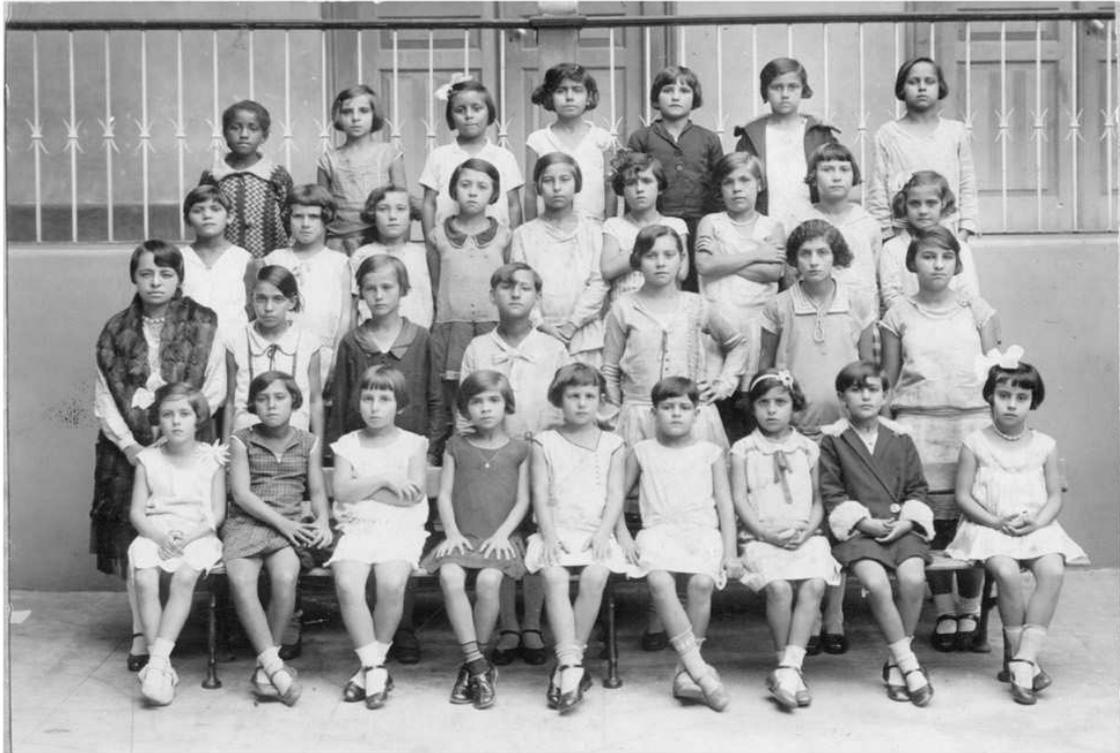


Figura 22 - Alunas do Grupo Escolar Jorge Tibiriçá

Data provável 1920

Acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano

Fotógrafo não identificado

As fotografias escolares registram a segregação de meninos e meninas. É necessário atentar para a presença dos professores. A ordem, a limpeza e a seriedade parecem querer tomar conta de toda a imagem, mas sempre é possível flagrar alguma criança que não se encontra com a postura esperada. A idéia de “controle, disciplina, imobilidade e rigidez” dos corpos perpassa as posturas retratadas. Nas fotografias percebe-se a pequena presença de negros e a possível origem social das crianças, atentando-se para os trajes e adereços. Observa-se que fotografias escolares produzidas na época tendem a ter uma padronização relativa à própria concepção da imagem, que se desvela na organização dos corpos, na iluminação e enquadramento da cena.

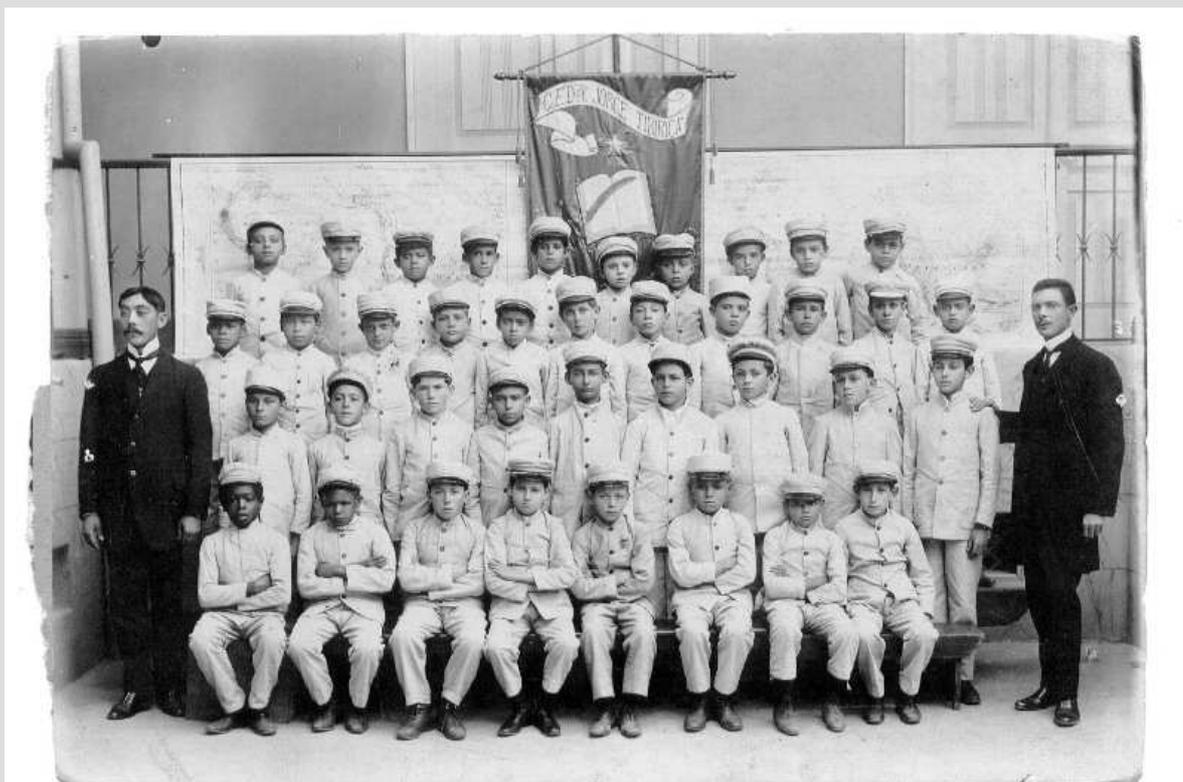


Figura 23 - Alunos do Grupo Escolar Jorge Tibiriçá
Data provável 1910-1920
Acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano
Fotógrafo não identificado

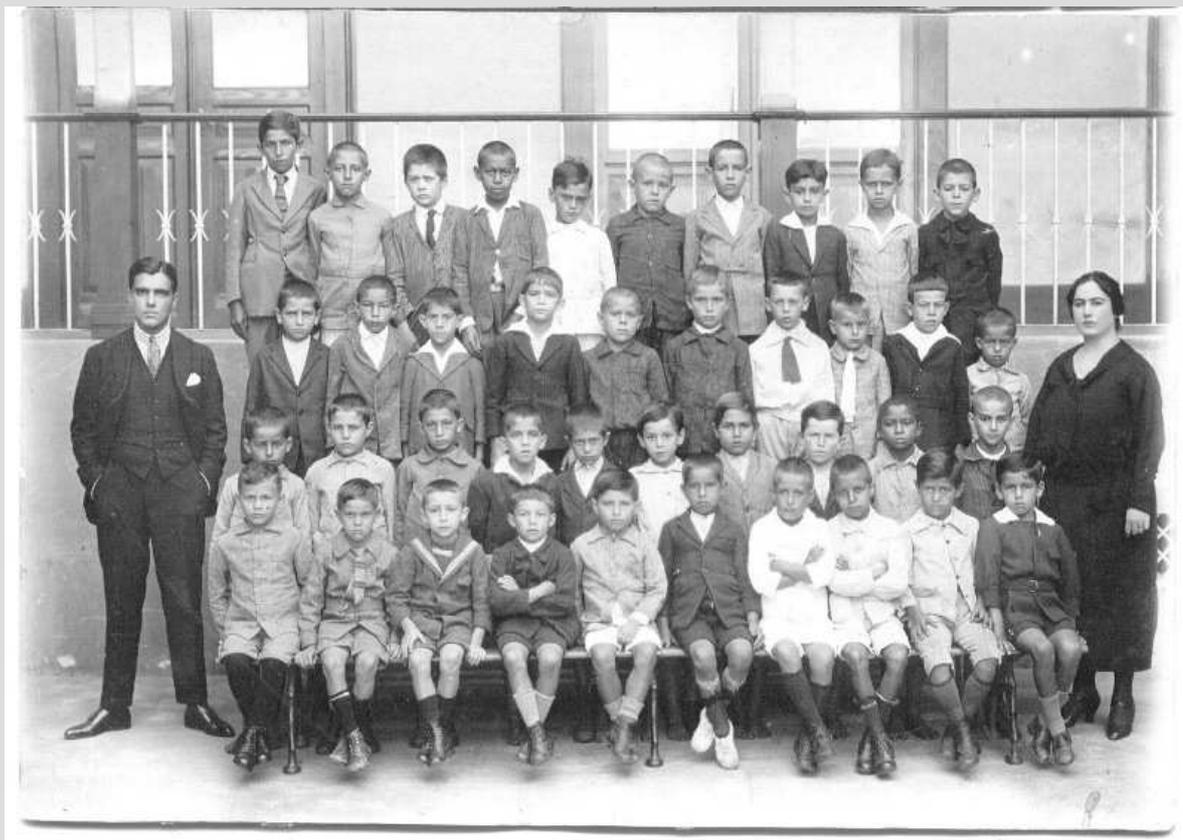


Figura 24 - Alunos do Grupo Escolar Jorge Tibiriçá
Data provável 1920
Acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano
Fotógrafo não identificado



Figura 25 - Fotomontagem dos formandos do Grupo Escolar Jorge Tibiriçá

Data 1920

Coleção Jandira de Oliveira Leite Guimarães

Fotógrafo não identificado



Figura 26 - Alunos do Grupo Escolar Jorge Tibiriçá uniformizados

Data 1911

Fotógrafo José Abramo

Acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano

As imagens escolares localizadas possuem em comum a tentativa de ordenação dos corpos – posturas eretas, braços cruzados ou para trás, os pés cruzados quando os alunos estavam sentados. A imagem do professor com seus alunos uniformizados foi tirada em frente de um prédio que não possuía o estilo neoclássico, suas paredes estão trincadas e os batentes das portas e janelas não são trabalhados, a vidraça da janela do lado esquerdo da imagem possui dois vidros quebrados. E a rua é de terra batida.

No rastro das diferentes iniciativas de ensino noturno, localizei uma loja maçônica local, que, logo após a sua fundação, preocupou-se também em criar uma sala de aula noturna e gratuita:

LOJ.: MAC.: CAP. : BRASILICA

A iniciativa para a fundação desta Loj.: partiu dos srs. Serafim de Oliveira Ferreira Riffa, Francisco Ribeiro de Mello, José Nobrega, Antonio Gonçalves Carneiro de Lima, João de Salles Pupo e Adolpho Corrêa Barros. Fez a sua primeira sessão preparatória no dia 12 de Maio de 1898 [...] A 12 de Outubro do mesmo anno teve logar a posse da primeira directoria effectiva, que muito fez em beneficio da Loj.:, creando uma aula nocturna gratuita, que inaugurou-se no dia 1º de Maio de 1899, com o numero de 20 alumnos, sob a direcção do professor Henrique Midom, coadjuvado pelo sr. Adolpho Corrêa de Barros, continuando com toda a regularidade a prestar o seu concurso na manutenção da aula, que em 1902 tinha matriculados 38 alumnos, sendo custeada pela Loj.:, e com uma subvenção municipal de 1.200\$000 durante dois annos. [...] A Loj.: extinguiu-se em 1905. (Almanach Bragantino 1914, p. 91).

Outras iniciativas destinadas a viabilizar a abertura de escolas noturnas e primárias espoucaram nas primeiras décadas do século XX em Bragança, dentre as quais a:

... escola feminina desta cidade, habilmente regida pela exma. D. Anna Rosalina de Siqueira, professora normalista, e que se acha installada onde funciona a escola nocturna do Club Literário acaba de se installar o distincto professor normalista sr. João Baptista de Toledo Leme a escola masculina desta cidade, abrindo-se na próxima segunda-feira, a respectiva matricula. (A Noticia, 17/03/1906, ano I, nº 43, p. 2).

Bragança também acolheu diversas iniciativas de abertura de escolas particulares. Outra iniciativa de natureza educacional, digna de menção, foi registrada na seguinte nota:

Grupo Escolar

Devendo effectuar-se no dia 30 do corrente o encerramento do anno letivo deste estabelecimento de ensino, faço sciente aos srs. Paes ou tutores dos alumnos e a todas as pessoas que se interessarem pela instrucção publica que receberei de bom grado os presentes com que quizerem concorrer para serem offerecidos aos alumnos, como premio naquele acto. Os premios poderão ser ou não offerecidos com destino especial, por escripto; devendo em todo caso trazer os nomes dos offertantes. Em tempo sera publicada uma relação desses nomes. Do dia 25 em diante, sera franqueada ao publico a exposição de trabalhos dos alumnos, na sala da directoria, a qual permanecera aberta das 11 horas da manhã ás 5 da tarde.

Bragança, 22 de novembro de 1905.

Pedro de Mello

(A Noticia, 25/11/1905, ano I, nº 3, p. 3).

Essa iniciativa recebeu aplausos em um artigo, escrito por outro autor, em outra edição do mesmo periódico, que permite vislumbrar as concepções de educação escolar e de trabalho presentes na visão de mundo do seu autor. O artigo, que foi publicado na primeira página do mesmo jornal, em duas longas colunas ao lado do editorial, elogia a iniciativa desse diretor do grupo escolar e acaba por elucidar uma das idéias mais caras às elites locais – a do trabalho como virtude a ser estimulada pela escola:

É hoje aspiração corrente de todas as nações modernas a perfeição, e mesmo a perfectabilidade da educação popular. [...] constitue grande factor, sinão cardeal para a meta desejada dos povos, que se querem nivelar aos mais altos pelo progresso. Mas, para que se a construam a fazer a distancia que dá a perfeição, limpa e solida e, incontestavelmente, de necessidade que os alicerces sejam bem lançados [...] na escola primaria, esta por certo o melindre, porque é onde vae o architecto britar as pedras para o inestimável edificio da educação [...] Ligeiramente fazendo estas digressões para tocarmos [...] num ponto de interessante questão social, que nos suggeriu um pedido do illustrado director do Grupo Escolar [...] Não passamos sem tecer encomios ao intuito do sr. preceptor, que quer implantar nos sentimentos dos educandos o estímulo ao trabalho. O que é uma virtude de bom quilate para o individuo, ainda mais que o trabalho é signal manifesto de vida. Os premios trazem vantagens inexcediveis, quando criteriosamente modelados, num instituto de ensino: a creança, por natureza propria ou não, redobra sempre a força de actividade no anno lectivo, visando a remuneração do seu pequeno trabalho. A experiencia demonstra, de sobejo, a efficacia, queiram, todavia, alguns o contrario. Si assim não fôra, não teriamos a imitar os adiantados paizes do velho mundo a França [...], Belgica, Suissa, Italia e os Estados Unidos da America, onde se acham instituidos os premios escolares. E para corroborarmos a nossa convicção não é preciso ir longe, temos em a nossa capital bellos exemplos: a Escola Normal, a de Engenharia e outras [...] Convem relevar o facto, pedindo toda solicitude dos homens dirigentes de nossa sociedade, afim de não serem os premios de iniciativa particular: é que pode ou deve a nossa municipalidade creal-os, distribuindo-os com solennidades. [...] Diante da contingencia de fortunas dos paes, os premios entre nos, não surtirão os effeitos almejados. As creanças de paes pobres, que premio receberão? Não há ahi mais um motivo para o descalabro da nossa futura sociedade? A creança, ou se affaz á indolencia, ou morde-lhe a embryonaria consciencia, crestando os sentimentos de virtude, a falta da pequena remuneração ao seu pequeno trabalho. E não tardará se estenderem em seu coração os tentáculos do polvo – a cobiça, fustigada pela revolta contra a sociedade de que é parte. É preciso amanhar acrisoladamente esses pequenito corações. (A Noticia, 29/11/1905, ano I, nº 12, p. 1)

O autor do artigo, ao propor com ênfase a realização de solenidades para a entrega dos prêmios, defendia a produção de um cenário destinado a um espetáculo que visava educar política, estética e sentimentalmente aos seus alvos – a criança pobre e sua família, em particular – além do que visava amenizar, se não aplacar, o desconforto que as diferenças sociais geravam. Segundo o autor, era um cuidado necessário para que as crianças das camadas mais pobres da população, no futuro, quando adultas, não viessem a questionar nem a se envolver, por cobiça, em revoltas por melhoria das condições de vida. O autor reconhecia as diferenças sociais, muito embora não reconhecesse o direito aos descontentamentos das classes trabalhadoras e aos desejos de transformação da ordem social vigente. A cidade de São Paulo, mais uma vez, foi tomada como exemplo pelo autor do artigo.

Outra mostra dessa prática de educar política, estética e sentimentalmente a população está na promoção de constantes desfiles de estudantes pelas ruas da cidade em datas comemorativas, religiosas e cívicas, como ocorreu quando o grupo escolar local recebeu o nome do então presidente do Estado:

Festa Escolar

O illustre director do grupo escolar desta cidade, sr. Professor Pedro de Mello, participou-nos que, em regosijo pelo facto de ter dado áquelle estabelecimento de ensino o nome de dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, tinha deliberado fazer uma passeata com os alumnos [...] O préstito será acompanhado pela corporação musical 15 de outubro no percurso das principais ruas da cidade. (A Notícia, 02/05/1906, ano I, nº 56, p. 1).

Ao enunciar essa versão, dentre outras possíveis, com a qual me aproximei das histórias e memórias de Bragança, busquei tão-somente problematizar a idéia de transformação e de efervescência urbanas que os periódicos locais instituíram e ressignificaram ao arrolar a inauguração de tais obras e associações. Tal procedimento teve por intuito sublinhar a necessidade de relativizar a visão ufanista de progresso econômico-cultural e do desenvolvimento técnico que perpassam as histórias e as memórias locais, construídas e legitimadas também pelos periódicos bragantinos, daquela época e até os dias de hoje, quando se reportam ao período estudado.

Existem diferentes histórias e memórias de Bragança, das quais emergem imagens, narrativas e trajetórias que valorizam o processo de urbanização crescente do município, que

pressupôs a reordenação do viver na cidade e de seu espaço, bem como a inauguração de vários serviços e equipamentos urbanos, no encalço de avanços técnicos e de preceitos higienistas e sanitários. Tem-se a impressão de que a trajetória seguida era a única opção viável e que tudo transcorreu naturalmente, sem quaisquer conflitos ou dúvidas.

Em tal cenário, como não poderia deixar de ser, os acordes dos sinos da matriz tornaram-se insuficientes para orientar a faina diária da cidade e informar seus habitantes de algum fato ocorrido na paróquia. Assim, nada mais útil do que um emblemático relógio, doado por um grande comerciante local – José Gomes da Rocha Leal –, em fins do século XIX, alçado às alturas da torre da Igreja Matriz, para orientar o labor, o lazer e o sonhar nesta cidade do interior do estado de São Paulo.

Esta, dentre outras possíveis versões das histórias e das memórias locais, além de registrar as datas de inauguração de obras públicas e os nomes de algumas associações existentes no período, procurou trazer à tona outros vestígios da trajetória da cidade – vestígios dissonantes e indiciários de movimentos sociais, de tensões e de conflitos. As diferentes publicações locais, relativas à história e memória de Bragança, tendem a promover, sobretudo, o silenciamento de práticas socioculturais relativas aos tropeiros, aos homens e mulheres pobres, aos indígenas, aos afrodescendentes e aos imigrantes.

2.2 No rastro das dissonâncias regionais

A versão que apresento a seguir da história de Bragança é fruto de um rastreamento prévio de imagens dissonantes e polifônicas da cidade, realizado nos anuários e nos almanaques locais. Dentre tais imagens, optei, tão-somente, por tratar daquela que apresenta Bragança como cidade política e economicamente hegemônica na região, porque as tensões e os conflitos que lhes são intrínsecos perduram até os dias de hoje. Muitos queriam e querem reafirmar esta “hegemonia”, mesmo na atualidade. O empenho no uso da expressão Região Bragantina é ilustrativa dessa intenção. Nesse sentido, com base em artigos relativos às cidades circunvizinhas, publicados em alguns periódicos bragantinos, busquei identificar os parâmetros que nortearam a produção da imagem de Bragança como cidade hegemônica na região.

Após ter pesquisado e cotejado diferentes fontes relativas à história local, estrategicamente tomei o Almanack de Bragança para 1900⁶¹ com o intuito de rastrear tensões e conflitos relativos a tal hegemonia. Defini este procedimento considerando tanto a estrutura editorial e as características dos artigos publicados nesse impresso, quanto a constatação de que muitos dos artigos que o compõem foram citados ou transcritos na íntegra – em muitos casos, sem os devidos créditos – em outras publicações locais *a posteriore*. Outro motivo foi que neste Almanack, em particular, flagrei com maior vigor a construção da imagem de Bragança enquanto cidade hegemônica da região.

O Almanack de Bragança para 1900 constitui-se de históricos das cidades circunvizinhas, biografias, propagandas, charadas, poemas, piadas e calendários. Ele diferencia-se dos demais justamente por trazer referências históricas das demais cidades da região. Seu editor foi José O. da Silveira Maia e contou com a colaboração de José Benedicto Pinheiro de Vasconcellos, Francisco Lacorte, Anselmo de Carvalho, Dr. Affonso de Carvalho, Asprino Junior, Arlindo Villaça, Theophilo Ferreira de Almeida, Antonio Ferreira de Almeida, Arthur Goulart, Fernando Valle e outros, em seu primeiro ano de circulação. Foi impresso na Typographia Commercial, situada em Bragança, na então Rua Direita nº 68, no ano de 1899. Esses colaboradores pertenciam ao grupo político afeito aos interesses dos grandes proprietários de cafezais da região que, tinham sua órbita centrada em alguns membros da família Leme, representantes do poder local ligados ao Partido Republicano Paulista.

Na página de rosto do Almanack de Bragança para 1900 encontra-se a indicação de seu conteúdo:

... o histórico desde a fundação de Bragança até 1899; Histórico e informações da Cidade de Atibaia, Santo Antonio da Cachoeira, Curralinho; Biographia dos homens que mais se salientaram nesta cidade; litteratura etc. etc.

Typographia Commercial
Rua Direita n. 68
Bragança 1899.

(1900, p. 1)

⁶¹ O Almanack de Bragança para 1900 tem 192 páginas, com as seguintes dimensões: 13 cm de largura X 17,8 cm de altura X 0,8 de espessura. Esse Almanack possui iconografias de bustos das pessoas da região que tiveram suas biografias impressas nessa publicação, propagandas ilustradas por desenhos de máquinas entremeando os textos e, algumas representações iconográficas que antecedem e finalizam os textos. Estas remetem-nos aos motivos que adornam frisas neoclássicas. Nesse almanaque não foi utilizada qualquer imagem fotográfica. O exemplar consultado foi encadernado com capa dura; o papel imita a pele de onça e a lombada é em papel camurça vermelho com o título em letras douradas; pertence ao acervo do Centro de Documentação e Apoio à História da Educação (CDAPH) da Universidade São Francisco.

José Maia, o editor, em sua apresentação esclareceu quais foram as suas intenções ao organizar tal obra:

Este livrinho não almeja as honras de passar como uma obra prima de litteratura. Nelle apenas sobresaem os históricos das fundações de Bragança, Atibaia, S. Antonio da Cachoeira e Curralinho e alguns artigos da lavra de talentosos collaboradores, e revela-se o meu desejo ardente de brindar os bragantinos com uma produção literária toda sua.

Bragança, Novembro de 1899

José G. da Silveira Maia

(1900, p. 1).

José Maia afirmou que não teve a pretensão de elaborar uma obra prima de literatura, contudo não descartou do Almanack de Bragança para 1900 o caráter “literário”, referendado pela apresentação dos históricos de algumas cidades circunvizinhas de Bragança e de textos de talentosos colaboradores, segundo o editor. O Expediente desse periódico foi impresso nas últimas páginas, nas quais o redator aludiu às dificuldades encontradas na organização e publicação da obra. Ressaltou os limites do periódico, lamentou a impossibilidade de publicar nesse número todo o material que tinha em mãos – não sem antes adjetivá-lo enquanto “preciosidades literárias”. E, por fim, registrou o desejo de dar continuidade à empreitada, publicando uma segunda edição do almanaque, como se vê abaixo:

Luctando com difficuldades de toda a sorte, conseguimos dar á luz o primeiro numero do Almanack de Bragança; se bem que ultimamente auxiliado por amigos, nossos collaboradores, ainda não nos foi possivel publicar tudo quanto desejavamos, nesta edição que resente-se de muitas faltas quer na correccão, quer em informações acerca de nossa querida Bragança e em preciosidades litterarias que ficam em nosso poder por falta de espaço. Si não nos faltar animo e auxilio, continuaremos a publicar o Almanack com toda a regularidade, mais augmentado com melhores informações: histórias sobre o municipio o que promettemos fazer na segunda edição. [...] Deixamos para a proxima edição muitos artigos, biographias, destacando-se d’entre ellas a de um dos maiores vultos que muito se distinguio em Bragança, o coronel Jacintho Osorio de Locio e Silva, Joaquim Fagundes e outros; assim como a historia, fundação, e informações da cidade de Jaguary (Minas), que a nosso pedido nos remetteu o intelligentissimo professor normalista, sr. Major Francisco do Nascimento, as quaes não nos foi possivel dar publicidade...

Bragança, 10 de Fevereiro de 1900

O editor – José O. da Silveira Maia

(Almanack de Bragança para 1900, p. 189).

Observando que o impresso é um *locus* de tensão, embates e conflitos, atentei para o título Almanack de Bragança para 1900. Este título fez-me crer, de imediato, que teria em mãos uma publicação que privilegiaria Bragança como objeto e temática de seus artigos. Porém, na leitura do Almanack percebi que tal não ocorreu. O editor organizou os históricos por ordem alfabética das cidades da região; nessa ordem, aparecem no Almanack os históricos de Atibaia, Bragança, Curralinho (atual Joanópolis) e S. Antônio da Cachoeira (atual Piracaia), entremeados por biografias de pessoas identificadas como “ilustres” pelo editor e por propagandas. Essas cidades são circunvizinhas de Bragança e situam-se próximas à divisa entre os estados de São Paulo e de Minas Gerais. Tais cidades surgiram ao longo dos caminhos⁶² que ligavam os dois estados, e que eram, vez por outra, cortados e margeados pelos rios Jaguari e Jacareí. No transcorrer da leitura do Almanack percebe-se que a localização fronteira de Bragança, Atibaia, Piracaia e Joanópolis em relação a Minas Gerais marcou a história e as práticas socioculturais da região.

É significativo que José Maia, ao privilegiar Atibaia, Curralinho (atual Joanópolis) e S. Antônio da Cachoeira (atual Piracaia) desconsiderou outras cidades circunvizinhas de Bragança, como Itatiba, Amparo, Socorro e Mogi⁶³, fato indicativo de que essas cidades estavam sob a órbita de outras relações político-econômicas, situadas, quem sabe, em Jundiaí ou Campinas ou, quem sabe, até mesmo em São Paulo.

Ao lembrar que a companhia responsável pela Estrada de Ferro Bragantina era independente da companhia que servia Jundiaí, Campinas, Mogi e Sorocaba, veio-me a dúvida – o Almanack de Bragança para 1900 reportava-se apenas às cidades ligadas pela Companhia de Estrada de Ferro Bragantina? A resposta a essa dúvida foi afirmativa, o que permite considerar que a publicação desse impresso foi uma estratégia editorial para realçar e divulgar o poder daqueles que estiveram e que, ainda, estavam vinculados à criação e administração da estrada de ferro, na chamada região bragantina.

Lendo com vagar os históricos escritos por diferentes colaboradores do Almanack, flagrei imagens dissonantes e polifônicas sobre a trajetória de constituição da região privilegiada por esse periódico. Imagens que talvez esclareçam o motivo pelo qual ele recebeu a denominação de Almanack de Bragança para 1900 e não Almanack das cidades de

⁶² Atualmente, a rodovia federal Fernão Dias liga os dois estados. Ela passa pela região e permite o acesso direto entre as cidades de São Paulo e Belo Horizonte.

⁶³ Na apresentação e descrição dos quarteirões que pertenciam a Bragança encontrei referências às áreas limitrófes entre Bragança e Amparo, Itatiba, Socorro e Mogi.

Atibaia, Bragança, Currallinho (atual Joanópolis) e S. Antonio da Cachoeira (atual Piracaia) para 1900, ou Almanack Regional, dentre outros possíveis títulos.

A cidade de Atibaia foi abordada em dois artigos distintos desse periódico. No primeiro deles, intitulado Atibaia (Noticia historica)⁶⁴, assinado por Affonso J. de Carvalho, encontram-se as seguintes considerações:

No fim do século passado, o acontecimento mais digno de menção na vida atibaiana foi talvez o desmembramento de Bragança, então chamada Jaguary, apesar da vehemente opposição da Camara de Atibaia, que certamente interpretava, assim procedendo, os sentimentos de todos os habitantes da Villa. (Almanack de Bragança para 1900, p. 12-13).

O fato destacado como digno de menção pelo autor foi o desmembramento de Bragança da vila de Atibaia. O autor salientou a forte opposição da Câmara de Atibaia a tal fato; é significativo que ele tenha destacado que essa opposição atendia aos sentimentos de todos os habitantes de Atibaia. Restam as dúvidas: a que universo de pessoas corresponderia a expressão “todos os habitantes da vila”, cunhada pelo autor do artigo? Ela contemplaria os escravos de então? Os libertos? Os pobres? As mulheres? Os descendentes de indígenas? Os tropeiros? Os pequenos comerciantes? Os pequenos proprietários de terras? Sabe-se que, no contexto daquela época, a parcela de habitantes que participava e que tinha representantes na Câmara Municipal era reduzida. Tal parcela era formada por brancos, letrados, homens, grandes proprietários de terras e grandes comerciantes.

Mais adiante, Affonso J. de Carvalho, reportando-se ao documento elaborado pelos moradores da então “humilde freguesia” de Jaguary, elencou os motivos que teriam gerado a petição de desmembramento, não sem antes afirmar que aquela freguesia era agora “tão próspero e rico município”. Dentre os motivos elencados, ele salientou que os moradores de Jaguary:

... allegavam, entre outras razões, [na] petição que dirigiram ao governo, para a elevação da freguezia á Villa, que o territorio era extenso, a população numerosa, e administração da justiça difficil, a ida dos funcionarios da Camara, residentes em Jaguary, dispendiosa e incommoda... (Almanack de Bragança para 1900, p. 12-13).

⁶⁴ O artigo se estende da página 5 até a página 17.

Segundo o autor, no dizer de tais moradores de Jaguary, a freguesia foi apresentada como povoada e extensa, tendo deixado ressoar um certo descontentamento dos mesmos com a administração da justiça pela Câmara de Atibaia⁶⁵, por considerá-la difícil, onerosa e incômoda. E aqui evidenciam-se indícios de tensões e disputas que ocorriam entre os peticionários de Jaguary e os representantes da Câmara de Atibaia.

Affonso J. de Carvalho destacou que foi memorável o ofício dado em resposta à petição de Jaguary pela câmara de Atibaia, julgando que ele havia provado o engenho, o zelo e a energia dos vereadores atibaianos daquele tempo. O autor deixou entrever, em suas considerações, que a Câmara de Atibaia de 1899 – sua contemporânea – não teria seu apreço absoluto, por não contar com os predicados valorizados por ele na Câmara de outrora:

Consultada a respeito a Camara de Atibaia, redigiu este memoravel officio de informações, que prova além de engenho, o zelo e energia dos vereadores atibaianos daquelle tempo na defesa da integridade do territorio municipal. Refutando, um a um, todos os argumentos dos peticionarios, a Camara de Atibaia negou a propriedade da freguezia, negou-lhe ‘cultura e civilidade’ e, desenrolando uma lista interessante de moradores invalidos, em que figuravam homens alquebrados pela velhice, pela enfermidade, cegueira e alleijões, oppunha, sobre informação de que a povoação era formada de elementos nocivos, de creminosos foragidos, que se accoutavam nas mattas, e, de gente ainda de bastardos e de mulatos sahidos, da infima plebe, acrescentando que, por estes e outros motivos ‘havia de ser difficultoso existir quem pudesse occupar os cargos da Republica’ (Almanack de Bragança para 1900, p. 12-13).

No artigo, reafirmou os argumentos colocados em pauta pela câmara de Atibaia, quando da petição do desmembramento. Tem-se a impressão que ao adotar as aspas para se referir à falta de “cultura e civilidade” da então freguesia, mais do que fazer a transcrição textual das palavras usadas no ofício atibaiano, o autor teria em seu artigo, estrategicamente trazido à baila aspectos da história e do perfil da população de Bragança, antes Jaguary, que além de denegrirem a imagem de seus antigos moradores, seriam irrefutáveis mesmo em 1899.

E assim, ele construiu um mosaico com os moradores de Bragança em fins do século XVIII, ou melhor, de Jaguary, formado pelos diversos atributos de seus antigos habitantes, que iam desde os físicos até os morais. Mosaico este delineado a partir de algumas

⁶⁵ É oportuno lembrar que no Brasil colônia a Câmara Municipal congregava atribuições do que atualmente compreende-se como sendo do judiciário, do legislativo e do executivo, assim como havia o estreito vínculo entre o poder do estado e a igreja católica.

sensibilidades relativas ao corpo na modernidade. Nesse contexto, então, tomam de assalto o cenário, na condição de exilados malquistos da história local, os velhos, os doentes, os aleijões e os cegos. Os primeiros, em consequência de sua fragilidade física, foram colocados na mesma posição social que os criminosos. Os bastardos (frutos de relações espúrias, ilegais e extraconjugais) e os mulatos (frutos de relações entre brancos e negros, atestando a degeneração da “raça”, na perspectiva de alguns) também foram classificados como “gente da ínfima plebe”. A invalidez para o trabalho, a periculosidade, o desrespeito aos padrões de comportamento familiares, religiosos e culturais das elites letradas branca, a “raça” e a miséria orientaram tal classificação.

Quando Affonso J. de Carvalho reporta-se ao fato de que os criminosos escondiam-se nas matas, podemos supor que administrar a justiça fosse difícil na freguesia de Atibaia, em particular no termo de Jaguary. Ainda, quando ele volta-se à imagem do mulato, oferece indícios de que a presença de afrodescendentes na região era significativa, mesmo não tendo sido esta, pelos idos do século XVIII, grande produtora de cana ou de metais e pedras preciosas. Quanto à presença de bastardos, registrada com singular ênfase, é indício de que as relações extraconjugais eram comuns na época. É significativo que o autor tivesse negado os atributos de cultura e de civilidade àqueles homens, cujos corpos traziam inscritas as insígnias da doença, da limitação física, da criminalidade, da pobreza e da origem étnica, insígnias distintas de um dado modelo de corpo pautado nos cânones do corpo civilizado, escolarizado e saudável, de preferência branco, que a passos largos se arraigavam no imaginário da época.

Identifiquei uma dada concepção de história, que norteou Affonso J. de Carvalho na tessitura das considerações que compõem seu artigo. Em um primeiro momento, o autor esclareceu que Atibaia, no transcorrer do século XIX, não teria vivenciado nada digno de nota por se tratar de uma pequena localidade, próxima da capital. Esta, por sua vez, teria uma história digna de ser narrada, por ser a capital paulista, como se observa abaixo:

Que dizer dos acontecimentos que tiveram a povoação de Atibaia por cenário no correr do presente século? Difícil empresa seria de quem pretendesse organizar uma narração interessante e regular dos sucessos de uma pequena localidade tão próxima da capital, e que, por isso mesmo, pelo efeito da centralização e da atracção do grande foco vital, não poderia ter uma existência própria, uma história independente, devendo naturalmente girar em volta da história da capital paulista, como o pequeno

planeta quasi invisível, próximo ao sol, rodando eternamente na sua órbita ignorado, ofuscado pelo grande centro luminoso (Almanack de Bragança para 1900, p. 13-14).

Ele considerava que a localização de Atibaia, próxima a São Paulo, capital do estado, explicaria o motivo pelo qual nada digno de nota teria ocorrido na cidade, avaliação que assumia o tom de lamúria, quando o autor recorreu à imagem de um planeta quase invisível em órbita ao redor do sol, pelo qual seria ofuscado e ignorado:

É fácil de perceber que, com o advento da nossa autonomia política, o ardor do progresso e a agitação da liberdade deveriam fazer convergir para as capitais de província do Império nascente, todas as energias e toda a solicitude de nossos compatriotas, para a formação dos centros poderosos de onde o progresso e a liberdade iriam depois irradiar-se lentamente pelas diversas partes do grande organismo da Nação. Centralizar foi naturalmente uma preocupação dos primeiros tempos do Brasil livre (Almanack de Bragança para 1900, p. 13-14).

Por outro lado, se a imagem de um planeta em órbita do sol parece trazer indícios de que a centralização político-administrativa havida no Brasil, na transição do Império para a República era justificável, em nome do progresso e da liberdade – forças motrizes da Nação e ideais caros ao liberalismo –, é necessário salientar, no parágrafo acima, a presença de outra imagem, à qual o autor recorreu para justificar sua avaliação e minimizar seu pesar: a imagem da Nação enquanto um grande organismo, formado por diversas partes, dentre essas os centros poderosos, neste caso em particular, a capital da província, a cidade de São Paulo. Tal imagem propõe um modelo explicativo para os fatos, as opções e os embates político-administrativos, pautado por um viés biológico. Neste, a seleção natural das espécies explicaria e legitimaria uma dada organização social em detrimento de outra, e esta seria inquestionável, posto que natural – bem ao sabor dos ideais preconizados pelo positivismo e darwinismo social.

A imagem da nação como um organismo, que emergiu no modelo explicativo do autor para a história de Atibaia, impossibilitou a percepção, por Affonso J. de Carvalho, de que os fatos, as opções e os embates político-administrativos são frutos da luta de classes, portanto, passíveis de questionamentos e mudanças. Tensões e conflitos também não podiam compor o modelo explicativo dele, posto que um organismo pressupõe um funcionamento ordenado e sincronizado, no qual alguns se submetem em relação a outros, em prol de um bem maior. Nesse sentido, os primeiros, isto é, as pequenas localidades próximas das capitais

das províncias, teriam sido exilados da história da Nação, em prol dos “centros poderosos de onde o progresso e a liberdade iriam depois irradiar-se lentamente, pelas diversas partes do grande organismo da Nação” (Almanack de Bragança para 1900, p. 13-14), no transcorrer do Império e meados da República brasileira. Logo, para o autor que pleiteava a imparcialidade da narrativa histórica:

A vida dos pequenos municípios passava assim ingnorada na historia do paiz. A humilde povoação de Atibaia não poderia fugir áquellas consequencias. Por outro lado, as luctas instestinas dos partidos, as intriguinhas politicas de logarejo, as rixas eleitoraes, onde muitas veses corria perigo a segurança pessoal ou a vida dos portadores de votos, não são objecto que convide a penna dos narradores imparciaes e devemos deixar esses episodios, quasi sempre lamentaveis, na memoria dos velhos lidadores que ainda restam daquelles tempos de intolerancia politica (Almanack de Bragança para 1900, p. 13-14).

Affonso J. de Carvalho, ao considerar que o “ardor do progresso e a agitação da liberdade” naturalmente convergiram para as capitais do Império, percebia como consequência, no esteio desse fato, que a história dos pequenos municípios havia sido excluída da história do país. Ele também registrou a violência e a intolerância políticas do contexto local – que, ao que tudo indica, persistia, posto que os “narradores imparciais” por elas não se interessavam.

Considerando tais idéias, ele pontuou que Atibaia vinha sofrendo vicissitudes no tocante à administração da justiça, não por conta de seus juízes, mas pelas contínuas “reviravoltas” da divisão judiciária. Aqui aparecem menções a São Paulo, a Campo Largo, a Bragança, a Nazareth (atual Nazaré Paulista), a Santo Antônio da Cachoeira (Piracaia), a Campinas e a Jundiaí. Na seqüência, o autor lançou mão de uma cronologia ilustrando todas as alterações ocorridas na divisão judiciária da região, dentre as quais, a que parece tê-lo incomodado mais foi a alternância de Atibaia, ora como termo, ora como comarca. Para ele, Atibaia sistematicamente conviveu com o desmembramento de seus termos. O autor, em nenhum momento de seu texto, considerou o crescimento desses termos ou se reportou às tensões e aos conflitos que norteiam os pedidos de desmembramento dos mesmos. Ele apenas traçou uma cronologia que trouxe indícios das disputas acirradas ocorridas na região, por conta da criação de comarcas e dos desmembramentos de seus respectivos termos. Afinal, quais seriam as vantagens e implicações jurídico-políticas de uma cidade tornar-se comarca?

Por que a perda de termos para uma comarca seria nefasta e lamentável? Estas questões não são explicitadas por Affonso J. de Carvalho. O autor, nos últimos parágrafos de seu artigo, teceu os seguintes comentários:

Agora o remate: está sendo discutida no Congresso Estadual (estamos em 1899) a desanexação de Campo Largo; e conta-se como certo, na vindoura legislatura, a anexação de Atibaia á comarca de Bragança. Depois de tanta reviravolta, só restará cair a povoação nos domínios de Juquery...⁶⁶ E assim o Destino, pacífica e generosa terra de Atibaia! Tu foste a nobre testemunha dos primeiros fremitos da terra paulista no desejo ardente do progresso e da riqueza; viste passar em busca das misteriosas mattas do sertão os Anhangueras famosos que edificaram o orgulho do povo paulista; e teus filhos foram guerreiros que serviram a metropole na ardua conquista do territorio, sem receio das provações e da morte. E, hoje, os tímidos povoados que viste nascer, só porque enriqueceram e se consideram os flôres do nosso bello Estado, olham-te de revez, e as veses até parece que nem te percebem no risonho planalto em que assentas” (Almanack de Bragança para 1900, p. 15).

Na leitura atenta dessas últimas palavras de Affonso J. de Carvalho, o pesquisador afeito à história de Bragança é assaltado por uma dúvida – por que teria o autor feito menção aos domínios de Juquery? Seria uma referência ao hospital de alienados que havia próximo a Campo Largo? Seria uma referência velada e crítica ao Barão de Juquery, cidadão de Bragança? Este era um dos filhos do falecido Capitão Francisco de Assis Valle, um dos representantes da oligarquia bragantina, formada por grandes fazendeiros de café e ligado à família Leme. E talvez aqui o autor tenha deixado pistas de pessoas e de interesses político-econômicos que estivessem envolvidos na criação de comarcas e desmembramentos dos termos na região, para além de meras questões administrativas. De soslaio, ele reportou-se a um dos “mitos fundadores” (CHAUÍ, 2004) dos paulistas – ao bandeirante, desbravando as matas, “sem receio das provações e da morte”.

Após manifestar seu descontentamento ante a possibilidade de Atibaia vir a se tornar termo da comarca de Bragança, o autor encerrou seu artigo com comentários alvissareiros, relativos ao que vinha acontecendo na cidade:

Mas não há de ser sempre assim. A povoação desperta para o movimento e para a grande vida. De algum tempo a está parte, sente-se pulsar mais apressado o coração da heroína de outrora. Estamos em véspera de um rejuvenescimento. O Poder municipal revela o nobre empenho de dotar o município de consideráveis

⁶⁶ Reticências do próprio texto.

melhoramentos. Dos esconderijos da terra, fez já derivar uma torrente d'água fresca e pura, que vem, canalisada, abastecer toda a população, em jorros abundantes, que não se extinguem nunca: fez construir um sólido e bonito matadouro, com todas as condições hygienicas, e sabias disposições legislativas tem providenciado sobre o embelezamento, sobre a comodidade e sobre a saude dos habitantes. O commercio e a lavoura, embora modesto, vão caminhando sem grandes tropeços, com segurança e honestidade, atravez da grande crise geral, que noutras partes produz o desabamento das fortunas. O povo, por seu lado, vae sentindo estimularse o gosto pelas cousas públicas, pela arte, pela instrucção. A iniciativa popular reformou a bella igreja matriz, promoveu a creação de um collegio de instrucção primaria e secundaria, a fundação de um Club [...] O gosto pela musica já é uma realidade. Em pouco tempo a cidade encheu-se de pianos, e as atibaianas gentis não são profanas na divina arte. Em summa, com os elementos de que ora dispõe, e com o sopro iniciador, que assim desperta a população de sua proverbial apathia, é de esperar que o advento de uma nova aurora de progresso ilumine estas paragens” (Affonso J. de Carvalho, Almanack de Bragança para 1900, p. 16).

Ele elogiou iniciativas do poder municipal e iniciativas “populares” (privadas), tomando por balizas ideais preconizados pela modernidade, posto que estes seriam capazes de despertar Atibaia, a heroína adormecida, para o movimento e a grande vida. A imagem de movimento, amalgamada à de grandeza, remete o leitor à modernidade – ao fluxo contínuo de pessoas e de veículos pelas vias urbanas, à produção contínua de mercadorias industrializadas, à circulação crescente de periódicos, à sensação de aceleração do tempo e de encurtamento das distâncias, que tomou as pessoas de assalto na virada do século XIX para o XX, por conta de inovações técnicas como a invenção e disseminação do telégrafo, do telefone e da ferrovia. No esteio da perplexidade que a imagem de movimento traz, viceja a busca pelo “sempre novo e efêmero” – que pode se traduzir também na necessidade de consumo desenfreado de mercadorias.

O autor enalteceu os melhoramentos urbanos, dentre os quais o abastecimento de água encanada à população e a construção de um matadouro, observando os princípios da higiene. Ele enfatizou as disposições legislativas voltadas ao embelezamento urbano, ao conforto e à saúde dos habitantes. Salientou que o comércio e a lavoura locais caminhavam com segurança e sem grandes tropeços. Ele exemplificou, com visível satisfação, o gosto pelas “cousas públicas, pela arte e pela instrucção”, que teria tomado a população de Atibaia. Para o autor, isso significou que a cidade estava se modernizando, posto que, segundo ele, a iniciativa popular permitiu a reforma da matriz, a criação de um colégio e a fundação de um

clube. Mas até que ponto tal modernização alcançava o cotidiano das classes trabalhadoras? Dos homens pobres?

E o autor finalizou sua ode sobre o despertar da cidade pontuando o gosto pela música que existia entre os habitantes de Atibaia, que teria sido tomada por pianos, tocados pelas mãos de “atibaianas gentis”. A imagem de uma Atibaia moderna, construída por Affonso J. de Carvalho, deixou ao largo as práticas socioculturais das classes trabalhadoras, porque estas, em sua maioria, não teriam tido acesso ao clube e ao colégio recém-fundados, assim como não teriam tido condições para custear aulas de música e adquirir um piano. O autor não fez qualquer menção às práticas socioculturais populares.

Esta última observação do autor permite vislumbrar a emergência, na modernidade, de padrões de comportamento sociais que ampliaram o convívio social para além de seus restritos círculos familiares, pela presença feminina cada vez mais freqüente aos bailes, soirées e saraus. Estes aconteciam nas casas dos grandes proprietários de terras ou dos grandes comerciantes – espaços privados que, em tal contexto, foram destinados à ostentação do luxo e da riqueza daqueles que abriam seus salões para a sociedade. Espaços privados que foram tanto cenários quanto vitrines de uma guerra de símbolos que atribuía *status* social aos que se distinguiam pelo acesso aos produtos da moda (vestimenta, mobiliário, louças, dentre outros), pelo domínio das regras de etiqueta e por uma educação refinada nos moldes da capital da moda, Paris, ou das grandes cidades brasileiras tais como São Paulo e Rio de Janeiro, nas quais se espelhavam as classes sociais mais abastadas da época.

No período, as classes trabalhadoras da sociedade brasileira, “refestelavam-se” com a congada, o reizado, o lundum, o cateretê e a capoeira, nos quais a viola e ou o tambor embalavam os movimentos dos corpos. Não encontrei, nos anuários e nos almanaques locais, quaisquer referências elogiosas e explícitas a essas práticas na região. Contudo, em notas policiais dos periódicos locais e por entre os processos judiciais da comarca de Bragança, existem documentos que registram tais práticas.

O segundo artigo⁶⁷, que trata de Atibaia recebeu, também, a denominação de Atibaia. Ele não foi assinado. No primeiro parágrafo seu autor apresentou a cidade nos seguintes termos:

⁶⁷ O artigo se estende da página 18 até a página 32.

A cidade de Atibaia, uma das que muito se distingue no Estado de S. Paulo pela amenidade de seu clima e pela beleza de sua situação topographica, eleva-se graciosamente, sobre um planalto, a margem direita do rio Atibaia, distando nove leguas da Capital, tres da villa de Nazareth, quatro da cidade de S. Antonio da Cachoeira, tres de Bragança e quatro de Itatiba. É servida pela estação do mesmo nome, na linha ferrea Bragantina, de que dista dois kilometros approximadamente (Almanack de Bragança para 1900, p. 18).

Observa-se aqui a construção de uma imagem moderna da cidade de Atibaia, prehe de significados – a natureza aparece edulcorada na descrição emotiva e elogiosa do lugar, que, além de tudo, desfrutava das “benesses do progresso”, pois convivía com a proximidade de uma via férrea. A referência à mediação técnica na relação do homem com a natureza através da máquina – máquina a vapor – é forte e ilustra o poder de sedução que a mesma exercia sobre muitos dos contemporâneos do período; tanto que, neste segundo artigo, encontram-se referências à ferrovia nos mesmos termos salientados no artigo de Affonso J. de Carvalho.

A ferrovia foi um dos símbolos da modernidade. O trem era muito mais veloz que as tropas de muares. Estas ainda cortavam as trilhas e as estradas do interior do estado. Pessoas, novidades e mercadorias eram trazidas e levadas, incansavelmente, de uma estação ferroviária à outra, todos os dias, nos mesmos horários – o trem passou a organizar sincronizadamente o transitar e a labuta cotidiana por onde ele passava, e a unidimensionalizar os critérios de controle de tempo, independentemente de outras experiências culturais, vivenciadas por diferentes sujeitos.

Para o autor desse segundo artigo, a ferrovia também era, dentre outros, um marco emblemático da modernidade e do progresso econômico da cidade de Atibaia e, quem sabe, das demais cidades circunvizinhas, situadas próximas à Estrada de Ferro Bragantina. Acredito que assim o fosse porque a proximidade e o acesso à Bragantina agregavam à imagem da cidade de Atibaia o atributo de prosperidade diante das demais cidades do estado de São Paulo, que não contavam com uma via férrea como meio de comunicação e de transporte, atributo assentado na facilidade do transporte de pessoas e de animais, na circulação e no escoamento de produtos (agrícolas e industrializados) e, ainda, na disseminação de novidades, através de notícias e costumes em voga.

Na seqüência, o autor descreveu a cidade de Atibaia, salientando a existência de:

... alguns edificios dignos de nota como sejam: a igreja matriz, a do Rozario, a Cadeia e Casa da Camara, e excellentes predios particulares. Tem abundante e magnifica agua encanada, casa de espetaculos e bem frequentado mercado. As ruas são largas e bem alinhadas, constando de 347 predios. A Camara, [...] está cuidando de instalar e construir o novo cemiterio, em ponto mais distante do centro da cidade que fica muito proximo (Almanack de Bragança para 1900, p. 18).

É preciso observar que a preocupação com os princípios preconizados pelo urbanismo e higienismo foram salientados pelo autor desse segundo artigo, assim como ocorreu no artigo de Affonso J. de Carvalho. Acredito que esses preceitos impregnavam o imaginário da época, extrapolando os limites das grandes cidades, chegando até o interior das províncias. Entendo que a disseminação de tais preceitos se deu também pelo ir e vir das pessoas do interior para as capitais e destas, novamente, para o interior, através da circulação de impressos e da escolarização crescente da população, particularmente de membros das classes sociais mais abastadas.

Tal entendimento decorre do fato de ter observado que parte significativa dos filhos dos grandes cafeicultores e dos grandes comerciantes das pequenas cidades do interior do estado e das cidades circunvizinhas de Bragança foram estudar, em sua grande parte, no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Esses jovens, quando retornavam às suas cidades, acabavam por ocupar cargos públicos, e no exercício de suas atribuições implementavam iniciativas voltadas à modernização dos espaços urbanos, pautadas pelos preceitos do urbanismo e do higienismo preconizados na época. Observei que Bragança e as cidades circunvizinhas passaram por um processo intenso, e quase simultâneo, de transformações urbanas destinadas ao embelezamento e à remodelação, calcadas nos cânones propostos pela modernidade.

Como no artigo anterior de Affonso J. de Carvalho, outro aspecto que destaco é que o autor fez menção ao clube inaugurado em Atibaia, como segue abaixo:

O Club Atibaiano [...] é uma instituição que muito promette cooperar o progresso local. Tem realisado alguns concertos com o concurso, alguns delles, de ilustres profissionaes e “virtuosos” vindos da Capital do Estado. E um dos intuitos do Club, parece-nos que é a divulgação da leitura, constando que já se trata da fundação de uma bibliotheca. – Seria digno dos maiores applausos a realização de tão notavel commetimento. O “Club Atibaiano” é um dos estabellcimentos que mais agradavelmente impressiona o visitante. (Almanack de Bragança para 1900, p. 19).

A menção ao clube sugere que tal entidade seria um lugar emblemático na cidade, que estaria convivendo com novas práticas socioculturais que emergiram na modernidade. Lugar e práticas que teriam contribuído para a ampliação do círculo das relações interpessoais para além da esfera familiar. A fundação do clube propiciou que em suas salas e salões ocorressem discussões de temáticas candentes da época, permitiu a promoção de bailes, estimulou a frequência aos concertos musicais ou às peças teatrais e, até mesmo, a leitura – foi o que registrou o autor quando elogiou a iniciativa de fundação de uma biblioteca no Club Atibaiano.

Essa iniciativa e o elogio, do qual foi objeto a leitura, configuram-se em vestígios de como as práticas de leitura se faziam presentes no cotidiano das pequenas cidades. Essas novas práticas de leitura foram coetâneas da crescente publicação e circulação de impressos, estimuladas, quer pela leitura escolar – que ganhou impulso nas décadas iniciais do século XX, com a criação dos grupos escolares nas cidades do interior do estado – quer mediante a criação de bibliotecas públicas e particulares. Enfim, o clube de Atibaia parece ter sido um lugar emblemático da modernidade local para o autor, porque congregava práticas socioculturais destinadas ao homem urbano civilizado, saudável e escolarizado. No período, houve a fundação de vários clubes nas cidades da região; também encontramos freqüentes referências, nos periódicos pesquisados, aos clubes fundados em diferentes cidades do país, na mesma época.

O artigo continuou apresentando a composição da câmara municipal e o orçamento do município. Informou que Atibaia era iluminada por 75 lampiões de “kerozene” e que possuía um matadouro “... proximo a cidade, recentemente construído com todas as regras de hygiene, tendo bastante acommodações, cercados de arames para os bois, etc.” (Almanack de Bragança para 1900, p. 20).

O entrecruzamento do universo rural com o urbano emergiu na valorização da existência de um matadouro na cidade, que, se atendia às regras da higiene urbana, por outro lado reafirmava a coexistência de práticas que hoje identificam-se como do universo rural no espaço urbano, tais como o convívio muito próximo com as estrebarias dos animais de montaria ou de tração nas cidades, o trânsito de animais (gado, suínos, eqüinos e aves, como constatei mediante alguns artigos dos Códigos de Posturas) pelas ruas e vielas urbanas. A construção de matadouros em inúmeras cidades no período representava uma iniciativa do

poder municipal para controlar tanto o abate dos rebanhos, visando conter doenças, a comercialização e a taxaço da carne, quanto o trânsito ou a permanência dos animais no espaço urbano, na virada do século XIX para o XX. Os lugares destinados às atividades vinculadas ao espaço rural, como o matadouro, ocupavam um *status* inferior a outros do espaço urbano, tais como teatros, escolas e clubes, lugares estes reservados às práticas socioculturais de uma população dita “civilizada, urbana e elegante”.

No item identificado como “Edifícios publicos” desse artigo, encontra-se a seguinte descrição:

Existem 5, sendo: A Cadeia e a casa da Camara; elegante e solido tendo as prisões e corpo da guarda, instalado a rez do chão, muito forte e bem guarnecidas; no primeiro andar muitos compartimentos; destacando-se a sala do jury mobiliada com muito gosto, sendo elegante e de bõa perspectiva. Um mercado regular; 4 templos catholicos, sendo primeiro, a matriz, sob a invocação de S. João Baptista de Atibaia, elegante templo, um dos melhores do Estado de São Paulo, sendo sua construção interna amoldada dimensão igual a cathedral de São Paulo; A Igreja do Rozario bem em frente a matriz de construção modesta e de antiga data de 1760. Cremos talvez que foi um dos empreiteiros ou qualquer curioso que ali gravou esses caracteres, não podendo o historiador por mais perspicaz que seja precisar dessas datas visto ser quasi tudo escripto nos livros do ‘tombo’ e esse ter desaparecido sem que alguém saiba o seu paradeiro ‘3º N. Senhora da Saude um templosinho modesto erigido em um lindo local designado com o título Largo Alegre. Quarto: - O tradicional “Santo Cruzeiro”, uma Capellinha elegante onde todos os fieis catholicos fazem suas romarias diarias, sendo ella erigida á expensas da população e iniciativa do grande e intelligente Rvd. Conego Honorio de Mello, hoje pertencente ao gremio da Igreja protestante. É um modesto templo erigido no maior planalto de Atibaia de onde se descortinam todas as montanhas que circundam o municipio e as suas divisas até Minas Geraes. No pateo da Capella existe um grande ‘Cruzeiro’ com todos os martyrios do Redemptor, nada faltando, offerecidos na época que parochiava esse grande genio do Evangelho, por muitas gentis donzellas que hoje são mães de familias (Almanack de Bragança para 1900, p. 20-21).

Observa-se, nessa descrição dos edifícios públicos, que um mesmo prédio abrigava a cadeia e a Câmara Municipal, herança colonial em que as câmaras municipais congregavam responsabilidades relativas ao judiciário, ao executivo e ao legislativo. É interessante flagrar essa permanência arquitetônica e emblemática das relações de poder no espaço público, no alvorecer da República no Brasil, em um momento no qual se tem a distinção entre os três poderes – judiciário, executivo e legislativo. Essa permanência que, talvez, se analisada com mais vagar, pudesse oferecer indícios da trajetória e das iniciativas implementadas por tais poderes na administração da coisa pública nas pequenas cidades do interior do país. Porém,

como esse aspecto extrapola os objetivos desta pesquisa, espero abordá-lo em trabalhos futuros.

Outro dado a ser observado é que, assim que foi proclamada a República, o catolicismo deixou de ser a religião oficial do estado. Mesmo assim, o autor do artigo privilegiou em sua descrição apenas os templos e as práticas religiosas católicas, reafirmando em seu discurso a preponderância do catolicismo em detrimento das demais religiões, muito embora tenha feito menção ao “inteligente Rvd. Conego Honorio de Mello”, que antes de pertencer à igreja protestante fora padre. No transcorrer da pesquisa dos anuários e dos almanaques bragantinos, não localizei qualquer referência explícita a outras religiões, além da católica e da protestante.

É oportuno observar a referência que o autor fez à catedral da capital do Estado, a cidade de São Paulo, uma das grandes cidades brasileiras que foi tomada como imagem canônica do progresso e da civilidade que se espraiava pelo país naquele período. São Paulo era digna de ser mencionada e ter sua catedral tomada como modelo exemplar, procedimento que justificaria o fato de o templo de Atibaia ser considerado elegante e um dos melhores do estado pelo autor do texto. Ainda, na descrição da capela do Santo Cruzeiro, apareceu no artigo referência à localização de Atibaia como município limítrofe, situado na fronteira entre os estados de Minas Gerais e São Paulo.

O autor, dando continuidade à sua descrição de Atibaia, destacou a existência de um agente do correio na cidade, ressaltando que, em relação à educação escolar, a localidade contava com:

... 4 escolas publicas, na cidade, e muitas no municipio, sendo estas, regidas pelos professores:

Edmundo Augusto de Toledo
D. Risoleta Ceslau de Moura
D. Maria da Gloria Eurique Lisboa.

(Almanack de Bragança para 1900, p. 22).

Atibaia também contava com colégios “Tem na cidade dois: sendo o masculino dirigido pelo srn. Dr. Joseph Cire. O feminino pela – Sra. D. Elizeria Dantas, Inspector Litterario – Tenente Egydio José da Silveira”. (Almanack de Bragança para 1900, p. 22).

É interessante observar a presença feminina no cotidiano escolar. Na seqüência desse artigo do Almanack de Bragança para 1900, o autor arrolou, em tópicos distintos, os

membros da Guarda Nacional, as autoridades judiciárias, as autoridades policiais, os advogados, o eclesiástico (aqui não aparece menção a membros de outras religiões que não a católica), os médicos, as farmácias, a banda de música, dados relativos aos nascimentos e óbitos – segundo o autor, a média de nascimentos teria sido de 298 por ano nos “últimos tempos” e de 234 óbitos, no ano de 1898 (Almanack de Bragança para 1900, p. 24).

O autor apresentou a seguir os negociantes de Atibaia. Ele distinguiu, dentre eles, aqueles que lidavam com “Seccos, molhados e ferragens”, com “Fazendas e Armarinhos” e com açougues. Na lista de negociantes que comercializavam “Seccos, molhados e ferragens” de Atibaia, constam cinquenta e oito nomes; na de negociantes de “Fazendas e Armarinhos” constam catorze pessoas, dentre as quais se encontra o nome de uma mulher – Maria Jorge; na lista dos açougues encontram-se oito nomes, entre os quais também identifiquei uma mulher – Stellita Florido.

O autor do artigo sobre Atibaia prosseguiu em sua descrição, salientando aspectos relativos à lavoura local:

A principal lavoura do município é a do café, sendo também cultivado grande quantidade de cereaes que fazem exportação para a capital e outras localidades circunvizinhas. Existem no município muitos celindros e alambiques para a fabricação de aguardente. A media da producção de café tem sido n'estes ultimos annos de 80:000 arrobas, esperando-se muito maior, visto haver grandes plantações novas que ainda não produzem. (Almanack de Bragança para 1900, p. 27).

Se a cultura de café era a principal no município, não deixa de ser oportuno pontuar que a referência ao cultivo de cereais é acompanhada pela comercialização dos mesmos com a capital do estado (a cidade de São Paulo) e demais localidades circunvizinhas – o que parece indicar que a produção e a comercialização de cereais era significativa na cidade – bem como a existência de inúmeros alambiques indicaria o cultivo-de-cana de açúcar no município.

Na seqüência, o autor finalizou seu artigo listando cento e oitenta e três pessoas como “Agricultores”, dentre as quais identifica-se o padre Abel Alves Barrozo e nove mulheres – D. Anna Emilia Ferreira Cintra, D. Anna Bernardina Cunha, Anna de Siqueira Franco, Barbara Lustosa de Godoy, Constança L. da Rocha, Christina Fontoura, Dionizia Soares da

Silva, D. Eulália de Aguiar e Gertudres Teixeira. A presença feminina no espaço público, na condição de proprietária, era restrita na época.

Foi publicado no Almanack de Bragança para 1900 um breve histórico de Santo Antônio da Cachoeira⁶⁸ (Piracaia). No primeiro parágrafo, esse histórico informa que a localidade dista “da capital 78 kilometros”⁶⁹. Pontua que a configuração dos limites e dos territórios dessas localidades teve seus contornos definidos em virtude dos embates e das disputas políticas pela hegemonia na região de determinada cidade, em detrimento de outras, ou melhor, de determinados grupos políticos em detrimento de outros, para além dos respectivos limites municipais, com maior vigor ao longo do século XIX. No transcorrer da pesquisa dos periódicos bragantinos, observei que tais embates e disputas foram acirrados e, ao que tudo indica, teriam propiciado a freqüente alternância na posse de territórios pelos municípios e na abrangência da jurisdição das comarcas locais. Encontrei referências a essa alternância também nos diferentes artigos que compõem o Almanack de Bragança para 1900.

Segundo tal histórico, logo em seu início, a Freguezia de Santo Antônio da Cachoeira formou-se de partes do território de Nazaré e de Atibaia, que haviam sido incorporadas a esta última em 1836. Em 1850 essa freguesia foi anexada à Vila de Nazaré, da qual separou-se, já na categoria de vila, em 1859. Ainda, Santo Antônio da Cachoeira (Piracaia) pertenceu ao termo de Atibaia até 1877, quando passou para o de Bragança; foi restituída para Atibaia em 1880, tendo sido elevada:

... á cathegoria de cidade em 21 de março de 1885, devido aos esforços do seu dilecto filho, o então chefe do partido liberal Jesuino Ferreira d’Almeida. Foi creado termo annexo ao de Atibaia em 22 de Janeiro de 1880, e extincto, devido a ambição céga do então Juiz de Direito de Atibaia [...], a cuja Comarca pertencia, por decreto nº 10.083, de 24 de Novembro de 1888. Em 1889, subindo ao poder o partido liberal, foi por decreto [...] restaurado o termo. Em 3 de Janeiro de 1890, o governo republicano deu-lhe um Juiz togado [...]. A Camara de Santo Antonio foi installada a 10 de Outubro de 1892 (Almanack de Bragança para 1900, p. 47).

O autor do histórico declinou seu posicionamento político ao nomear como “dilecto” o então representante do partido liberal e ao delinear a emergência de Santo Antônio da

⁶⁸ O artigo se estende da página 46 até a 53.

⁶⁹ É importante pontuar que o Almanack de Bragança para 1900 reporta-se com bastante ênfase apenas às localidades situadas próximas a cidade de São Paulo.

Cachoeira (Piracaia) à condição de cidade e de sede de comarca, no enalço e avanço das forças liberais republicanas.

O clima da cidade foi apresentado como salubre e a lavoura foi caracterizada pela presença crescente do café, havendo plantações de cana, fumo e cereais. O histórico fez menção aos edifícios da câmara municipal, do mercado, da matriz nova, da Igreja do Rosário e da Igreja das Almas. Também mereceu destaque o fato de que “Desde 4 de julho de 1895 que existe na cidade um periódico bi-semanal ‘O Cachoeirense’, fundado pelo cidadão Theophilo Ferreira d’Almeida, hoje redactor do mesmo” (Almanack de Bragança para 1900, p. 49). Em relação a tal periódico, o redator do Almanaque de Bragança para 1900 fez a seguinte observação, em nota de rodapé:

(1) Esta folha tão habilmente dirigida pelo Sr. Major Theophilo Ferreira de Almeida, que tantos serviços prestou áquella florescente cidade, acha-se actualmente suspensa, o que é muito lamentar-se (nota do editor 10-1899). (Almanack de Bragança para 1900, p. 47).

Fato curioso para o período foi a menção a um periódico infantil, num contexto em que se tem um número muito pequeno de escolas e uma taxa de analfabetismo alta “Outro periodico de publicação quinzenal, *O Jasmim*, collaborado e dirigido por creanças, durou somente dois mezes” (Almanack de Bragança para 1900, p. 49). Qual teria sido o significado desta iniciativa para os idealizadores do periódico e para as crianças envolvidas com a mesma, em uma cidade do interior, nas últimas décadas do século XIX? Que imagens de leitor e de infância acalentavam aqueles que se envolveram com a fundação e publicação do jornal infantil *O Jasmim*? Saliento que a cidade de Santo Antônio da Cachoeira (Piracaia) não era considerada a cidade de maior desenvolvimento econômico e prestígio político na região, posições disputadas acirradamente por Atibaia e por Bragança.

Ainda, nesse histórico, o autor destacou que Santo Antonio da Cachoeira (Piracaia) contava com catorze estabelecimentos de fazendas, armarinhos e ferragens – dentre os quais um se localizava fora da cidade e pertencia à viúva Bueno & Comp. ; “sessenta e poucos negocios de molhados” (Almanaque de Bragança para 1900, p. 49), uma farmácia, dois médicos, cinco açougues, uma padaria, dois hotéis – um pertencendo a uma mulher – três alfaiates, dois folheiros e lateiros, uma oficina mecânica, um ferreiro, um marceneiro, dois salões de barbeiros, quatro sapateiros e dois advogados. Apresentou os cargos da

administração da justiça, da administração municipal, incluindo aqui os juízes de paz e da administração da paróquia. Destacou a existência de cinco máquinas de beneficiar café, nomeando, a seguir, os catorze maiores produtores de café do município – dentre os quais não se encontrava nenhuma mulher.

O histórico de Santo Antônio da Cachoeira (Piracaia) foi finalizado com dados relativos à instrução pública:

Existem dentro da Cidade 4 Cadeiras de instrução publica, duas do sexo masculino, e duas do sexo feminino, e duas do sexo masculino nos bairros do municipio. As cadeiras da cidade são regidas pelos professores:

Cherubim Peluso, 2 cadeira. A primeira acha-se vaga.

As do sexo feminino pelas Exmas. Sras.

D. Augusta G. Bueno, 1 cadeira

D. Maria Barbara de Sá, 2 cadeira. (Almanack de Bragança para 1900, p. 49).

O histórico de São João do Currallinho (atual Joanópolis) foi impresso na seqüência de um soneto. De acordo com ele, a localidade:

... onde há tres annos mais ou menos foi installada a primeira Camara Municipal, é um dos municipios visinhos, que mais tem progredido, quer sobre a lavoura, quer sobre construcções de predios em sua sede, que conta hoje com 100 casas e 400 a 500 habitantes. O municipio todo, segundo informações das autoridades, calcula se possuir 10.000 habitantes para menos. A sua lavoura principal é a do café, cuja colheita attinge annualmente, no minimo, a 40 mil arrobas. Devido a riqueza de seu sólo o commercio tem-se alli desenvolvido, tanto que, possui a villa bons estabelecimentos de fazendas e molhados, alem de machinas de beneficiar café e engenhos de aguardente, producto este que também fornece a localidade em grande abundancia e de primeira qualidade. A cidade de Bragança, como ponto de estrada de ferro mais proximo, entretêm grandes relações commerciaes com esta villa, que exporta toda a colheita de café por intermedio desta cidade e em vice-versa, recebe artigos e generos de seu consumo. A estrada de rodagem que liga S. João do Currallinho com esta cidade é bem regular e méde 5 leguas de distancia... (Almanack para Bragança de 1900, p. 97).

Nesse Histórico fez-se referências ao café, ao comércio e aos engenhos de aguardente; estas foram freqüentes na caracterização das demais cidades da região. Ao reportar-se à estrada de ferro, o autor esclareceu que o fato de a cidade de Bragança ser o ponto mais próximo de uma linha de ferro, garantia-lhe certa supremacia na região, porque é nesta cidade que se viabilizava o escoamento do café para exportação e o comércio de artigos e

gêneros necessários a São João (atual Joanópolis). Talvez aí resida a origem da imagem de Bragança como cidade hegemônica na região.

Dando continuação ao histórico, seu autor salientou que:

Na sede do município existem alguns edificios caprichosamente construidos, com espaçosos largos, rodeando-os innumerous predios solidamente edificados em systema moderno, com arruamento symetrico e espaçoso [...] Os edificios são os seguintes; – Uma pequena Igreja bem ornada e com todos os paramentos precisos para a celebração dos actos religiosos; Casa da Camara Municipal, elegantemente edificada; um Cemiterio Municipal, espaçoso, construído á tijolos. Estes edificios foram construidos ás expensas dos habitantes... (Almanack para Bragança de 1900, p. 97-98).

A existência em São João (atual Joanópolis) de edificios construídos em “systema moderno, com arruamento symetrico”, sugere que aquela cidade também convivía com ideais da modernidade e do progresso, posto que se preocupava com o urbanismo, a circulação do ar e dos corpos e o controle sobre as vias públicas.

O eleitorado daquele novo município era formado de “... 140 cidadãos, conforme o ultimo alistamento” (Almanack para Bragança de 1900, p. 98) e a povoação foi “... fundada a NNE da Capital de São Paulo; em territorio pertencente ao municipio de Santo Antonio da Cachoeira de cuja cidade dista 16.5 kilometros”. (Almanack para Bragança de 1900, p. 98). A proximidade da cidade de São Paulo não deixou de ser mencionada.

Na cronologia que acompanha o histórico, encontram-se referências às práticas socioculturais que ganharam força no período, em diferentes lugares. Estas, por sua vez, são indícios de novas formas de sociabilidades, dentre as quais, a formação de bandas musicais, freqüentemente citadas, que pode ser considerado um dos traços daquela época. Elas indicam a emergência de outras sensibilidades relativas à música e às suas manifestações, inscritas na educação política dos sentidos (GAY, 1988): – instauravam-se novas formas de ouvir e de fruir, de dar ritmo aos movimentos dos corpos, nos coretos dos jardins públicos, nos desfiles, nos teatros, nos clubes, nas festas religiosas, nas comemorações cívicas, dentre outros.

Em relação à existência de periódicos locais, no Almanack para 1900 identifica-se que em:

1895: - No dia 7 de Abril, sob a redacção e expensas do cidadão Antonio Ferreira de Almeida, sahi á luz um semanario intitulado “O CURRALINHENSE”. (Almanack para Bragança de 1900, p. 103).

Mereceu destaque também à notícia de que havia em São João do Curralinho (atual Joanópolis) um outro semanário local

... “O Municípe”; sendo redactor e proprietario o intelligente moço, major Antonio Ferreira de Almeida, contando já cinco annos de gloriosa existencia. (Almanack para Bragança de 1900, p. 105).

Na continuidade do histórico, tem-se a lista dos comerciantes locais, dividida da seguinte maneira: 6 negociantes de fazendas, ferragens e armarinhos, 17 comerciantes de molhados, 2 proprietários de farmácias, 1 açougueiro, 4 caldeireiros e folheiros, 1 ferreiro, 1 fogueteiro, 4 marceneiros, 4 carpinteiros, 5 pedreiros, 1 pintor, 1 modista, 2 fabricantes de cerveja e 1 barbeiro. A lista daqueles que se dedicavam à lavoura foi dividida da seguinte forma: 3 proprietários de máquinas de beneficiar café, 10 fabricantes de aguardente, de 90 a 100 lavradores cafelistas, “... 90 a 100” (Almanack para Bragança de 1900, p. 107), dos quais foram indicados apenas os 20 nomes mais importantes. Deparei-me com o nome de Jacintho Osorio da Silva Leme⁷⁰, indicado em páginas anteriores como importante líder político de Bragança, nessa lista de São João (atual Joanópolis).

O histórico de São João do Curralinho encerrou-se com dados relativos à instrução pública, registrando que havia:

... 1 cadeira do sexo masculino, provida pelo professor João Candelaria Sobrinho. [...] mais tres cadeiras: sendo na Villa uma para o sexo feminino, vaga, e duas nos bairros do municipio, tambem vagas. (Almanack de Bragança para 1900, p. 108).

Dados relativos à instrução pública mereceram destaques em diferentes periódicos locais. Tudo indica que a escolarização era um forte indício de progresso local.

Assim, no rastro das dissonâncias e das polissemias regionais, deparei-me com vestígios de tensões e conflitos pela hegemonia dentre as cidades da região. Em particular, no Almanaque de Bragança para 1900, tais vestígios situam-se no silenciamento dos diferentes

⁷⁰ Mais à frente na leitura do almanaque, identifiquei que ele havia falecido. Mas, a menção ao seu nome dá conta do prestígio e força política de que ele gozou na região.

grupos políticos da região. Identifiquei um desconforto das demais cidades em relação à pretensa hegemonia de Bragança na região, flagrado na maneira pela qual os diferentes autores dos textos impressos nos periódicos locais elencavam cronologias que salientavam os desmembramentos de áreas dos municípios e as criações de comarcas e dos respectivos termos.

Destacou-se como imagem emblemática do progresso a ferrovia. As pessoas que, de uma forma ou outra, estavam vinculadas à ferrovia foram apresentadas nos periódicos locais como homens de visão e progressistas. A proximidade da ferrovia garantia às cidades circunvizinhas de Bragança facilidades relativas ao transporte de mercadorias e de pessoas. Tais facilidades foram pontuadas em diferentes artigos relativos às diferentes cidades da região. Destaco, sobretudo, que observei narrativas nas quais a ferrovia era apresentada como o fio condutor da riqueza regional.

Na perspectiva do que se entendia por civilização e cultura, nas descrições históricas das diferentes cidades circunvizinhas de Bragança, observei uma enfática apologia das iniciativas destinadas ao embelezamento e à modernização urbanas, calcadas nos ideais do higienismo e do urbanismo. Na perspectiva da construção da imagem de uma cidade civilizada e culta, nas diferentes descrições históricas das cidades da região, encontrei nos anuários e nos almanaques bragantinos os teatros, os clubes e as casas de grandes fazendeiros e de grandes comerciantes ocupando o foco das narrativas, as quais descreviam a riqueza local com bastante veemência. Tais espaços privados e sua respectiva frequência passaram a balizar o rol dos novos hábitos daqueles cidadãos que se entendiam civilizados e cultos. Já a abertura de escolas e de bibliotecas era noticiada enquanto iniciativa que testemunhava o apreço pelo progresso e pela cultura locais, como reconhecimento da supremacia do universo letrado e escolarizado – centrado no conhecimento científico – em detrimento de práticas outras de transmissão de conhecimento, assentadas nas tradições populares. A monumentalidade, a ornamentação, a iluminação, o arejamento, enfim, a modernidade dos prédios públicos, das casas particulares e das benfeitorias implementadas no espaço urbano, em sua grande parte, eram referendados tendo por modelo a capital do estado – a cidade de São Paulo.

À margem de tal fio narrativo nos periódicos bragantinos, nas descrições das diferentes trajetórias históricas das cidades da região, os padrões de comportamento, as

práticas de diversão e religiosas das classes trabalhadoras tenderam a ser fortemente silenciadas. Constrói-se uma imagem monolítica de civilização e de cultura, a reboque do catolicismo – da crença, dos cultos e das festas religiosas locais. Nas descrições históricas das cidades, as igrejas e as capelas locais eram apresentadas com destaque, assim como a presença de religiosos católicos nos municípios.

Ainda, em tais impressos, constrói-se e reafirma-se a supremacia do café na região; contudo, em todas as descrições históricas das cidades encontram-se registros da existência de uma forte produção e comércio de cereais, bem como referências constantes ao comércio com cidades do sul de Minas e com a cidade de São Paulo. Não localizei em nenhuma das descrições históricas das cidades da região, publicadas nos anuários e nos almanaques bragantinos, referências explícitas às tropas e aos tropeiros.

No rastro das dissonâncias e das polissemias regionais, deparei-me também com a tentativa de silenciamento das histórias e das memórias relativas às singularidades do cotidiano rural, nas descrições históricas das cidades da região. Tudo (imóveis, objetos, crenças, tradições, valores, hábitos e costumes, práticas coletivas etc.) e todos que sinalizavam ou lembravam um possível vínculo com o espaço rural – que naquele momento aparecia como antítese do espaço urbano da grande cidade – eram execrados como insígnia de atraso, como indício de que aquele lugar e sua população não estariam vocacionados para o progresso. Muito embora em tal cenário, na Bragança daquela época, o poder político-econômico estivesse centralizado nas mãos dos grandes fazendeiros de café – afinal, a cafeicultura é uma atividade agrícola!

A cafeicultura era a principal fonte de divisas do município, no período privilegiado pela pesquisa. Foram os cafeicultores, juntamente com alguns capitalistas locais, que investiram na construção da ferrovia. Já a iniciativa de instalar a empresa telefônica e a energia elétrica na cidade foi levada a cabo por esses capitalistas. Por fim, na época, nos periódicos bragantinos consultados, não existem referências à abertura de inúmeras fábricas na cidade – não houve um surto industrial em Bragança. Estas espoucaram lentamente sem alarde, na imprensa local.

CAPÍTULO III O CORPO: ENTRE A MATERIALIDADE DAS FONTES E AS REMINISCÊNCIAS AMBÍGUAS

... mas o corpo, jamais *o* encontramos [...] Há um corpo grego, um corpo indiano, um corpo ocidental moderno [...] Cada um deles pode ser definido como um teatro de operações: recortado conforme os quadros de referência de uma sociedade, ele fornece um cenário às ações que esta sociedade privilegia – maneiras de se comportar, de falar, de se lavar, de fazer amor etc.

CERTEAU, 2002

Neste capítulo trago à tona sensibilidades relativas ao corpo. Acredito que muitas destas sensibilidades acabaram por endossar algumas iniciativas do poder público, destinadas à produção do corpo saudável e escolarizado, em um contexto social no qual o trabalho passou a ser dignificado como uma das virtudes humanas.

Identifiquei que uma dada sensibilidade relativa ao corpo do homem urbano destacou-se como o modelo a ser observado, em detrimento de outras. Na pesquisa, a imagem de corpo que se destacou como modelo foi a do corpo saudável, escolarizado e destinado ao trabalho.

O corpo modelo era aquele que se pretendia fosse civilizado, disciplinado e automotivado para viver em sociedade, capaz de respeitar as leis, a propriedade privada e as relações de produção assalariadas, vigentes na modernidade. Corpo que conviveu com a valorização crescente da leitura, da imprensa (FARIA FILHO, 2000) e da iconografia em documentos de diferentes naturezas.

O contraponto desse corpo modelo – apresentado, muitas vezes, de maneira contraditória e ambivalente – era o corpo daquele que não se moldou nem se mostrou dócil à racionalidade instrumental, quer fosse através da participação em movimentos operários contestatórios, naquele contexto de formação e consolidação das relações de trabalho assalariadas no Brasil, quer fosse através das experiências vividas enquanto sujeito à margem do mercado de trabalho, na condição de desempregado, de vadio, de alcoólatra, de prostituta, de mendigo, de doente, de incapaz... Enfim, corpo percebido enquanto membro das então chamadas classes perigosas, em oposição às classes laboriosas, no período; ou ainda, corpo percebido no papel de intelectual e/ou artista das chamadas vanguardas, que questionasse e problematizasse o modo de produção capitalista. As classes perigosas eram assim

identificadas por alguns segmentos sociais porque desestabilizavam o *status quo*, colocando em dúvida a ordem social necessária à produção capitalista.

O corpo saudável foi aquele que vivenciou a inserção crescente de práticas higiênicas, destinadas ao controle das epidemias e das doenças que grassavam na época (febre amarela, varíola, tuberculose, sífilis, hanseníase, dentre outras). O corpo desse homem saudável, escolarizado e destinado ao trabalho conviveu com a emergência acelerada de projetos distintos de modernização da cidade, implementados pelo poder público, visando disciplinar e controlar a população urbana e rural. Projetos que visavam, ainda, garantir a dispersão dos odores putrefatos e o controle dos corpos fragilizados pela doença, fadiga e idade, mediante a adoção e orientações de procedimentos que privilegiavam o arejamento, a ventilação e a iluminação natural dos espaços, bem como o fluxo contínuo e rápido de corpos nas vias urbanas (VIGARELLO, 1996).

Esses projetos de modernização registravam sensibilidades relativas ao espaço urbano e ao corpo, oriundas do entrecruzamento da vontade política de disciplinar e de controlar as diferentes classes sociais, calcada na crença inquestionável na ciência, no planejamento e nas estatísticas relativas ao viver nas cidades e à produção urbana, como já pontuei. Esta crença vicejava nos discursos competentes enunciados por engenheiros, estatísticos e médicos sanitários do período, dentre outros intelectuais cujas práticas discursivas, em um movimento de retroalimentação contínua, se legitimavam enquanto hegemônicas e inquestionáveis, posto que não admitiam réplicas e se colocavam como alternativas únicas à ordem e ao progresso do país. Práticas também disseminadas e endossadas por diferentes instituições sociais – médicas, filantrópicas, policiais, religiosas, esportivas e escolares, por exemplo. Em diferentes ocasiões, tais práticas discursivas propiciaram, em situações de tensões e conflitos, a violência, a discriminação, a segregação e a exclusão de alguns indivíduos considerados à margem da normalidade e do ordenamento social.

Mas, simultaneamente à contatação de tais fatos, também localizei, junto às fontes, algumas resistências populares frente à estas tentativas de disciplina e controle. Tanto é assim que foram publicados vários artigos nos diferentes periódicos locais, com o objetivo de reafirmar que as autoridades precisariam tomar alguma atitude, visando minimizar esse problema social – o grande número de indivíduos considerados à margem da normalidade e ordenamento social:

NOTAS POLICIAES

Sabemos que o dr. Delegado de Policia mandara intimar afim de ver se processa, nas suas audiências todos os vagabundos e desordeiros que vivem nesta cidade e arredores, remetendo-os, no caso de reincidência, e depois de novo processo, á colonia correccional de São Paulo.

(A Notícia, 13/06/1906, ano I, nº 65, p. 2).

LIMPÈZA SOCIAL

Noticiam as folhas da capital, que o dr. Washington Luiz, secretario da Justiça e Segurança Publica, de accordo com a nossa legislação, vae promover a deportação immediata dos indivíduos que se occupam com caftinagem, jogo, gatunagem e bem assim dos vagabundos, de procedência estrangeira, independente de processos, iniciando, destarte, uma grande limpèza desses perigosos indivíduos, não so na capital, como no interior do Estado.

Acreditamos que em breves dias a nossa polícia já terá ordens e instrucções sobre esse importante serviço.

(A Notícia, 24/11/1906, ano II, nº 114, p. 3).

Selecionei, no jornal bragantino *O Guaripocaba*, um artigo para trazer à tona a imagem de corpo saudável que poderia conviver no espaço público e as alternativas que deveriam ser adotadas em relação àqueles que não se enquadrassem no modelo de corpo idealizado, em nome do bem comum, da higiene e da segurança pública. Registro que, em Bragança, a presença constante da hanseníase sempre foi uma preocupação no período pesquisado. *O Guaripocaba*, em seu editorial, na primeira página, trouxe os seguintes temores à baila, em artigo assinado por Nicolao Asprigio:

Se há males que carecem de curativos, um delles é por um obstaculo á continua communicação de morpheticos com o povo desta cidade. É bem triste e repugnante o espectáculo que representa em os domingos e dias sanctos um grande número d'elles, vagando pelas ruas, pedindo o obolo da caridade. E o que é mais constrictador, é ver em sua companhia meninos que não parecem ser affectados dessa horrivel molestia, mas que, com o continuo contacto, vão ficando irreparavelmente perdidos. Parece que há muitos espiritos maus que querem companheiros na desgraça! Pois que seria impossivel que essa molestia alastrasse de um modo tão assustador, si se tornassem as devidas precauções. Alguns desses infelizes moram frequentemente dentro da cidade, lavam sua roupa nas aguadas communs, respiram o mesmo ar com seus visinhos, relacionam-se com pessoas incautas e quiçá, na obscuridão da noite, quantos erros, quantos enganos ou logros, quantos amplexos, ás falsas *nubes profuno e mutatis muttandis?* ... Nas localidades mais adiantadas comprehenderam a necessidade de interceptar as relações para com os morpheticos, e não lhes faltaram meios para executar a ideia reclamada pela hygiene e segurança publica. Bragança não se acharia

nas mesmas condições? Julgamos que sim. Uma casa para recolher os morpheticos não seria um edificio de luxo com o qual há mister despender enormes quantias. Uma casa simples e modesta, enfim uma casa que seja em melhores condições do que os ranchos que elles habitam, é quanto basta [...] O que é certo é, que não se deve, como dissemos, empregar muitos cabedaes para a construção dessa obra, cuja serventia é destinada a uma classe de gente que por sua desventura, esta affeita a todos os rigores da natureza, bem como porque, não se sujeitando a uma prisão voluntaria, procurará outro norte, logo que começar o serviço da obra que deveria servir-lhe de amparo. (O Guaripocaba, 09/08/1877, ano I, nº 13, p. 1).

Nicolao Asprigio identificou como “espectaculo” triste e repugnante o ir e vir pelas ruas da cidade daqueles doentes e qualificou como “espíritos maus” àqueles que permitiam que crianças que pareciam saudáveis os acompanhassem. O autor não se perguntou quem eram estas crianças e o motivo pelo qual acompanhavam aqueles doentes. Ainda, acerca desse hospital, “prisão voluntária”, nas próprias palavras do artigo, foi possível flagrar em que termos a saúde emergiu como uma questão social para o poder público em Bragança.

É significativo pontuar que a Câmara Municipal (1879) da época mandou construir tal entidade para evitar que os doentes ficassem perambulando pela rua e esmolando, a fim de que fosse possível a internação desses enfermos, ou seja, sua segregação do convívio social. Em relação aos enfermos, acredito que eles agiram com astúcia e receio, ao escolherem por “... se ausentarem da cidade por não desejarem sofrer as penas do isolamento” (Almanach Bragantino 1914, p. 24). Fugiram, assim, das agruras da discriminação e segregação em uma entidade asilar⁷¹.

Sob tal perspectiva, como alternativas àqueles que não se enquadravam no modelo de corpo escolarizado e saudável, restaria a discriminação, a segregação e a exclusão. O corpo doente causava constrangimento e medo; é dele a responsabilidade pela sua fragilidade e a culpa por expor os demais aos perigos, por conta do que ele é indesejável no espaço urbano; “o morfético”⁷², no período, na cidade de Bragança, significava um traço de perigo, de miséria e atraso, tanto quanto o varioloso.

⁷¹ A leitura da obra de Ítalo Tronca **As máscaras do medo: lepra e aids** é extremamente instigante ao tema. O autor, a partir de narrativas literárias e científicas, trabalha com as representações relativas à lepra e aids. Toma do conceito de alegoria para tratar de três temas que, segundo ele, organizam tais representações: a raça, a geografia e a sexualidade. Ainda, Tronca pontua que em torno destas representações emerge uma imagem na qual a sexualidade de tais doentes é reafirmada como voraz e promíscua, sendo que a doença seria um castigo divino.

⁷² Destaco que ainda hoje a hanseníase possui uma alta taxa de incidência entre a população da região bragantina atendida. De acordo com informações colhidas junto a alguns profissionais que atuam na área da saúde, a cidade atende a um grande número de pessoas oriundas do sul de Minas e cidades circunvizinhas. Essas pessoas recorrem aos serviços de Bragança por conta do preconceito que ainda hoje vigora em relação à hanseníase.

O corpo doente, assim como aquele fragilizado pela miséria ou pelo passar dos anos, também causava constrangimento e medo. Sentimentos que, em muitos casos, ganhavam guarida nos ares dignificantes da filantropia (BRESCIANI, 2006), como emerge nos registros abaixo:

Casa Beneficente

Consta que, domingo próximo, reunir-se-ão as confrarias de S. Vicente de Paula, afim de tomarem a iniciativa para a fundação de uma casa protectora dos inválidos. A idéia é das melhores, se já não fora esplendida, pois nestes tempos de descrenças e desconsoações, o único bem que podemos fazer a outrem, menos protegido da sorte, é dar-lhe um pouco de esperança e de conforto, um pedaço de nosso calor para aquecer-lhe as carnes enregeladas pelo frio do relento, uma parte de tecto para abrigar-lhe a vida das investidas incessantes da miséria e um pouco de alimento para avivar-lhe o sangue nas veias, paralyzado pela fome de muitos dias. Se se realizar essa promessa, nós so teremos louvores para offerecer ás confrarias de S. Vicente de Paula, porque é um grande beneficio que se pretende semear no solo bragantino. (A Notícia, 08/11/1905, p. 1).

Poucos dias depois, é publicado no mesmo jornal um artigo comentando a fundação dessa casa beneficente, nos seguintes termos:

Philantropia

Lemos com satisfação um artigo que consta no ultimo numero d'A Noticia relativamente á fundação de uma casa de beneficencia ou asylo de caridade afim de receber e amparar os indigentes que vagam pelas ruas desta cidade. É para lastimar que ainda esteja em projecto tão urgente medida, pois uma cidade, como a nossa, que se preza de foros de cidade civilisada e onde o povo prima pelo cultivo do espirito religioso, não possuía ainda semelhante melhoramento.[...] Encontra-se a cada passo e em cada canto da cidade, um desses infelizes [...] Os desgraçados, victimas do abandono procuram de propósito os pontos mais frequentados da cidade, naturalmente para tornar mais fácil a dura tarefa de pedir e deste modo é frequente o triste espectáculo que apresentou aos olhos do publico. Parece dever competir à policia o evitar tão desoladores espectaculos, ao mesmo tempo que é doloroso exercer-se qualquer pressão sobre essas victimas imbelles. Deve ser mais benigna a policia da caridade [...] É bastante o que se tem visto, pois os infelizes sem uma mão caridosa para proporcionar-lhes o asseio, apresentam-se completamente maltrapilhos, mostrando o corpo quase nu, em exhibição pouco decente á face daquelles que bem podiam ser mais caridosos [...] De certo tempo a esta parte, ao que parece, pela falta de meios para se manterem em algumas cidades visinhas, tem apparecido uma chusma desses desprotegidos de sorte, que não há mãos a medir: pois se fôramos dar esmolas a todos os que nol-as pedem, seria necessária uma verba não pequena para fazer frente a tal despesa. É preciso notar que na maior parte os pedintes são uns exploradores e vagabundos indignos de qualquer auxilio; são viciados e, não tendo

coragem para trabalhar, recorrem á caridade publica, da qual conseguem alguma cousa com que possam manter o vicio da embriaguez. Não é assim que se pratica a caridade, dando esmola a torto e a direita, não; é necessário dal-a de modo a beneficiar e não a agravar as circunstancias dos infelizes. Há nos Estados Unidos da América e em alguns países europeus, associações fundadas para evitar essas exhibições [...] onde os pobres encontram todo o conforto, dedicando algumas horas do dia a trabalhos relativos ás suas forças, se o seu estado permite trabalhar; e outras a divertimentos que de certo modo concorram para diminuir as agruras da vida do pobre.

T. P. (A Noticia, 11/11/1905, p. 2)

Salta aos olhos do leitor a preocupação do autor desse artigo com o ir e vir de indigentes – de corpos – pelo espaço público da cidade. Segundo ele, tal movimentação seria um “desolador espectáculo”, um traço de falta de civilidade e de religiosidade. É significativa a recorrência à expressão “espetáculo” para tratar de uma prática decorrente da miséria e exclusão sociais. A expressão usada remete à idéia de encenação, de um “fazer de conta” relativo a uma prática que, em princípio, não teria sido montada ou forjada para sensibilizar os moradores da cidade. O autor do artigo coloca a questão como sendo da alçada da polícia, porém relativiza tal atribuição, ao propor que seria mais “benigna a polícia da caridade”. Dessa forma, pontua o caráter “conservador e apaziguador” da filantropia.

Por outro ângulo, o autor sinaliza que tal “espetáculo” constrange os passantes, pelo número elevado daqueles “desprotegidos da sorte” esmolando pelas ruas da cidade. Além do que, considera que a maior parte desses miseráveis era formada por “exploradores e vagabundos”, viciados e alcoólatras. Como solução para tal situação, ele propôs que, nos moldes dos Estados Unidos e de alguns países europeus, fossem criadas associações destinadas ao acolhimento dos pobres para estimulá-los a se dedicarem “algumas horas do dia” a trabalhar e outras aos “divertimentos”. Aqui, o trabalho mostra-se como uma virtude que “libertaria” da miséria e dos vícios, mas, sobretudo, aparece como estratégia para disciplinar e para controlar os corpos da população pobre. É necessário salientar também que o autor entrecruza a imagem de corpo aseado com o sentimento de felicidade, como também destaca que o corpo deveria mostrar-se “coberto” em público para ser considerado decente, no contexto daquela época.

Em uma outra publicação do então Cônego José Aguirre, impressa em 1919, localizei algumas considerações que ainda se encaminhavam na perspectiva do artigo acima – o esmolar pelas ruas da cidade incomodava, sobremaneira, as autoridades públicas e

eclesiásticas, em boa medida porque estas acreditavam que existia um grande número de “farsantes” por entre os indigentes, como se observa abaixo:

Ninguém pode collectar esmolos para fins religiosos, sem exhibir licença escripta do Vigário da parochia. As licenças do Vigário de uma parochia não servem para outra parochia. A ninguém é permitido servir-se de emblemas religiosos para o fim de esmolar. Esses emblemas só servem para os actos do culto, e não para chamariscos ou iscas de esmolos. Infelizmente ha muitos exploradores, refinados gatunos, que vivem á custa de esmolos angariadas com bandeiras do Divino, pequeninas imagens, etc. Confiamos em que as Autoridades policiaes, a quem incumbe reprimir os abusos, não consintam nesses furtos sacrílegos. (AGUIRRE, 1919, p. 50).

Outro aspecto a ser salientado foi a crescente medicalização⁷³ do cotidiano, que perpassou o imaginário da época. Chama a atenção que:

O projeto civilizatório tem na higienização do mundo social uma de suas faces mais expressivas. Civilizar e higienizar conformam uma gramática fortemente articulada. No entanto, o reordenamento político, econômico e cultural, por exemplo, impôs outros signos que deveriam contribuir para marcar e identificar o Brasil no início do século XX. Um deles foi a própria idéia de progresso e outra a de ordem, desdobráveis em vários níveis e esferas. No registro desses deslocamentos, contudo, é possível detectar permanências, sendo uma delas a própria vontade de higienizar a sociedade, a escola e a infância ... (GONDRA, 2002, p. 315).

Encontrei indícios destas permanências por entre a construção de uma dada sensibilidade relativa ao corpo saudável – este, para além de não conviver com os desconfortos causados por diferentes moléstias, tão pouco tenderia a conviver com o analfabetismo.

Tomo por corpo urbano escolarizado aquele que vivenciou o processo da educação escolar, em período marcado pela representação da escola enquanto espaço e referência privilegiada de práticas socioculturais, centradas em valores da modernidade. O contraponto ao corpo do homem urbano escolarizado seria aquele que, por qualquer motivo, tivesse ficado à mercê ou sido excluído do universo escolar, sem ter passado pelo processo da

⁷³ Medicalização “ ... refere-se ao processo de transformar questões não-médicas, eminentemente de origem social e política, em questões médicas, isto é, tentar encontrar no campo médico as causas e soluções para problemas dessa natureza. A medicalização ocorre segundo uma concepção de ciência médica que discute o processo saúde-doença como centrado no indivíduo, privilegiando a abordagem biológica, organicista. Daí as questões medicalizadas serem apresentadas como problemas individuais, perdendo sua determinação coletiva. Omite-se que o processo saúde-doença é determinado pela inserção social do indivíduo, sendo ao mesmo tempo, a expressão do individual e do coletivo” in COLLARES, Cecília ^a L., MOYSÉS, Maria Aparecida A. **A transformação do espaço pedagógico em clínico (a patologização da educação)**. <http://www.cmmcovas>, 07/07/2003 10 h.

educação formal. Além do que, intuo a existência daqueles que, por motivos quaisquer, discordassem desse modelo. Porém, é inegável a presença, de maneira genérica naquela época, entre tais excluídos, de parte significativa das classes trabalhadoras.

Enfim, após estas breves considerações, que apenas sinalizam em que direção tracei questões acerca de algumas sensibilidades relativas ao corpo saudável e escolarizado, proponho-me a dialogar com mais vagar, pontualmente, com as fontes privilegiadas.

3.1 O corpo e a fotografia: leituras possíveis

Bragança é uma cidade cercada de montanhas e cheia de morros. No inverno, bem pela manhã, ela fica tomada pela neblina e pelo frio. No verão ela tende a ser mais fresca, por conta de sua altitude e localização. Alguém que venha de fora, que não a conheça, muitas vezes se assusta com suas ruas centrais tão estreitas. Em algumas dessas ruas, o sentido para o fluxo de veículos, ainda hoje, é único, e apenas uma pessoa por vez pode caminhar pela calçada. As ruas centrais da cidade são, em sua maioria, íngremes. Os velhos caminham com muito vagar e cuidado pelas calçadas estreitas. É necessário fôlego e determinação para subir e descer as ladeiras intermináveis de Bragança. Talvez, tais impressões e sensações relativas à cidade também tenham sido compartilhadas pelos seus moradores e visitantes, em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Nas ruas centrais, ora aqui, ora lá, é possível flagrar uma casa de fins do século XIX e início do XX, ou pelo menos uma fachada que, quase por acaso, como obra de um descuido ou esquecimento, ainda possui um ornamento que denuncia sua idade – seja no frontão, na balaustrada, no gradil dos portões, nas bandeiras ou nas datas colocadas sobre as portas. Quando se olha para os fundos dessas casas, tem-se a impressão que as mais antigas estão agarradas nas encostas dos terrenos para não caírem.

Algumas dessas casas localizadas no centro da cidade possuíam mais de um andar e quintais grandes nos fundos. Em alguns deles, há alguns anos, existiam ainda cômodos que eram alugados como casas de fundos, um pequeno galinheiro, um canteiro de verduras, algumas árvores frutíferas – pés de limão-vinagre, goiaba, mexerica, jabuticaba e alguns solitários pés de mamão. Neles também havia espaço para “quarar” a roupa que era

pendurada em grandes varais. Muitas dessas casas antigas deram lugar aos prédios de apartamentos e aos estacionamentos que invadiram o centro urbano, sobretudo a partir da década de 80 do século XX. Na maior parte das casas que ainda existem, os porões possuem pequenas aberturas retangulares, vedadas por grades. Essas aberturas estão voltadas para a rua, quase ao nível do chão. A finalidade dessas aberturas é garantir a iluminação e a ventilação do espaço. Sempre gostei de espiar escondida por essas aberturas, quando saía a passear pela cidade, apesar do cheiro ruim de umidade que muitas exalavam. Ainda hoje, sou atraída pela tentação de perscrutar o que tais porões poderiam acolher além de móveis, ferramentas, malas, papéis velhos e muita, muita poeira... Talvez estejam nesses porões o meu avô picando o fumo de corda de seu cigarro de palha, a minha tia Tita ajudando a bordar minha roupa de bailarina, a minha avó, já doente, sentada no terraço tomando sol...

Quando era pequena, por algum tempo, trabalhou para minha família uma jovem mulata, alta e bonita chamada Dericá, vinda do sítio. Dormíamos no mesmo quarto. Uma vez, ela me levou a passear na casa de alguns amigos. Eles moravam na rua do Comércio, na parte de baixo de uma casa pintada de azul e branco. No andar de cima morava uma família de imigrantes italianos. Entrei por um pequeno portão lateral da entrada principal da casa; descendo vagarosamente degraus abaixo, encontrei-me em um outro mundo – no porão. O espaço era mal iluminado e não cheirava umidade. As pessoas de lá me receberam com atenção. Apesar de ser criança, sabia que estava em uma casa humilde – os móveis, as louças e as panelas sobre a mesa denunciavam os poucos recursos. Eles moravam em um porão. Não sei o motivo pelo qual esta lembrança me acompanha; não voltei mais para aquela casa nem sei o nome das pessoas que moravam lá. Mas guardei as impressões que este passeio me causou. Essa casa já não existe mais: hoje, há um consultório odontológico no lugar que foi totalmente reformado.

Morei por muitos anos na rua Dr. Tosta, em um sobrado construído em fins da década de 50. Ele ficava nessa rua, que é muito íngreme. Na sua frente havia o enorme – alto e comprido – muro lateral de pedras do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá. Eu fiz o pré-primário neste grupo. Ele parecia tão grande – tinha o teto e as portas da casa de um gigante. Em seus corredores e salas, eu me sentia muito pequena e frágil.

O quintal dessa minha casa não era grande, mas ficava em uma posição estratégica. Dele, eu podia avistar quase todos os quintais do quarteirão e observar os varais da

vizinhança. Sabia em que casas existiam crianças pequenas e recém-nascidos, os varais as denunciavam. Muitas vezes, o longo fio que sustentava as roupas era amparado por uma taquara. Esta garantia que o fio não arrebetasse com o peso das roupas ainda molhadas. A mesma taquara também servia para abaixar e elevar o fio, facilitando a lida diária das mulheres. Quando olhava para eles de longe e do alto do quintal, o colorido e o movimento das roupas, causado por uma brisa mais forte, prendiam-me a atenção. Parecia que elas começavam a dançar de uma hora para outra, como se tivessem vida – hoje, esta lembrança remete-me às pinturas de Volpi. Desse quintal, até os meus seis anos, podia avistar quando a maria-fumaça passava apitando no leito que deu origem à atual Avenida dos Imigrantes, lá pelas onze horas da manhã... Seria mesmo este o horário? A minha mãe sempre me lembrava que era perigoso ficar pendurada no muro do quintal e cair. A Estrada de Ferro Bragantina foi extinta em 1967. Os moradores mais antigos da cidade, ricos ou pobres, falam com saudade dela. Também podia avistar dos fundos da casa o pasto do Vieira. Ali onde hoje está o Jardim América, tomado por casas enormes.

O passar do meu tempo era regulado pelo barulho do sinal e algazarra das crianças no recreio do grupo escolar e pelo apito do trem. Ah, tinha também um senhor que sempre descia pela rua montado em seu cavalo – isso nos idos da década de 60 –; vestido de terno claro, com um guarda-chuva preto pendurado no braço e chapéu na cabeça, na hora do almoço e no fim da tarde; fizesse sol ou chuva, frio ou calor. Eu não precisava avistá-lo, sabia que estava passando na rua porque podia escutar a ferradura do cavalo indo de encontro ao paralelepípedo – toc, toc, toc. Ele trabalhava no serviço de abastecimento de água; para mim, ele cuidava da caixa d'água da cidade. Ele era pai do Cassinho, amigo de meu pai que foi para Aparecida do Norte cumprir a promessa com ele; quando espreitava escondida do terraço de casa aquele senhor de idade, nunca esquecia desse detalhe.

Mas, sobretudo, o que me chamava a atenção e ainda chama, quando passeio pelas ruas centrais e por alguns lugares de Bragança, é que tais espaços carregam os nomes de pessoas que pertenceram às elites locais. No início do século XX, as denominações das ruas e dos logradouros públicos traziam inscritos indícios do relevo da cidade, das principais atividades econômicas locais, de ideais e de práticas socioculturais características do período;

elas denominavam-se: Rua dos Porcos, Rua do Agravo, Rua do Lavapés⁷⁴, Rua da Independência, Travessa do Riachuelo, Largo 13 de Maio, Largo da Liberdade, Travessa da Misericórdia, Praça da Matriz, Rua Alegre, Rua da Palha, Rua do Comércio, Rua da Estação, Rua do Matadouro, Rua do Mercado, Rua Direita, Largo da Cadeia Nova, Largo da Estação, Largo Municipal, Praça do Mercado, Rua das Pedras e Largo das Pedras⁷⁵. Os nomes delas foram alterados vagarosamente. Afinal de contas, os motivos para designá-las pelos seus antigos nomes não condiziam com os ares da “modernização cosmopolita” e do progresso econômico-cultural que se almejava implementar e reconhecer na cidade. Que dizer de nomes como: Rua da Palha, Rua dos Porcos, Rua do Agravo e Rua Alegre (na qual habitavam e perambulavam as mulheres faceiras da cidade), dentre outros, em pleno alvorecer do século XX?

E nada mais significativo e instigante para um observador do que o fato de que as ruas e logradouros de Bragança passassem a ostentar os “nomes e sobrenomes” dos coronéis, ricos proprietários de terras e cafeicultores de uma determinada família local, e dos grandes comerciantes do município. Tratava-se de homenagem póstuma de seus herdeiros e elucidativa das relações de poder vigentes na cidade de outrora, talvez, da tentativa de perpetuá-las – pelo menos – na memória local. Tais ruas passaram a se chamar: Rua Coronel Theophilo Leme, Rua Coronel Osório, Rua Coronel João Leme, Rua Coronel Assis Gonçalves, Travessa Nicolino Nacaratti, Rua Barão de Juqueri, Praça Raul Leme, Praça Jacintho Osório; em período posterior, Avenida José Gomes da Rocha Leal, Avenida Antonio Pires Pimentel, Rua Felipe Siqueira, dentre outras. Apesar desses nomes passarem a compor a identificação dos endereços urbanos nas primeiras décadas do século XX, isso não significou que os antigos nomes dessas ruas e logradouros fossem apagados das memórias locais – muitos ainda recorrem a eles para explicar a localização de algum lugar: Rua do Mercado, Rua do Comércio, Rua da Biquinha, Rua do Lavapés, Larginho do Ovo, Largo das Pedras e Largo do Matadouro – talvez em uma tentativa de resistência cultural à mudança, mesmo que não tão consciente assim.

⁷⁴ Pessoas de mais idade, com as quais conversei no transcórre deste trabalho, ainda hoje se recordam que no fim desta rua havia um chafariz, nas vizinhanças de um estreito córrego e que, quando as pessoas vindas da zona rural chegavam à cidade, era ali que elas se lavavam e saciavam a própria sede e de seus animais.

⁷⁵ As duas pedras que inspiraram o nome desses logradouros foram dinamitadas e tiradas do local, nos primeiros anos do século XX.

Desde pequena, quando caminhava pelo centro de Bragança, ficava pensando nos motivos pelos quais “aqueles nomes e sobrenomes” tinham invadido a cidade. Na adolescência, quando entrava no Clube Literário, passava por um rol de imagens. Estas traziam os bustos retratados de seus antigos presidentes, alguns em pinturas e os mais recentes em fotografias. Deparava-me com alguns daqueles “sobrenomes”, identificados logo abaixo das imagens, então a mesma sensação me assaltava... E, mesmo hoje, quando vou à Câmara Municipal e me deparo com os bustos retratados de seus antigos presidentes, novamente sou tomada por tais dúvidas. Como, quando e por que tais pessoas passaram a ser referências privilegiadas das memórias e das histórias de Bragança? Quais os significados dessas mudanças? Elas seriam rastros da privatização do espaço público?

As fotografias, os retratos pintados e os bustos esculpidos daquelas pessoas já mortas, e que haviam pertencido às elites locais, são representações silenciosas e estáticas de seus corpos. Essas imagens são marcadas pelo tempo. Os desgastes dos suportes ou dos materiais lembram-me cicatrizes e a luta pela perenidade das histórias e das memórias dos corpos representados, na condição de lembranças ou na de “monumentos/documentos” (LE GOFF, 1990), a serem reconhecidos por todos de Bragança, para além dos limites de seu tempo de existência. Como não experimentar certa inquietação com a fotografia amarelada e manchada nas bordas, com as molduras trincadas, com a laca da tela à óleo escurecida e craquelada pelo passar dos anos, com o bronze das esculturas tomado em alguns cantos pelo zinabre viscoso e com o musgo que parece drenar as forças das esculturas de mármore? Para mim, parecia que essas representações estavam em todo lugar de Bragança por onde circulava. Tinha a sensação infantil que elas estavam em vigília permanente a espreitar as almas e os sonhos dos moradores da cidade. Na sala da diretoria da escola, nas paredes das salas do museu, no saguão da Santa Casa, nos jardins das praças.

Estas “representações estáticas e silenciosas” também têm suas raízes e força nas narrativas e memórias de alguns moradores da cidade. Havia e há uma versão da história local que não cessa de ser apregoada. Segundo tal versão, Bragança estagnou com a queda do café, e como os grandes cafeicultores, em sua maior parte, pertenciam à família Leme ou eram seus aliados políticos, todo progresso e riqueza que a cidade um dia teve, deveu-se a tal família e aliados. Lê-se “estagnação e atraso” na mudança do eixo econômico e no ritmo de crescimento local. Esta versão tende a excluir do horizonte as tensões e os conflitos,

ancorados em experiências das classes trabalhadoras. Os sujeitos históricos cedem lugar aos “heróis locais”, consagrados por uma versão monolítica de história e de memória de Bragança. Nessa versão, o cenário urbano parece estar tomado por rumores pesados de um tempo que não volta mais. Como se fosse possível silenciar os rastros de dissonâncias e as permanências de práticas socioculturais impregnadas de resistências. Quem sabe, em uma tentativa de legitimar no presente, com argumentos assentados em tal versão do passado – esta, tomada como uma grande angular – desmandos locais que se evidenciam nas precárias condições de sobrevivência de parcela significativa das classes trabalhadoras no município.

A par das considerações acima e da leitura de imagens localizadas em acervos diversos e nos periódicos locais, considerei a hipótese de encontrar, em particular nas iconografias impressas em tais publicações, sensibilidades relativas ao corpo. Elas são representações estáticas, silenciosas, bidimensionais, impressas em preto-e-branco, poderiam parecer apenas “fragmentos dispersos” (KOSSOY, 1999), mas que foram tomadas como fontes passíveis de historicidade.

Procurei observar a particularidade das origens, dos usos, das veiculações, dos temas e das ocasiões privilegiadas nas iconografias impressas⁷⁶. Na maior parte das vezes, não consegui localizar a autoria delas e a identidade de todas ou pelo menos da maior parte das pessoas representadas. Busquei não excluir de minha análise marcas da intencionalidade e da subjetividade do fotógrafo, mediadas pelos dispositivos técnicos utilizados. Busquei nas posturas e gestos dos corpos representados, no entorno tomado como cenário, na composição, nos “enredos sociotécnicos” registrados, as sensibilidades relativas ao corpo. Não tive a pretensão de analisar um vasto conjunto de fotografias, porque considerei que tal procedimento não seria *condição sine qua non* para dar conta dos objetivos propostos. Contudo, saliento que a seleção das fotografias pressupõe a identificação, análise e seleção prévias de um número significativo de imagens.

Julguei oportuno traçar algumas breves considerações sobre o contexto sócio-cultural e a trajetória da imprensa em Bragança, na virada do século XIX para o XX, porque centrei

⁷⁶ As imagens analisadas e impressas neste trabalho foram digitalizadas mediante o uso de máquina fotográfica digital e de scanner com o intuito de minimizar quaisquer agressões à integridade dos documentos de origem. Em decorrência destes procedimentos, algumas imagens possuem suas margens desiguais, porque muitos dos periódicos foram encadernados com suas folhas fora de esquadro. Ainda, optei por trazer imagens com o mínimo possível de intervenção em suas características físicas através do uso do *software* digitalizador. Contudo, dada a precariedade técnica das alternativas de impressão disponíveis para trabalhos desta natureza, algumas tiveram seu colorido tendendo excessivamente para o amarelo ou marrom, motivo pelo qual julguei necessário inserir em cada exemplar da tese um CD com cópia das imagens impressas.

minha leitura imagética no cotejo de iconografias impressas nos periódicos locais com fotografias localizadas em diferentes acervos. Os periódicos privilegiados neste trabalho foram publicados pelas elites locais, porque até a presente data não localizei periódicos das classes trabalhadoras de Bragança.

3.1.1 Situando os periódicos locais

No contexto sócio-cultural da época privilegiada, a imprensa em Bragança era identificada como um dos símbolos do progresso e do avanço da civilização. É o que se pode observar pelo testemunho identificado na primeira página do periódico bragantino *O Guaripocaba*, em uma carta escrita por um membro do Club dos Estudantes (fundado em 1876) endereçada ao jornal, na qual, em dada altura da missiva, o autor afirma que:

Sabe-se ainda, porem, que a imprensa é o carro do progresso, e que vós sois os apóstolos da verdadeira civilização, a força motora do desenvolvimento do que há de mais bello e vantajoso á vossa pátria. (*O Guaripocaba*, 22/07/1877, ano I, nº 6, p. 1).

A imprensa aparece como força motora do progresso e aquele que escreve como o apóstolo da civilização. No ano seguinte, localizei no editorial desse mesmo jornal, considerações tecidas acerca das dificuldades encontradas por aqueles que se voltavam às lides jornalísticas, registradas a seguir:

O primeiro periódico fundado nesta cidade foi acolhido com reserva e desconfiança; e alguns chegavam a descobrir nesse elemento de progresso – um pomo de discórdias, intrigas e vinganças mesquinhas [...] – Nós prosseguindo na obra encetada pelo illustre iniciador da imprensa bragantina, continuamos a topar com as mesmas dificuldades. Este estado, porem deve ir melhorando: temos fé. A mingua de recursos para se obterem livrarias o jornal suppre essa falta: em pouco tempo uma colleção de folhas forma uma pequena bibliotheca, variada de conhecimentos, noticias, estatísticas, biographias, descripções, noções de sciencias e artes, em fim uma verdadeira encyclopedia. Todas as nações cultas reconhecem esta verdade – nos Estados-Unidos e cantões da Suissa o jornal faz parte dos habitos do povo; é n'elle que bebe conhecimentos e os dados para julgar do andamento dos negocios publicos e do gráo de moralidade dos depositarios do poder. (*O Guaripocaba*, 03/03/1878, ano I, nº 38, p. 1).

É significativo que o autor do artigo do *O Guaripocaba* tenha se preocupado em reafirmar que a imprensa é o carro do progresso, mas que também é o espaço no qual vicejam discórdias, intrigas e vinganças; por conseguinte, espaço de tensões e de conflitos. A imprensa é um espaço de desavenças, contudo ela é necessária porque divulga “conhecimentos e dados necessários” para que a população possa avaliar o andamento da administração dos negócios públicos. Aspecto interessante é que o jornal foi colocado, nesse artigo *d’O Guaripocaba*, em fins do século XIX, no mesmo patamar que o livro, pois a escassez de bibliotecas, na voz do autor, era minimizada pelo jornal, com a vantagem que este oferecia uma gama variada de conhecimentos, cuja ordenação poderia dar origem até mesmo à uma coleção, que assumiria ares enciclopédicos.

Ponto que a preocupação e a discussão relativas aos temas científicos esteve presente nos vários artigos que li. A apologia e a disseminação da ciência pelos impressos periódicos são marcas indeléveis do avanço da modernidade, registrando uma nova sensibilidade que emergiu acerca do conhecimento – agora científico –, mote do progresso e da civilização. Na época, procurava-se deixar de lado a explicação divina dos fatos e da vida, privilegiava-se uma explicação pautada por regras da ciência – no caso específico, positivista e liberal – distante das emoções pessoais (GAY, 1988). Além do que, alguns conhecimentos e práticas populares passaram a compor o rol das infrações legais. Assim, no jornal *A Notícia*, na seção de “Notas Policiais”, mereceu destaque a prisão de um feiticeiro, apresentado como um indivíduo sem ocupação:

Pelo inspetor de quarteirão do bairro dos Curitibanos, foi preso e remetido ao dr. Delegado de polícia, um individuo sem ocupação, que vivia pelo bairro a illudir os incautos com praticas de feitiçaria. Esse individuo, que se chama Francisco de tal, é companheiro do preto Simão. Em poder do preso foram encontradas diversas missangas. (*A Notícia*, 22/05/1907, ano II, nº 164, p. 2).

No diálogo com os periódicos locais também considerei essa nova sensibilidade relativa ao conhecimento, que por sua vez reportava-se a uma outra concepção e percepção do próprio corpo humano, agora como objeto do conhecimento científico, que, por conseguinte não reconhecia e nem admitiria outras práticas que não as ditas “científicas”.

Em relação à imprensa local, entre fins do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, circularam vários periódicos⁷⁷ na cidade. Muitos deles traziam propagandas de estabelecimentos e de profissionais, da própria localidade e de outras cidades. Merece destaque que, através dessas propagandas, foi possível perceber as mudanças que a industrialização crescente e coetânea da riqueza gerada pelo café propiciaram ao cotidiano da época pesquisada: o acesso a produtos importados e a uma variedade de mercadorias, antes inimagináveis nas mais diferentes áreas. Além do que essas diferentes propagandas traziam também referências aos novos serviços e equipamentos urbanos que foram instalados nas primeiras décadas do século XX em Bragança. Nos periódicos locais não encontrei referências explícitas às outras religiões que não a católica, muito embora não possa deixar de salientar que encontrei várias referências jocosas aos padres, como a anedota abaixo:

Altas horas da noite desce por uma corda, de uma das janellas de um sobrado um padre.

Os rondantes, que o viram, exclamam arrogantemente:

- Quem vem lá?

O padre atrapalhado:

- É a segunda pessoa da Santissima Trindade que desce a terra para se encarnar.

- Pois então desça, que o queremos crucificar.

Elle pressuroso tornando a subir:

- Já está resurgindo ... já está resurgindo. (Anuario de Bragança para 1902, p. 69).

Também deparei-me com um movimento de resistência à hegemonia católica na cidade, registrada por um contemporâneo da época, nos seguintes termos:

Em 11 de Fevereiro de 1906 foi collocada na sala do Tribunal do Jury a imagem de Christo cruxificado, porém, em Dezembro do mesmo anno, passando o edificio por uma reforma da escoragem e ancoragem, foi a imagem retirada e não mais collocada. No mez de Abril deste anno fez-se um outro abaixo assignado pedindo a collocação da mesma Imagem, assignando a representação 385 pessoas. Ao mesmo tempo foi endereçado ao dr. Juiz de direito um protesto contra aquella pretenção, assignado por

⁷⁷ De acordo com levantamento de Francisco César de Araújo (19..): O Século XIX (1875), O Pica-pau (1876), O Bragantino, O Guaripocaba (1877), O Mirim (1877), O Almiré (1880), Echo Bragantino (1881), Guaripocaba Mirim (1883), Lábaro (1883), O Bragancense (1884), O Bilontrinha (1887), Iris Bragantino (1889), Diário de Bragança (1889), Correio Bragantino (1889), O Quinze de Novembro (1889), Rabiscos (1890) Gazeta de Bragança (1890), Cidade de Bragança (1895)⁷⁷, A Grinalda (1896), Gazeta Republicana (1896), Almanach de Bragança (1899), Commercio de Bragança (1899), Almanack de Bragança (1900), Almanach de Bragança (1902), Anuário de Bragança (1902), O Republicano, A Violeta, Anuário de Bragança (1904), A Notícia (1905), Tira-Prosa (1906), O Ferrão (1906), O Domingo (1907), A Imprensa (1907), O Lyrio (1908), O Sorriso (1908), Coió (1910), O Bilontra (1910), O Traque (1910), O Debate (1910), Aurora (1911), Bitu (1911), A Comarca (1911), Clarin (1912), Echos de Bragança (1912), A Faisca (1912), O Bragantino (1912), Echos da Parochia (1912), Almanach Bragantino (1913), A Renascença (1914), A Flexa (1914), O Beija-flor (1916), O Imparcial (1917), O Lyrio (1917) e Athenéa (1918).

19 jurados, que pediam o cumprimento dos art. Da Constituição que garantem a liberdade de cultos. Ambas as representações não tiveram solução alguma até o dia 18, data em que fizemos esta descrição. (Almanach Bragantino 1914, p. 16).

Os periódicos eram *loci* de tensões e de conflitos. Waldemar Ferreira, colaborador de um periódico, em um artigo intitulado “D. Quixote e os moinhos”, dá testemunho do que foi observado, quando propôs que:

O jornal e o livro estão profusamente espalhados, desde a choupana do operario ao palacio do potentado. Não obstante, o livro circule menos que o jornal. A leitura daquelle demanda, alem de tempo, um estudo acurado, consciencioso, trabalhoso mesmo, e este é lido logo de manham, ao nascer do dia, entre um café e um cigarro. Demais, o operario, por exemplo, nem sempre pôde adquirir um livro devido ao preço alto do volume, ao passo que, com pequena e insignificante quantia, obtem o jornal, o qual, além de oriental-o acerca dos negocios publicos, das grandes questões sociaes, ou de palpitantes assumptos literarios, lhe da, diariamente, noticias do mundo inteiro. Por isso, o jornal deve ter desfraldada a bandeira da paz e do amor, collocando-se ao lado dos fracos e dos oprimidos, e nunca servir de mortalha sinistra a envolver em suas dobres a opinião publica; deve ser livre e independente, altivo e inabalavel, sem curvar-se á prepotencia dos politiqueiros de officio, dos chefetes e satrapas que achincalham a sociedade, cobrindo-a com o manto miseravel das mexeriquices torpes e nojentas. [...] E o jornalista, por isso mesmo, deve ser o evangelizador, o apóstolo de conhecimentos vastos, de caracter esplendido e tempera inquebrantavel, para não ser victima da bilis do villão e do verdugo do assalariado imbecil. (A Noticia, 21/10/1905, ano I, nº 1, p. 1)

No artigo percebe-se a valorização do livro e algumas referências às práticas de leitura da época. Seu autor estimulou-me a propor que as elites locais concebiam a imprensa também como *media* privilegiada para divulgação de seus ideais e para os confrontos entre diferentes visões de mundo. E, nesta perspectiva, os periódicos tendiam a trazer para o espaço do privado idéias e confrontos que vicejavam anteriormente no espaço público – nas praças e nas ruas da cidade. Sendo assim, observei que os periódicos bragantinos e os de circulação nacional traziam inúmeros artigos defendendo a imprensa e sua importância para a prática política – os periódicos apresentam-se como instrumentos privilegiados para e do debate político da democracia liberal, da civilização e da modernidade; daí porque a importância de uma imprensa “livre”. Os periódicos colocavam-se como *loci* privilegiados das discussões políticas mais candentes da época. Tal pretensão tendia a excluir práticas e lugares outros do “fazer” política na recente república, posto que privilegiava a imprensa como o campo de referência para a discussão e a divulgação dos ideais políticos e das

questões econômico-culturais, tendendo a excluir do interior desse campo o iletrado, ou seja, a maior parte dos membros das classes trabalhadoras. Embora o iletrado não tivesse acesso imediato ao conteúdo do texto escrito sem a mediação de algum leitor, suponho que em relação às iconografias impressas tal fato pudesse ter outras características.

3.1.2 Fragmentos do espaço e do tempo, nem tão silenciosos assim...

Bragança foi tomada como cenário em várias ocasiões, privilegiadamente pelos fotógrafos José Abramo, Francesco Parodi, M. Lemmi e Arthur Centini, que produziram várias fotografias da cidade no período, como sugere a nota:

Panorama da cidade – o snr. Arthur Centini, hábil photographo que residiu entre nós por muito tempo, se propoz dotar Bragança com um grande panorama de seu aspecto geral. Para esse fim já o artista photographou a nossa cidade do alto da Penha donde se a descortina em seu conjunto desde o teatro novo na parte superior até o Lavapés na parte baixa. [...] trabalho que depois de acabado deve ser exposto aqui á admiração dos entendidos. O local destinado para essa exposição será provavelmente o Theatro Carlos Gomes. (A Notícia, 23/01/1907, ano II, nº 131, p. 1).

Porém, muitas das fotografias pesquisadas relativas ao dia-a-dia da cidade nos acervos consultados não indicam sua origem e sua autoria. Muitas vezes, elas não possuem referências explícitas que permitam sua identificação e datação. A guarda em acervos familiares ou em entidades como arquivos, centros de documentação ou museus não garantiram que isso não acontecesse.

Observei que as fotografias pertencentes às elites locais tendem a existir em maior número. A identificação das pessoas e dos fatos registrados nessas fotografias foi mais fácil de acontecer porque algumas delas foram publicadas em periódicos locais ou estão expostas em locais públicos.

Localizei também fotografias trazendo registros do cotidiano das classes trabalhadoras, mas a dificuldade em identificá-las e datá-las tendeu a ser maior. Por muitas vezes, pessoas que não pertenciam às elites locais foram fotografadas por solicitação de seus empregadores ou do poder público municipal, com o intuito de registrar algum evento cívico, inauguração ou festa na cidade. Em algumas dessas fotografias, tem-se como primeira

impressão que as classes trabalhadoras foram tomadas como elementos figurativos do cenário. Em outras, as classes trabalhadoras foram fotografadas na lida diária – no trato com os animais, empunhando suas ferramentas de trabalho, em mangas de camisa, com suas roupas em desalinho por conta do esforço físico, alguns com os cabelos desfeitos e descalços. Fotografias que denotavam a clara diferença entre o cotidiano do trabalho e o cotidiano das elites locais, registradas nas poucas iconografias impressas e divulgadas nos periódicos locais.

Nas fotografias relativas ao trabalho, encontrei poucas referências aos nomes, às idades, às nacionalidades, às atividades das pessoas retratadas – ao que parece, esses dados apenas ganhavam significado quando serviam para o controle e a disciplina da população. As classes trabalhadoras foram fotografadas como se os seus corpos apenas ilustrassem “a modernização e o progresso” urbanos.

É como se as histórias e as memórias da cidade, naquele contexto de emergência recente da fotografia⁷⁸, prescindissem de suas existências e trajetórias singulares. Contudo, a “mera” presença de seus corpos nas fotografias subverte esse anonimato e banalização de seus registros, instaurando a possibilidade de significados, narrativas e repertórios outros, perceptíveis no enquadramento, na composição, na iluminação, nas posturas, gestos e nos “enredos sociotécnicos” (SANT’ANNA, 2002) registrados. Nas fotografias produzidas nessas ocasiões desvelam-se as práticas socioculturais e as relações de poder imbricadas no

⁷⁸ A título de curiosidade, de acordo com Pedro Karp Vasquez, o Brasil foi o segundo país da América “... a conhecer a daguerreotipia, logo após os Estados Unidos” (2002, p. 53)



Figura 27 - Largo da Matriz

Data aproximada 1880

Acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano

Fotógrafo desconhecido

Algumas vistas panorâmicas ou fotografias da cidade foram localizadas, mas nem sempre foi possível identificar sua origem e data.



Figura 28- Largo da Matriz

Data 1880

Coleção José Roberto Vasconcellos

Fotógrafo desconhecido



Figura 29 - Largo da Matriz
Data aproximada 1902-1904
Coleção José Roberto Vasconcellos
Fotógrafo desconhecido

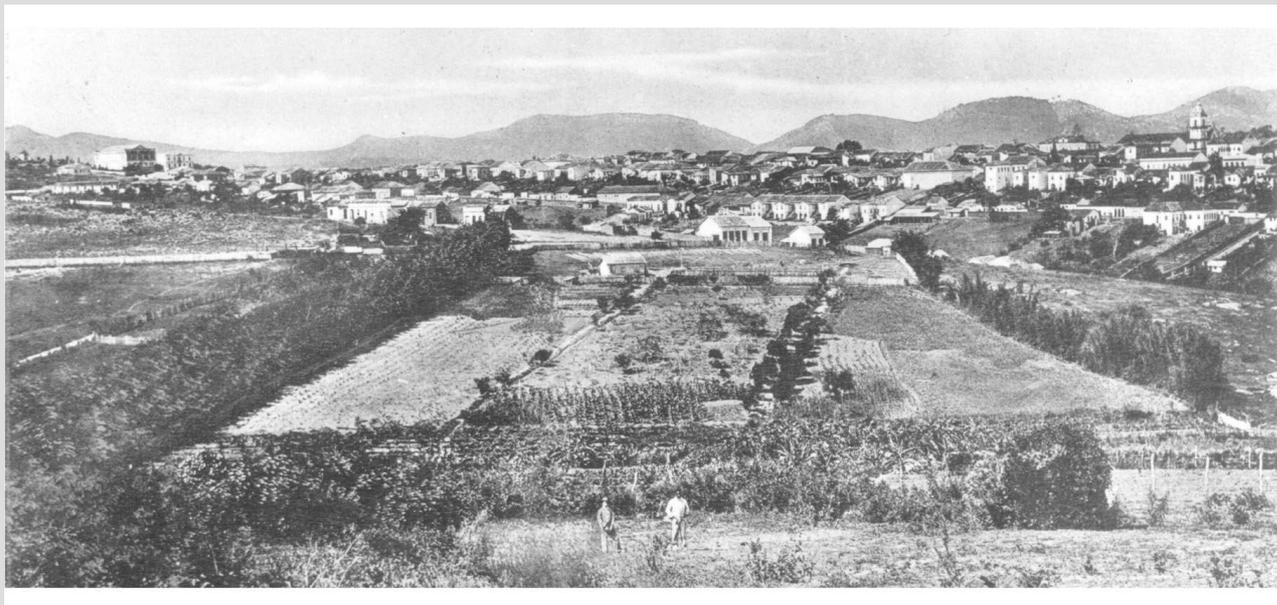


Figura 30 - Vista panorâmica
Data aproximada 1910
Acervo Municipal Oswaldo Russomano
Fotógrafo desconhecido



Figura 31 - Rua do Comércio
Data aproximada 1909
Acervo Municipal Oswaldo Russomano
Fotógrafo desconhecido



Figura 32 - Transporte de material para a instalação da luz elétrica
Largo da Matriz
Data aproximada 1903
Coleção José Roberto Vasconcellos

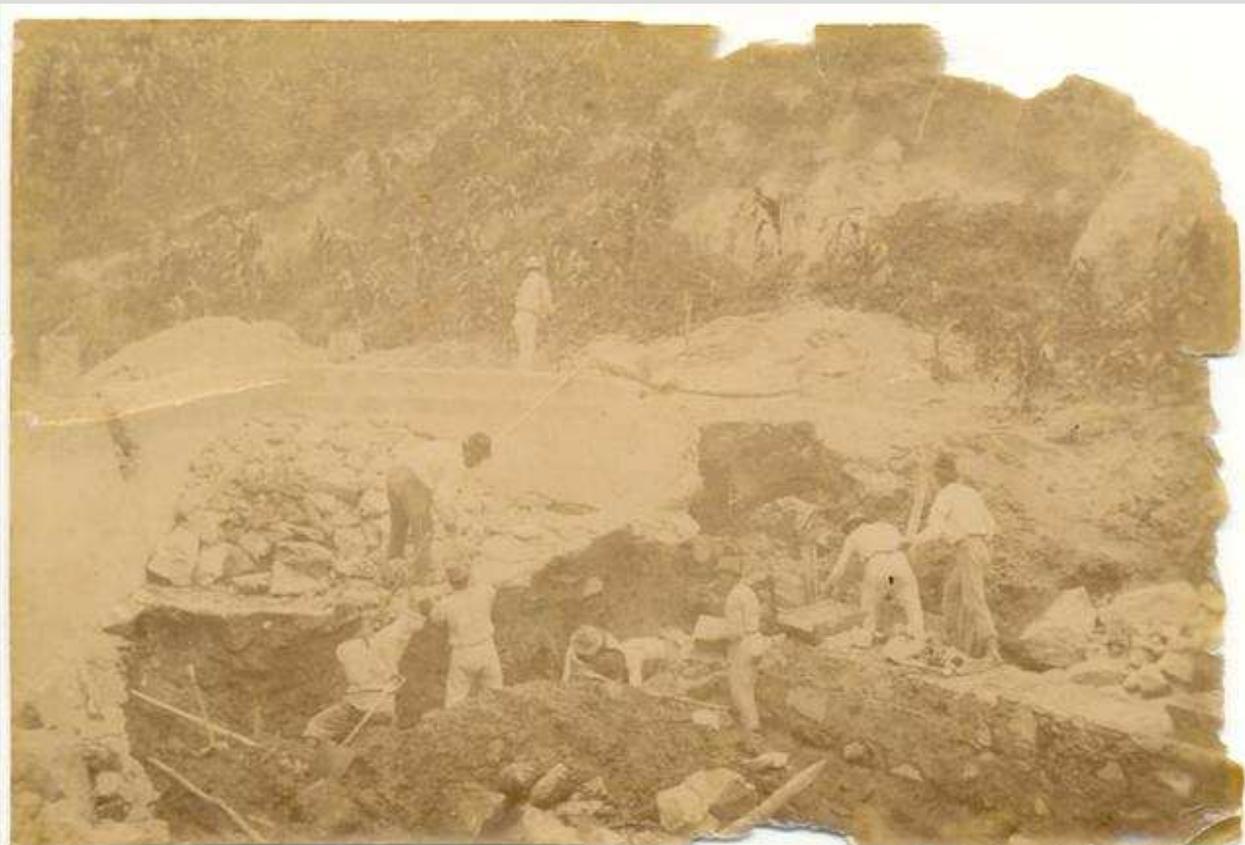


Figura 33- Construção dos alicerces da nova caixa d'água da Bocaina
Data aproximada 1918
Acervo Municipal Oswaldo Russomano
Fotógrafo desconhecido



Construção dos alicerces da nova caixa

Figura 34 - Construção dos alicerces da nova caixa d'água da Bocaina

Data aproximada 1918

Acervo Municipal Oswaldo Russomano

Fotógrafo desconhecido

ato fotográfico. A par destas considerações, cabe reafirmar ainda que a ambivalência e o paradoxo são intrínsecos aos acervos imagéticos, posto que a fotografia:

... não pode ser “vista” como a imagem exata [do que foi fotografado]. Ao abolir a inscrição do objeto na duração, a fotografia capta um momento que é figurado na imagem numa situação de futuro anterior. E [...] à fotografia não seria dada a capacidade de conservar o passado, mas tão somente a de produzir referências para a rememoração do presente. A eficácia da imagem fotográfica repousa na sua capacidade de mesclar a estranheza do que mostra com a intimidade de nossa memória. Enquanto produção antecipada de memória, ela guarda uma proximidade com o acervo de nossas recordações pessoais. O conteúdo “verista” ou a realidade figurada na fotografia, muitas vezes, tem um papel secundário, ganhando relevo os efeitos suscitados naquele que as contempla. (SCHAPOCHNIK, 1998, p. 459).

Corporação Musical do Prof. Hermógenes de Paiva⁷⁹

Algumas fotografias da Corporação Musical do Prof. Hermógenes de Paiva aguçam a percepção em relação às considerações esboçadas.

A fotografia da Corporação Musical do Prof. Hermógenes de Paiva, que era de Bragança, tirada em um piquenique em comemoração do 13 de maio no ano de 1920, no bairro de Caetetuba, em Atibaia, sugere outras histórias e memórias locais. Os músicos com seus instrumentos musicais, estão ladeados por adultos, jovens e crianças. Não há mulheres na fotografia. Alguns estão calçados, outros com os pés no chão, como o rapaz com os braços cruzados no lado esquerdo da fotografia. Há sorrisos nos rostos de alguns, há olhares curiosos e gozadores. Há brancos e negros na fotografia. Há uma diversidade nas posturas, nos gestos e nos trajes registrados. Alguns estão sentados em um tronco de madeira, outros em pé, os mais jovens estão sentados no chão ou agachados. Ao fundo temos um taquaral e o chão está forrado de folhas secas. Mas, na fotografia, dois meninos chamam a atenção – um veste camisa xadrez e o outro tem um lenço amarrado com a mesma estampa nos ombros.

Atentando para tal “coincidência”, coloquei aquela fotografia manchada e rasgada nas bordas próxima de uma outra, que estava mais conservada e íntegra. Nessa outra, suponho que foram fotografados os moradores da zona rural que estavam participando do piquenique. Muitas das pessoas envergavam adereços com o tal pano xadrez. Na fotografia aparecem homens e mulheres, velhos, jovens e crianças, brancos e negros. Alguns estão com chapéu de

⁷⁹ Todas as imagens relativas a essa corporação pertencem ao acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano.

palha e outros não. Alguns carregam crianças. Alguns estão em pé, outros sentados no chão, por sobre o mato. Ao fundo havia árvores diversas. Essa fotografia não poderia ter sido tirada mais de perto, porque havia muitas pessoas para serem fotografadas.

Uma terceira fotografia localizada e tirada na mesma ocasião, comparativamente às duas anteriores, é bastante “eloqüente”. Nela não há mulheres. É uma fotografia produzida em um momento de descontração: pode-se observar a existência de garrafas nas mãos de alguns adultos; jovens, do lado esquerdo, fizeram-se fotografar como se estivessem bebendo. A fotografia registra diferenças sociais. Ao centro da imagem temos homens vestidos de terno, alguns com os paletós abotoados, outros com chapéu. Ao fundo desse grupo de pessoas, do lado esquerdo é possível perceber um homem uniformizado – seria um militar ou o maestro da banda de música? Às margens direita e esquerda desse grupo, à sua frente, temos um outro grupo de homens. Eles se diferenciam pela postura, gestos e vestimentas – e alguns pela cor de pele.

O cotejo dessas fotografias com as iconografias impressas provocaram-me no sentido de perscrutar nelas indícios de outras histórias e memórias locais.

Iconografias impressas

Ao longo da pesquisa, cultivei a esperança de encontrar iconografias impressas que registrassem outras pessoas, além daquelas pertencentes às elites locais, nos periódicos bragantinos consultados. Tal não aconteceu, o que não significa que essas pessoas não tenham sido tomadas pelo desejo de serem fotografadas ou que iniciativas do poder público não tenham adotado esta prática, assim como sugere a nota: “Foi photographado, no dia 19 do corrente, Sabino Horacio da Silva, processado por crime de furtos de animaes.” (A Noticia, 21/04/1906, ano I, nº 53, p. 2).

Acredito que a ausência das classes trabalhadoras nas iconografias impressas nos periódicos pesquisados é uma particularidade local. Privilegiaram-se iconografias masculinas em detrimento das femininas, dos adultos em detrimento das crianças. Não localizei iconografias de negros ou de mulatos, nem tampouco de índios. Também não localizei iconografias impressas relativas ao universo do trabalho; já as poucas iconografias



Figura 35 - Corporação Musical do Prof. Hermógenes de Paiva
Data aproximada 1920
Acervo Municipal Oswaldo Russomano
Fotógrafo desconhecido

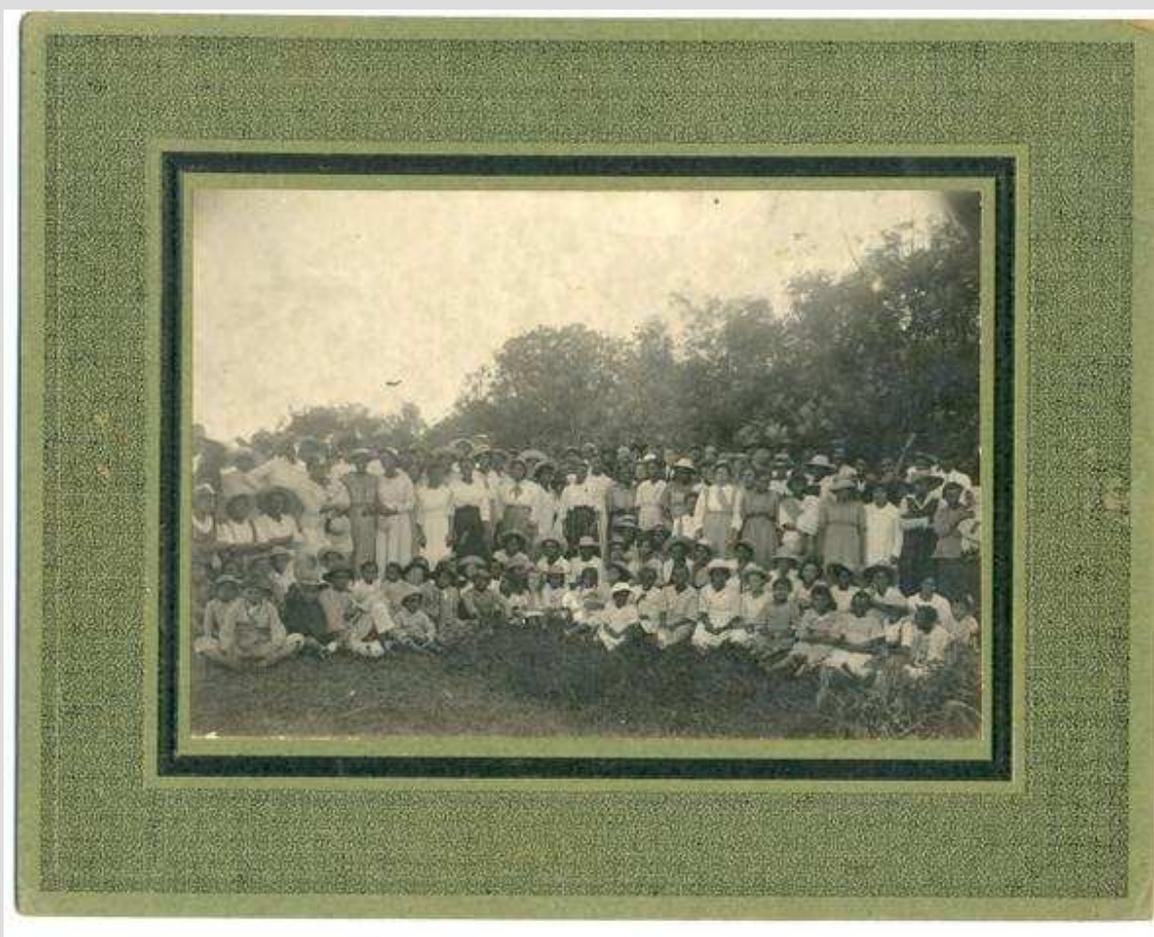


Figura 36 - Comemoração de 13 de Maio em Caetetuba, Atibaia

Data aproximada 1920

Acervo Municipal Oswaldo Russomano

Fotógrafo desconhecido

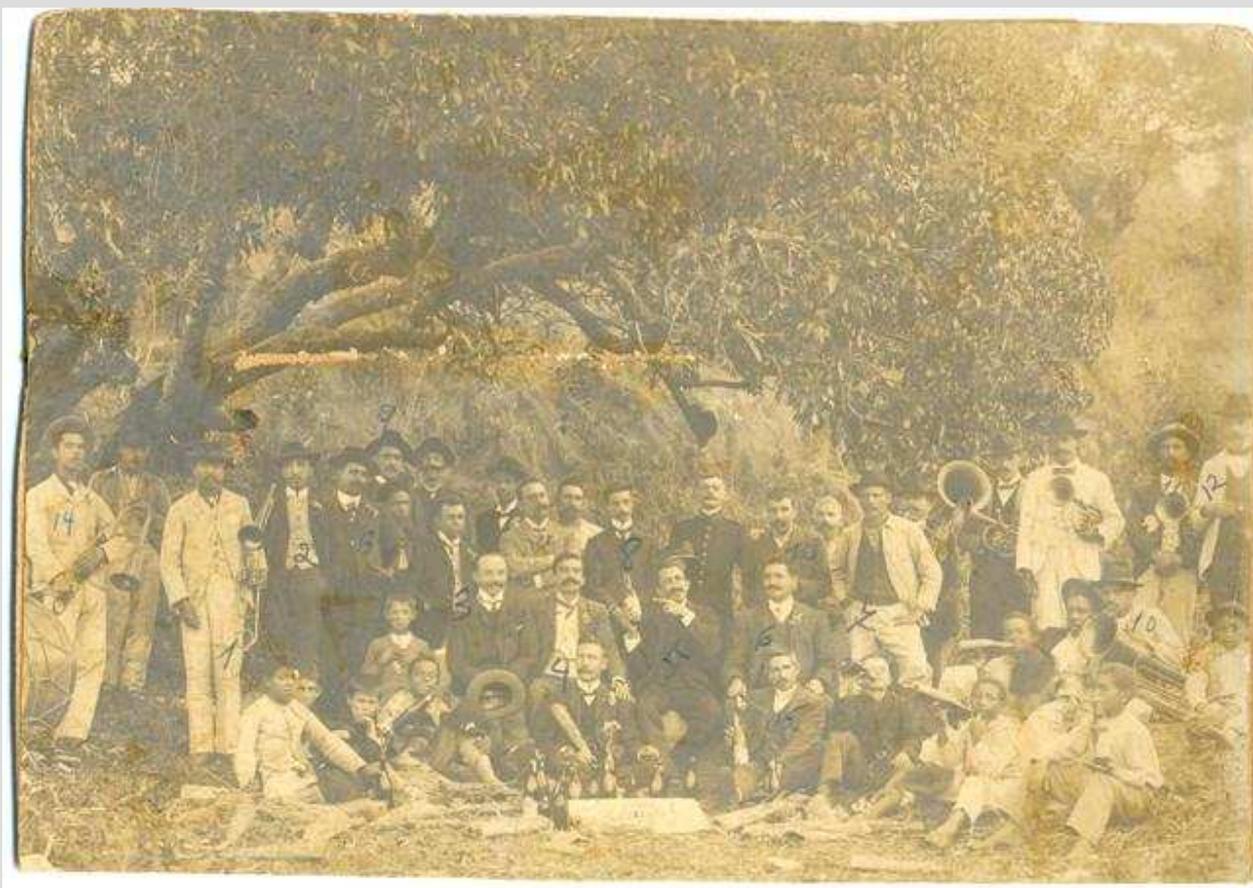


Figura 37 – Piquenique em comemoração a 13 de Maio em Caetetuba, Atibaia
Data aproximada 1920
Acervo Municipal Oswaldo Russomano
Fotógrafo desconhecido

que registram momentos de lazer reportam-se às práticas consideradas “civilizadas e modernas”, saraus, bailes ou frequência à biblioteca.

A iconografia “**Uma fotografia de 20 anos atrás**” foi uma das poucas localizadas nos periódicos que registram um momento de descontração para além dos bailes e saraus.

A iconografia “Biblioteca do Clube Literário” foi outra reprodução impressa na revista *Renascença* que registra um momento de lazer dos sócios. Não foi possível identificar a autoria. Ela traz a reprodução fotográfica da biblioteca do Clube Literário, registra a presença de dois homens sentados à esquerda da mesa, três à direita e na extremidade, ao que parece, uma mulher vestida de branco. Os homens envergavam casacas. Daqueles que é possível avistar o rosto, apenas um não possui bigode. Este parece ler um livro, enquanto os demais lêem jornais. Esta prática de leitura sugere o letramento. A postura, os gestos e os trajes transmitem a sensação de sobriedade e comedimento – da disciplinarização dos gestos. A iconografia parece indicar silêncio, porque a leitura individualizada é realizada em uma biblioteca. Lugar que sugere concentração, apesar de o espaço em que ela se realiza ser coletivo. A representação destes corpos, a temática e o enquadramento desta fotografia sugere que as pessoas retratadas além de pertencerem às elites locais, são leitoras, escolarizadas e saudáveis, assim como são também pessoas respeitadas e civilizadas – sabem comportar-se em público e possuem acesso a alguns dos “enredos sociotécnicos” (SANT’ANNA, 2002) emblemáticos da modernidade, os matérías impressos. O fotógrafo privilegiou um recorte temático e uma perspectiva na qual é valorizada, no espaço da biblioteca, a existência de duas grandes estantes de livros, por entre as quais existe uma ampla e comprida mesa de leitura, ladeada por leitores sentados. A iluminação do local é valorizada pelo registro imagético das lâmpadas elétricas. Elas pendem do alto teto até uma altura que teria sido considerada satisfatória para a iluminação do ambiente, a leitura e o trânsito das pessoas. Já a ventilação e a iluminação naturais da biblioteca foram destacadas pelo registro da grande vidraça em arco e das bandeiras das portas, que também possuíam vidros, ao fundo da biblioteca. As duas portas encontravam-se abertas, mas não se consegue distinguir para onde elas davam com precisão.

Em particular, ao folhear a coleção de um jornal local, “*A Notícia*”, relativa ao biênio de 1906-1907, deparei-me com apenas uma iconografia impressa na época. Ela

Impressões ...

Mlle. X. S.

O roseo viço do semblante, os traços firmes de sua bocca vermelha, os cabellos de um ludo castanho carregado de reflexos dourados, o busto de uma garba quasi hispanhol, o gesto, o sorriso enluta, constituem em Mlle. a apothéose vibrante da mocidade — é a goulfeza distinta de sua affabilidade para com todos, a formosa — uma creatura extremamente encantadora.

Discreta sem ser hypocrita, espirituosa sem ser loquaz, Mlle. possui a rarissima virtude de ser na sociedade o que é no lar, intimamente, de uma singelozza adoravel; não tem a proclividade quasi ostentadora das jovens de hoje, nem a pedanteria ridi-

culis que compromette toda a elegancia e tira todo o perfume á graça feminina.

A sua feição caracteristica porém, é a alegria, que é a saúde da alma, como o aroma que é a alma das flores.

Quem se habituou a ver Mlle. sempre alegre, completamente alheia ás mil e uma novidades que aem folhar a mocidade o céu da phantasia, na primavera da vida, ha de convir forçosamente, que o mal secreto das paixões, jamais logrou medrar em seu coração formoso.

Isto não quer dizer que Mlle. não tenha sido a esperança e o desespero de muitas almas sotibadoras... E como, a proposito de psychologia feminina, é preciso excluir o absoluto e o imprevisito, pode bem ser que Mlle. tenha tambem o seu enigma, por enquanto indecitravel, a lhe envolver a existencia risuado.

O certo é que sua alma seria deozza, docemente emternecida pela piedade christã, é continuamente accessivel a todas as expozções innocentes da idade. Jovial sempre, de uma jovialidade communicativa que faz bem, mesmo nos tristes e nos doentes, jamais se viu a sombra de um desgosto lhe embulbar de leve a serena limpidez do olhar.

E porque a alegria é o seu traço, Mlle. consequentemente ama com fervor as cousas alegres. Dança com dezoito e cultivu com esmero a musica.

Porisso, talvez, é uma das mais ardorosas entusiastas do Club, cujas reuniões selectas se ufiam de sua gracil presença.

Outra virtude inestimavel de Mlle. é saber ser amiga das amigas, que defende a todo o transe, mesmo as mais indefensaveis... Serão compensados os seus esforços, na tarefa, ou terá Mlle. deparado creaturas ingratas que não correspondam a sua amizade?

Tudo pode ser. A proposito de psychologia feminina, como se disse, é preciso excluir o absoluto e o imprevisito...

MAX



UMA PHOTOGRAPHIA DE 20 ANNOS

Distintos moços que foram naquella tempo sentinellas avançadas do nosso progresso. Destacam-se os srs. Dr. Joviano Telles, Major Benedicto Rodrigues Moreira, Profs. João Baptista de Brito, Iclerio Gomes, Antonio Mendes da Silva, cinco destemidos fundadores do Club Literário, ainda vivos e fortes e moços que não magoarão por certo a nossa indiscreção revelando em publico a attitudo pittoresca em que se deixaram photographar. (Renascença, 27/05/1914, ano I, p. 35).

Figura 38 – Uma fotografia de 20 anos atrás
Revista Renascença, 27/05/1914, ano I, p. 35

O título e a legenda da imagem sugerem precaução na sua divulgação. O título é “Uma photographia de 20 annos” e sua legenda traz o seguinte comentário:

Distintos moços que foram naquella tempo sentinellas avançadas do nosso progresso. Destacam-se os srs. Dr. Joviano Telles, Major Benedicto Rodrigues Moreira, Profs. João Baptista de Brito, Iclerio Gomes, Antonio Mendes da Silva, cinco destemidos fundadores do Club Literário, ainda vivos e fortes e aos quaes não magoará por certo a nossa indiscreção revelando em publico a attitudo pittoresca em que se deixaram photographar. (Renascença, 27/05/1914, ano I, p. 35).

Na imagem existem nove pessoas, sete adultos e duas crianças, e uma delas tem o seu rosto quase apagado. Os trajés parecem fantasias, imagino que fossem para festejos carnavalescos.



BIBLIOTHECA DO CLUB - SECÇÃO DE LEITURA

HOMENAGEM

Quando uma onda luminosa enche o ambiente tepido que nos envolve, sentimos a primeira emoção do agradável, seguida do egotista direito da posse daquilo que encontramos.

Ciosos, procuramos afastar todos os obstáculos que tendem a diminuir o brilho dessa luz que nos acalanta e sempre queremos torná-la mais intensa, para que seja maior a felicidade que ella nos proporciona.

A ideia é o foco dessa luz intensa.

O «Club Literário» conta mais um aniversário, e que significa, mais um anno de lucta, de vida, e de progresso. E' consolador ver-se transformada na mais bella realidade uma idea que agitou e fez vibrar de entusiasmo um pequeno grupo, que vencendo todo o pessimismo de seu tempo, logrou crear esta associação que é hoje o attestado mais eloquente de quanto pode um povo aparelhado de todos os elementos de civilização e de progresso.

Sendo estas modestas linhas uma pallida homenagem, não cabe aqui a descripção dessa gloriosa sociedade que, ao lado de diversões familiares, espalha os suaves effluvios da luz radiante de uma bibliotheca, onde diariamente se abastecem os que buscam o pão do espirito.

Si mais não fosse, só essa bibliotheca, assiduamente frequentada, bastaria para representar o maior padrão de gloria do nos bragançinos e a mais grata recompensa aos seus fundadores.

Doce é, pois, a impressão que se recebe ao ver encimando a pleme illustre dos socios benemeritos do Club os nomes dos seus fundadores. Aquelle quadro artistico, que é o mais bello ornamento do salão nobre do Club, porque é a tradição mais expressiva daquella casa, fôrma o pedestal granítico, em que se apoia, altiva e sublime, a imagem da gratidão sincera e espontanea que o Club se orgulha em tributar aquelles que presidiram o despoitar da sua existencia.

Bragança, Maio de 1914.

O. J. O.

trazia o registro de “alguns humanitários cidadãos” (A Notícia, 14/02/1907, ano II, nº 137, p. 1). Eles estavam sentados no jardim que havia na frente da entrada principal da Santa Casa de Misericórdia.

A iconografia foi impressa na primeira página do jornal *A Notícia*. A colocação da fotografia ao centro da primeira página sinaliza a intenção do editor de valorizá-la. Esta reprodução registrava a visita do autor do artigo à Santa Casa. Esta ocupava um vasto prédio recém-inaugurado, cuja monumentalidade neoclássica (GOMBRICH, 2000) chamava a atenção e também era tida como emblemática do progresso, da racionalidade técnica e da modernização da cidade, na época.

O enquadramento da iconografia privilegia o registro das pessoas representadas. As margens direita e esquerda se equivalem. Elas sinalizam a vontade do fotógrafo de centralizar as pessoas na cena que viria a ser registrada. O posicionamento das pessoas na iconografia produzida sugere que houve um cuidado pontual com a composição da cena – alguns têm a cabeça levemente voltada para a esquerda, enquanto outros para a direita. O equilíbrio e a centralização dos corpos na iconografia são reafirmados pela posição das pessoas que propõem por si só uma dada direção para o olhar do observador – parte-se da fileira de três pessoas sentadas à frente para um segundo grupo situado logo atrás, formado por cinco pessoas em pé. As pessoas estão representadas levemente de perfil, o que diminui a sensação de uma desconfortável e rígida imobilidade, que caracterizavam as fotografias do período.

A composição então se abre para registrar o entorno. Ainda, na fotografia percebe-se o cuidado que o fotógrafo teve com a luz – existe um jogo de claro e escuro que suscita a sensação de que as pessoas estão colocadas no centro de um foco de luz, dando a impressão de que existiria um arco luminoso, uma aura envolvendo esses oito homens, tanto é assim que nas duas laterais da fotografia percebe-se com nitidez as sombras que tomam as paredes da Santa Casa. Este arco ou aura, provavelmente, seria um efeito produzido na fotografia no momento da revelação.

Na iconografia estão representados homens que pertenciam às elites locais. Ela foi impressa na primeira página do jornal *A Notícia*, mas apenas na segunda página encontram-se informações sobre tais homens. Na fotografia foram registradas as pessoas que compunham a Mesa Administrativa da Santa Casa e os médicos daquela entidade.

O comendador Paião, que era então provedor da Santa Casa, já Ferreira Junior, Antonio C. de Oliveira e José Braga, que exerciam, respectivamente, os cargos de tesoureiro, de secretário e de procurador da entidade, o capitão Jacintho Prado era um dos mordomos (segundo o artigo, o mordomo dos presos não se encontrava no momento em que foi tirada a fotografia). Quanto aos médicos, o dr. Geraldo Tosta era mineiro, formado no Rio, e veio para Bragança entre 1905 ou 1906. Em 1907, ele ocupava os cargos de delegado da higiene municipal e de cirurgião da Santa Casa; o dr. Alfredo Teixeira formou-se na Bahia, mudou-se para Bragança em agosto de 1899, foi médico municipal nomeado para:

... defender a cidade contra a invasão da possível peste que [...] assolava a cidade de Santos [...] Escreveu alguns artigos de hygiene nos jornais desta cidade e prestou sua collaboração também sobre assumptos de hygiene e medicina ao “Republicano” de cuja redacção fez parte. (A Notícia, 14/02/1907, ano I, nº137, p. 2)

O dr. Barros Filho também se formou na Bahia, e em Bragança atuou como delegado de higiene e clínico interno da Santa Casa. A iconografia impressa registrava “o evento de despedida” desse médico, que se retirava para outra cidade.

A localização e a distribuição dos corpos na reprodução fotográfica sugerem uma perspectiva que passa pela representação do dr. Barros e do comendador Paião, prolongando-se para dentro e além da porta de entrada do prédio. Contudo, o olhar do observador é instado a perceber que as cinco pessoas que estão de pé não foram dispostas igualmente na fileira de trás: José Braga está colocado logo atrás do dr. Teixeira, existindo certa distância entre ele e Jacintho Braga; já Antonio C. de Oliveira e Ferreira Junior estão bem próximos e parecem dividir o lugar atrás do dr. Tosta.

A iconografia sugere que todos eram brancos. Todos tinham os cabelos curtos e penteados. Apenas o comendador Paião tinha os cabelos e a barba grissalhos. Ele e o dr. Barros usavam óculos. Nenhum deles estava em mangas de camisa. Todos estavam de casaca. Todos estavam calçados. Nenhum dos retratados sorria para o fotógrafo, pelo contrário, as feições estavam marcadas pela seriedade. As posturas de seus corpos e de seus gestos sugerem o desejo e a aprovação deles para a produção desse registro imagético, ao contrário do que sugerem as fotografias no exame do corpo de delito, abordadas na “À Guisa de um *Intermezzo*”.

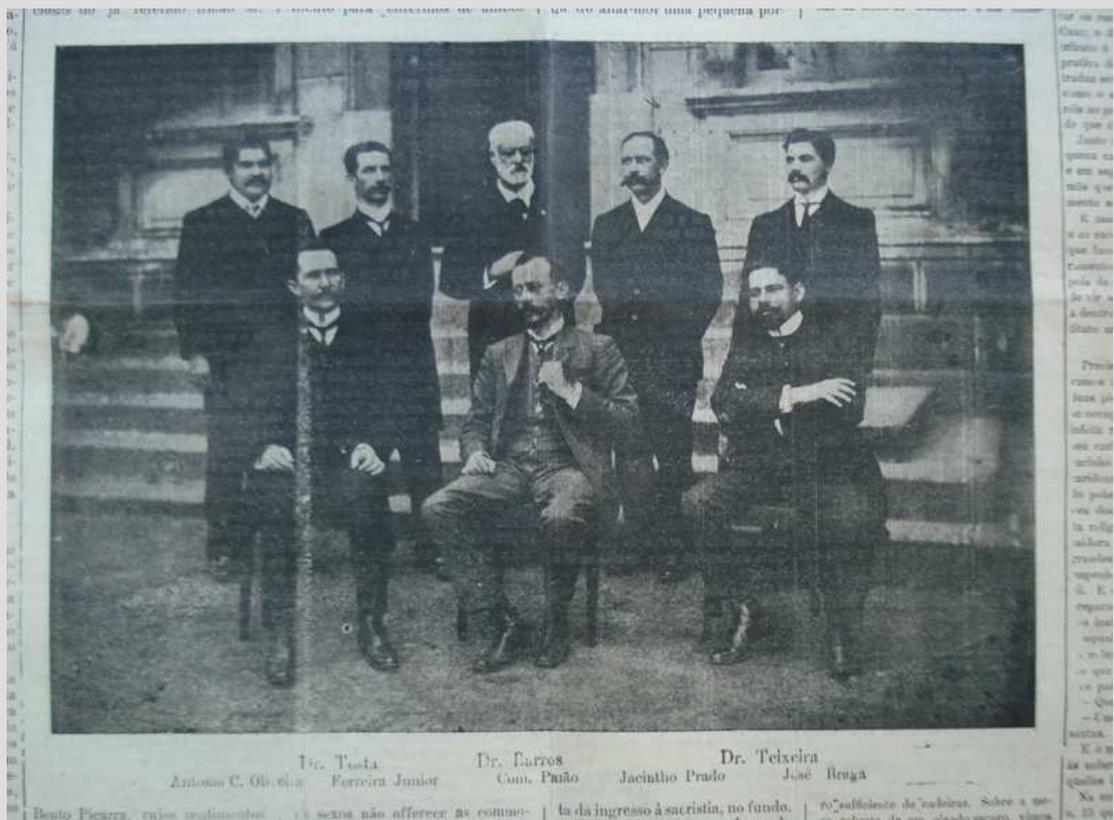


Figura 41 – Fotografia da mesa administrativa da Santa Casa
A Notícia, 14/02/1907, ano II, n.º 137, p. 1

Nenhum dos corpos foi flagrado com as costas arqueadas, com as roupas em desalinho, com os cabelos despenteados ou com a barba por fazer. Todos transmitem a idéia de saúde e força, limpeza impecável e cuidado no trajar (SOUZA, 1987). A representação do comendador Paião reafirma a experiência que a idade propicia aos homens, mas exclui a fragilidade que o tempo impõe – ele está de pé, ao centro do grupo, ereto e ao que parece firme. Esta iconografia impõe respeito e registra o poder que ele tinha. Não existem na iconografia referências aos objetos e práticas relativas ao lazer. Não existem também referências ao universo do trabalho. Paira a impressão de que havia solenidade no ato.

A iconografia publicada no jornal *A Notícia*, assim como as demais publicadas no *Anuario de Bragança para 1902*, no *Anuario de Bragança para 1904* e na revista *Renascença* foram acompanhadas dos nomes, da identificação dos locais e, em algumas situações, dos eventos registrados.

Os retratos de bustos reproduzidos nesses periódicos pertenciam às pessoas das elites locais. Escolhi apenas algumas iconografias para reproduzir, porque no processo de produção desse tipo de registro havia uma tendência a manter um dado padrão, que se desvela quando observa-se o enquadramento frontal ou levemente de perfil dos bustos e dos corpos, a composição do cenário, o jogo de luzes, as posturas e os trajes privilegiados pelos retratados.

Nos periódicos consultados, as iconografias que representam corpos masculinos das elites locais trazem homens penteados, em sua maior parte, com barbas, bigodes e cavanhaques aparados, trajando casacas e calçados.

Localizei apenas duas fotografias masculinas de corpo inteiro nos periódicos pesquisados, ou melhor, no *Anuario de Bragança para 1902*. Tais iconografias compõem a “Galeria de Bragantinos Illustres”.

Nas iconografias em que os retratados aparecem de corpo inteiro, percebe-se que existe a produção de um cenário, no ateliê do fotógrafo. Esses cenários trazem indícios das convenções e dos padrões de comportamento do período, bem como das condições sociais do retratado, e podem sugerir suas “aspirações” mais íntimas. Em sua maioria, as iconografias produzidas registram:

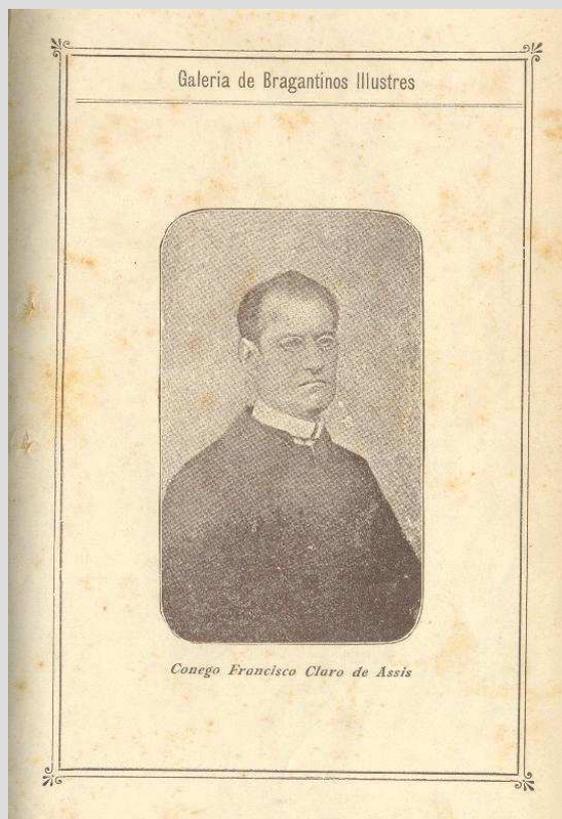


Figura 42 – Cónego Francisco Claro de Assis
Anuario de Bragança para 1902, p. 175

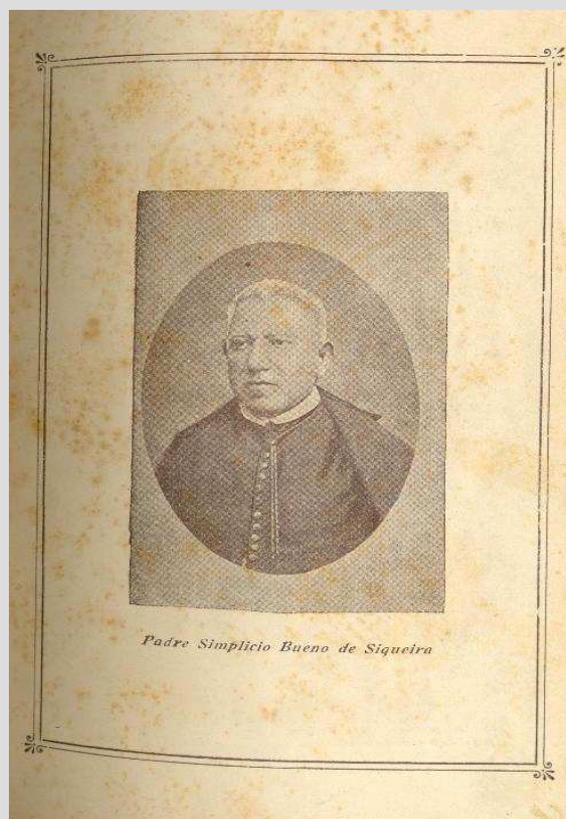


Figura 43 – Padre Simplicio Bueno de Siqueira
Anuario de Bragança para 1902, p. 87

As únicas iconografias impressas nos periódicos pesquisados que representam as exceções são as de dois religiosos e um juiz. Elas ocupam todo o espaço das páginas em que foram impressas.

... ambientações pretensamente requintadas, no largo emprego que se faz de acessórios: cortinados, colunatas, toalhas rendadas ou adamascadas, tapetes, vasos de porcelana e metal, móveis, pássaros empalhados, leques, álbuns, flores, plantas. Os fundos, telões pintados, recria[vam] paisagens distantes e exóticas (colunas gregas, pagodes e palácios, jardins tropicais, bosques europeus). (MOURA, 1983, p. 12).

Os retratos de busto ocupam toda a página em que foram impressos. Neles chama a atenção os rostos retratados, centralizados na fotografia, na maior parte das vezes em formato oval. Em algumas dessas iconografias, o restante do corpo das pessoas parece que se diluiu no esfumaçado que toma o retrato abaixo dos bustos. Estes parecem embrenhar-se por entre as fibras das superfícies amareladas pelo tempo dos papéis, que acolheram as iconografias. Ninguém sorri. Ninguém demonstra indícios de fragilidade ou doença, limitação física ou mental. Todos parecem sóbrios e sérios. As iconografias foram produzidas para ocuparem lugares de destaque nas páginas dos periódicos locais. Para além de poder econômico e político, os retratados deveriam parecer inteligentes e refinados. Tais traços eram os novos elementos de prestígio em voga e eles entraram:

... em jogo tanto na ascensão social como na luta entre os sexos, a burguesia acrescenta o preconceito do asseio, do linho imaculado, símbolo de que seu portador não se empenha em nenhuma espécie de trabalho manual [...] A burguesia acrescenta ainda certas sutilezas como *o savoir vivre*, a elegância das maneiras, aquele *não sei quê*, fruto de uma educação completa, única barreira que separa o ocioso do homem ocupado. (SOUZA, 1987, p. 81).

Os olhares dos retratados voltam-se para a esquerda, eles desviavam propositalmente o olhar de um provável observador. De acordo com os padrões de comportamento vigentes na época, por uma questão de respeito, as pessoas deveriam desviar o olhar quando estivessem em público.

Ao observar tais iconografias, perguntei-me: esta não seria também uma estratégia para ultrapassar uma limitação técnica imposta pelo tempo de exposição, necessário para a reprodução? Pontuo que, na época, havia a necessidade de certo tempo de exposição para a produção da imagem fotográfica.

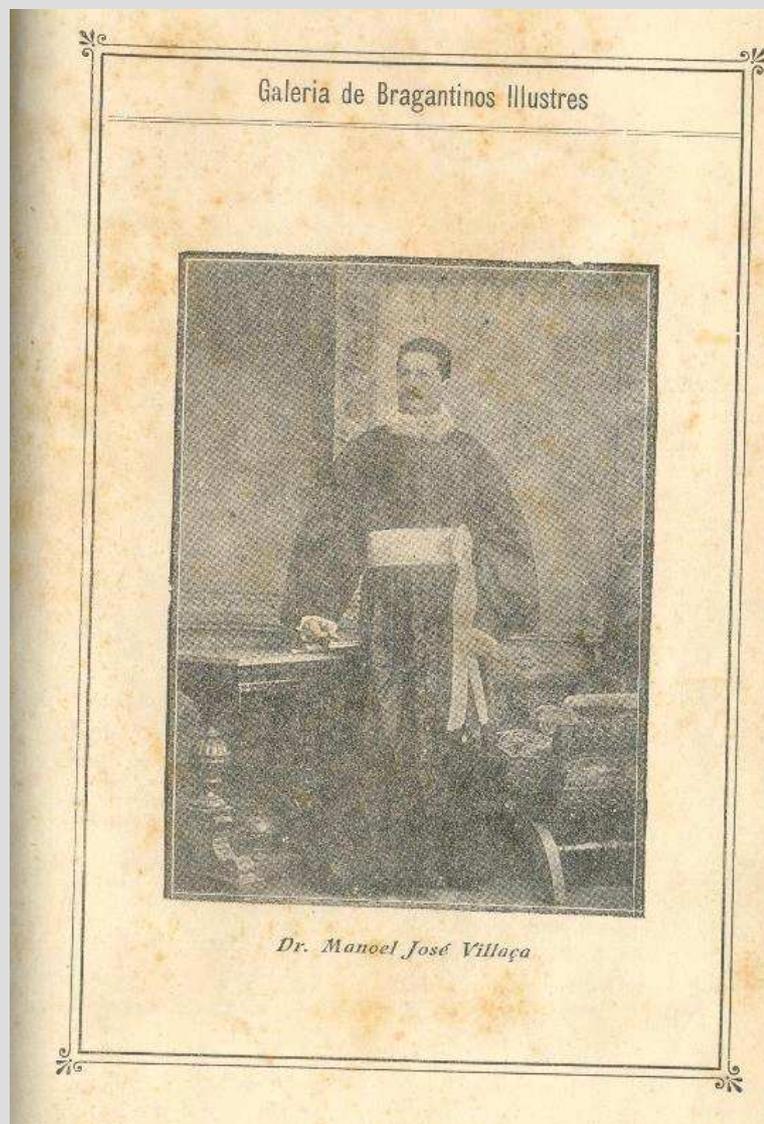


Figura 44 – Dr. José Manoel Villaça
Annuario de Bragança para 1902, p. 205

A fotografia de corpo inteiro do juiz dr. Manoel José Villaça é emblemática do Poder Judiciário. Traz a representação de um juiz envergando sua toga. Ele está de pé, olhando levemente para a esquerda. Seu corpo está ereto, denota saúde e poder. Ele é branco, letrado e escolarizado, para poder ocupar esse cargo público. O mobiliário que o cerca denota fausto e riqueza. Os móveis são robustos, as madeiras aparentes são entalhadas, o tecido que forra a poltrona é decorado com motivos florais e parece ter uma textura grossa. As paredes também estão pintadas e decoradas. O seu braço esquerdo está ao longo do corpo, enquanto o seu outro braço estendido um pouco mais a frente, sua mão direita repousa por sobre dois livros – tais objetos impressos são emblemáticos de erudição e civilidade na modernidade e conferem distinção à imagem do corpo representado.

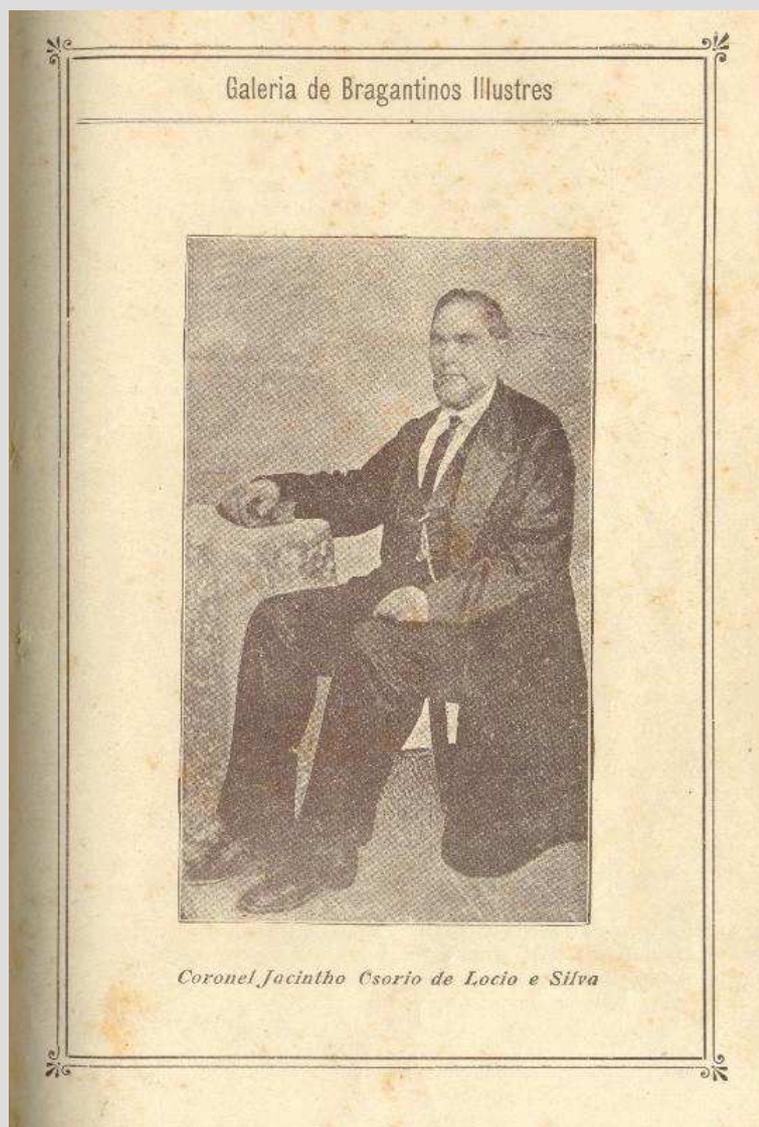


Figura 45 – Coronel Jacintho Osório de Lócio e Silva
Anuario de Bragança para 1902, p. 155

A fotografia do coronel Jacintho Osório traz uma imagem de corpo inteiro que ocupa toda a página do periódico. Ele está sentado, tem o olhar fixo para frente. Veste um traje completo que o distingue dos homens das camadas populares, cuidadosamente ornado pela corrente de um relógio de bolso que lhe pousa sobre o ventre. Tem os cabelos e as barbas cuidados. Senta-se ao lado de uma mesa, adornada com uma toalha rendada. Sua mão esquerda está sobre sua perna esquerda e a sua mão direita repousa sobre um pequeno livro que está sobre a mesa – objeto que também contribui para registrar que o coronel pertence e tem acesso ao universo dos letrados. Não foi possível identificar a autoria da imagem.

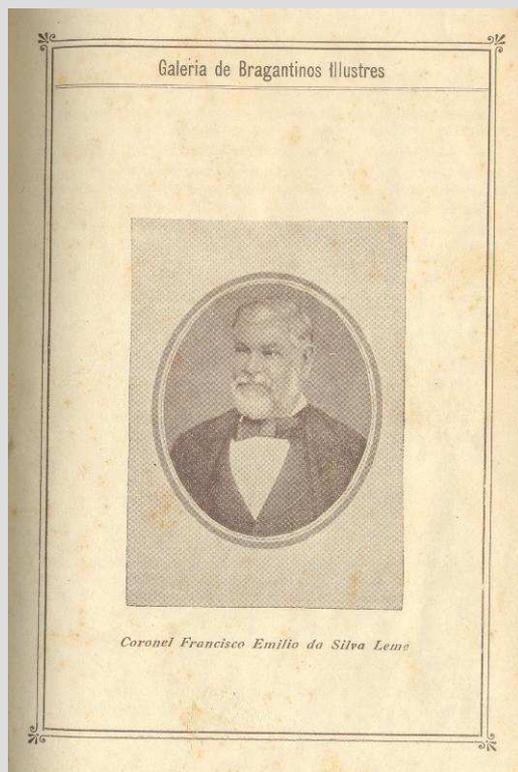


Figura 46– Coronel Francisco Emilio da Silva Leme
Anuario de Bragança para 1902, p. 125

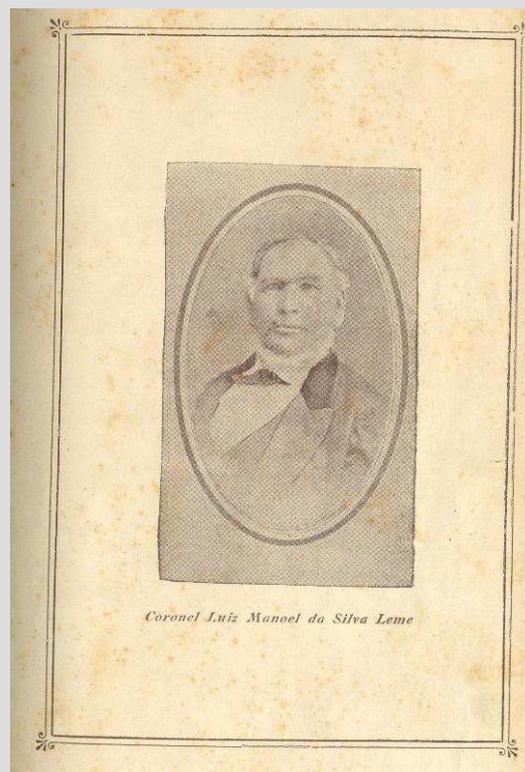


Figura 47– Coronel Luiz Manoel da Silva Leme
Anuario de Bragança para 1902, p. 93

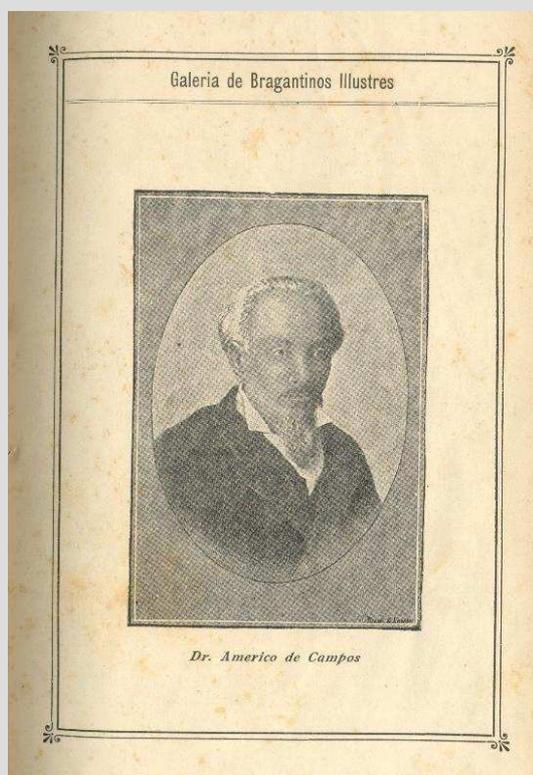


Figura 48 – Dr. Américo de Campos
Anuario de Bragança para 1902, p. 113

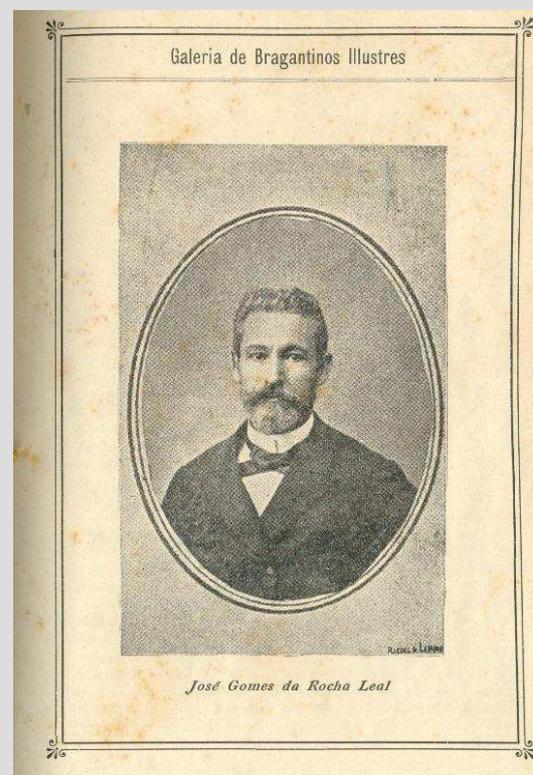
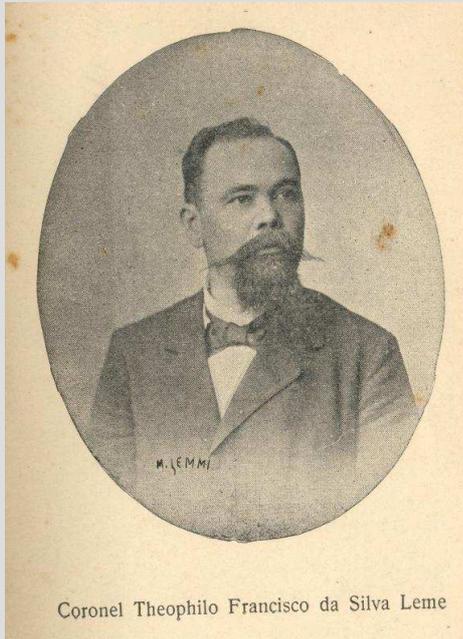


Figura 49 – José Gomes da Rocha Leal
Anuario de Bragança para 1902, p. 135



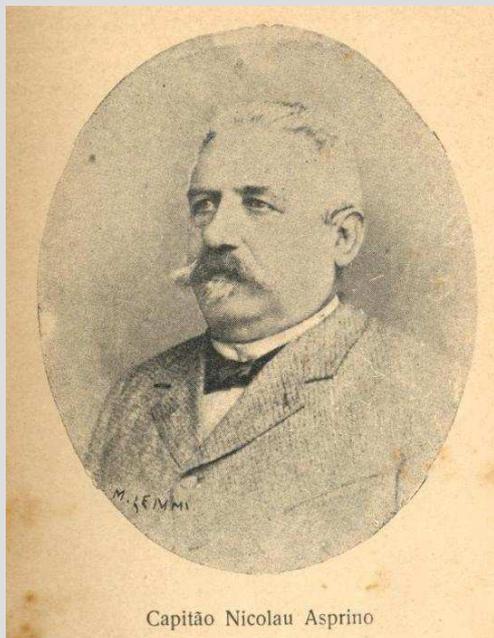
Coronel Theophilo Francisco da Silva Leme

**Figura 50– Coronel Theophilo Francisco da Silva Leme
Anuario de Bragança para 1904, p. 141**



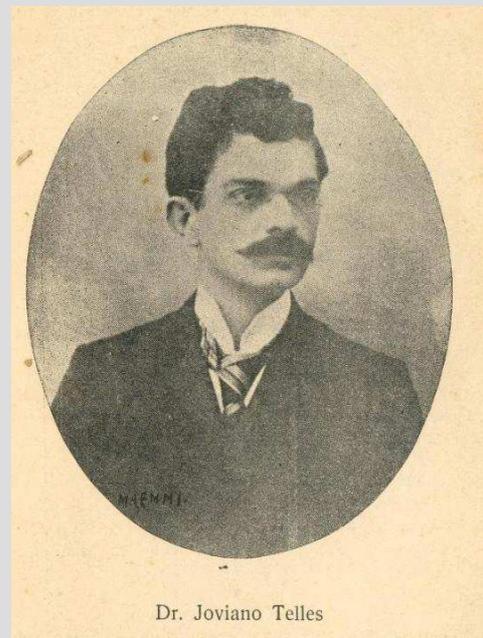
Nicolino Nacaratti

**Figura 51 – Nicolino Nacaratti
Anuario de Bragança para 1904, p. 163**



Capitão Nicolau Asprino

**Figura 52– Capitão Nicolau Asprino
Anuario de Bragança para 1904, p. 131**



Dr. Joviano Telles

**Figura 53 – Dr. Joviano Telles
Anuario de Bragança para 1904, p. 201**

Muito embora, em fins do século XIX, essa exposição pudesse durar um pouco menos de um minuto. Para Vasquez:

Esse longo tempo de exposição transformava os primeiros estúdios de fotografia numa espécie de câmara de tortura, visto que eram dotados de curiosos acessórios [...] como a forquilha destinada a manter imóvel a cabeça do retratado, para que seu rosto não saísse tremido no retrato. Isso e a preocupação em não piscar conferiam aos primeiros retratados uma expressão ora de excessiva solenidade, ora de espanto ou desatino. (2002, p. 27).

Mas, nessa época, cumpre ainda registrar, o custo da fotografia já havia baixado, então:

... o pobre conheceu o retrato, o seu retrato no papel, onde poderia igualar-se ao rico e com a garantia da câmara insuspeita, ou melhor, presumivelmente insuspeita aos ignorantes dos “recursos secretos” que, dentro da escuridão dos laboratórios, conseguiam que o feio ficasse menos feio e até bonito, o negro se tornasse amulatado e o mulato se transformasse em branco de cara pálida. Ah!, os retoques, como foram úteis, não só para enganar espectadores distantes, mas também para satisfazer a secretos sonhos! Naquele tempo de comunicações tão difíceis, em que partiam para tentar a vida nas grandes cidades poucos podiam manter contato com os parentes distantes – quantos e quantos filhos deixavam de retornar a suas casas, mesmo em visitas esporádicas e que, acompanhando melosas cartas, enviavam fotografias sérias! Ninguém sorria frente à lente mágica, onde tratavam, antes de tudo, de mostrar, sem sombra de suspeita alguma, afinal aquilo era uma “fotografia”, o seu êxito na cidade, a sua saúde invejável mercê de bom passadio, a sua elegância, fruto da abastança chegada com o trabalho honrado, vinda com a perseverança. (LEMOS, 1983, p. 57).

Quanto às iconografias impressas de mulheres, localizei apenas dez nos periódicos locais pesquisados, dentre as quais as de Amália Cintra, Maria Leontino e Miquelina Osório. O convencionalismo das posturas e gestos registrados nessas iconografias traz marcas das relações sociais vigentes no período, assim como traz também referências à moda. Considerando-se que a arte da vestimenta é um fenômeno social e não apenas estético, esta, por vezes, tendeu a observar a tradição e as condições sociais, logo a escolha das cores e tecidos, muitas vezes, não dependeu do capricho ou do gosto individual, “... sendo em larga medida sancionada pela sociedade”. (SOUZA, 1987, p. 47). Essas iconografias femininas sugerem seriedade, sobriedade e recato. As jovens estavam com os cabelos presos ou cuidadosamente penteados. Ao observar-se com atenção tais iconografias percebe-se que, se por um lado, suas vestimentas sublinhavam as linhas do busto, da cintura e dos quadris, por

outro, elas encobriam com longas mangas os braços e não expunham o colo das jovens com decotes – tanta preocupação em cobrir o corpo feminino poderia sugerir receios em despertar sentimentos sensuais e eróticos, caso ele fosse exposto? Ou isso sinalizaria o vigor e a latência de tais sentimentos no imaginário da época? (FOUCAULT, 1980, GAY, 1988).

Não identifiquei retratos individuais de mulheres casadas que tenham sido impressos nos periódicos pesquisados. Identifiquei algumas iconografias em que elas aparecem, mas sempre acompanhadas de seus familiares, como em fotografias de bailes ou eventos comemorativos. Não localizei iconografias impressas de qualquer criança sozinha nesses periódicos. Nas iconografias em que elas aparecem estão sempre em companhia de adultos. Também não localizei iconografias de fatos ocorridos em outros lugares – como batalhas, comemorações cívicas, festas sociais, inaugurações, exposições, dentre outros que foram registrados em iconografias impressas em outras publicações da época, de circulação nacional, tais como *Fon Fon*, *Careta*, *Revista da Semana*.

Por fim, as iconografias impressas que foram abordadas neste tópico sugerem claras referências situadas na pintura acadêmica. A percepção de tais referências pressupõe que se atente para a concepção da iconografia – o enquadramento, o jogo de luzes, a organização da cena, as posturas, os gestos, as vestimentas e os objetos valorizados, que sobretudo buscavam reafirmar o lugar social do retratado (ARGAN, 1992).

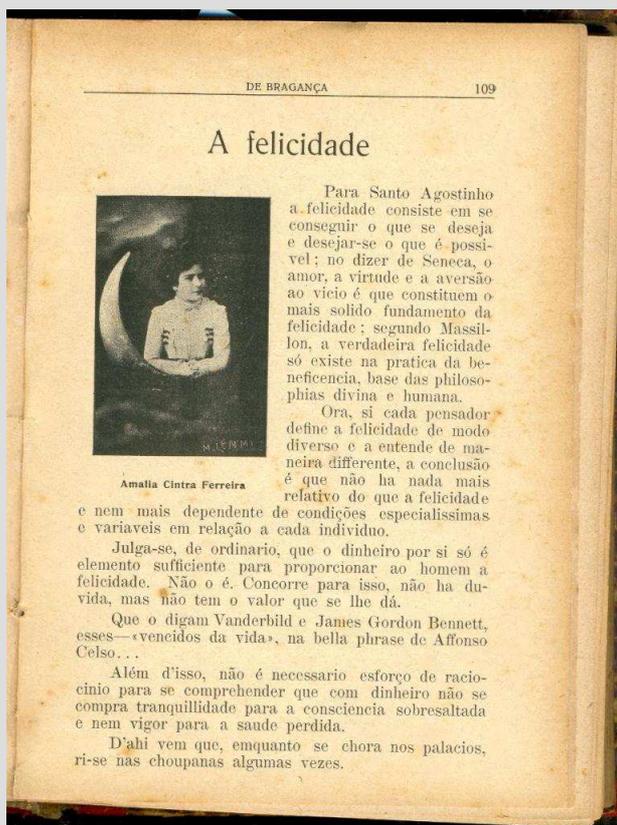


Figura 54 - Anuario de Bragança para 1904, p. 109

Figura 55 - Amália Cintra Ferreira
Anuario de Bragança para 1904, p. 109

O retrato de busto de Amália Cintra é de autoria de M. Lemmi. A imagem traz a representação de uma jovem branca. Ela tem o rosto voltado para a esquerda. Os cabelos penteados para cima emolduram o rosto. Sua blusa não tem decote, a gola cobre todo o pescoço e possui mangas compridas.

A FELICIDADE

É bello, é sublime, é nobre derramar no desapego das almas afflictas o balsamo suavissimo das consolações divinas. Sempre, em todos os tempos, o espirito dos philosophos e dos moralistas, se impressiona vivamente com o quadro nuncupante, com o espectral sombrio das misérias e dos infortunios. E unidos, trocando ideas, elles, que tem por glorioso dever aclarar todos os mysterios, estudam as causas, as manifestações variadas das dores soezes, para com mais segurança, combaterem os effeitos. Melhorar as condições da vida, procurar o bem estar de todos os membros da agremiação humana, é o alvo de todos os sistemas de renovação.

O homem, que foi creado para o bem, exposto a mil contingencias exteriores, agitado por uma infinidade de desejos, de sentimentos bons e inclinações más, traz em si os elementos de sua felicidade como o de suas desgraças. Exigem-se virtudes individuais, mas a intelligencia, o empenho, as faculdades intellectuaes, moraes e affectivas procedem differentemente.

Si elle, obrando com embelecimento de causa e interesse individual, obtiver a maior somma possível de felicidade, felizes seriam todos os seres humanos.

Coza a solidariedade crescente, o problema da felicidade universal está dorcindo pelo da felicidade social.

São as dores da humanidade futura que se convertem para nós em fonte de perturbação, si bem que intensas e vivas sejam os soffrimentos presentes e passaes.

Qual seria o ideal puro para a totalidade dos seres vivos?

A união que tivesse por base o amor, a sociedade consciente, unida, forte e feliz. Cada um deverá sentir o circular da seiva generosa, florindo em ramificações favoráveis, em sentimentos elevados, em ações nobres.

Os que fazem a felicidade depender das satisfacções egoistas ou altruistas, enganam-se. Si consideram o individuo em um de seus pontos, estudando-o separado do meio social, observam a machina humana, que come, bebe, trabalha e procrea.

Se quem a experimenta poderá aquilatar a sua propria felicidade. Os que podem livremente satisfazer as necessidades physicas, intellectuaes e moraes serão felizes? Os gostos, os sentimentos, as necessidades, formam um conjunto variavel, em relação á multidão dos seres e do proprio individuo, deitado de mobilidade extrema, e a natureza espontanea, caprichosa, como meio tendente a garantir a cada um a somma da felicidade realisavel, não permite que se mudele a adoravel, a maravilhosa fantasia das aspirações.

Como a fauna e a flora emprestam ao ambiente os elementos de sua vida, o indivi-



A gentil senhorita Maria Leontina, nossa conterrânea, distincta violinista, alumna do 4. anno do Conservatorio Dramático e Musical de São Paulo

duo pede á estrutura social as suas ideas, seus sentimentos, seus instintos. O meio em que vive age, e a resultante de todas as influencias.

Felicidade é a canção que sentimos ressoar frequentemente em nossos ouvidos! É a encantadora miragem que nos engana e foge no deserto da vida. Feliz é o que consegue o que deseja, é o que deseja o possível.

Feliz é quem tem virtudes e despreza os vícios, quem pratica o bem, conserva a saúde de alma e esperece as penas. A felicidade nunca será perfeita com bom estomago e mau coração. Ella encerra dois sentimentos tristes—a lembrança de sua privação no passado e a ameaça de perdê-la no porvir. Ella é, diz illustre escriptor, o nosso destino, o nosso fim é o contentamento suave e interior, que se segue ao cumprimento dos deveres. Para adquirir esse verdadeiro ponto de ouro do jardim das Hesperides, existe a Fé para fugir á dúvida, a Caridade para evitar o egoismo, a Esperança para afugentar o tedio.

W

Assim como não ha rosa sem petalas, assim tambem não ha coração sem amor.

Dialogo conjugal:

— Hoje foi o dia do meu anniversario natalicio, diz a esposa, e não me offereces sequer uma flor!

— Foi uma prova de delicadeza. Não quiz recordar que envelhecias.

Figura 56 – Página da revista Renascença com fotografia de Maria Leontino
Renascença, 27/05/1914, ano I, p. 36

A legenda da imagem tem os seguintes dizeres “A gentil senhorita Maria Leontino, nossa conterrânea, distincta violinista, alumna do 4. anno do Conservatorio Dramático e Musical de São Paulo” (Renascença, 27/05/1914, ano I, p. 36). A fotografia traz a imagem de uma jovem branca sentada em uma cadeira de madeira, que possui braços e o espaldar é alto. A jovem tem cabelos penteados com apuro, soltos, porém com os seus cachos cuidadosamente contidos. A jovem usa vestido branco, com uma faixa amarrada na cintura de outra cor, as mangas chegam até a metade do braço e no pulso direito ela tem o que parece ser uma pulseira.

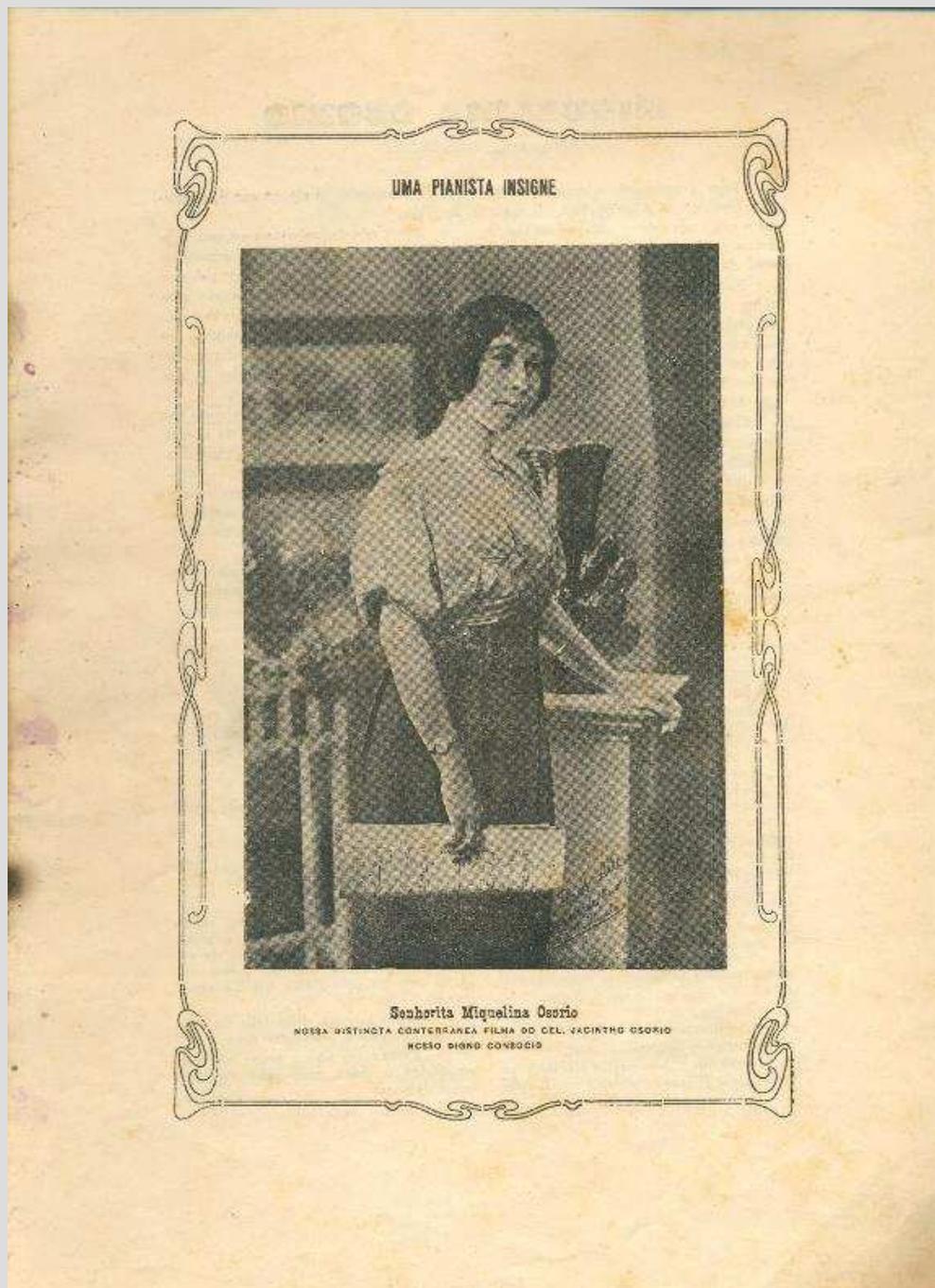


Figura 57 – Senhorita Miquelina Osório
Revista Renascença, 27/04/1914, ano I, p. 36

A legenda inferior informa que a jovem retratada é a “Senhorita Miquelina Osório Nossa distinta conterrânea filha do Cel. Jacintho Osório nosso digno consocio” (Renascença, 27/04/1914, ano I, p. 36). Localizei apenas esta imagem feminina que ocupa toda a página. A jovem foi retratada até os joelhos, não é um retrato de corpo inteiro. O enquadramento não é frontal. A jovem é branca, tem os cabelos pretos e presos para trás. Ela veste saia e blusa de mangas bufantes até o meio do braço, sem decote. Ela também usa colar, um relógio de pulso no braço direito e uma pulseira no outro. Sua mão esquerda repousa sobre uma pequena coluna. Seu braço direito está estendido ao longo do corpo, e com a mão direita segura uma partitura musical. Não foi possível identificar o autor da fotografia.

3.2 O corpo biografado

A partir da análise das biografias identificadas nos almanaques e nos anuários locais, considerei a hipótese de encontrar diferentes referências às sensibilidades relativas ao corpo humano nos periódicos bragantinos, passíveis de contextualização histórica. Assim, optei por abordar sete biografias de pessoas que pertenceram às elites letradas de Bragança, porque julguei que trariam indícios de tensões e do contexto sócio-cultural daquela época, inscritos em seus corpos – mediante a valorização e introjeção de padrões de comportamento, valores, hábitos, gestos e posturas. Na definição desse procedimento, também considerei algumas questões:

Pois o que é o corpo sem as relações nas quais ele se expressa, vive e atua? Como é possível observar um corpo sem considerá-lo, imediatamente, a partir dos corpos que o sucedem e o precedem, que o rodeiam e que dele se diferenciam? E, ainda, como é possível escrever e falar de corpos sem considerar os objetos (incluindo remédios, móveis, roupas, meios de transporte, etc.) que marcam as suas potencialidades tanto quanto os seus limites. Em suma, como pensar os corpos, especialmente de uma perspectiva histórica, sem os enredos sociotécnicos que os constituem? O mobiliário de uma época, por exemplo, ou os instrumentos de trabalho de um determinado grupo social trazem indicações importantes sobre os modos de apoiar, sustentar e acomodar o corpo, seja no esforço, seja no descanso. Utensílios e equipamentos de uso cotidiano, assim como máquinas e móveis feitos para receber a presença e o contato dos corpos, costumam funcionar de modo triplo: como extensões, suportes e demarcadores dos limites ao mesmo tempo corporais e culturais. (SANT'ANNA, 2002, p. 103).

Com tal procedimento rastreei, para além desses indícios, a emergência de novas sensibilidades relativas ao corpo, observando que naquele contexto, as práticas de leitura passam a compor gradativamente o repertório de comportamentos, hábitos, gestos e posturas dos corpos. Ainda, em uma leitura a contrapelo (BENJAMIN, 1986c), atentei para o silenciamento das produções impressas, no que tange à diversidade de imagens relativas ao corpo, para além daquela preconizada como modelo ideal.

Privilegiei analisar as biografias publicadas no *Almanack de 1900*, porque muitas delas foram “copiadas literalmente” sem os devidos créditos ou, em grande parte, foram referências para outras publicações locais editadas posteriormente, como aconteceu com

muitos de seus artigos. O *Almanack de Bragança para 1900* publicou sete biografias⁸⁰ de homens de peso político na região: João Pedro Martins Ferreira, capitão Francisco de Assis Valle, José Guilherme Christiano, major Manoel de Almeida Carneiro, Valdomiro Guilherme, José Gomes da Rocha Leal e capitão Gabriel da Silveira Vasconcellos. Apenas as biografias de José Guilherme, Valdomiro e Gabriel possuem gravuras impressas de seus respectivos bustos antecedendo os textos.

A primeira biografia⁸¹ é de João Pedro Martins Ferreira; foi assinada por J. Vieira de Almeida, que se identificou como seu “... mais dedicado amigo”. João Pedro, nascido em Bragança, faleceu na cidade de São Paulo, no ano de 1899. Seu biógrafo pontua que ele fez seus primeiros estudos no colégio do Sr. Emygdio Silveira em Bragança, após o que se empregou para trabalhar na loja de fazendas do irmão. A referência inicial ao grau de escolarização de João Pedro permitiu ao biógrafo construir, daí para a frente, uma narrativa em que o biografado, a par de sua formação escolar, transpõe as dificuldades e os limites que a vida lhe impôs, por conta de seu empenho e caráter:

Apenas dois annos, ficou elle preso no mostrador do estabelecimento commercial. O seu genio irrequieto, o seu temperamento excessivamente nervoso lhe estavam indicando outra carreira, em que se podesse movêr á vontade. A sua tendencia não era para a vida pacata do commerciante do interior. Preferia o campo mais vasto da arte, em qualquer das suas manifestações. N’aquella afastada época, a arte dentaria ainda se achava cercada de mysterios [...] Aprender, pois a mysteriosa arte era então o seu mais ardente desejo. (*Almanack de Bragança para 1900*, p. 55-56).

O biógrafo identificou o comércio como uma prisão que impediria ao comerciante a liberdade de mover-se, transitar de um lugar para outro, pois àquele que se dedicava ao comércio em uma cidade do interior, restaria apenas viver uma vida pacata. Vida que não iria ao encontro de um temperamento nervoso, posto que este buscaria aprofundar seus conhecimentos, transpondo os mistérios de uma dada área do saber. O conhecimento científico emerge no artigo com a “aura redentora” e cosmopolita daqueles que almejavam mais do que uma vida pacata de comerciante do interior, bem como a “arte dentária” ganhou foros de uma profissão liberal que garantiria autonomia para o biografado dedicar-se ao

⁸⁰ As sete biografias se estendem da página 55 até a página 96.

⁸¹ A biografia se estende da página 55 até a página 60.

trabalho, respeitando os ditames de seu “temperamento nervoso” e de sua vontade individual, posto que seu horário e rotina de trabalho adequaram-se ao seu “gênio irrequieto”.

É instigante observar a produção da imagem do movimento em oposição à da vida em uma cidade do interior; é possível flagrar a percepção do biógrafo de que a vida na cidade do interior do estado se moveria em ritmo e sentido distintos da metrópole emergente, que era a cidade de São Paulo, e as implicações disso na vida das pessoas: para João Pedro, que almejou mais do que ser um vendedor na loja de fazendas do irmão, a alternativa foi dar continuidade aos estudos. A educação formal, na perspectiva liberal, é reafirmada como condição *sine qua non* para se conquistar ascensão social, calcada na iniciativa e capacidade individuais.

A ambivalência dessa imagem permite identificar uma idealização do cotidiano nas cidades interioranas, como se em tais cidades tudo fosse calma e tranquilidade, como se nada alterasse o curso da vida de seus moradores, bem como a idealização de que os estudos, por si só, seriam capazes de libertar os “temperamentos nervosos” desse destino interiorano – pontuado pela imobilidade social – que havia mesmo entre aqueles que pertenciam às famílias mais abastadas. É provável que esta tenha sido a imagem que embalou o biógrafo em suas considerações sobre a trajetória de João Pedro.

Proponho que, na atualidade, essa imagem das cidades interioranas foi ressignificada pelas práticas do mercado imobiliário, da indústria turística e cultural. O mercado imobiliário e a indústria turística edulcoram a vida em algumas cidades do interior paulista, produzindo verdadeiros “cartões postais”, com imagens bucólicas de seus arredores e de seus habitantes. Estes trazem corpos sempre saudáveis, sorridentes e acolhedores, para além de toda e qualquer precariedade dos serviços e dos equipamentos urbanos, da miséria que viceja nos bairros mais afastados, da diminuta oferta de trabalho que existe nas cidades interioranas, guardadas as devidas proporções em comparação às grandes cidades. Nesses “cartões postais”, algumas dessas cidades ganham atributos do espaço rural; é como se a dicotomia cidade/campo, nos dias de hoje, fosse reeditada na dicotomia cidade grande *versus* cidade pequena do interior do estado; nessas últimas, distantes do perigo das metrópoles, das péssimas condições de vida, teríamos felizes “Jecas Tatus” e, na atualidade, “cowboys

urbanos⁸², perambulando por lugares calmos, seguros e arborizados, margeados por águas cristalinas, sem o corre-corre das cidades grandes.

Retomando, João Pedro Martins Ferreira, o biografado, aos vinte anos de idade trabalhou em uma oficina de ourives em Bragança. Mais tarde, mudou-se para Campinas, buscando aperfeiçoar-se nesse ofício, em uma outra oficina situada nessa cidade. Quando seu pai faleceu, ele retornou à Bragança, onde instalou uma ourivesaria. Mas, para seu biógrafo:

... torturava o seu espírito a obsessão da arte dentária. Imaginem os transe, porque passaria um homem que tinha no organismo, já não direi um feixe de nervos, mas uma verdadeira pilha eléctrica! Mas, para realizar o seu adorado sonho, precisava João Pedro frequentar a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, obter o diploma [...] Como, porem partir para uma capital distante, si não dispunha de recursos monetários? (Almanack de Bragança para 1900, p. 56-57).

O biógrafo dá cor às agruras pelas quais passou João Pedro, assim como constrói uma imagem a partir de uma metáfora que registra o impacto causado pelo desenvolvimento técnico – a pilha elétrica é tomada como metáfora do feixe de nervos do organismo humano. E, na seqüência, o biógrafo teceu elogios ao fazendeiro e coronel Jacintho Ozorio de Locio e Silva:

Mas, a generosidade conterrânea veio em seu auxilio. João Pedro encontrou na pessoa do opulento fazendeiro coronel Jacintho Ozorio de Locio e Silva, um protector decidido que lhe proporcionou os meios para levar a bom termo a aspiração de toda a sua juventude. O generoso paulista, chefe respeitado da distincta e numerosa família Leme, de Bragança, conhecendo a irresistivel vocação e a rija tempera do character do nosso jovem patricio, não duvidou um instante em lhe estender a mão protectora. [...] João Pedro [...] nem um só dia deixou de dizer o seu benfeitor. A gratidão formava o fundo d'aquelle character de legitimo descendente dos bandeirantes! (Almanack de Bragança para 1900, p. 57).

Nesse momento, o biógrafo sinalizou de que lugar social ele produzia a sua narrativa e quais seriam os leitores com os quais desejava entabular um diálogo. Ele nomeia e referenda a liderança local da família Leme, ao caracterizar a generosidade de um dos chefes locais, que, por sua vez, ao que tudo indica, foi bastante perspicaz ao reconhecer e “estender sua mão protetora” sobre a “rija tempera do character” do então jovem João Pedro. O biógrafo

⁸² Basta percorrer a agenda de eventos de algumas cidades do interior paulista para depararmos com a crescente valorização de festas de peões e rodeios em seus calendários de atividades culturais.

valoriza a troca de favores, o clientelismo: a ajuda monetária é retribuída por gratidão, e esta, na seara política de Bragança, vai se materializar em votos e no posicionamento político junto aos que eram favoráveis ao poder dos Lemes, naquela época, grandes cafeicultores. O biógrafo destaca a origem tradicional de João Pedro, ressaltando-lhe também a gratidão, traço legítimo dos descendentes de bandeirantes.

Aqui é possível flagrar novamente a imagem do bandeirante enquanto um dos mitos fundadores (CHAUI, 2004) do estado de São Paulo. O bandeirante seria uma figura emblemática da saga, da coragem e da virtude dos paulistas. A título de flagrar o que disse, trago um artigo, cujo título é “Caracter Paulista”, porque ele traz indícios da imagem do bandeirante no imaginário paulista, forjada e ressignificada no esteio da riqueza gerada pelo café e do poder político-econômico dos grandes fazendeiros paulistas:

Caracter Paulista

Entre as velhas tradições locais que vogam em S. Paulo há uma que frisa bem o caráter moral dos paulistas. Fernão Dias Paes e seus parentes, que descobriram Minas Geraes, quotisaram-se para brindar ao rei de Portugal com uma peça em ouro massiço, representando ao natural um cacho de bananas, e Fernão incumbiu-se de apresentá-la ao rei. Este maravilhado, e nos alvoroços do seu contentamento, assentando que faria manifestar seu agradecimento concedendo ‘graças pedidas’, ordenou a um dos seus cortezãos que declarasse ao ofertante que seria satisfeito em tudo que pedisse. O recado do rei foi dado, e o altivo paulista, formalizando-se ao ouvir-o respondeu pelo seguinte modo: – POIS SI EU VENHO DAR, COMO SE HEI DE PEDIR?! (Almanack de Bragança para 1900, p. 160).

Dando continuidade ao diálogo com a fonte, retorno à biografia de João Pedro, no momento em que ele, formado, voltou à Bragança, de acordo com seu biógrafo:

Os seus conterrâneos exultaram de contentamento, com a notícia da próxima chegada do jovem diplomado. Organizaram uma cavalgada e o foram esperar fóra de portas, introduzindo-o, triunfalmente no recinto da velha Bragança. Era ao entardecer, a hora cheia de poesia do crepúsculo vespertino. O céu purpureado pelos últimos raios do sol que se atufava no horizonte, iluminava com a sua meia luz o prestito numeroso de amigos dedicados. Espoucavam no ar os foguetes denunciadores da boa nova, e magotes de curiosos se dirigiam para a entrada da povoação, para assistir ao desfilar do cortejo. Assomavam a todas as janellas physionomias radiantes de prazer, porque em uma cidade do interior todo o mundo se conhece e a alegria de um é a alegria de todos. As famílias constituem por assim dizer o conjuncto de uma só e mesma família... (Almanack de Bragança para 1900, p. 58).

A imagem da entrada triunfal na cidade ganhou contornos de um herói que retorna após vencer uma batalha. A natureza é descrita de tal forma que se tem a construção de um cenário onde a luminosidade amalgama os elementos da cena, produzindo uma imagem triunfante e heróica dos cavaleiros que tomam a cena, tendo por fundo a infinitude do céu, no horizonte distante do entardecer. É oportuno registrar que os homens, em suas montarias, parecem mais altos.

A narrativa da acolhida numerosa indicaria o vigor e o prestígio do grupo político dos Lemes, ao qual o jovem dentista devia seus estudos. O biógrafo desconsidera toda e qualquer possível manifestação de menosprezo, desconhecimento ou de despreço ao fato narrado – ele instaura um fato digno de história e de memória. É como se todos da cidade corroborassem sua atitude ou concordância em relação à demonstração de prestígio e poder dos aliados da família Leme. Há um absoluto silenciamento de quaisquer resistências, disputas e conflitos havidos na cidade, por conta da hegemonia de tal família, posicionamento que ganha evidência na afirmativa que “As famílias constituem por assim dizer o conjunto de uma só e mesma família”, que seria inquestionável.

Outro dado interessante é a visão que ele registra de que “... em uma cidade do interior todo o mundo se conhece e a alegria de um é a alegria de todos”, reafirmando sua desconsideração por quaisquer resistências ou dissonâncias ao poder da família Leme; outro aspecto a ser pontuado é que o biógrafo construiu uma dada imagem da cidade grande, em contraponto à cidade do interior. Nesta imagem é possível flagrar indícios do estranhamento frente ao outro, frente à multidão que tomava as ruas das grandes cidades, num ritmo frenético que atendia à industrialização crescente, multidão que estilhaçou a possibilidade de a todos conhecer e sobre todos deter o controle. Por fim, a organização de uma “cavalgada” numerosa registra uma prática quase que desconhecida nos grandes centros urbanos, na atualidade. Naquele contexto, a cavalgada emerge como uma das práticas relativas à comemoração de um evento, no caso, a chegada do biografado.

João Pedro, o biografado, morou em diferentes cidades e atendeu famílias de várias regiões, levando-se em conta que “Naquella época a profissão de dentista era por sua natureza ambulante. Por isso foi que elle teve de percorrer, sucessivamente, os municipios de

Santo Antonio da Cachoeira, Amparo, Itatiba e, finalmente Campinas.” (Almanack de Bragança para 1900, p. 59). Ainda, quando ele morou e atendeu:

Em Campinas elle monopolisou toda a clientela da população da cidade, bem como a de todo o Oeste. Era commum se encontrar em Campinas familias do Rio Claro, da Limeira, de Araras, etc. (Almanack de Bragança para 1900, p. 59).

João Pedro retornou a Bragança no ano de 1889, quando eclodiu a epidemia de febre amarela em Campinas, e de lá mudou-se para São Paulo, onde viveu seus últimos anos.

A segunda biografia⁸³ é do capitão Francisco de Assis Valle. Sua biografia foi fruto da “... homenagem que lhe faz a redacção deste almanack” (Almanack de Bragança para 1900, p. 61). O capitão Francisco de Assis Valle, nascido em São Paulo em 1815, viveu em Bragança. Casou-se duas vezes: suas esposas pertenciam às famílias de grandes fazendeiros, com forte atuação política na região. A natureza desses casamentos estava assentada na posse de terras centralizada nas mãos de poucos, o que garantia também a centralização de riqueza e de poder em tais mãos. Registro que encontrei referências freqüentes à morte de mulheres casadas ocorridas no momento do parto, o que me fez supor que, talvez, a gravidez e a concepção pudessem ser causa de grande receio para as mulheres do período.

Para seu biógrafo:

O Capitão Valle era politico e foi sempre chefe do partido conservador; mas tão convicto, quanto desapaixonado, teve sempre por norma de proceder a firmeza, a lealdade e a moderação, qualidades que o impunham ao acatamento e mesmo á estima de seus proprios adversários. (Almanack de Bragança para 1900, p. 62).

Essa biografia, tanto quanto as demais, pertence a um representante das elites locais; logo, nela pode-se flagrar o posicionamento do redator do *Almanack* ao lado da família Leme e de alguns grandes proprietários de terras. O biógrafo destaca, na conduta do capitão Valle, que ele não se deixava levar pela paixão de suas convicções, procedendo de maneira firme, leal e moderada; é possível que, com tal colocação, o biógrafo tenha registrado que, para o imaginário das elites da época, as atitudes relativas às paixões deveriam ficar restritas ao espaço da intimidade e privacidade (GAY, 1988), cabendo ao cidadão, ao homem civilizado,

⁸³ A biografia se estende da página 61 até a página 63.

no espaço público mostrar-se firme, leal e moderado, distante das fraquezas, das emoções e atitudes irracionais, o que garantiria-lhe o respeito e a estima dos demais.

Logo, a origem da hegemonia de alguns sobre os demais poderia ser explicada também pela racionalidade e civilidade dos primeiros, no trato das questões políticas no espaço público. É oportuno salientar que a discórdia e a desavença, sob tal perspectiva, poderiam ganhar o *status* de demonstrações de sentimentos rudes, instintivos e irracionais, posto que não se pautassem pela tirania da ordem e das convenções sociais das elites locais. A par da descrição de tais características “morais e de comportamento”, a imagem de corpo que somos instados a construir é a de um corpo ereto, cujos gestos e postura tenderiam a demonstrar firmeza, e o timbre da voz a conotar poder e comando. Esta não seria a imagem de um corpo disciplinado para não se curvar às paixões irracionais e aos receios?

A referência à estima devotada – até pelos próprios adversários do capitão Valle – traz à cena disputas e conflitos de interesses locais, sem contudo nomear ou indicar quais seriam estes adversários⁸⁴:

Bragança deve-lhe muitos benefícios, entre os quais salienta-se a parte que tomou na organização da Companhia Bragantina, concorrendo poderosamente para a realização do grande ideal d'aquela época: – a construção de uma estrada de ferro que ligasse esta cidade á capital e ao porto de Santos. Bem pouco avaliam a somma de sacrificios que custou a via ferrea; bem poucos pôdem calcular quanta força de vontade, quanta perseverança e tenacidade foi necessaria para arrostar os constantes revezes, a má sorte persistente que pesava sobre a companhia desde o seu inicio. (Almanack de Bragança para 1900, p. 62).

O redator destaca que o capitão Valle foi um dos que mais se empenharam na criação da Companhia Bragantina de Estrada de Ferro, cujo ideal era “... a construção de uma estrada de ferro que ligasse esta cidade á capital e ao porto de Santos” (Almanack de Bragança para 1900, p. 62). Esta iniciativa estava ancorada nos interesses de grandes fazendeiros que visavam, através dessa via férrea, garantir e baratear o custo do escoamento da produção cafeeira local e regional, porque não se pode esquecer que a Estrada de Ferro Bragantina cortava as cidades circunvizinhas.

Mas o biógrafo também sugere que o sucesso da empreitada dependeu “de sacrificios” e da “força de vontade [...] perseverança e tenacidade” do capitão Valle, atributos

⁸⁴ Esta observação é válida para os anuários e os almanaques locais pesquisados.

individuais valorizados na perspectiva liberal e romântica. A tenacidade do capitão garantiu-lhe o sucesso da iniciativa, bem como deu matizes heróicos à “vitória” de seu ideal. Assim, o esforço individual, que se pautou pela ordem e desejo de progresso, em prol do bem comum, teria garantido a concretização do ideal do capitão Valle – e, talvez, o redator quisesse alertar aos seus possíveis leitores que seria de bom alvitre seguir o exemplo do capitão, em busca de igual sucesso.

Na seqüência, o redator citou nominalmente aqueles com os quais o capitão Valle cooperou na realização de seu projeto; com tal menção salientou a origem social e o posicionamento político daqueles que se envolveram com a construção da ferrovia:

Foi nessa grande empreza – grande pelas dificuldades com que teve de lutar – que o Capitão Valle patenteou o seu espirito progressista e a sua inquebrantavel energia, que assim tão bem e desinteressadamente empregava em beneficio desta terra, cooperando com Gabriel Silveira, José Gomes⁸⁵, Coronel Leme e outros benemeritos bragantinos para dar ao progresso o maior impulso que elle tem recebido até hoje... (Almanack de Bragança para 1900, p. 62).

No transcorrer do artigo, ele enfatiza as dificuldades encontradas pelos que se dispuseram a levar a cabo a criação dessa estrada de ferro, contudo não se consegue identificar, de pronto, o que ele quis dizer com a seguinte frase “... a má sorte persistente que pesava sobre a companhia desde o seu inicio” (Almanack de Bragança para 1900, p. 62). É marcante na biografia do capitão Valle a ênfase dada pelo redator do Almanaque às dificuldades enfrentadas para a criação da estrada de ferro; porém, ele deixa de explicitar quem eram as pessoas e quais os interesses em jogo que legitimariam a “má vontade de alguns” para com a companhia nascente:

... o Capitão Valle deixou em Bragança seus interesses e demorou-se três meses na capital da provincia, empenhando-se pela concessão do privilegio para a construção da estrada de ferro Bragantina, – concessão que obteve depois de grandes esforços, que lhe foi necessário empregar para vencer a má vontade que havia contra a nascente companhia (Almanack de Bragança para 1900, p. 62-63).

⁸⁵ Estes dois também tiveram suas biografias impressas no *Almanack de Bragança para 1900*.

É oportuno salientar como a noção de progresso está atrelada à fundação de ferrovias, para grande parte dos contemporâneos daquela época. Estes, por sua vez, eram identificados como progressistas. Assim, para o biógrafo, o capitão Valle “patenteou seu espírito progressista” na iniciativa de fundar a Companhia Bragantina de Estrada de Ferro. Antes de finalizar a biografia, ao informar que o capitão falecera em 1877, o redator faz questão de registrar: “... o traço mais saliente de sua physionomia moral: seu espírito religioso. Bom catholico, o Capitão Valle sabia comprehendere e praticar os preceitos christãos e nunca se furtava a uma obra de caridade.” (Almanack de Bragança para 1900, p. 63).

Ser católico e caridoso, em Bragança, era um dado significativo e necessário de ser mencionado no *Almanack de Bragança para 1900*. Afinal, parece-me que o pertencimento às elites locais e a propriedade de bens viabilizava a filantropia que dava “visibilidade e respeitabilidade” àqueles que a praticavam.

A terceira biografia⁸⁶ é de José Guilherme Christiano. Antecede a biografia uma gravura impressa em preto-e-branco do busto do biografado. A biografia é de autoria do padre Figueiredo Caramuru, que reconhecia em José Guilherme “... talento, instrução e supremo caracter” (Almanack de Bragança para 1900, p. 65). Segundo o biógrafo, ele “Era natural desta cidade, onde nasceu em 1837, sendo filho legítimo de Christiano Wilhelmy e de D. Maria Carlota Krun...” (Almanack de Bragança para 1900, p. 65).

A expressão “legítimo”, empregada pelo padre Figueiredo, causa certo estranhamento. Qual foi o motivo que o levou a empregá-la? Esta seria uma prática corriqueira da época? Pairaria alguma dúvida em relação ao fato? Seria freqüente a presença de filhos nascidos fora do casamento, os ditos bastardos, na pequena cidade de Bragança, no interior do estado de São Paulo e em todo o país? Não encontrei quaisquer referências explícitas aos bastardos, às uniões ilegítimas, às uniões entre brancos e mestiços, ou brancos e negros, ou brancos e índios no *Almanack para Bragança de 1900*. Contudo, uma certa familiaridade no trato com o acervo do Judiciário da comarca de Bragança autoriza-me a afirmar que tais fatos ocorriam com freqüência. Em todo caso, o fato de não ser bastardo parece ter garantido prestígio a José Guilherme.

O padre Figueiredo Caramuru dá continuidade à biografia destacando que ele: “Cresceu cercado de uma ambiente luminoso; aprendeu nas bellas lições – a amar o trabalho,

⁸⁶ A biografia se estende da página 64 até a página 69.

fonte inexaurível de benefícios, e a ser futuramente um homem honesto e laborioso.” (Almanack de Bragança para 1900, p. 65). A imagem de um ambiente “luminoso” ganhou seus contornos na valorização do amor ao trabalho, o que teria garantido ao biografado ter-se tornado um homem honesto e laborioso. O padre Figueiredo dá continuidade à biografia de José Guilherme, que parece ter se distinguido, dentre os demais contemporâneos, graças às “bellas lições” que aprendera, salientando que ele:

... ainda joven, adquirio noções de latim, de francez e de desenho, e lampejaram logo os primeiros rudimentos de literatura. Não podendo por falta de recursos continuar a carreira das letras, dedicou se á pintura e á encadernação de livros, no que tornou-se perito, empregando, entretanto, as horas de lazer, no estudo da linguistica. Mais tarde abandonou a arte que immortalizou Miguel Angelo e Murilo para entregar-se de todo aos estudos, tornando-se um professor emerito em diversos idiommas, dedicando-se com afan ao professorado, carreira que lhe abriu mais vastos horisontes para continuar pelo estudo e meditação á cultura de sua privilegiada intelligencia. (Almanack de Bragança para 1900, p. 65-66).

A biografia de José Guilherme propõe a imagem de uma pessoa que, apesar dos poucos recursos de que dispunha para sobreviver e estudar, acabou ultrapassando tal dificuldade pelo esforço próprio e pela inteligência que possuía – preceitos bem ao sabor das concepções liberais: as limitações sócio-econômicas seriam passíveis de serem transpostas graças ao empenho e à capacidade individuais; em uma releitura liberal e tendenciosa da seleção natural das espécies, os organismos mais aptos tenderiam a sobreviver nas condições mais adversas. O padre Figueiredo Caramuru oferece indícios de que um dos ofícios que propiciaria o reconhecimento e a ascensão sociais, bem como a possibilidade de aquisição de recursos financeiros, seria o de professor, no qual se distinguiriam aqueles que tivessem empenho e qualidades para tal, e aquele que procurasse na leitura de “bons livros” o aprimoramento contínuo de seus conhecimentos:

O tempo que lhe sobrava do ensino, empregava-o na leitura dos bons livros, companheiros inseparáveis, como elle nos dizia, e assim foi adquirindo grande copia de conhecimentos em diversos ramos da litteratura, da sciencia e das artes, exercitando-se com facilidade n’algumas linguas como o latim, francez, allemão, inglez, hespanhol e italiano. Fez também seus estudos do grego e do sanscrito, e conhecia bem a etymologia da lingua indigena; era profundo em geographia, historia e astronomia; tinha noções de philosophia e de rhetorica, e conhecia os segredos da harmonia, que immortalizou Bellini, Doniseti e Carlos Gomes. (Almanack de Bragança para 1900, p. 65 -66).

Das considerações acima, restaram-me dúvidas: o que significaria a expressão leitura de “bons livros”? Estes seriam aqueles que permitiriam a sensação de aquisição “enciclopédica” do conhecimento com pretensões iluministas? Mas tal sensação registraria “permanências” relativas às práticas de leitura de outras épocas! Ou os critérios que orientavam a seleção e a leitura de “bons livros” estariam assentados na manifestação de fé inabalável no conhecimento científico, bem ao sabor do positivismo? Ou a seleção e a leitura de “bons livros” teriam sido capazes de instrumentalizar José Guilherme para que este transpusesse as adversidades de uma existência marcada pelos poucos recursos, através do esforço e da capacidade individuais, na perspectiva apregoada pelo liberalismo? Ou talvez, a expressão relativa à prática de leitura de “bons livros” seria um indício de uma nova sensibilidade relativa à leitura, a par da educação estética dos sentidos, ancorada, neste caso em particular, na fruição e leitura solitária e silenciosa de textos impressos pelo indivíduo, na modernidade? Quando o padre salienta a leitura de “bons livros” pelo biografado, ele constrói e reafirma a imagem de um corpo civilizado e escolarizado para José Guilherme, que além do mais, era um homem “honesto e laborioso”.

O biógrafo, ao tratar da trajetória profissional de José Guilherme, reconhece ainda que a carreira de professor era cheia de agruras, tanto quanto a vida daqueles que se dedicavam às lides comerciais que, com frequência deparavam-se com desgostos e ingratidões. Contudo, acompanhando-se o ritmo e o encadeamento das idéias do padre Caramuru, fica-se com a sensação de que na biografia ressoam indícios liberais de valorização das lides relativas ao ensino – à educação formal – em prejuízo daquelas que se voltavam ao comércio, como se no magistério não ocorressem “desgostos e ingratidões”:

Em 1861, abandonou a agrurosa carreira de professorado e atirou-se aos labores da vida commercial, afastando se também do convívio das letras. Mais tarde, não lhe sendo proficua a afanosa lide do commercio, onde se encontram abundantemente desgostos e ingratidões, de novo volta ao magisterio da instrucção, onde o campo era-lhe rateado e ahi, estende a sua tenda de trabalho e recomeça com dedicação inaudita a ensinar mais por vocação e amor ás letras do que por interesse, e a prova ahi temol-a na instrucção que diffundio entre os pobres e infelizes. (Almanack de Bragança para 1900, p. 65-66).

O biógrafo recorre à expressão “vocação” para explicar a opção que José Guilherme acabou por fazer pelo magistério, em decorrência das dificuldades encontradas como comerciante. A expressão vocação, por sua vez, transmite a idéia de que o exercício de uma dada atividade por uma pessoa é condicionado por algo inato à natureza humana, inscrito no corpo do sujeito. Tal vocação, por sua vez, seria incompatível com interesses outros, que não o de cumprir com o que a vida destinara para esta ou aquela pessoa. A vocação, então, seria uma predisposição inata para o exercício de alguma atividade, isenta de qualquer mediação ou condicionamento sócio-cultural – por conta do que, todo aquele que nascesse vocacionado para determinada atividade, independentemente das condições em que vivesse, tenderia a exercê-la, com o fito de cumprir sua missão nesta vida. Logo, nada seria mais digno e gratificante para o professor que, por vocação, assume o seu destino, do que difundir a instrução entre os pobres e infelizes!

A imagem de professor do biógrafo de José Guilherme é a imagem daquele que redimiria do sofrimento os pobres – que por conta da penúria, eram infelizes –; contudo, mediante a instrução eles seriam redimidos do sofrimento. Aquela, por sua vez, ainda poderia vir a livrá-los de sua condição, desde que houvesse empenho e capacidade por parte dos indivíduos que a recebessem. Tal imagem é romântica, porque cabe à pessoa aceitar sua sina, e liberal, porque coloca na natureza humana, no corpo, a explicação das diferenças sociais.

Mais adiante, fica-se sabendo que José Guilherme seguiu de Bragança para as cidades de Jaguary e Cambuí, nas quais atuou como professor. Estas cidades situam-se no estado de Minas. E aqui o biógrafo chamou a atenção para o fato que:

Professor habilíssimo; seus alumnos em pouco tempo faziam espantosos progressos, e d’entre elles destaca-se o illustrado Doutor Silviano Brandão, digno presidente de Minas e os estudiosos advogados: Vicente Guilherme, dr. Luiz Pereira de Araujo e innumerous [...] Nesta cidade, na de Jaguary e em Cambuhy, onde teve um externato occupou [...] vários cargos de nomeação e de eleição popular, se havendo com honradez e probidade, a ponto de, como collector em Jaguary, tendo, ás vezes, necessidade de dinheiro para o mister de sua casa, preferia ir pedir emprestado do que servir se por prestimo do erario publico. (Almanack de Bragança para 1900, p. 67).

Fica-se com a impressão, em linhas anteriores, quando o padre Figueiredo Caramuru disse que José Guilherme havia difundido a instrução entre pobres e infelizes, que houve certo exagero. Talvez o padre tenha desconsiderado que o acesso à instrução escolar era

muito difícil para crianças de famílias menos abastadas: qual seria a origem social dos pais que teriam condições de arcar com os custos de um externato? E, de uma outra perspectiva, a escola aparece como instituição capaz de libertar da miséria os pobres, como se a escolarização fosse suficiente para garantir a melhoria das condições de sobrevivência de todo e qualquer indivíduo pertencente aos segmentos mais pobres da sociedade. Como se a escola fosse uma instituição capaz de romper com as barreiras e diferenças sociais, porque as práticas escolares seriam capazes de pautar seus procedimentos e critérios levando em conta apenas o esforço, o desempenho e o potencial de cada indivíduo – por definição, para o ideário liberal: os indivíduos são iguais perante as leis e a sociedade, muito embora as condições de vida não sejam as mesmas para pessoas oriundas das diferentes classes sociais.

José Guilherme foi professor de pessoas que ocuparam importantes cargos públicos e que se formaram bacharéis de Direito, por conseguinte não eram pobres; quem sabe infelizes, mas não pobres! Ele foi proprietário de um externato. Além do que, parece ter gozado de prestígio político na região, para ter ocupado cargos públicos, tanto por voto quanto por nomeação. Outro dado que chama a atenção foi a menção ao fato de José Guilherme, segundo seu biógrafo, mesmo diante das necessidades e dificuldades pessoais, não ter se servido do erário público para abrandá-las. Talvez tal prática fosse comum no período, de tal modo que o biógrafo sentiu necessidade de esclarecer que o mesmo não aconteceu com José Guilherme.

Segundo o padre Figueiredo, quando José Guilherme deixou Cambuí, em 1873, ele veio para Bragança onde:

... fundou o Collegio Bragantino, sendo em seus primeiros dias auxiliado pelos philanthropos José Gomes da Rocha Leal e José Domingues de Oliveira, de saudosas recordações que não se pouparam para que a obra da regeneração social – a instrução tivesse o maior incremento e assim foi. Installado o Collegio Bragantino, foi elle de summa elevação intellectual: a mocidade desta cidade e de outras limitrophes encontrou naquelle centro de actividade todos os recursos, porque o seu director e mestre – José Guilherme – era um homem predestinado para preceptor, pois que, reunia, alem de provada aptidão e conhecimentos de pedagogia, moralidade exemplarrissima. (Almanack de Bragança para 1900, p. 67).

É necessário atentar para o viés positivista que emerge em relação à imagem da instrução escolar, como sendo aquela capaz de viabilizar a obra de regeneração social, através daquele que a levaria a cabo, o professor. Nesse sentido, o professor aparece

novamente como aquele que, ao atender à sua vocação – posto que predestinado a preceptor – ganha ares de salvador daqueles que não dispunham de instrução e passa a ser responsável pela regeneração social. Na perspectiva do biógrafo, a escola seria o espaço de construção da civilidade e da moralidade exemplares, frente a realidade da degeneração social. Qual seria então a concepção de regeneração social para o padre biógrafo? Ela passaria pela valorização da instrução e da alfabetização crescentes da população mais pobre como meio de garantir o progresso da nação, recém-independente? Logo, a instrução e a alfabetização seriam capazes de disseminar padrões de comportamento, hábitos e valores que se inscreveriam nos corpos dessa população.

José Guilherme circulava com certa familiaridade por entre grandes proprietários de terras e grandes comerciantes, pois seu biógrafo citou com facilidade nomes de figuras de peso político na região, como sendo de pessoas das quais o biografado angariava respeito e apoio. Além do que, seu biógrafo enfatizou que o Collegio Bragantino acolhia jovens de Bragança e de cidades limítrofes, o que indica que esse colégio foi uma instituição escolar reconhecida na região.

Nas últimas linhas da biografia, fica-se sabendo que José Guilherme exerceu o cargo de secretário da Companhia Bragantina de Estrada de Ferro. Assim, a freqüente referência à Bragantina, no transcorrer da leitura do *Almanack de Bragança para 1900*, veio à baila também na biografia de José Guilherme, fato que parece ser um indício de que o pertencimento aos quadros administrativos da Companhia Bragantina foi um dos critérios que orientou a escolha da maior parte dos biografados pelo *Almanack de Bragança para 1900*.

José Guilherme, juntamente com Manoel de Almeida Carneiro, em 1877, foi também um dos fundadores do jornal *O Guaripocaba*:

... que teve cerca de doze annos de luctas gloriosas; tendo sido, egualmente um dos fundadores do 'Club Litterario Bragantino', cuja presidencia occupou durante muito tempo, concorrendo para o grande desenvolvimento dessa instituição litteraria, que foi o vivido manancial desta sociedade, então embrionaria de instrucção. (*Almanack de Bragança para 1900*, p. 68-69).

Aqui se encontra, novamente, referência à criação de clubes literários. Estes seriam espaços emblemáticos de novas sociabilidades que emergiram na modernidade, espaços

culturais privados, destinados à leitura, à música e as reuniões científicas; estas versavam sobre determinados temas, escolhidos *a priori* e divulgados pelos jornais da época, na forma de convite. Retomando à designação do clube fundado em Bragança, “Club Litterario”, é interessante notar que o biógrafo apresentou-o como um espaço importante para a formação da sociedade local, “então embrionaria de instrução”. Clube que até hoje existe em Bragança, situado na praça central da cidade, próximo da igreja matriz e que, até meados da década de 70 do século XX, não permitia negros entre os seus associados.

José Guilherme “Collaborou em diversos jornaes, tanto deste Estado como do de Minas, notando-se em seus escriptos bastante erudição e de um estylo ameno, elegante e fluido, e, ás vezes apocalyptico...” (Almanack de Bragança para 1900, p. 68-69). Eis aqui outra faceta de nosso erudito professor: além de fundador, também colaborador de diversos jornais no estado de São Paulo e de Minas Gerais. Por fim, o biografado, José Guilherme, mudou-se para São Paulo em 1896, por conta de uma enfermidade, onde veio a falecer no mesmo ano.

A quarta biografia⁸⁷ é do Major Manoel de Almeida Carneiro, português nascido em 1837. A biografia é datada de 1899, redigida em São Paulo e assinada por Arthur Goulart. A biografia de Manoel de Almeida tem início com as seguintes considerações: “Quem em Bragança poderá desconhecer o nome d’aquelle que tanto fez como homem publico e como jornalista para o progresso moral e intellectual daquela cidade? Ninguem certamente.” (Almanack para Bragança de 1900, p. 71).

Minha atenção foi atraída pela valorização da contribuição do jornalista para o “progresso moral e intellectual” de Bragança. Fiquei curiosa em rastrear a maneira pela qual o biógrafo entendia tal progresso, pois tinha esperança de encontrar indícios das possíveis imagens que ele construiria acerca de impressos periódicos e das práticas de leitura próprias destes meios impressos.

O biógrafo, mais adiante no texto, não se esqueceu de pontuar que Manoel de Almeida Carneiro era um homem “justo e benemerito”, que viveu “... sempre praticando o bem e amado geralmente pelo povo...” (Almanack para Bragança de 1900, p. 71). Desta observação, restou-me uma dúvida: a quem o biógrafo dirigia-se quando empregou a

⁸⁷ A biografia se estende da página 71 até a página 76.

expressão “povo”? Segundo ele, Manoel Carneiro era filho de lavradores, e quando moço ingressou num seminário por determinação paterna, mas quando:

Estava quasi a concluir o curso theologico, [...] resolveu abandonar os estudos de uma carreira que não gozava de suas sympathias. Foi então que sahio de Parada (Portugal) veio para o Brazil, em 11 de Maio de 1863, trazendo os bolsos vasio, porem o coração cheio de esperanças e a cabeça repleta de illustração. (Almanack para Bragança de 1900, p. 71).

Manoel de Almeida, filho de lavradores, teria estudado graças à sua entrada no seminário, onde teria ficado com a “cabeça repleta de illustração”; nesta percepção do corpo humano, a razão e o conhecimento situavam-se na cabeça; quanto aos sentimentos, estes ficavam restritos ao coração. O biógrafo diz que Manoel de Almeida desistiu do sacerdócio, porque tal carreira não contava com a sua simpatia. Teria ele sido enviado ao seminário pelos pais, numa tentativa de transpor a pobreza e a fome da família, mediante a possibilidade de escolarização e de ascensão social em decorrência da formação religiosa?

O que o biógrafo identifica como falta de vocação religiosa, seria uma maneira velada de sinalizar que Manoel Carneiro não nutria muita simpatia pelos clérigos e pela Igreja? Teria ele laços com a maçonaria? Há que se considerar também que, no período de vida do biografado, discutia-se a proclamação da República e a necessidade de criação de um estado laico. No ano de 1866, ele fixou:

... sua residencia em Cambuhy, villa sul-mineira. Alli em pouco tempo angariou geral estima pelo seu caracter impolluto e pela sua disposição ao trabalho. Negociava, ensinava e escrevia para jornaes estrangeiros e nacionaes. Em Cambuhy conheceu uma donzella formosa e sentiu-se por ella enamorado. Moço desconhecido quasi pobre, porem tão leal e tão distincto, teve a felicidade de receber o –sim – da mulher que amava com todas as forças de sua nobre alma. Casou-se pois com D. Maria Olyntha Ferreira de Carvalho, filha do venerando coronel Manoel Ferreira de Carvalho [...] Depois M. Carneiro mudára se para a cidade de Jaguary, onde abriu banca de advogado. Defendeu perante o jury muitos réus pobres [...] Era tão intelligente que em pouco tempo [...] se tornara um advogado afamado e versado na vasta e difficil sciencia de direito. Foi promotor publico em Jaguary diversas vezes... (Almanack para Bragança de 1900, p. 71)

Nas biografias do Almanack para Bragança de 1900 observei uma constante valorização do trabalho, da inteligência, da conduta generosa e da moral ilibada dos biografados – todos, sem exceção, homens, já que, para o corpo feminino, foram os

predicados da formosura, da castidade, da delicadeza, mas, sobretudo, do pertencimento às famílias das elites locais, que lhes garantiu, vez por outra, virem à cena. É significativo que a inteligência, a generosidade e a moralidade, no discurso biográfico, acabem sempre por desembocar na apologia do reconhecimento público e das melhores condições de vida dos biografados, em decorrência de seus atributos pessoais, que se traduzem em poder político dada à pertinência e ou ao livre trânsito junto aos grandes proprietários de terras ou grandes comerciantes; além do que, é oportuno pontuar que os biografados possuem em comum o fato de terem morado em diferentes cidades da região.

Emerge dessa imagem construída de homem público – homem trabalhador, generoso e de moral inquestionável – a idéia de que tais características teriam garantido “a vitória e a riqueza” deles. Dessa maneira, aos que detivessem tais características, nada mais justo que gozar da “riqueza e poder” alcançadas por mérito individual; por outro lado, àquele que não desfrutava de tais benesses, restava apenas reconhecer tanto a falta de empenho de sua parte quanto sua incapacidade inata, atributos que se evidenciariam em suas condições de vida, mais ou menos satisfatórias, de acordo com o mérito de cada um. Tal imagem de homem público está eivada de concepções liberais, positivistas e românticas.

A biografia de Manoel Carneiro parece endossar tais ideais plenamente; sua ascensão social teria se dado pelo trabalho, generosidade e ilibada conduta moral, atributos estes que acabaram por facultar-lhe o casamento com a filha de um chefe político local – a mobilidade social é tratada como algo que decorre da vontade e do mérito daquele que ascendeu. É interessante que a nova situação social de Manoel Carneiro se coaduna com uma trajetória profissional em que o magistério e a imprensa alavancaram o início da carreira promissora do jovem ilustrado, embora pobre, e que o exercício futuro em cargos públicos e na advocacia sejam decorrentes de tal trajetória. Muito embora não se possa esquecer que o casamento com a filha de um importante político local há de ter-lhe facilitado a vida e a ascensão social.

Para construir o cenário em que o biografado se distinguiu, a partir de seus atributos de caráter, o biógrafo relata que Manoel Carneiro contava aos amigos que:

Uma vez entrou em jury um pobre moço pelo crime de ter dado umas pauladas n'um figurão da localidade. Carneiro era o promotor. Dias antes do julgamento, o offendido disséra ao órgão da justiça publica – Já sei que o senhor vae accusar fortemente o meu aggressor?

- Não sei o que deva fazer e nem lhe posso lhe contar nada sobre a accusação. Isto é uma questão de consciencia.

- Mas o sr, é o accusador!
 - Não sou a justiça e a justiça não accusa, diz a verdade dos factos.
- Manoel Carneiro não accusou o réu, victima da prepotencia de um pachá. Opinou até pela sua absolvição. (Almanack para Bragança de 1900, p. 73).

Como não sou contemporânea da época, de pronto não teria como identificar a qual figurão Manoel de Almeida se reportava, mas com certeza não pertencia à mesma seara política dele e nem de seu biógrafo. Ponto que aqui o biografado, assim como os demais biografados no Almanack de 1900, são apresentados sempre tomando a defesa dos mais fracos e oprimidos, sempre agindo por eles, em nome da verdade, da lei e da justiça. Para o biógrafo “Este facto singelo demonstrou o quanto era inquebrantavel o character daquelle bom homem, que nunca tivera vaidade, nem orgulho, mas que venerava a lei e a justiça”. (Almanack para Bragança de 1900, p. 73).

É necessário dizer que esta verdade, lei e justiça são aquelas que se pautam pelo direito da propriedade e defesa dos indivíduos enquanto proprietários de seus bens, pensamentos e corpos. Segundo o biógrafo, Manoel Carneiro mudou-se para Bragança em 1871 e:

Em 1873 fundou o ‘Guaripocaba’, folha que viveu onze annos de gloriosa existencia. Eram companheiros de Carneiro na redacção os illustres e saudosos José Guilherme e Pedro Coutinho. Carneiro escrevia versos, folhetins, chronicas, noticias e criticas, José Guilherme era o encarregado dos artigos de fundo e Coutinho sustentava uma secção domingueira, ora em prosa alegre e ora em versos chistosos e bem feitos. Collaboravam no ‘Guaripocaba’: Nicolao Asprino, Luziano Ribas, Valdomiro Guilherme, Christiano Guilherme, arcediágo Ezechias Galvão de Fontoura e outros cavalheiros conceituados. Tinha o jornal correspondentes em São Paulo, Rio de Janeiro, Lisboa, Porto, Vizeu e Paris. (Almanack para Bragança de 1900, p. 73).

Manoel Carneiro, desde a sua mocidade, esteve afeito às lides jornalísticas. Note-se que *O Guaripocaba* era um jornal local. Mas, de acordo com o biógrafo, esse jornal tinha correspondentes em duas grandes cidades brasileiras, em três cidades de Portugal e, até mesmo, na cidade francesa Paris, a capital mundial da moda e da civilização modernas. Estas informações parecem agregar um certo traço cosmopolita ao periódico bragantino, por conseguinte ao biografado e aos seus colaboradores do impresso. Ainda, de acordo com o biógrafo, Manoel Carneiro era um terrível polemista, posto que:

M. Carneiro conhecia o segredo da penna. Escrevia em todos os generos literarios. [...] Polemista de pulso, ninguém mais delicado que elle; quando o adversario era cortez. Porem por mal, o antagonista succumbia fatalmente na lucta. Era um terrivel polemista. (Almanack para Bragança de 1900, p. 73).

A produção jornalística de Manoel Carneiro foi correlata ao trabalho e à ocupação de cargos públicos, ao longo de sua vida. Talvez a ocupação de tais cargos tenha se viabilizado e justificado por conta de seus pendores jornalísticos e pela sua “familiaridade com a pena”, que, provavelmente, corria ao sabor de determinados interesses político-econômicos; foi o que sugeriu a lista dos nomes elencados como de pessoas próximas ao biografado, no transcorer da biografia. Para o biógrafo, “M. Carneiro: – Era de uma fecundidade extraordinária”. (Almanack para Bragança de 1900, p. 73). Ainda, percebe-se o empenho do biógrafo em valorizar a produção jornalística de Manoel Carneiro, registrando os temas e os estilos sobre os quais era versado o biografado, salientando que ele também participou da fundação de vários órgãos da imprensa local:

M. Carneiro foi redactor-chefe da Gazeta de Bragança, a bella folha editada pelo Maia, e que tanto impulso dera ao progresso do municipio bragantino. Nesta folha M. Carneiro escreveu uma longa serie de artigos sobre a construcção de um theatro em Bragança, artigos que deram bom resultado, porque o theatro é hoje uma realidade. Escreveu sobre outros assumptos, todos sobre interesses locaes. Como romancista publicou em folhetins a Moura Encantada, romance singelo e simples, escripto num estylo suave doce, á Julio Diniz. Não deixou um só livro publicado, no entanto os seus escriptos dão para dez ou dose tomos. Collaborou também na ‘Cidade’, o conceituado jornal que ainda hoje vive sob a direcção do capitão Benedicto Rodrigues Moreira. (Almanack para Bragança de 1900, p. 74).

Ao relatar o falecimento de Manoel Carneiro, seu biógrafo salienta que o pesar pela sua morte em 1898 foi noticiado em diferentes jornais “... O Estado de São Paulo, A Nação, A Noite, A Platéa, Jornal do Commercio, do Rio e muitos outros...” (Almanack para Bragança de 1900, p. 74), talvez com o objetivo de testemunhar que Manoel Carneiro era conhecido e querido para além dos horizontes de Bragança, assim como talvez o fossem suas idéias e as pessoas que gozaram de sua amizade.

A quinta biografia⁸⁸ é de Valdomiro Guilherme. É precedida por uma gravura de seu busto. Na legenda encontra-se o nome do biografado, seguido da observação: “Transcreveremos, com a devida venia, dos ‘Esboços Democraticos’ do Dr. Amador Cobra, a

⁸⁸ A biografia se estende da página 77 até a página 88.

seguinte biographia” (Almanack para Bragança de 1900, p. 77). A biografia transcrita de Valdomiro Guilherme foi dedicada a Álvaro Azevedo, e inicia-se nos seguintes termos:

... moço que foi no firmamento litterario de São Paulo, uma das mais lucidas estrellas que nelle tem brilhado, uma alma cheia de irradiações sublimes, uma verdadeira intelligencia de eleição, foi envolto como Varella, Castro Alves e tantos outros, nos negrimes da morte, ainda quando nem todas as petalas da flôr da sua magestosa intelligencia se haviam deslocado da corolla, perdendo a Patria uma de suas mais bellas esperanças e a Politica Republicana um de seus valentes combatentes, um dos caracteres mais severos de suas fileiras. O Brazil ainda não teve sua idade heroica, os seus grandes heroes, os seus Chatam, Pitt, Gambetta, Thiers, Robespierre, Fúrgot. O heroismo é contemporaneo dos gigantes. Porque será que opprime esta fatalidade ao Brazil? Duas terriveis destruidoras o ferem: a morte que rouba-nos as mais bellas esperanças; e a protecção official que pretere diariamente talentos notabilissimos, por uns imbecis filhos de senadores do imperio. (Almanack para Bragança de 1900, p. 78).

O biógrafo, à força de convencimento da estatura da produção de Valdomiro Guilherme, pontua o reconhecimento da excelência literária de Valdomiro, ao contar que ele era reconhecido como tal para além da cidade de Bragança, em todo o estado de São Paulo. Ainda, nestas linhas, diante dos nomes de Varella e de Castro Alves, o biógrafo procura estimular que o leitor entenda que Valdomiro Guilherme foi um escritor da estatura de tais poetas, assim como abolicionista e republicano ferrenho, por conta das referências a Chatam, Pitt, Gambetta, Thiers, Robespierre, Furgot.

A leitura da biografia de Valdomiro Guilherme é instigante, porque se nele o biografado foi apresentado com matizes do heroismo romântico, em um tempo passado que não volta mais – a morte é definitiva – por outro lado, uma dada memória acerca do biografado emergiu amalgamada por entre os embates político-ideológicos do passado, no esteio das demandas que vivenciava o biógrafo, lutando pelos seus próprios ideais. Este descreveu seu primeiro encontro com Valdomiro Guilherme, em fins de uma tarde de outono em uma fazenda, da seguinte maneira:

Passados alguns instantes, ouvi o galopar de cavallos, e vi em cima na chapada sahirem tres cavalleiros a toda brida. Pelo modo de viagem conheci serem estudantes. Chegaram e apearam. Dous dos viajantes me eram conhecidos, eram os quinto annistas então Alvaro Botelho e Leonel Rezende, e outro que me foi apresentado era Valdomiro Guilherme. Conheci então pessoalmente a Valdomiro Guilherme, de quem ouvira fallar como grande philosopho. (Almanack de Bragança para 1900, p. 79).

A descrição do primeiro encontro do biógrafo com Valdomiro Guilherme ocorre no espaço rural. Não foi de trole, bonde ou de trem que o biografado chegou até a fazenda; foi em um animal de tração e montaria – o cavalo. Tal encontro remete à imagem do deslocamento de pessoas de um lugar para outro no espaço rural. Uma imagem que é bucólica, mas não é tranqüila! Ela é carregada de nuances heróicas e fortes – são três cavaleiros “a toda brida”. Imagem que não é mediada pela presença da máquina e da força mecânica, posto que o biógrafo remete à imagem de movimento que vinha do som do galope das montarias – logo, de animais e não de máquinas.

Essa imagem instaura sensibilidades outras para o leitor, para além daquelas de quem estaria afeito ao cotidiano urbano nos últimos anos do século XIX e início do século XX, mesmo que fosse numa cidade do interior. Os animais resfolegam, suam, quando batem seus cascos no chão. Eles fazem um barulho característico quando galopam. Os animais relinçam, cheiram e defecam quando lhes apraz – são seres vivos, não são máquinas.

A imagem de movimento que vinha do galope das montarias dos três cavaleiros impõe a lembrança de que os corpos dos cavaleiros tinham de acompanhar o ritmo do movimento dos corpos dos animais para não serem lançados ao chão. Os cavaleiros dão ordens em voz firme para a montaria adestrada – Eia! Ooo! Anda! Vamos! Os cavaleiros devem segurar com força as rédeas das montarias. Estas, por sua vez, podem se rebelar contra os cavaleiros e jogá-los ao chão a qualquer momento, machucando-os. As montarias podem empacar, não sair do lugar. Por outro lados, elas podem ser dóceis e companheiras.

Quem sabe, os cavaleiros seguissem atentos aos menores rumores da estrada de chão batido e das trilhas, observando a presença de animais peçonhentos, por entre a vegetação do entorno, pois estes poderiam assustar as montarias, levando-os ao chão por conta de qualquer movimento mais brusco ou inesperado dos animais. Os cavaleiros sentiriam o vento e a umidade do ar, ficando incomodados com a poeira e o sol forte. A chuva poderia retardá-los, obrigando-os a parar ou a buscar pouso em alguma tapera, à beira do caminho. Cavaleiros e montarias se cansariam. Eles precisariam se alimentar – o limite físico de seus corpos ficava muito aquém da máquina. O homem e o animal conseguiriam passar por trilhas por onde a ferrovia não passava. Contudo, cavalgar pela noite adentro, por entre a mata ou ao largo no descampado dos sítios ermos, também era perigoso. Nessas situações, eles ficavam à mercê de assaltantes. Os viajantes, ao cavalgarem, experimentavam outras sensações que não

aquelas propiciadas pela viagem de trem – mediada pela máquina, com percurso e com horários previamente delimitados.

O biógrafo ressaltou que eram “três cavaleiros a toda brida”, que pelo modo de viajar, ele percebeu serem estudantes. Quais seriam as insígnias emblemáticas de ser estudante para o biógrafo? Os gestos dos cavaleiros? Os trajes dos viajantes? O ritmo da cavalgada? A raça e o porte dos animais? As selas das montarias? Posto que, mesmo antes dos três cavaleiros aportarem para os cumprimentos, o biógrafo já sabia tratarem-se de estudantes. A seguir, ele apresenta os traços peculiares de Valdomiro Guilherme, bacharel em Direito e filósofo, que o fez distinguir-se por entre os demais:

Valdomiro era principalmente polemista. Possuía tudo; o gesto franco e nobre sem as contracções epilepticas dos energúmenos da oratoria, a concepção prompta, a imaginação ardente, a razão superior e a graça artística da forma, sem a qual póde haver discursadores, mas nunca haverá oradores. Deixava a discussão tomar folego sem dizer uma palavra, depois soltava sobre o adversario um ou dous argumentos eminentemente philosophicos, e eil-lo vencedor... (Almanack de Bragança para 1900, p. 79-80).

Eis o traço que distinguia Valdomiro Guilherme dos demais: ele era um polemista, cuja oratória e capacidade de persuasão assentava-se em argumentos filosóficos. A erudição acadêmica alicerçava seus argumentos, o que acima de tudo garantia-lhe ser um “vencedor” – atributo distintivo, com certeza!

No dia seguinte Valdomiro e seus companheiros embarcavam na estação de Contendas, para S. Paulo. Lavras, Campanha e outros logares de Minas, por onde andou, recordavam-o sempre com elevada consideração... (Almanack de Bragança para 1900, p. 79-80).

Retomando algumas observações tecidas em parágrafos anteriores, saliento que o biografado, assim como alguns outros que são lembrados no *Almanack de Bragança para 1900*, nasceu em Minas e manteve estreitos vínculos com pessoas de diferentes cidades, situadas próximas aos limites entre aquele estado (na época, província) e São Paulo. Existiu um deslocamento contínuo entre tais cidades, no transcorrer da vida dos que foram biografados no *Almanack de Bragança para 1900*, por conta do que acredito que existissem interesses político-econômicos comuns entre eles, mais do que laços de parentesco e consangüinidade. Eles eram republicanos, proprietários de terras e ou grandes comerciantes,

tendo ocupado cargos públicos no transcorrer de suas vidas. De acordo com o biógrafo, “Valdomiro viera em 1873 de Jaguary, Minas, sua terra Natal matriculou-se na Faculdade de Direito em 1879” (Almanack de Bragança para 1900, p. 80). Essa informação foi acompanhada de uma nota de rodapé, que trazia a seguinte correção do texto: “Há aqui um engano: – De Jaguary Valdomiro veio com sua familia para Bragança, e, daqui, foi para São Paulo em 1877. Fazendo todos os preparatorios neste anno e no de 1878, matriculou-se em 1879.” (Almanack de Bragança para 1900, p. 80).

Chama a atenção que iniciativas destinadas à fundação de periódicos e ao jornalismo, pareçam ter ancorado e dado guarida aos projetos políticos de Valdomiro Guilherme, assim como para os demais biografados no *Almanack de Bragança para 1900*. Estes e Valdomiro Guilherme foram valorizados pela respeitabilidade que parecem ter auferido, tanto por conta da honradez e da bondade, quanto por conta de serem brancos, letrados e inteligentes. Essa inteligência que se evidenciaria na produção literária e no engajamento em difrentes atividades culturais, tais como estímulo à criação de clubes literários e à fundação de teatros, de escolas e de bibliotecas. Atividades e iniciativas que foram balizadas pelos ideais republicanos, românticos, liberais e positivistas que, ao que tudo indica, balizaram suas posições políticas. Estas teriam dado legitimidade à ocupação de diferentes cargos públicos pelos biografados, indistintamente⁸⁹:

Com seus collegas Pedro Lessa, Martim Sobrinho, e outros reunidos no theatro de S. José, fundaram um orgão no primeiro anno. Pouco depois fundou, numa das salas da presidencia o Instituto Litterario com seus distinctos collegas Rodolpho Fabrino, Argemiro Galvão, M. de Andrade, Lascasas e Urbano do Amaral. No seu primmeiro anno, foi com Pedro Lessa, Urbano do Amaral e Lascasas⁹⁰, apontado como um dos mais distinctos alumnos. O Club Republicano Academico começou desde então ter nelle um dos mais denodados trabalhadores de suas fileiras. Em seu quarto anno com Argemiro Galvão, um rio grandense que sabe elevar por seu merito a sua provincia, fundou um periodico a ‘Lucta’, lida por todos [...] A ‘Lucta’ fez erguer uma lucta terrivel no quarto anno, entre lentes e academicos. (Almanack de Bragança para 1900, p. 81-82).

⁸⁹ É digno de nota que, não observei referências às iniciativas de criação de indústrias da parte de nenhum dos biografados no *Almanack para Bragança de 1900*, apenas eloqüentes elogios à criação da estrada de ferro.

⁹⁰ A palavra aparece grafada das duas formas Lascasas e Lasczasas.

A publicação do periódico “Lucta”, segundo o biógrafo, teria tornado Valdomiro conhecido e propiciado a expectativa de que ele seria reprovado nos exames do curso de Direito. Porém, no dia do exame:

Valdomiro vestiu uma casaca e caminhou serêno para a mesa examinadora; tirou os pontos e assentou-se com tranquilidade d’um verdadeiro descendente de Allemão⁹¹. [...] Formou-se em Novembro de 1883 e pouco depois era nomeado promotor de Bragança. Mas aquelle bohemio de força tinha vida para pouco tempo. No celeberrimo Corvo, apanhou o germen da fatal molestia que havia de leval-o. A sua republica foi sempre uma Bohemia, centro notavel de moços distinctissimos. Era dentre seus collegas, o amigo dilecto – Argemiro Galvão. (Almanack de Bragança para 1900, p. 82).

E a esta altura a biografia se encerra; seu término foi demarcado pela impressão de uma linha pontilhada. A seguir, foi impresso um outro texto anônimo, escrito na primeira pessoa do singular, cheio de lembranças do dia em que alguém, que se identificou como filho de Valdomiro Guilherme, recebeu a notícia da sua morte:

Ouvi passos, o criado chegava para entregar-me o numero do dia da ‘Provincia de S. Paulo`. [...] Abri o noticiario do jornal e li – Fallecimento. Por telegramma que hontem recebemos de Bragança, confirmou-se a noticia que corria na cidade de haver alli fallecido o Dr. Valdomiro Guilherme Christiano, promotor publico daquella comarca. [...] Quando estudante, collaborou em muitos jornaes academicos e foi por ultimo redactor da ‘Lucta’, definindo-se sempre republicano e um espirito emancipado. Estremecido pelos amigos, considerado pelos mestres, que viam nelle o luctador incansavel e o espirito superior, era uma esperanza para sua patria e um eloquente exemplo de quanto valem o trabalho e a dedicacão ... (Almanack de Bragança para 1900, p. 84).

Observe-se que os mestres viam no biografado, de acordo com seu biógrafo, um “espírito superior”, porque ele era determinado e dedicado ao trabalho, predicados pessoais valorizados na época.

Na seqüência, temos a transcrição de como outro jornal intitulado “Colombo”⁹² noticiou a morte de Valdomiro:

⁹¹ Valdomiro Guilherme era irmão de José Guilherme.

⁹² Não consegui identificar o local de origem deste periódico.

... um dos nossos mais vigorosos companheiros de imprensa, collaborador desta folha e do Guaripocaba, de Bragança, morreu naquella cidade no dia 28 de Agosto. Contemporaneo na Academia de S. Paulo, de Assis Brazil, Julio de Castilhos, Alberto Salles, Valentim Magalhães. (Almanack de Bragança para 1900, p. 85).

Após o que, foi impressa a transcrição de como a notícia foi publicada pelo *O Guaripocaba*, jornal da cidade de Bragança:

Ninguém na sua idade leu mais, nem com tanto proveito, do que o Dr. Valdomiro Guilherme. E não só sabia 7 linguas e conhecia as melhores obras de philosophia, biologia, sociologia, linguistica, esthetica, historia, viagens, sciencias naturaes e tudo o que constituia a litteratura moderna, como era também orador fluente e arrojado, e escriptor ameno e imaginoso, de estylo facil, correto e puro. [...] Dado a musica, tocava flauta violão e piano... Era também tachygrapho [...] escrevia o allemão em lindos caracteres proprios, assim como o typo grego. [...] É innumerosa a dôr que punge o coração do nosso presado collega e amigo José Guilherme, de sua carinhosa esposa e filhos... (Almanack de Bragança para 1900, p. 85-86).

Valdomiro Guilherme, nos parágrafos transcritos acima, teve a sua erudição e sensibilidade elevados aos “píncaros” e, quando se atenta para as disciplinas em que foi declarado versado, faz-se referência indireta à concepção de conhecimento positivista. O biografado foi apresentado como republicano ardoroso e emancipado, novamente valorizado pelo trabalho e dedicação incansáveis aos seus ideais, foi sobretudo elogiado por ser um orador e escritor de peso – o domínio da palavra dava-lhe poder. Por fim, informa-se que após um mês de sua morte, o Club Republicano Mineiro realizou uma sessão fúnebre, que foi noticiada pela *Provincia de S. Paulo*, nos seguintes termos:

O salão do theatro de S. José estava funebremente decorado [...] Após uma tocante marcha funebre [...] o sr. Dr. Martinho Prado Junior [...] pronunciou um eloquente discurso, lamentando a morte prematura do distincto republicano mineiro e convidando os seus companheiros de lueta a não esmorecerem na jornada que se haviam proposto. Em seguida fallaram os srs.: Horacio de Carvalho, como orador do Club Republicano Mineiro [...] Matheus Chaves, orador do Club Constitucional-Academico; José Leite Pinheiro, orador do Circulo dos Estudantes Catholicos; João da Costa Lima Drummond, orador do Club Vinte de Setembro; A. Caldeira, orador do Club Liberal; Jesuino Cardoso de Mello, orador do Club Republicano; Olavo de Andrade, orador da Beneficiente Mineira. (Almanack de Bragança para 1900, p. 87-88).

O biógrafo de Valdomiro Guilherme empenhou-se em nomear a extensa rede de pessoas e entidades com as quais o biografado teria mantido estreitas relações políticas e sua ampla inserção no universo da imprensa periódica. Resgata políticos, médicos, advogados e grandes proprietários, em busca de sinalizar a notoriedade do biografado, reafirmando com este procedimento o republicanismo de Valdomiro Guilherme e o seu próprio.

O motivo da morte de Valdomiro não foi esclarecido. Mas ele foi o único biografado que teve sua morte e funeral cuidadosamente narrados. Tal procedimento sugere a preocupação em construir uma dada memória relativa à sua personalidade e trajetória profissional, reafirmando o poder e os traços sociais distintivos de um dado segmento das elites políticas locais, daquela época.

A sexta biografia⁹³ seria a de José Gomes da Rocha Leal, mas o redator do Almanack de Bragança para 1900 teceu as seguintes considerações:

Devido á escassez de tempo e também á falta de dados, deixamos de dar neste nosso almanack a biographia deste grande homem que relevantissimos serviços prestou a nossa localidade. O artigo que segue, com relação a sua memoria, foi transcripto da Gazeta Republicana, por nós dirigida e editada, em data de 12 de Novembro de 1896. (Almanack de Bragança para 1900, p. 89).

Esta observação é seguida de um artigo, cujo título é “A memoria de José Gomes da Rocha Leal”. No trecho acima, resalto a alusão ao periódico *Gazeta Republicana* feita pelo editor do *Almanack de Bragança para 1900*. O título do periódico deixa claro os matizes político-ideológicos daquele que foi seu redator e daqueles que com ele colaboraram.

José Gomes da Rocha Leal era português e faleceu no Rio de Janeiro, no ano de 1896. Ainda, de acordo com o artigo transcrito:

... bem moço ainda veio residir nestas plagas, dedicando-se desde logo ao commercio; e não tardou que Rocha Leal conseguisse com o seu trabalho honrado, com as suas maneiras affaveis e delicadas, fortuna e reputação; sendo desde então um dos mais considerados entre os negociantes desta praça, onde também uniu-se pelos vínculos do matrimônio com uma das mais respeitaveis famílias. (Almanack de Bragança para 1900, p. 89).

⁹³ A biografia se estende da página 89 até a página 91.

Mais, uma vez, fez-se referência ao que parece ter sido uma prática comum no período, o casamento entre membros de famílias abastadas – grandes fazendeiros e ricos comerciantes – na tentativa de garantir a hegemonia político-econômica na região. Ainda, registre-se o cuidado do biógrafo em salientar que Rocha Leal conseguiu sucesso em decorrência de seu “trabalho honrado, de suas maneiras affaveis e delicadas” no trato social. Um corpo marcado por um repertório de gestos e posturas ditas civilizadas.

Rocha Leal ligou-se de corpo e alma a este torrão, pois não cessou um só instante de interessar se com amor e desvelo por tudo quanto era a bem da utilidade publica e particular, e não havia subscrição para qualquer obra pia em que não se visse a frente o prestante cidadão, e seu nome servia a todas as bôas sociedade de que fazia parte, como garantia de duração e de ordem. Os pobres encontravam naquelle coração bondoso, lenitivo para a sua indigência... (Almanack de Bragança para 1900, p. 90).

Ao que tudo indica, a caridade era um traço de personalidade respeitável na época (BRESCIANI, 2006), e praticada por todo aquele que dispusesse de recursos financeiros para tal, garantindo reconhecimento público de sua generosidade e de sua fortuna, carreando relações de apadrinhamento político em toda a região:

Mas o que atesta mais do que tudo a sua popularidade é o grande numero de afilhados que deixou neste e outros municipios, tanto nas familias abastadas, como nas menos favorecidas da fortuna, prestando-se a esses actos de religião com egualdade de vistas... (Almanack de Bragança para 1900, p. 90).

Os últimos parágrafos do artigo dão conta de pontuar o envolvimento de José Gomes da Rocha Leal, assim como dos demais biografados, com a criação da estrada de ferro de Bragança:

Comtudo a obra mais meritoria de José Gomes, a prova mais cabal de sua dedicação e bairrismo para comnosco, é por certo a parte activa e valiosa que tomara na realisação do maior commetimento do nosso progresso – a estrada de ferro bragantina. Todos d’aquelle tempo conhecem as difficuldades que elle e seus benemeritos companheiros tiveram de superar a fim de cantar victoria. A sua dedicação á causa que abraçou era tanta que um dia vimol-o na mais profunda tristeza, porque, tendo ido ao Rio de Janeiro para levantar um emprestimo no intuito de levar avante a obra encetada, voltára sem ter conseguido realisal-o. Não esmoreceu entretanto Rocha Leal, nem seus dignos companheiros; e tantos foram os seus esforços que um dia altivamente puderam dizer: – Bragança tem estrada de ferro. (Almanack de Bragança para 1900, p. 91).

Aqui, o biógrafo alinhou a noção de progresso à ferrovia, por conseguinte, a todos que participaram da criação da Estrada de Ferro Bragantina foi agregado o traço de “progressista”. Salienta que aqueles que se empenharam com a construção da ferrovia tiveram que enfrentar muitas dificuldades. Mas o biógrafo não esclarece a natureza dessas dificuldades e nem quem são as pessoas que se contrapunham à ferrovia; muito menos esclarece os motivos pelos quais havia forte oposição à sua implantação.

A sétima e última biografia⁹⁴ é do capitão Gabriel da Silveira Vasconcellos, que é precedida pela gravura de busto do biografado. Segundo o redator do *Almanack de Bragança para 1900*, Gabriel Silveira nasceu em Bragança no ano de 1837. Ele:

Era filho de uma familia que se viu sempre cercada de respeito geral, por seus principios virtuosos e austeros, preciosos elementos que uma escrupulosa educação e a bôa indole de nosso biographado tão bem reuniram para formar o seu bello caracter. Sua educação moral foi, pois, a mais satisfatoria possivel. A intellectual, que hoje seria exigua, foi completa para aquelle tempo e para este logar; demais, a deficiencia do ensino supriu-a Gabriel Silveira com sua viva intelligencia e seu amor ao estudo, tão honroso a sua memoria, quanto era raro naquelles obscuros tempos, em que o cultivo do espirito era considerado como uma questão de pouca monta. A profissão primeiro adoptada por nosso biographado foi a pharmacia, que elle exerceu com todo o escrupulo e pericia. Elle não carregava um diploma que o habilitasse oficialmente, mas estudou com toda consciencia a sua arte, e nella soube se haver como um profissional correcto e illustrado. (*Almanack de Bragança para 1900*, p. 93-94).

O biógrafo chama a atenção para a inteligência e o amor ao estudo de Gabriel Silveira, que mesmo sem o ensino formal, sagrou-se como um profissional “correcto e ilustrado”, por conta dos “princípios virtuosos e austeros” que formavam seu “bello caracter”. Ele atrela à pouca valorização do ensino, a idéia de tempos obscuros do passado, diferentemente do que ocorria em sua época. Nesse momento, emerge a idealização que o ensino – a instrução – permitiria o cultivo e a ilustração do espírito, rumo à civilização: “O Capitão Gabriel Silveira casou-se aos 33 annos de idade [...] com a Exma. Snra. D. Francisca de Galvão da Fontoura, filha de distincta familia de Itu” (*Almanack de Bragança para 1900*, p. 94).

⁹⁴ A biografia se estende da página 92 até a página 96.

O biógrafo faz referência à distinção da família da noiva, porque é necessário ressaltar a origem social do cônjuge; esta seria uma estratégia para sinalizar que não havia mobilidade social, e ou que casamentos entre pessoas de classes distintas não eram valorizados:

Sua cooperação na difficil empreza da estrada de ferro, da qual foi um dos mais entusiasticos iniciadores, deve ser notado em primeiro lugar. Tratando-se de um melhoramento da mais alta importancia para sua terra, elle julgou necessario pôr em acção toda a sua força de vontade, e seu concurso para o exito da empreza, alcançado atravez de mil difficuldades, foi de um valôr inestimavel. Por duas vezes, o suffragio das urnas o fez vereador deste municipio, e suas duas passagens pela Camara Municipal ficaram assignadas por valiosos serviços prestado a sua terra, entre os quaes notaremos a nossa illuminação publica. (Almanack de Bragança para 1900, p. 94-95).

Gabriel Silveira, assim como os demais biografados, foi um daqueles que se envolveu com a criação da ferrovia na região bragantina. Ele ocupou cargos públicos e colaborou com a instalação da iluminação elétrica na cidade. É necessário pontuar que a iluminação elétrica, assim como a ferrovia, era vista como um marco do progresso e da modernidade local. Porém, nesse almanaque a ferrovia teve um destaque ímpar. Gabriel Silveira faleceu no ano de 1885. O redator do *Almanack para Bragança de 1900* finalizou a biografia dizendo que esta era uma homenagem da redação para o benemérito cidadão, que:

... esquecia muitas vezes o seu bem-estar pessoal pelo bem publico. Para prova dessa asserção, basta lembrar a abertura da travessa Bragantina por terreno que elle comprou e doou á Camara, para esse fim; elle que não dispunha de reccursos que o eximissem do labutar quotidiano pela vida. (Almanack de Bragança para 1900, p. 95).

Causa certa estranheza a referência do biógrafo ao fato de Gabriel Silveira não ter sido uma pessoa que tivesse muitos recursos. É interessante que, apesar disso, o biografado participou da criação da ferrovia e foi vereador, em duas ocasiões distintas, em época e lugar nos quais o clientelismo corria a rédeas soltas. O biógrafo ilustra seu julgamento com a informação de que Gabriel Silveira precisava “labutar” para garantir seu sustento – lembro que ele era farmacêutico. Todos os biografados foram elogiados justamente por serem homens que prezavam o trabalho.

As sete biografias, produzidas por diferentes autores, constroem diferentes histórias e memórias dos biografados, Porém, todas elas trazem a marca de seu tempo, dos homens que

as produziram e da *media* onde foram impressas. Seus autores pertenciam às elites letradas de Bragança. Eles tinham uma crença sincera e obstinada no progresso. Eles postulavam que a mobilidade social era uma conquista da modernidade – de um mundo liberal, ordenado e formado por cidadãos livres, donos de seus próprios corpos e, acima de tudo, racionais. Mas, sobretudo, eles acreditavam e defendiam que a mobilidade e a ascensão sociais, o poder político-econômico e o reconhecimento dos biografados por seus contemporâneos eram frutos colhidos por homens que se destacaram por terem sido capazes de ultrapassar quaisquer barreiras, por conta de serem persistentes, leais, trabalhadores incansáveis, virtuosos, moderados nos hábitos e na expressão de seus sentimentos, filantropos, religiosos, inteligentes e cultos. Mas, acima de tudo, homens que haviam realizado “sonhos e projetos”, ancorados nos ideais de progresso técnico – a criação da ferrovia, do telégrafo e da telefonia na cidade de Bragança.

ALGUMAS PALAVRAS FINAIS

... mas essa novela termina com um raciocínio surpreendente e provocativo: o corpo individual pode recuperar a sensibilidade ao sentir-se deslocado ou em dificuldade.

SENNETT, 2001

Ao término deste trabalho, mas não das inquietações que me movem em direção ao imbricamento de temas relativos ao corpo, à cidade e às sensibilidades, teço algumas breves e provisórias considerações – talvez assim elas não soem tão definitivas, porque pretendo enveredar por algumas questões, em particular, aquelas relativas à história local que foram esboçadas no transcorrer dos trabalhos e que extrapolavam os objetivos propostos nesta pesquisa.

Na busca de sensibilidades relativas ao corpo que perpassavam o cotidiano de Bragança, em fins do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, deparei-me com a pluralidade de histórias e memórias da cidade. Estas são marcadas por entreveros, mortes, “causos”, sabores, cheiros, ruídos, sofrimentos, alegrias, ódios e amores... Marcas que ressoam na leitura dos periódicos e dos processos judiciais, no manuseio e na atenta observação das fotografias, no diálogo com pessoas que nasceram e cresceram em Bragança e nas minhas próprias lembranças.

A par dessa busca, reporte-me aos periódicos locais. Considerei o pressuposto que tais publicações propiciaram novas maneiras de ler e estimularam novas formas de escrever, que por sua vez, contribuíram também para a emergência de outras maneiras de “conceber e explicar” o mundo e o próprio corpo. Além disso, observei a ampla gama de posturas, gestos e sensações que este objeto – o periódico – exige para que o seu manuseio e leitura se realizem. Ainda, observei que esse tipo de impresso pode ser considerado um dos ícones da modernidade.

Tais procedimentos assentaram-se, na tentativa de ampliar a complexidade do meu olhar para essas fontes. No transcorrer desta busca, na pesquisa dos periódicos locais, acabei por perceber que muitos dos problemas que mobilizavam as elites da pequena cidade de então, estavam inscritos no panorama mais amplo do país. Foram privilegiados em seus artigos temas

relativos à modernização urbana, a salubridade da cidade, ao transporte ferroviário, a saúde, a escolarização e a formação para o trabalho; por conta do que, fiz uma breve incursão por entre o cenário nacional e algumas tradições sócio-educacionais brasileiras, com intuito de apreender possíveis dissonâncias e singularidades locais.

No rastro dessas histórias e memórias da cidade, deparei-me com sensibilidades plurais relativas ao corpo. Corpo, por vezes, violentado pela miséria ou atormentado pelo preconceito ou pelo desejo de atender às “tirânicas” convenções e padrões sociais. Corpo, por vezes, emudecido pelo temor – como no processo de anulação de casamento. Às vezes tomado pela indignação, em outras, tomado de alegria súbita com o passar da banda ou com a chegada do circo ou, até mesmo, com o encontro fortuito de olhares. Corpo solidário e cúmplice nas manifestações e nos movimentos por melhores salários e condições de vida – como no caso do processo da Liga Operária; observo que em periódicos e outras publicações locais, que se reportam à Bragança, não localizei qualquer menção à tal Liga.

Deparei-me em tais periódicos com imagens de corpo que perpassavam os diferentes artigos publicados e registrados nas reproduções fotográficas impressas. Senti-me, então, encorajada pelo desejo de entender como se deu a produção e a legitimação de uma dada imagem de corpo, em detrimento de outras. Imagem que foi disseminada por tais impressos no interior do processo de emergência e de consolidação de práticas socioculturais modernas e que também estão imbricadas em um dado olhar sobre a cidade e o seu cotidiano.

Observei, em um primeiro momento, que a concepção e a percepção de corpo, privilegiadas nos periódicos locais, eram as do corpo escolarizado, saudável e formado para o trabalho. Um aspecto a ser enfatizado é a apologia que se fazia do trabalho nos periódicos locais. O trabalho foi dignificado como um dos atributos mais valorizados da própria condição do ser humano, em uma perspectiva liberal; argumentava-se que o trabalho era fonte de toda a propriedade e riqueza. Desta maneira, legitimava-se que alguns fossem ricos proprietários e outros não – tal divisão social teria origem no esforço e inteligência individuais. Apesar da apologia ao trabalho, as referências às classes trabalhadoras foram inexpressivas ou relegadas às poucas linhas das “Notas Policiais”, assim como também não foram publicadas iconografias relativas ao universo do trabalho.

No transcorrer da pesquisa, no cotejo dos periódicos locais com as fotografias e os processos judiciais, observei que a imagem de corpo privilegiada nesses periódicos valorizava também outros atributos, além da saúde e escolarização. Neles, para além da imagem amalgamada do corpo saudável e escolarizado, valorizava-se a imagem do corpo do branco, em detrimento do corpo do negro ou mestiço, do homem em detrimento do corpo feminino e, sobretudo, do corpo das elites locais em detrimento do das classes trabalhadoras.

Por fim, acredito que este trabalho além de registrar algumas sensibilidades relativas ao corpo, em Bragança, entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, reafirma a pertinência de trabalhos ancorados na história local.

ENTIDADES CONSULTADAS

- Biblioteca Central - Coleção de Obras Raras da Universidade São Francisco.
- Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH) da Universidade São Francisco.
- Centro de Documentação e Informação da Câmara Municipal de Bragança Paulista.
- Museu Municipal Oswaldo Russomano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

CONTEMPORÂNEOS DO PERÍODO PESQUISADO

BASILE, Pedro. **Inspecção medica escolar**. Tese apresentada à Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo em 22/10/1920.

CARDOSO, Vicente Licínio. **À margem da história da República**. Recife: FUNDAJ; Massangana, 1990.

CARVALHO, Ronald de. Bases da nacionalidade brasileira. In: CARDOSO, Vicente Licínio. **À margem da história da República**. Recife: FUNDAJ; Massangana, 1990.

COUTO, Miguel. **Seleção social – campanha antinipônica**. RJ: Irmãos Pongetti, 1942.

LEÃO, A. Carneiro. A educação na Inglaterra. In: CARDOSO, Vicente Licínio. **Um grande problema nacional (Estudos sobre o ensino secundário)**. RJ: Irmãos Pongetti, 1924 [1937 - 1940].

_____. Os deveres das novas gerações brasileiras. In: CARDOSO, Vicente Licínio. **À margem da história da República**. Recife: FUNDAJ; Massangana, 1990.

PEIXOTO, Afrânio. Objetivos e limites do ensino secundário. In: CARDOSO, Vicente Licínio. **Um grande problema nacional (Estudos sobre o ensino secundário)**. RJ: Irmãos Pongetti [1937 -1940].

VERÍSSIMO, José. **Educação nacional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PROCESSOS DO PODER JUDICIÁRIO DA COMARCA DE BRAGANÇA PAULISTA

Processo Cível de Anulação de Casamento de 1918, do Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança Paulista, CDAPH.

Processo Crime de 1910, do Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança Paulista, CDAPH.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Código Municipal de Bragança. Lei nº 160 de 21 de agosto de 1915.

Código de Posturas de 1877.

PERIÓDICOS LOCAIS

Almanack de Bragança para 1900. Bragança: Typographia Comercial, 1899.

Anuario de Bragança para 1902. Bragança: Typographia da Cidade de Bragança, 1901.

Anuario de Bragança para 1904. Bragança: Typographia Andrade & Mello, 1903.

Almanach Bragantino 1914, organizado pela Papelaria Almeida em 1913.

O Guaripocaba (1877-1886).

A Notícia (1906-1907).

Renascença (1914).

FONTES SECUNDÁRIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. Apresentação. In: MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico.** Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

ALMEIDA, Jane Soares de. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e Brasil. In: SOUZA, Rosa F de, Valdemarin; Vera; ALMEIDA, Jane S. **O legado educacional do século XIX.** Araraquara, SP: UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, 1998.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres no campo. In: NOVAIS, Fernando. **História da vida privada no Brasil**, v.3; Org. Nicolau Sevcenko. SP: Companhia das Letras, 1998.

ARAÚJO, Francisco César de. **História da imprensa bragantina.** Bragança Paulista, 198-. Datilografado.

ARGAN, Giulio. **Arte moderna**. SP: Companhia das Letras, 1992.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento - o contexto de François Rabelais**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: UNB, 1993.

BENJAMIN, Walter. Livros infantis antigos e esquecidos. In: **Magia e técnica, arte e política, Obras escolhidas**. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1986 a.

_____. Pequena história da fotografia. In: **Magia e técnica, arte e política, Obras escolhidas**. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1986 b.

_____. **Sobre o conceito de história**. In: **Magia e técnica, arte e política, Obras escolhidas**. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1986 c.

_____. **Paris do segundo Império - A boêmia; Flâuner; A modernidade**, 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERMANN, Marshall. **Tudo o que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. SP: Companhia das Letras, 1986.

BICCAS, Maurilane Souza, CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reforma escolar e práticas de leitura de professores: a Revista do Ensino. In: CARVALHO, Marta M. Chagas de Carvalho; VIDAL, Diana G. (Org.). **Biblioteca e formação docente: percursos de leitura (1902-1935)**. BH: Autêntica; Centro de Memória da Educação FE/USP; FINEP, 2000.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **Metrópole: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)**. In: **Revista Brasileira de História**. SP: Marco Zero, v. 5, n° 8/9, p. 35-68, 1985.

_____. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. SP: Brasiliense, 1982.

_____. Da perplexidade política à certeza científica: uma história em quatro atos. In: **Rev. Bras. de Hist.** SP: ANPUH/Marco Zero v.12, n°23/24, set. 91/ag. 92.

_____. A compaixão pelos pobres no século XIX: um sentimento político. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **Palavra e imagem: memória e escritura**. Chapecó, SC: Argos, 2006.

BUCAILLE, Richard, PESEZ, Jean-Marie. **Cultura Material**. In: Enciclopédia Einaudi, v.16, p. 11-47. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989

BUENO, Maria de Fátima Guimarães. Algumas questões sobre a história de Bragança Paulista. In: **Boletim CDAPH**. Bragança Paulista, SP: CDAPH/IFAN, v. I nº1, p. 25-27, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República do Brasil**. SP: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Reformas da Instrução Pública**. Org. por Eliane M. T. Lopes, Luciano M. de Faria Filho, Cynthia G. Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. SP: Editora Brasiliense, 1985.

CHALOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. SP: UNESP, 1998.

_____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. SP: UNESP, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. SP: Perseu Abramo, 2004.

_____. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 11ª ed. rev. e ampl. SP: Cortez, 2006.

COLLARES, Cecília A. L.; MOYSÉS, Maria Aparecida A. **A transformação do espaço pedagógico em clínico (a patologização da educação)**. Disponível em: www.cmmcovas.com.br. Acesso em: 07/07/2003 10 hs

CORRÊA, Marisa. **Morte em família**. RJ: Graal, 1983.

_____. **Ilusões da liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo**. RJ: Paz e Terra, 1986.

DARNTON, Robert. História que os camponeses contam: o significado de mamãe ganso. In: **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. RJ: Graal, 1986.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. RJ: Contraponto, 1997.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Apresentação. In: SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos freemotes anos 20**. SP: Companhia das Letras, 1992.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. BH: Autêntica, 2000.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. SP: Brasiliense, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir : história da violência nas prisões**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

_____. **História da sexualidade I : a vontade do saber** . Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. **Arqueologia do saber**. RJ: Forense;Universitária, 1987.

FREUD, Sigmund. **Cinco lições de psicanálise (1910 [1909]); A história do movimento psicanalítico; O futuro de uma ilusão; O mal-estar na civilização; Esboço de psicanálise**. Seleção de textos de Jayme Salomão; trad. de Durval Marcondes et al.. SP: Abril Cultural, 1978. (Col. Os pensadores).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. In: **Pro-posições**, Campinas, SP, v. 13, nº3 (39), p. 125-134, set./dez. 2002. Campinas, SP.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **O almanach, a locomotiva da cidade moderna: Campinas, décadas de 1870 e 1880**. 1998. Tese de doutorado em História, IFCH, UNICAMP, Campinas, SP.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos**. SP: Companhia das Letras, 1988.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** SP: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Jaime. Tempo de destruição em Caio Fernando de Abreu. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **Palavra e imagem: memória e escritura.** Chapecó, SC: Argos, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** RJ: LTC, 1988.

GOMBRICH, E. H. **A história da arte.** SP: Phaidon, 2000.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil.** BH: Autêntica, 2000.

GONDRA, José G. **Medicina, higiene e educação escolar.** In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil.** BH: Autêntica, 2000.

_____. Modificar com brandura e prevenir com cautela, racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos C. de, KUHLMANN JR., M. (Org.). **Os intelectuais na história da infância.** SP: Cortez, 2002.

GRANGEIRO, Cândido Domingues. **As artes de um negócio: a febre photographica: São Paulo 1862-1886.** Campinas, SP: Mercado das Letras; FAPESP, 2000.

HARDMAN, Francisco Foot. Canudos e outros mundos extintos: as poéticas de Euclides e de Pompéia. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **Palavra e imagem: memória e escritura.** Chapecó, SC: Argos, 2006.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios.** RJ: Paz e Terra, 1988.

KOSSOY, Boris. **Realidade e ficções na trama fotográfica.** Cotia, SP: Ateliê, 1999.

KREUTZ, Lúcio. **A educação de imigrantes no Brasil.** In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil.** BH: Autêntica, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

LEMOS, Carlos A. C. Ambientação ilusória. In: MOURA, Carlos E. M. de (Org.). **Retratos quase inocentes**. SP: Nobel, 1983.

LOPES, Myrian Bahia. **O Rio em movimento: quadros médicos e(m) História 1890-1920**. RJ: FIOCRUZ, 2001.

MARGOTTO, Lilian Rose, SOUZA, Maria Cecília C. C. de. A psicologia entre notas, cópias e citações: periódicos educacionais paulistas (1902/1930). In: CARVALHO, Marta M. Chagas de; VIDAL, Diana G. **Biblioteca e formação docente: percursos de leitura (1902-1935)**. BH: Autêntica; Centro de Memória da Educação FEUSP; FINEP, 2000.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

MORAIS, Fernando. **Chatô, o rei do Brasil**. SP: Companhia das Letras, 1994.

MOURA, Carlos E. M. **Retratos quase inocentes**. In: MOURA, Carlos E. M. de (Org.). SP: Nobel, 1983.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Nota prévia sobre a palavra impressa no Brasil do século XIX: a biblioteca do povo e das escolas**. Horizontes, Bragança Paulista, SP: EDUSF, v. 19, p. 11-27, jan./dez.2001.

NAXARA, Márcia. Natureza e civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX. In: BRESCCIANI, Maria Stella; NAXARA, Márcia (Org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, SP: PUC, nº10, p. 07-28, dez.1993.

OLSON, David R. **O mundo no papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita**. SP: Ática, 1997.

PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter Burke (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. SP: UNESP, 1992.

_____. **História ilustrada da medicina**. Trad. e posfácio: CRUZ, Geraldo Magela Gomes; MIRANDA, Sinara Mônica Leite. RJ: REVINTER, 2001.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Prescrevendo regras de bem viver: Cultura escolar e racionalidade científica. **Caderno CEDES**, Campinas, SP, ano XIX, nº 52, nov. 2000.

_____. Do exame da criança à produção do aluno: notas sobre o estudo científico da infância. **Revista Pedagógica** – UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC: Argos, ano 6, nº 13, jul./dez. 2004, p. 201-218..

SALA, Fernando Afonso. **O encarceramento em São Paulo: das enxovias à Penitenciária do Estado**. 1997. Tese de doutorado em Sociologia FFLCH-USP, SP.

SALIBA, Elias T. **As utopias românticas**. SP: Estação Liberdade, 2003.

SAMAIN, Etienne G. Entre a Arte, a Ciência e o Delírio: a fotografia médica francesa na segunda metade do século XIX. In: **Boletim Especial do Centro de Memória da UNICAMP**, Campinas, v. 5, n.10, p. 11-32, 1993.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. É possível realizar uma história do corpo? In: SOARES, Carmem Lúcia (Org.). **Corpo e história**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

_____. O corpo na cidade das águas: São Paulo (1840-1910). In: **Projeto História**: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Depto. de História da PUC de São Paulo, v. 25, dez. 2002.

SANTOS, Ediógenes Aragão. **Discriminação e preconceito: a marginalização do trabalhador nacional na primeira industrialização em São Paulo (1880-1920)**. Campinas: texto impresso, 19__.

SANTOS, Ediógenes Aragão; MONTEIRO, Regina Maria. A construção política de uma identidade nacional através do ensino. **Pro-posições**, Campinas, SP: v.13, nº2 (38), p. 21-33, maio/ago 2002.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord. da coleção). SEVCENKO, Nicolau (Org do volume). **História da vida privada no Brasil**. SP: Companhia das Letras, 1998, v. 3.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole – São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. SP: Companhia das Letras, 1992.

_____. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord. da coleção). SEVCENKO, Nicolau (Org do volume). **História da vida privada no Brasil**. SP: Companhia das Letras, 1998, v. 3.

SOLHA, Hélio Lemos. **A construção dos olhares: imagem e antropologia visual**. 1998. Dissertação de mestrado, Multimeios-IA-UNICAMP, Campinas/SP.

SOUZA, Gilda de Mello e. **O espírito das roupas: a moda no século dezenove**. SP: Companhia das Letras, 1987.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. **Crise familiar e contexto social**. Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 1999.

THOMPSON, E. P. **Miséria da teoria**. SP: Zahar, 1981.

_____. **Costumes em comum estudos sobre a cultura popular tradicional**. SP: Companhia das Letras, 1998.

TRONCA, Ítalo A. **As máscaras do medo: lepra e aids**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000.

VASQUEZ, Pedro. **A fotografia no Império**. RJ: Jorge Zahar, 2002.

VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: **Como se escreve a história**. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadra Kneipp. Brasília: UNB, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente do Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)**. Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2001. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia).

_____. Escola nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. BH: Autêntica, 2000. 2ª ed.

_____. A fotografia como fonte para a historiografia educacional sobre o século XIX uma primeira aproximação. In: FARIA FILHO, Luciano M. de. **Educação, modernidade e civilização**. BH: Autêntica, 1998.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo: uma história de higiene corporal**. SP: Martins Fontes, 1996.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. RJ: Forense-Universitária-Salamandra; SP: USP, 1981.

AUERBACH, Erich. **Mimesis**. SP: Perspectiva, 1976.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**. RJ: Nova Fronteira, 1984.

BASTOS, Ana Cristina do Canto Lopes. **Autos Cíveis de Tutoria e Contrato de Órfãos na Comarca de Bragança Paulista - SP 1871-1900**. 2005. Dissertação (Mestrado) - FE da Universidade São Francisco, Itatiba, SP.

CASA NOVA, Vera. **Lições de almanaque: um estudo semiótico**. BH: UFMG, 1996.

CERTEAU, Michel de. Histórias de corpos. In: **Projeto História**: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (25), SP: EDUC, dez. 2002, p. 407-412.

COCCHIARALE, Fernando; MATESCO, Viviane; JEUDY, Henri-Pierre; SANT'ANNA, Denise B. de; KEHL, Maria Rita; MONTES, Maria Lucia; SANTAELLA, Lucia; LEÃO, Lucia; GREINER, Christine; CIRÍACO, Gustavo; BARBOSA, Frederico; ROCHA, Janaina; SENRA, Stella; ROCHA, Thereza. **Corpo**. SP: Itaú Cultural, 2005. Textos relacionados à exposição O Corpo na Arte Contemporânea Brasileira, ao seminário Corpo Representado e ao evento multidisciplinar, realizados pelo Itaú Cultural de 30/03 a 29/05 de 2005.

COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914: no tempo das certezas**. SP: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. RJ: Graal, 1999.

DARMON, Pierre. **O tribunal da impotência: virilidade e fracassos conjugais na antiga França**. RJ: Paz e Terra, 1988.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. RJ: Paz e Terra, 1987.

DONZELOT, Jacques. **A política das famílias**. RJ: Graal, 1986.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**. RJ: Jorge Zahar, 1994. 2 v.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: USP; FDE, 1996.

_____. **História Concisa do Brasil**. SP: USP; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita**. RJ: F. Alves, 1982.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Belas mentiras? A ideologia nos estudos sobre o livro didático. In: PINSKY, Jaime (org.), **O ensino de História e a criação do fato**. 3ª ed. SP: Contexto, 1991. (Coleção Repensando o Ensino).

_____. A produção de saberes históricos: saberes locais & saberes globais. **Revista do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas: Área do conhecimento – História** Ano I, nº 3, p. 53-57, julho de 2001.

_____. A tessitura do conhecimento histórico e suas relações com a narrativa literária. In: **Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História**. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 1999, p. 649-660.

_____. Percepções culturais do mundo da escola: em busca da rememoração. In: **Anais do III Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História**. Campinas, SP: Gráfica da FE, UNICAMP, 1999, p. 99-108.

_____. Imagens entrecruzadas de infância e de produção do conhecimento em Walter BENJAMIN. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; PRADO, Patrícia Dias (Orgs.). **Por uma cultura de infância: metodologias de pesquisa com crianças**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002, p. 49-68.

_____. História local e ensino de história. In: **Anais do 2º Encontro Perspectivas do Ensino de História**. SP: USP, 1998, p. 317-322.

_____. The almanach, the locomotive of modern reading. In: **Abstracts of the XXII- ISCHE, International Standing Conference for the History of Education**, Alcalá de Henares, Espanha, 2000, p. 81-82.

HOBBSAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. RJ: Paz e Terra, 1990.

KEHL, Maria Rita. O eu é o corpo. In: COCCHIARALE, Fernando, MATESCO, Viviane, JEUDY, et all. **Corpo**. SP: Itaú Cultural, 2005. Textos relacionados à exposição O Corpo na Arte Contemporânea Brasileira, ao seminário Corpo Representado e ao evento multidisciplinar, realizados pelo Itaú Cultural de 30/03 a 29/05 de 2005.

LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. **Região Bragantina: estudo Econômico Social (1653-1836)**. 1974. Marília, SP: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas, SP: Papirus, 1986.

LIMA, Roberto P. Teixeira. **Amparo: cartões postais**. Amparo, SP: Modelo, 2005.

MACHADO, Arlindo. **A ilusão especular**. SP: Brasiliense, 1984.

MACPHERSON, C. B. **Teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke**. RJ: Paz e Terra, 1979.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: imprensa e práticas socioculturais em tempos de república, São Paulo (1890-1922)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MENESES, Ulpiano T.. A História cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Rev. Inst. Est. Bras.**, São Paulo, 1992, v. 34, p. 9-24.

PADILHA, Márcia. **A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo nos anos 20**. SP: Annablume, 2001.

PAULA, Jeziel de. **1932: imagens construindo a história**. Campinas, SP: UNICAMP; UNIMEP, 1998.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. RJ: Paz e Terra, 1985.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. **Imagens do Analfabetismo: a Educação na Perspectiva do Olhar Médico no Brasil dos anos 20**. 1995. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação da UNICAMP, SP.

ROSENFELD, Kathrin H. Bloch, Musil, Benjamin: três abordagens da imagem e da história. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **Palavra e imagem: memória e escritura**. Chapecó, SC: Argos, 2006.

SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. **Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da ciência**. SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, ano 54, nº 2, out./nov./dez 2002, p. 21-23.

SENNETT, Richard. **O Declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. SP: Companhia das Letras, 1988.

_____. **Carne e Pedra**. RJ: Record, 2000.

SLENES, Robert W. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? **Rev. Bras. de Hist.**, v.5, n 10, p. 166-196. SP: ANPUH;Marco Zero, 1985.

SOUZA, Rosa F. de. O espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SOUZA, Rosa F de; VALDEMARIN, Vera; ALMEIDA, Jane S. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara, SP: UNESP, 1998.

STAROBINSKI, Jean. **1789: os emblemas da razão**. SP: Companhia das Letras, 1988.

TACCA, Fernando de. Sapateiro: o retrato de casa. **Boletim Especial do Centro de Memória da UNICAMP**, v. 5, n.10, p. 67-88, Campinas: CMU, 1993.

_____. **A imagética da Comissão Rondon : etnografia fílmicas estratégicas**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

WOOLF, Virginia .**Orlando**. RJ: Nova Fronteira, 1978.

VEIGA, Cynthia G. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane M. T., FARIA FILHO, Luciano M., VEIGA, Cynthia G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. BH: Autêntica, 2000.

VIGARELLO, Georges. **O trabalho dos corpos e do espaço. Projeto História:** Rev. do Programa de Estudos Pós-Graduados em Hist. e do Depto. de Hist. PUC-SP, nº13, jun. 96, p. 7-20.

ZENHA, Celeste. As práticas da Justiça no cotidiano da pobreza. **Rev. Bras. de Hist.**, v.5, nº 10, p. 123-146, mar./ag. 1985. SP: ANPUH/ Marco Zero.

IMPRESSOS BRAGANTINOS

AGUIRRE, Cônego José de. **Paróquia de Bragança.** Bragança, SP: Paternostro Irmãos & C. e Casa Mayença , 1919.

ARAUJO, Francisco César de. **Estrada de Ferro Bragantina – uma trajetória nos trilhos do tempo (1872-1967).** Bragança Paulista, SP: Prefeitura Municipal de Bragança Paulista/Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, 1998.

Bragança-Revista. 1952.

CALDEIRA, João Netto .**As nossas riquezas**, volume III, publicado em 1929.

Composições da Câmara Municipal 1798 a 1992, Cadernos de Memória publicado pela Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista em novembro de 1992.

DINIZ, Maria Augusta Vasconcellos. **Bragança Paulista Bi-centenária.** Bragança Paulista: Patrocinado por Alberto Diniz, 1964.

240 anos de Bragança Paulista – lideranças/ desenvolvimento. **Revista Fórmula & Vida**, Bragança Paulista, dez./2003.

Guia da Cidade, publicada pelo então Prefeito Municipal Alberto Diniz no ano de 1977.

MATHIAS, Luiz Gonzaga Pires. **Bragança 2000 – um caminho.** Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 1993.

MARTINS, Nelson; LAURITO, Domingos. **Bragança 1763-1942**. Coleção S. Paulo através da História, vol. III, em 1943.

ULTIMA CONFIDENCIA

—E si acaso voltar? Que hei de dizer-lhe, quando Me perguntar por ti?
—Dize-lhe que me viste, uma tarde, chorando... Nessa tarde parti.
—Si arrependido e ansioso elle indagar: «Para onde? Por onde a buscarei?»
—Dize-lhe: «Para além... para longe...» Responde Como eu mesma: «Não sei.»

Ai, é tão vasta a noite! A meia luz do occaso Desmaia... Anoi-teceu...
Onde vou? Nem eu sei... Irei seguindo ao acaso Até achar o eeu.

Eu cheguei a suppôr que possível me fosse Ser amado—e viver,
E' tão facil a morte... Ai, seria tão doce Ser amada... é morrer?...

Ouve: conta-lhe tu que eu chorava, partindo,
As lagrimas que vês...
Sô conheci do amor que imaginei tão lindo,
O mel que elle me fez.

Narra-lhe transe a transe a dor que me consome...
Nem houve nunca igual!
Conta-lhe que morri murmurando o seu nome
No soluço final!

Dize-lhe que o seu nome ensanguentava a bocca
Que o seu beijo não quiz:
Golpha-me em sangue, vês? E eu, murmurando-o, louca!
Sinto-me tão feliz!

Nada lhe contes, não... Poupa-o... Eu quasi o odeio,
Occulta-lh'o! Senhor,
Eu morro!... Amava-o tanto... Amei-o sempre... Amei-o
Até morrer... de amor.

VICENTE DE CARVALHO.

(Do poema *Rosa, rosa de amor...*)

Em visita de inspecção ás escolas do municipio tem estado entre nós o nosso distincto amigo professor José Monteiro Boanova, digno Inspector Escolar, que hoje segue para Tuyuty, em visita á escola mixta que alli funciona.

A Comissão Central do Partido Republicano apresentou candidatos para preenchimentos das vagas existentes no Congresso Estadual, os srs. dr. José Alves Guimarães Junior, para senador; drs. José Manuel de Azevedo Marques, Bernardo de Campos e Antonio Amaral Cesar, para deputados, na eleição que vai se realisar no dia 3 de Junho vindouro.

Com referencia a esse pleito, publicamos hoje editaes na secção competente, e para os quaes chamamos a attenção dos leitores.

Não houve a sessão ordinaria da Camara Municipal, de 20 do corrente, por não ter comparecido numero legal de senhores vereadores.

A desinfecção dos livros

O dr. Jozias acaba de provar, com uma communicação lida perante a Academia de Paris, que ha grande perigo em servirmos de livros pertencentes a outras pessoas.

Os livros que passam de mão em mão podem se classificar em dois grupos: os livros de collegios e os das bibliothecas ou gabinetes de leitura.

Quanto aos livros dos collegios, que são usados por diversos alumnos, e que passam de um anno para outro, seria de desejar que fossem queimados nas ferias. Mas, isto não pare-

ce muito accessivel, ao menos se procure desinfec-tal os.

Até agora era usado o vapor de formol; infelizmente não ha certeza absoluta de que os vapores formicos aniquilem todos os microbios.

Seria de extrema necessidade, tambem, que os livros das bibliothecas fossem desinfectados com a maior frequencia possível. O dr. Jozias cita dous casos typicos.

O dr. Bentzinger, que cuidava de uma mulher em trabalho de parto, e a quem applicara todos as regras da antiseptia, vio, com verdadeiro espanto, a criança fallecer ao cabo de 13 dias por abcessos multiplos. Duas ou tres semanas mais tarde fallecia a pobre mãe com todos os signaes de uma infecção purulenta.

Qual a causa, se todas as cautelas haviam sido tomadas?

O medico foi encontrar em baixo do travesseiro, um livro immundo, vindo de um gabinete de leitura, e que constituia o passa-tempo da descuidosa mulher. Sujeito a um exame, este livro mostrou conter microbios da infecção purulenta.

O outro exemplo nos é dado pelos medicos de Karkof, pequena cidade russa, que tiveram que lutar, ha alguns annos, contra uma epidemia de tuberculose, entre os empregados do archivo. Submettidos os papeis administrativos ao exame dos sabios, foram reconhecidos como abundantes em bacillos tuberculosos.

Conclusão: os que tem o habito de humedecer as paginas do livro com os dedos, percam este mau costume; e, principalmente, desinfec-temos os livros desde que não seja conhecida a sua proveniencia.

A GRÈVE

A grève dos operarios das duas mais importantes companhias de estradas de ferro do Estado, si bem que ainda continue sem uma dellas, entretanto parece estar em declinio conforme se deprehende das noticias dos jornaes da capital. Os grévistas, embora homens do trabalho, honrados e laboriosos, tenham ou não razão, não de ceder afinal, ante a poderosa *Paulista*.

Conhecidos os motivos que os levaram a assumir essa attitude, a opinião em geral tem sido favoravel a elles e mesmo aqui,

onde a classe operaria é diminutissima, o protesto encontrou êcho.

Os associados da *Sociedade Democratica Italiana*, em reunião, tomaram a deliberação de realizar domingo, ás 4 horas da tarde um comicio, para protestarem sua solidariade aos grévistas.

Consultado o dr. Delegado sobre o caso, a illustrada autoridade consultou por sua vez o dr. Chefe de Policia que deu-lhe instruções reservadas a respeito, ordenando-lhe, como medida de ordem, prohibir terminantemente essa manifestação publica.

O comitê permanente composto dos srs. Adolpho Bertolotti, Antonio Diniz, Angelo Romano, Raphael Romano, Raphael Fiorillo, Achilles Marino, Antonio Favelli, Dionisio Lucchesi, Vicente Romano, Guilherme Paolino, Vito Fera, V. Romano de Antonio, Antonio da Silveira Guimarães, Raphael Scaglione, Alfredo Pinori, Vicente Calixto e Angelo Scamione, resolveu em vista disso, não levar a effeito o comicio.

Nesta occasião de anormalidade não deixou de ter justificativa a prudente medida tomada pela policia, e assim tambem o procedimento cordato do comitê, calmo e reflectido, não insistindo em contraria-la, é digno de applausos.

São esses pois os unicos factos locais que registamos, com referencia a grève.

Na *Paulista* até hontem ainda persistiam os operarios em não voltarem ao trabalho.

O dr. Antonio Prado absolutamente não cede á exigencia dos grévistas, que pedem a exoneração do sr. dr. Monlevade; e estes fazem questão capital deste ponto para a volta ao trabalho. Ante a intolerancia por parte do presidente da estrada, é provavel que continue a resistencia dos operarios, que aos poucos vão sendo substituidos e finalmente serão os unicos prejudicados.

Com irregularidade têm corrido os trens da linha para Campinas, Rio Claro e outros pontos, servindo os machaiistas da armada, vindos do Rio.

A Directoria da Companhia está promovendo o despejo judicial dos operarios grévistas ja dispensados, que residem, em Jundiaby, em predios daquelle estrada.

... do Quin chamou-o ao seu

ANEXO 1
Artigo A Greve do Jornal Cidade de Bragança
Acervo de imagens de Valter Bertini

AI COLONI DELLE FACENDE

Una voce di sdegno si alza da tutte le parte contra tutti gli esploratori del lavoro, contra tutti gli aguzini dei poveri coloni che lavorano dallo spuntar del'alba fino alla sera buia como bestie da soma sotto é degenerati amministratori che fanno del tutto per farsi voler bene dei lori padroni.

Contro questa schiavitù ce un mezzo facile di combaterla: Organizarsi tutti nella Liga di Resistenza Operaia, che si é fondata in questa città di Braganza solo con il fine di aprire guerra senza quartiere contra a tutti i vigliacchi che si ingrassano colla vita sangue e col sudore dei lavoratori di qualunque spece.

Il caffè quest'anno é stato venduto fino a 12\$000 ogni 15 chili ma, la sorte del colono, é sempre la medesima come quando si vendeva il caffè a 6\$000, suggeto alla medesima condizione, senza ottenere un miglioramento di vita per se e per la sua famiglia. Continua essere sempre la bestia di soma, senza libertà, senza diritto e senza giustizia.

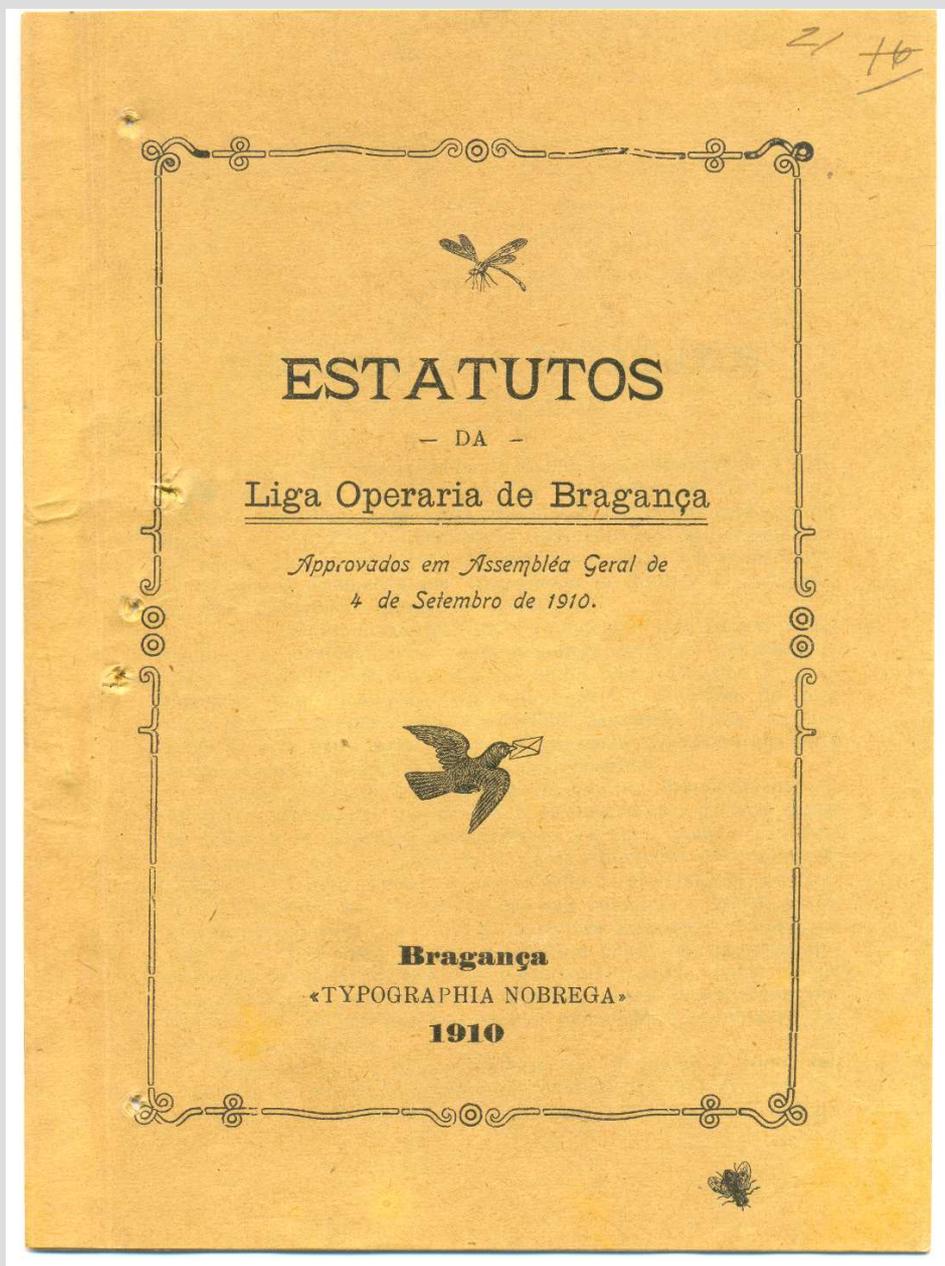
Tutti sappiamo che la necessità umana si soddisfa per mezzo della produzione. E la forza della produzione é L'uomo é la Natura. La prima legge naturale e il lavoro, la prima condizione é la libertà di tutti perche si possa mantenere l'armonia delle forze produttive. Questa libertà pero bisogna straparla ai signori facendieri che non vogliono conoscere solo che la sua libertà di mantenere il povero colono schiavo con umiglianti contratti e con multe.

Il colono d'oggi non deve piu sotomettersi a nessun contrato coi facendieri, deve entrare e salire nelle facende quando gli pare, e lavorare ove piu gli conviene e, farsi sempre pagare alla fine del mese, boicotando sempre tutte le facende ove i coloni son maltrattati. All'opera dunque, á organizzarsi nella Liga Operaia di questa città.

Il comitato della propaganda



«Tipografia Nobrega» — Braganza



ANEXO 3
Capa dos Estatutos da Liga Operária